



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**MARY NADJA LIMA SANTOS**

**POLÍTICAS TERRITORIAIS DO TURISMO: INVESTIMENTOS  
NO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS EM SERGIPE, BRASIL**



**TESE DE DOUTORAMENTO EM GEOGRAFIA  
SÃO CRISTÓVÃO - SERGIPE  
2009**

MARY NADJA LIMA SANTOS

**POLÍTICAS TERRITORIAIS DO TURISMO:  
INVESTIMENTOS NO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS EM  
SERGIPE, BRASIL**

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, na linha de pesquisa **Análise Regional**, como requisito para obtenção do Título de Doutor.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dra. Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto

Aracaju (SE), dezembro de 2009

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237p Santos, Mary Nadjá Lima  
Políticas Territoriais do Turismo: Investimentos no Polo  
Costa dos Coqueirais em Sergipe, Brasil / Mary Nadjá Lima  
Santos. – São Cristóvão, 2009.  
265 f.: 20l.

Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal  
de Sergipe, 2009.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Josefa Eliane Santana de Siqueira  
Pinto

7. Geografia – Turismo. 2. Políticas territoriais –  
Turismo. 3. Sociedade – Espaços públicos. 4.  
Sociedade – Pobreza. 5. Sergipe. I. Título.

CDU 908:338.486.1.02 (813.7)

... Carregado de saber estudar!  
Estudar é Viver!  
Viver pelo Saber!  
Saber é conflitar!  
Saber é desvirtuar!  
Saber não é ensoberbecer!  
Saber é compartilhar idéias e respeitá-las!  
Saber é rejuvenescer por Saber!

E nesse *ir e vir* espera-se:  
Que esta produção seja partilhada não só com a  
intelectualidade da academia, mas, principalmente, com  
quem não é letrado e tem a sabedoria de **virar a página  
do desigual**.

Autora



Ao meu Deus e Meu Tudo!

Aos meus familiares:  
Maria José Lima e José dos Santos (*in memoriam*);

*A meus irmãos e em especial:*  
*Altemar Lima do Nascimento (in memoriam)*  
Alany Priscila e Maria da Conceição

Meus filhos, sentido de minha vida:  
Melissa, Michelle e João Bosco Filho  
Meu amor e companheiro, João Bosco

## AGRADECIMENTOS

O estudo só foi possível graças ao convite feito pelo Estado para participar das reuniões do Conselho do Polo Costa dos Coqueirais, que nascia então. Destaco o apoio para prosseguir e a disponibilidade da documentação formal: ao Banco do Nordeste, através de Leonídia Maria M. de França, Vaneilde Rocha, em especial a Joab Almeida Silva, ao economista Walmir Bruno, a Ana Cristina, Maurício Cruz e ao professor José Roberto.

Ao Professor Antônio Belarmino da Paixão, ex-Diretor Geral do CEFET-SE, atual IFS, que autorizou a nossa representação no Polo, bem como a liberação parcial das funções de docência para cursar o Doutorado. Nessa menção, faz-se jus aos professores Joarez Vrubel (Reitor), Amâncio Cardoso, Carlos Cunha, Cláudio Braghini, Nara Vieira, Célia Limeira, Ártemis Barreto, José Augusto Araújo, Lício Valério, Wellington Vilar, Ailton Ribeiro de Oliveira e em especial a **Cristiane Picanço** pelo zelo e amizade particularmente nos trâmites legais e administrativos da escola, Coordenadora nessa ocasião.

À professora e orientadora Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto, que me encanta pela sua docilidade, respeito à produção intelectual, apoio incondicional a essas escolhas e, principalmente, as construtivas sugestões no âmbito da geografia.

Ao professor Edison Rodrigues Barreto Júnior, que colaborou proficuamente com a estrutura e organização do estudo aqui proposto, bem como nas provocações e indicações de referências acerca dos investimentos das agências multilaterais no polo.

Aos professores Rosemeri Melo e Silva pelas observações e sugestões na qualificação; Hélio Mário de Araújo pela força e orientação tanto na seleção quanto no decorrer do doutorado, dirimindo dúvidas na consecução dos mapas; e Paulo José na estruturação da cartografia no universo da temática.

À Fundação de Apoio à Pesquisa – FUNCEFET-SE, através do Diretor José Gervásio Santos Lessa, que contribuiu com ajuda financeira nas fases crucias dessa tese.

À *Universidad de Andalucía* na Espanha, que patrocinou parte dos recursos financeiros do curso em Desenvolvimento Econômico para América Latina (Bolsa) em interface com o Doutorado na Universidade Federal de Sergipe/UFS, e muito contribuiu para os resultados aqui postos. Também foi importante para este estudo, nesse mesmo período, a visita a professora Brigitte Dumortier, Doutora em Geografia Política, da Universidade de Sorbonne IV, em Paris/França, para discutir as fontes utilizadas na tese além de outras sugeridas por ela.

À amiga e solidária Marluce Rocha, que sempre esteve presente desde a seleção, emprestando seus livros, discutindo sobre a temática e, na fase final, junto com seu filho Antônio de Pádua, colaborou com algumas correções e dúvidas, a minha gratidão.

Aos amigos e professores José Herivelto Coelho, tão disponível, tão generoso em dispor de suas horas para corrigir parte desta tese, e a Vicente Fiscina, pelas correções da parte filosófica, bem pontual e enriquecedor.

Aos anjos da guarda, professores José Hunaldo Lima, pelo compromisso profissional, nas discussões da cartografia; Nadja Maria S. Soares, que proficuamente discutiu as traduções da língua inglesa, pela paciência e docilidade para ajudar, além de colaborar nas discussões e correções dos originais da tese, a minha gratidão.

Ao professor José Araújo Filho, responsável pelas correções da língua portuguesa, revisor final desta tese, grata por atender-me neste momento tão difícil.

Aos meus alunos dos Cursos Técnicos e Superior de Turismo do IFS, hoje profissionais, em especial a Josielma Santos da Cruz, Fagner dos Santos Bomfim e Marília Andrade Barroso, que atravessaram comigo essa construção tão árdua e tão necessária de habilidades e talentos que não cabem a mim somente. Acrescenta-se, ao final, Adriano Linhares de Souza, sem cuja colaboração esta tese estaria difícil de concluir.

A Everton S. Santana, Marlene de Jesus C. Oliveira, Joel Pinto da Cruz e Maria José Silva Santos (família de Josielma), Kleber Firpo P. Valença, pela colaboração nas pesquisas e apoio em transporte, alimentos e estada nas viagens.

Às amigas queridas de turma de doutorado, Neise e Débora, que colaboraram nas discussões, nas pesquisas, principalmente dirimindo dúvidas na geografia.

Aos amigos que desenvolvem os serviços técnicos administrativos com competência e amizade e que torceram por mim desde o início da seleção, Everton e Daniel do NPGEO.

Aos amigos e irmãos da Ordem Franciscana Secular-OFS, Lindalva, Dionísio e Everton, Alexnaldo dos Santos Neres, que gentilmente cederam um espaço no seu sítio, na “casa dos irmãos franciscanos” e em Brejo Grande para me dedicar aos estudos, respectivamente.

Ao irmão e amigo José Rafael Neves de Santana, que abraçou comigo, além de outros irmãos, o projeto de construção da Sede da Fraternidade Monte Alverne/OFS.

A Joselita Pereira de Andrade, guardiã de minha casa e família!

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>15</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>16</b>
<b>RÉSUMÉ.....</b>	<b>17</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>2. BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS .....</b>	<b>26</b>
2.1 Teorias e teóricos que conduzem a tese .....	27
2.2 O Método e os procedimentos de análise .....	35
<b>3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLÍTICA DO TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO .....</b>	<b>44</b>
3.1 Estado e Geopolítica.....	45
3.1.1 Novas formas do Estado no contexto mundial.....	52
3.1.2 O Estado e a sociedade civil.....	56
3.2 Poder territorial e as teorias do desenvolvimento endógeno .....	64
<b>4. O LITORAL SERGIPANO E A OPÇÃO PELO TURISMO .....</b>	<b>75</b>
4.1 Litoral de Sergipe .....	76
4.2 Potencialidades turísticas .....	81
<b>5. POLÍTICAS PÚBLICAS E INVESTIMENTOS TURÍSTICOS NO BRASIL E EM SERGIPE: A POBREZA EM QUESTÃO .....</b>	<b>126</b>
5.1 Políticas públicas nos espaços regionais de turismo no Brasil .....	126
5.2 O Espaço público de polos de turismo: concepção e principais intervenções no Brasil com destaque para o PRODETUR .....	133
5.3 Políticas, programas e desenvolvimento do turismo em Sergipe .....	142
5.4. Os programas de desenvolvimento turístico no Brasil, em Sergipe e as agências multilaterais de financiamento .....	152
<b>6. POLO COSTA DOS COQUEIRAIS: LITORAL DE SERGIPE .....</b>	<b>164</b>
6.1 Dinâmica socioeconômica do Polo Costa dos Coqueirais .....	164
6.1.1 Indicadores de pobreza .....	166
6.1.2 Indicadores de desenvolvimento .....	173
6.2 Controle social e governança .....	187
6.2.1 A política do turismo sob a ótica do polo e organizativa dos agentes .....	191
6.2.2 A lógica das políticas de turismo convencional e o rebatimento das comunidades .....	202
6.3.3 A pobreza, a governança e o poder organizativo dos agentes sociais .....	223
<b>7. CONCLUSÕES E PROPOSIÇÕES .....</b>	<b>226</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>240</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>256</b>

## LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 – Mapa que norteia a discussão da tese	21
Fig. 2 – Diagrama: Representação da tese	25
Fig. 3 – Representação teórica da tese	34
Fig. 4 – Representação da metodologia	43
Fig. 5 – Cartograma do uso do solo, Polo Costa dos Coqueirais – Sergipe, 2009	80
Fig. 6 – Visão urbana da sede do município, 2008	81
Fig. 7 – Atrativos naturais/impactos ambientais, Povoado Cabeço, Brejo Grande, 2008.	82
Fig. 8 – Representação da cultura local e sua base econômica, Brejo Grande, 2008.	83
Fig. 9 – Centro de Produção do Artesanato Local –, Brejo Grande, 2008.	84
Fig. 10 – Paisagem natural e utilização do solo, Brejo Grande/SE, 2008.	85
Fig. 11 – Cartograma do uso do solo do município de Brejo Grande, Sergipe, 2008.	86
Fig. 12 – Cenário paisagístico do município de Pacatuba/SE, 2008	88
Fig. 13 – Paisagem de pântanos e mangues, Pacatuba/SE, 2008.	89
Fig. 14 – Aspectos da infraestrutura e patrimônio humano, Pacatuba/SE, 2008.	90
Fig. 15 – Cartograma do uso do solo do município de Pacatuba, Sergipe, 2008.	91
Fig. 16 – Cenário paisagístico do município de Pirambu/SE, 2008.	92
Fig. 17 – Cotidiano da comunidade, Pirambu/SE, 2008.	93
Fig. 18 – Equipamentos e serviços de apoio ao turismo Pirambu/SE, 2008.	94
Fig. 19 – Cartograma do uso do solo do município de Pirambu, Sergipe, 2008.	95
Fig. 20 – Ponte Construtor João Alves – Aracaju/Barra dos Coqueiros/SE, 2009.	96
Fig. 21 – Rio Pomonga, (à esquerda e acima); do lado direito (abaixo); lagoas de produção de pescado (viveiros), Barra dos Coqueiros, 2009.	97
Fig. 22 – Área urbana do município, Barra dos Coqueiros, 2009.	98
Fig. 23 – Porto de Sergipe, praia e atividade econômica, Barra dos Coqueiros, 2009.	99
Fig. 24 – Caminho para a praia Jatobá, Porto de Sergipe e o Conj. Prisco Viana, Barra dos Coqueiros/SE, 2009.	100
Fig. 25 – Conjunto de condições de moradia e problemática ambiental, Barra dos Coqueiros/SE, 2009.	101
Fig. 26 – Cartograma do uso do solo do município de Barra dos Coqueiros, Sergipe, 2008.	102
Fig. 27 – Cenário paisagístico do município de Aracaju/SE, 2008.	103
Fig. 28 – Paisagem atual do município de Aracaju – capital do Estado, sem alteração nos limites do seu centro – Aracaju/SE, 2008.	104
Fig. 29 – Mostra dos principais atrativos turísticos da cidade de Aracaju, 2008.	105
Fig. 30 – Estética do cotidiano da cidade de Aracaju /SE, 2008.	106
Fig. 31 – Orla de Atalaia, principais cartões postais da cidade de Aracaju, 2009.	107
Fig. 32 – Cartograma do uso do solo do município de Aracaju, Sergipe, 2008.	109
Fig. 33 – Cenário que representa a cidade, São Cristóvão/SE, 2009.	110
Fig. 34 – Monumentos arquitetônicos tombados no município de São Cristóvão/SE, 2008.	111
Fig. 35 – Dinâmica social do município de São Cristóvão/SE, 2009.	112
Fig. 36 – Estética do cotidiano do município de São Cristóvão/SE, 2008.	114
Fig. 37 – Cartograma do uso do solo do município de São Cristóvão, Sergipe, 2008.	115
Fig. 38 – Vila Operária, Monumentos históricos e Centro Industrial, Estância/SE, 2008.	116
Fig. 39- Povoado Rio Fundo, caminho para o Abaís; praia do povoado Farnaval; Praia	117

do Saco, Estância/SE, out., 2008	
Fig. 40 – Paisagem natural (povoado Farnaval) e artificial de Estância, 2008.	118
Fig. 41 – Cartograma do uso do solo do município de Estância, Sergipe, 2008.	120
Fig. 42 – Dinâmica social do município de Indiaroba/SE, out., 2008.	121
Fig. 43 – Paisagem do município de Indiaroba/SE 2008.	122
Fig. 44 – Povoado Preguiça – Estrada sem pavimentação, habitações precárias e atrativos naturais singulares, out., 2008.	123
Fig. 45 – Atividade pesqueira e turística, 2008.	124
Fig. 46 – Cartograma do uso do solo do município de Indiaroba, Sergipe, 2008.	125
Fig. 47 – Trajetória dos investimentos do BID para o Brasil.	137
Fig. 48 – Investimentos do PRODETUR no Nordeste do país.	139
Fig. 49 – Trajetória dos investimentos do BID para o Brasil.	140
Fig. 50 – Investimentos do PRODETUR/NE por projetos.	141
Fig. 51 – Distribuição de investimentos por região Polo Costa dos Coqueirais	148
Fig. 52 – Panorama dos recursos do BNB/BID e contrapartida do Estado	149
Fig. 53 – Cartograma de investimentos do Polo Costa dos Coqueirais, 2005	150
Fig. 54 – Organização e gestão do PRODETUR/SE	156
Fig. 55 – Organização e gestão do turismo do Polo Costa dos Coqueirais	157
Fig. 56 – Poder territorial do turismo.	158
Fig. 57 – Cartografia que representa os municípios em análise, 2008	166
Fig. 58 – Indicador de saneamento ambiental, 2008.	169
Fig. 59 – Indicador de esgoto sanitário nos domicílios, por município, 2008.	170
Fig. 60 – Representações do IPH e IDH.	173
Fig. 61 – Indicadores sociais do Polo Costa dos Coqueirais – IDH, 2009.	177
Fig. 62 – Coeficiente de Gini (evolução histórica), Brasil, 2008	178
Fig. 63 – Índice de Gini, por município, 2006.	179
Fig. 64 – Índice de emprego e renda – Firjan, 2000-2005.	181
Fig. 65 – Diagrama das dimensões do IDF	182
Fig. 66 – Dimensões do IDF do Litoral Norte	185
Fig. 67 – Dimensões do IDF do Litoral Centro-Sul	185
Fig. 68 – Dimensões do IDF do Litoral Sul	186
Fig. 69 – Representações dos comunas.	191
Fig. 70 – Faixa etária	192
Fig. 71 – Grau de escolaridade	192
Fig. 72 – Nível de renda	193
Fig. 73 – Incentivos e criação de rede de desenvolvimento e cooperação comunitária, 2008.	194
Fig. 74 – Grau de envolvimento dos gestores públicos para o desenvolvimento do município	195
Fig. 75 – Grau de envolvimento das lideranças locais nas decisões políticas do município	195
Fig. 76 – Território compartilhado do turismo.	232
Fig. 77 – Modelo de rede coletiva dos serviços turísticos.	238
Fig. 78 – 1ª Oficina realizada no município de Brejo Grande/SE	260
Fig. 79 – 2ª Oficina realizada no município de Brejo Grande/SE	260
Fig. 80 – Oficina realizada no município de Pacatuba/SE	261
Fig. 81 – Oficina realizada na Pirambu/SE	261
Fig. 82 – Oficina realizada na Barra dos Coqueiros/SE	262

Fig. 83 – Oficina realizada no município de Aracaju, SE Bairro Coroa do Meio.	262
Fig. 84 – Reunião do Polo Costa dos Coqueirais; Diagnóstico Participativo Rápido (DPR) para Tese, Aracaju/SE.	263
Fig. 85 – Reunião do Polo Costa dos Coqueirais; Diagnóstico Participativo Rápido (DPR) para Tese, Aracaju/SE.	263
Fig. 86 – Oficina realizada no município de São Cristóvão/SE	264
Fig. 87. – 1ª Oficina realizada em Estância/SE	264
Fig. 88 – 2ª Oficina realizada em Estância/SE	265
Fig. 89 – Oficina realizada em Indiaroba/SE	265

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro síntese das referências consultadas	32
Quadro 2 – Demonstrativo dos aportes, realçando a opção do método	36
Quadro 3 – Categorias e dimensões de análise	41
Quadro 4 – Investimentos do BID no Brasil e em Sergipe	135
Quadro 5 - Quadro do ciclo de projetos do BIRD e BID	154
Quadro 6 - Índice de desenvolvimento da família (IDF)	183
Quadro 7 – Constructos sociais do Litoral Centro e Sul, Educação e Cultura	204
Quadro 8 – Constructos sociais do Litoral Norte, Educação e Cultura	205
Quadro 9 – Constructos sociais do Litoral Centro e Sul, Saúde e Assistência	207
Quadro 10 – Constructos sociais do Litoral Norte, Saúde e Assistência	208
Quadro 11 – Constructos sociais do Litoral Centro e Sul, Infraestrutura urbana e rural	212
Quadro 12 – Constructos sociais do Litoral Norte, Infraestrutura urbana e rural	213
Quadro 13 – Constructos sociais do Litoral Centro e Sul, Desenvolvimento Econômico e Turismo	215
Quadro 14 – Constructos sociais do Litoral Norte, Desenvolvimento Econômico e Turismo	216
Quadro 15 – Constructos sociais do Litoral Centro e Sul, Organização Social	218
Quadro 16 – Constructos sociais do Litoral Norte, Organização Social	219
Quadro 17 – Constructos sociais do Litoral Centro e Sul, Meio ambiente	221
Quadro 18 – Constructos sociais do Litoral Norte, Meio Ambiente	222
Quadro 19 – Matriz Territorial de Turismo Comunitário	237

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição de investimentos: Região Polo Costa dos Coqueirais	145
Tabela 2 - Setores de investimentos da área estudada	147
Tabela 3 – Panorama de exclusão social do Polo Costa dos Coqueirais, Sergipe, Brasil	167
Tabela 4 – Índice de pobreza municipal e índice de desenvolvimento humano (IDH) do Polo Costa dos Coqueirais, Sergipe, Brasil	171
Tabela 5 – Indicadores sociais do Polo Costa dos Coqueirais - IDH	176
Tabela 6 – Índice Firjan de desenvolvimento municipal	180
Tabela 7 - Índice de desenvolvimento familiar dos municípios do litoral sergipano	184



## LISTA DE ABREVIACÕES, SIGLAS E ACRÔNIMOS

### *A*

**ASPAC** – Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural

### *B*

**BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento

**BIRD** – Banco Mundial

**BNB** – Banco do Nordeste

**BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

### *C*

**CARIE** – Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju

**CAS** – *Country Assistance Strategy* – Estratégia de *Assistência* ao País

**CEFET/SE** – Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe

**CEPAL** – Comissão de Estudos para América Latina e o Caribe

**CENDA** – *Corporación el Canelo de Nós, La Universidad Bolivariana, La Fundación*

**CNTur** – Conselho Nacional de Turismo

**CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

### *D*

**DAP** – Documento de Avaliação do Projeto

**DEAT** - *Department of Economic Affairs, Agriculture and Tourism* - Departamento de Relações Econômicas, Agricultura e Turismo da África do Sul

**DLIS** – Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável

**DRP** - Diagnóstico Rápido Participativo

### *E*

**EMBRATUR** – Empresa Brasileira de Turismo

**EMBRAPA**- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

### *F*

**FINAM** – Fundo de Investimento da Amazônia

**FINOR** – Fundo de Investimento do Nordeste

**FIRJAN** – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

**Fiset** – Fundo de Investimento Setorial

**FMI** – Fundo Monetário Internacional.

**FUMIM** – Fundo Multilateral de Investimentos.

***H***

**HDR** – *Human Development Report* – Relatório de Desenvolvimento Humano

***I***

**IBAMA** – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

**IBGE** – Instituto Brasileiro Geográfico Estatístico

**IDF** – Índice de Desenvolvimento Familiar

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

**IFS** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

**IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**IPH** – Índice de Pobreza Humana

***M***

**MEC** – Ministério da Educação

***O***

***Op. cit.*** – “*opus citatum*” – na mesma obra já citada

**OEA** – Organização dos Estados Americanos

**OMT** – Organização Mundial do Turismo

**ONGs** – Organizações Não Governamentais

**ONU** – Organização das Nações Unidas

***P***

**PDITS** – Programa de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável

**PMEs** – Pequenas e Médias Empresas

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PNADS** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

**PNMA** – Programa Nacional do Meio Ambiente

**PNMT** – Programa Nacional de Municipalização do Turismo

**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**PRODETUR/NE** – Programa de Desenvolvimento do Turismo/Nordeste

**PROMATA** – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco

**PCTS** – Programa de Certificação em Turismo Sustentável

## ***S***

**SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SETEC** – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

**SISNAMA** – Sistema Nacional do Meio Ambiente

**SMEs** – Sistema de Comercialização nas Empresas

**SUDENE** – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

## ***T***

**TCU** – Tribunal de Contas da União

**TDE** – Teoria do Desenvolvimento Endógeno

**TDP** – Teoria do Desenvolvimento Político

**TDR** – Teoria do Desenvolvimento Regional

**TET** – Teoria do Espaço Turístico

## ***U***

**UFS** – Universidade Federal de Sergipe

**USP** – Universidade de São Paulo

## RESUMO

A disputa política territorial se dá em larga escala no universo dos saberes e do poder constituído do Estado e do mercado. Esses determinam o espaço, protegem o território (soberania), mas ao mesmo tempo desterritorializam quando dos seus interesses. Esse contexto de mundo globalizado vem de encontro ao local, exceto quando esse território do turismo produz o capital e está na ordem do sistema. Dessa forma, este estudo situa-se no Nordeste do Brasil, particularmente na região do Polo Costa dos Coqueirais, localizada no litoral sergipano, possui 163 km<sup>2</sup> de praias, entrecortada por rios, dunas e vegetação singular compondo, através de sua paisagem e identidade territorial, perspectivas de desenvolvimento social, econômico e ambiental. Propõe-se analisar as políticas territoriais de turismo e o papel do Estado nos investimentos do espaço público do Polo Costa dos Coqueirais para superação da pobreza, nas duas últimas décadas, em Sergipe. O apoio metodológico consiste no método hermenêutico, tipo pesquisa-participante, complementada pelos instrumentos de análise socioeconômicos (quantitativo). Há nessa escolha uma dimensão de complementariedade com a fenomenologia, que definem o caminho a ser trilhado. Essa decisão permitiu desenvolver estratégias para elaboração das oficinas e cadernos que registrassem o apanhado documental e de campo. Formulários e roteiros de entrevistas vieram se somar aos resultados das oficinas, além da construção dos cartogramas em função do estudo. A comprovação da tese alicerça-se nas seguintes premissas: *ideológicas* (Estado e mercado), *as que representam a sociedade do turismo* (Conselho do Polo) e *pragmáticas* (participação da comunidade). Dessa relação propositiva, tem-se: (i) A metodologia dos organismos internacionais, em especial do BID, não vem contribuindo para gerar novos empreendimentos que visem à melhoria nos indicadores de renda da população afetada. Isso corrobora com os argumentos de que o envolvimento mínimo do Estado com o bem-estar social e a falta efetiva da sociedade na condução das políticas territoriais do turismo, acabam por ampliar os efeitos contraditórios dos investimentos turísticos em Sergipe, capitaneados pelos grandes investidores. (ii) As bases de apoio e de negociação dos que representam a sociedade civil do Polo aparecem contraditoriamente, na medida em que esta influencia na eficácia das políticas públicas de turismo, mas não se apropria como gestora de governança e afeta nos avanços tidos nessa participação para com o desenvolvimento do turismo. (iii) Os investimentos no setor de turismo têm impactado de forma diferenciada as diferentes comunidades que compõem o Polo Costa dos Coqueirais. O PRODETUR/SE cumpre parcialmente o que foi estabelecido no programa de investimentos de recursos das agências multilaterais, especialmente no tocante ao BID, atendendo assim ao mercado, uma vez que se percebe uma melhoria diferenciada entre as regiões do litoral, do ponto de vista da infraestrutura turística para o Centro-Sul do Estado. Por conseguinte, o estudo avança em uma proposta de matriz territorial do turismo comunitário, que incorpora o efetivo exercício da cidadania, elemento fundamental para se estabelecer, em escala local, um novo projeto de desenvolvimento das atividades turísticas que contribua para superação da pobreza.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado e mercado. Poder territorial. Turismo. Políticas de investimentos de turismo. Pobreza. Sergipe, Brasil.

## ABSTRACT

Political territorial dispute underlie in great proportions the universe of knowledge and the power comprised by both the State and the market. They determine space, protect the territory (sovereign) however, they (de)territorialize whenever their interests are at game. The globalized world context converges to the local, except when this territory itself produces the capital which the system rules. Therefore, this research is located in the Northeast of Brazil, particularly at Polo Costa dos Coqueirais region, in Sergipe's coast cut by rivers, with 163km of beaches, dunes and its unique vegetation composing, through its landscape and territory identity, perspective to social, economic and environmental development. This research aims at analyzing the tourism public territorial policies and the role of the State in the investments at Polo Costa dos Coqueirais' in order to reduce poverty in Sergipe within the two last decades. This study is supported by the methodological hermeneutic principles, participative-research type, which is complemented by socioeconomics (quantitative) analysis instruments. There is underlying this choice the dimension of phenomenology complement that defines the path to be followed. This definition allowed to develop not only the strategies to elaborate workshops, notebooks to gather document and field data; but also make use of forms and interviews scripts to compose the workshops results. Besides that cartograms were built to gather quantitative data in order to support this study. The substantiation of this thesis consolidates into the following prior premises: **ideological** (State and Market); the ones that represent **tourism society** (Polo Council) and **pragmatic** (community participation). As a result of this relation emerge: (i) International agencies' methodology, especially BID, that has not been contributing to generate new achievements that lead to better income indicators to the population affected. Fact that corroborates with the argument that the State's engagement with the social welfare and the lack of effective involvement of the society at conducting tourism territory policies broaden the contradictory effects of tourism investments in the Northeast by great investors; (ii) The bases for support and negotiation of those who represent the Polo's civil society appear contradictory as this influence in public tourism policies efficiency, society does not keep its management power and this affects the advances which were obtained by participation in tourism development. (iii) Investments in tourism have caused different impacts over distinct communities that make Polo Costa dos Coqueirais. PRODETUR/SE partially accomplishes what has been established by the resource investment program of the multilateral agencies, especially concerning to BID, privileging the market itself, once it is noticeable that there was some distinct improvement between coast regions, in terms of tourism facilities to the South–Center part of the State. Thus, this study advances into proposing a territory matrix of community tourism which embodies the effective citizenship exercise as an essential element to establish, in local scale, a new project to develop tourism activities in order to contribute to overcome poverty .

**KEY WORDS:** State and market. Territory Power. Tourism. Tourism investment policies. Poverty. Sergipe, Brazil.

## RÉSUMÉ

La dispute politique territoriale existe à grande échelle dans l'univers des savoirs et du pouvoir constitué de l'État et du marché. Ceux-ci déterminent l'espace, le territoire (souverain), mais font preuve de déterritorialisation quand cela arrange leurs intérêts. Ce contexte de monde globalisé est à l'encontre de ce territoire excepté quand celui-ci est touristique et produit le capital et cela est dans l'ordre de système. Cette étude se situe au Nordeste du Brésil, particulièrement dans la région de Polo Costa dos Coqueirais, localisé sur le littoral Sergipanaïs qui possède 163 km<sup>2</sup> de plages, entrecoupées de fleuves, de dunes et de végétation singulière, composée à travers son paysage et son identité territoriale, des perspectives de développement social, économique et environnemental. Nous nous proposons d'analyser les politiques territoriales du tourisme et le rôle de l'État dans les investissements de l'espace public de Polo Costa dos Coqueirais, et pour vaincre la pauvreté des deux dernières décennies. Le soutien méthodologique est herméneutique, type recherche participant, complété par les instruments de l'analyse socio-économiques (quantitatif). Il y a dans ce choix une dimension de complémentarité avec la phénoménologie qui définit le chemin à être parcouru. Cette décision a permis l'élaboration d'une matrice territoriale de tourisme communautaire. Décision fondée du point de vue philosophique à travers la Proposition d'utilisation Critique-Dialectique et des Dimensions de l'Espace-Temps. Ces définitions ont permis de développer des stratégies pour l'élaboration des ateliers et des cahiers qui enregistrent, les données documentées et celles du terrain ainsi que les formulaires et rapports d'entretien qui viennent s'ajouter aux résultats des ateliers. En dehors de la construction des cartogrammes et relevés de données quantitatives en fonction de l'étude. Les propositions de la thèse ont été élaborées premièrement à partir de : les *idéologiques* (État et marché), *celles qui représentent la société du tourisme* (conseil de Polo) et les *pragmatiques* (participation de la communauté). De cette relation propositionnelle nous avons: (i) la méthodologie des organismes internationaux, en particulier du BID, qui ne contribue pas à gérer de nouveaux emplois visant à améliorer le revenu de la population. Ceci corrobore les arguments de ce que la sortie de l'État et le manque effectif d'implication de la société dans la conduite des politiques territoriales du tourisme finissent par amplifier les effets contradictoires des investissements touristiques dans le nordeste, financé par les grands investisseurs; (ii) les bases de soutien et de négociation de ceux qui représentent la société civile de Polo apparaissent contradictoirement, dans la mesure que cette influence dans l'efficacité des politiques publiques de tourisme, n'est pas appropriée quant à la gestion de la direction, et affecte les effets des avancées dans cette participation pour le développement du tourisme. (iii) les investissements dans le secteur du tourisme ont eu un impact différent sur les communautés qui composent Polo Costa dos Coqueirais. Le PRODETUR/SE effectue partiellement ce qui a été établi dans le programme d'investissement d'aides des agences multilatérales, spécialement en ce qui concerne le BID servant ainsi le marché, une fois que l'on voit une amélioration entre les régions du littoral, du point de vue de l'infrastructure touristique pour le centre sud de l'État. Par conséquent, l'État avance une proposition de matrice territoriale du tourisme communautaire qui incorpore l'effet de citoyenneté, élément fondamental, pour établir, à l'échelle locale, un nouveau projet de développement des activités touristiques qui contribuent à triompher de la pauvreté.

Mot clés : État et marché. Pouvoir territorial. Tourisme. politiques d'investissement de tourisme. Pauvreté. Sergipe. Brésil.

## 1. INTRODUÇÃO

As decisões políticas que envolvem o território do turismo abrem fossos assimétricos para os países mais pobres e convalidam simetrias que favorecem àqueles de maior concentração de rendas.

Aplicar investimentos e pensar a política do turismo acontece desde a década de 60 nos países ditos desenvolvidos – Espanha e França – e se desloca para os países da América Latina, especialmente o Brasil, em meados da década de setenta. Planos, programas e projetos são desenvolvidos sem adequar à realidade nacional. Forjam teorias, a exemplo de polos de crescimento aplicados às indústrias, e as transportam para a área de turismo sem o devido zelo por aqueles que receberiam a carga do possível desenvolvimento – a comunidade local.

Os planos e programas, tradicionalmente, foram gerados de forma autocrática, determinados por fatores externos da política pública do Estado, com definições por agências multilaterais e não definidos por seu caráter nacional.

O turismo como atividade econômica e de apropriação do espaço desenvolve-se mediante esse contexto, que privilegia as áreas naturais e culturais atentando-se para os interesses mercadológicos. O litoral de Sergipe, como todas as regiões do Nordeste, foi eleito para alavancar o desenvolvimento principalmente dos centros urbanos e rurais que tinham potencialidades e perspectiva de atrair uma demanda significativa, principalmente para atender a uma fatia de mercado estrangeiro em detrimento do doméstico.

Essa decisão ocorre em direção contrária ao que se determinam as agências financeiras – participação da sociedade – e fere os princípios dos interessados: as comunidades locais (sujeitos do processo), onde se dá o processo organizativo dos agentes sociais e o conhecimento, diante das contradições do Estado na intermediação do desenvolvimento do turismo.

Reconhece que, tradicionalmente, o setor de serviços não tem sido tratado na mesma medida que os outros setores da economia, desde os primórdios dos economistas pré-clássicos – mercantilistas e fisiocratas – e clássicos. Entretanto, nas últimas décadas os serviços são considerados importantes para o pensamento econômico, principalmente para as economias subdesenvolvidas, através de uma maior participação no Produto Interno Bruto-PIB e no emprego. Nesse sentido, o turismo, como alternativa de desenvolvimento, se insere tardiamente para estes países, talvez, por isso, legitime em parte o processo lento de desenvolvimento dessa atividade para os países da América Latina e, particularmente, para o Brasil.



Justifica-se, por conseguinte, a abordagem da referida temática, pela escassez de pesquisas mais específicas e no desejo de tentar contribuir com o objeto de estudo do turismo, privilegiando o campo da geopolítica, em particular da Geografia, em geral, na perspectiva de encontrar caminhos para superação da pobreza. Considera-se como universo de estudo a categoria de análise região, e, para compreender os efeitos das políticas de turismo, concretiza-se o estudo na comunidade, palco das relações e reflexos dos investimentos (o objeto).

Nesse sentido, o Polo Costa dos Coqueirais, situa-se na região do litoral sergipano, foi escolhido prioritariamente pelo Estado para implementar a infraestrutura turística, com o intuito de carrear investimentos para o setor. A princípio se pensou nos principais portões de entrada, a capital de Sergipe, Aracaju, e São Cristóvão, por ser a quarta cidade mais antiga do país. Estende-se a outros municípios do Estado localizados estrategicamente como centros difusores da economia e que apontavam, naquela oportunidade, para possibilidades de crescimento econômico, a exemplo do litoral sul, pois o norte que se apresentava com mais problemas no que diz respeito à moradia, saúde, trabalho, educação e por carência na acessibilidade ao município, não foi incluído ou parcialmente incluído.

Diante disso, no intuito de clarear as justificativas expostas, *mister* se faz a historiografia do uso de recursos externos e internos, pelo Estado, para alavancar o desenvolvimento do turismo no polo.

Acreditava-se, na década de 1990 e mais precisamente a partir de 1994, que as ações do PRODETUR/NE *versus* investimentos multilaterais contraídos pelos Estados nordestinos trariam mudanças significativas nessa região, especialmente para o Estado de Sergipe. O discurso era de que os empréstimos contraídos alterariam estruturalmente a vida das populações locais, tanto no que diz respeito ao aumento de postos de trabalho formal e informal e rendas, quanto na infraestrutura (saneamento, estradas, entre outros).

Paralelamente a essa proposta, havia outros programas com promessas de recursos na construção de moradias, equipamentos, contratação de professores e melhoria nos prédios escolares para atender efetivamente à educação. A saúde também seria contemplada através de mais postos de saúde, um hospital regional mais equipado que atendesse ao turista que lá aportava e para o cidadão do lugar. Não se entende (lá se vão quase vinte anos) o porquê dessa ida e vinda de recursos sem efetivamente passar por essas transformações estruturais ou por essas melhorias em diferentes municípios do polo.

Não obstante as regiões turísticas terem sido definidas (2002-2005) de forma mais abrangente, pois a região do litoral já se constituía estratégica desde a década de 1990, mais precisamente em 1994-2001; o governo estadual, nessa época, se dispôs a diagnosticar as potencialidades existentes e ampliar os investimentos aos demais municípios do Estado, transformando-os em centros regionais.

O espaço público do Polo Costa dos Coqueirais, localizado no litoral sergipano, recebe a partir de então recursos internacionais, principalmente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), aplicados no Estado e no Nordeste do Brasil. Esses recursos tinham a finalidade de criar polos de turismo, calcados, sobretudo, na chamada potencialidade natural da região, pois sua extensão de costa é de aproximadamente 3.300 km<sup>2</sup>, representativa para a pequena extensão territorial.

O Brasil é sócio majoritário e membro mutuário, faz parte dessa promoção de desenvolvimento social e econômico. Para deflagrar tal ação, toma-se por referência a teoria dos polos de crescimento do economista Francês François Perroux (1955). Geograficamente, os polos são considerados centros para geração e difusão espacial de inovações e podem ser aplicados em áreas supranacionais e nacionais. Sergipe insere-se nesse modelo internacional de desenvolvimento do turismo.

Sendo assim, o interesse desta pesquisa aponta para três eixos analíticos.

O primeiro se refere às inversões *ideológicas* que constitui a base política acerca dos investimentos na infraestrutura do litoral sergipano (prioridades delineadas), com perspectiva de atrair investidores e, conseqüentemente, introduzir melhoria à população.

O segundo, os *representantes da sociedade do turismo*, fazem parte do Conselho do Polo, é uma das exigências do BID para o repasse dos recursos. São as bases de apoio e de negociação: empresários do setor turístico, prefeitos, gestores públicos das mais diversas pastas, instituições técnicas e tecnológicas, universidades públicas e privadas que têm cursos na área de turismo, ONGs, entre outros.

O terceiro, os investimentos *pragmáticos* são os agentes sociais, líderes que tentam e atuam para pressionar o Estado administrativo e financeiro ante os compromissos assumidos com trabalho e renda. Criam-se entre eles bases territoriais de apoio aos seus pequenos empreendimentos, através de associações e cooperativas de agropecuária, de artesãos, de pescados, de apicultores e de luta por terras.

Considerando as alternâncias de intervenção e de formulação ativa de políticas do Estado e períodos com maior predomínio do mercado, a questão fundamental é: **seria**

**possível diminuir os efeitos contraditórios dos investimentos turísticos no polo, na perspectiva de superação da pobreza?**

A questão geral desdobra-se em:

1. A relação entre o Estado, o mercado e a sociedade civil se constitui num espaço de apropriação e de transformação do Polo Costa dos Coqueirais, em Sergipe?
2. As formas de intervenção dos órgãos de investimentos internacionais, mais particularmente o BID, revelam uma redução da pobreza na região do Polo?
3. Qual tem sido o papel do PRODETUR/SE em suas ações locais no processo de desenvolvimento do turismo em Sergipe, nas duas últimas décadas?
4. Qual o grau de comprometimento dos gestores públicos e da sociedade civil no processo de articulação e participação no desenvolvimento do Polo Costa dos Coqueirais?

Os municípios sergipanos que integram o objeto da pesquisa estão visualizados na figura 1, a seguir.

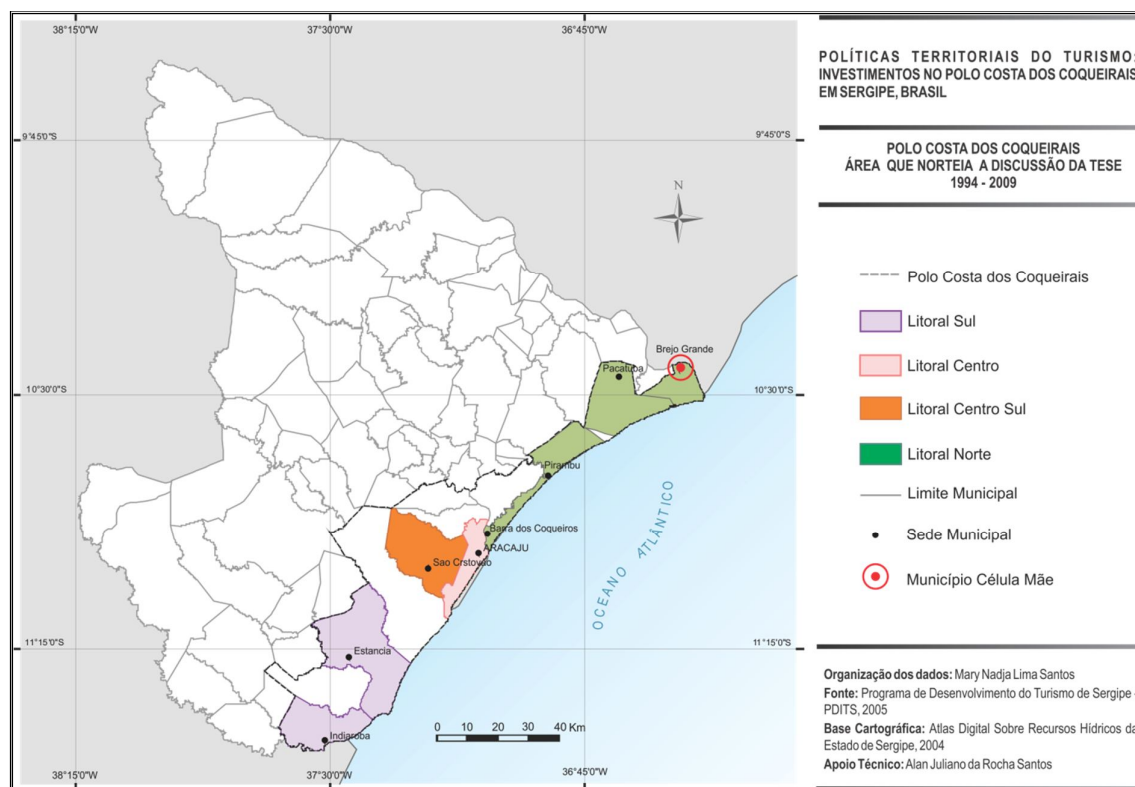


Fig. 1 - Área que norteia a discussão da Tese

Fonte: Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo em Sergipe-PDITS, 2005 (Adaptado).

Diante disso, o presente estudo pretende analisar as políticas territoriais de turismo no espaço público do Polo Costa dos Coqueirais e o papel do Estado na implementação dos investimentos para superação da pobreza em Sergipe, nas duas últimas décadas.

Especificamente busca:

- Revisar a literatura pertinente ao tema com a finalidade de desenvolver uma base teórica que dê sustentação a tese;
- Avaliar as políticas de turismo que incidem no Polo Costa dos Coqueiros;
- Mapear os investimentos das agências multilaterais aplicados no Polo;
- Estabelecer relações entre o Estado, mercado e sociedade civil, na perspectiva de encontrar alternativas de desenvolvimento local;
- Analisar a dinâmica socioprodutiva e comercial do Polo Costa dos Coqueirais;
- Avaliar as conquistas da população no enfrentamento da pobreza;
- Sugerir ferramentas de uma matriz territorial de turismo comunitário, com base no diálogo construído com as comunidades pesquisadas.

Os capítulos que seguem tratam de:

O capítulo 2 anuncia as teorias e teóricos que conduzem a tese. A teoria de análise geográfica fornece o lastro condutor da tese, aliada às categorias de análise – região e território. Para realizar esse estudo utiliza-se como estratégia a pesquisa-ação e participante, complementada pelos instrumentos de análise socioeconômicos (quantitativo), agregando ainda os aspectos do método hermenêutico – na busca dos relatos de vivência, que descrevem a experiência total do vivido e do humano. Essa escolha contribui com aquilo que é de uso comum e contraditório do ser, de modo a formar uma dualidade de uso interpretativo-dialético. De posse desse lastro, determinam-se as dimensões de estudo e desenvolvem-se as proposições que dão o caráter objetivo da tese. As técnicas e instrumentos de análise conferem na demonstração do diagrama (síntese) o uso do território do turismo. O método e a técnica, portanto, apoiam-se num estudo de realidade e de participação cidadã e possibilitam apresentar ferramentas de uma matriz territorial em bases comunitárias.

O capítulo 3 desenvolve-se, *a priori*, acerca do Estado, através dos seus aspectos conceituais no contexto moderno e contemporâneo. Compreender o seu papel emblemático na mundialização do capital teve efeito simultâneo: um Estado enfraquecido (submisso) e, ao mesmo tempo, fortalecido no que determina o mercado no combate às crises financeiras; integrando-os aos investimentos subutilizados – do ponto de vista da melhoria das condições de vida da população local – pelo Brasil, através das agências multilaterais (BID, BIRD).

Ainda no contexto do mesmo capítulo são abordadas as linhas de desenvolvimento endógeno, com vistas a buscar instrumentos mais recentes e extrair dessas propostas os canais de participação popular. As categorias de análise da geografia foram relevantes, especialmente no tocante ao território do turismo, pois possibilitou uma configuração de proposta da matriz, representada na forma de figura nº 76.

Outras áreas são visitadas, quais sejam: a economia, a política e o social. Essas apóiam a discussão, visto que o turismo, por possuir um caráter multifacetado e interdisciplinar provoca um adensamento de análise sobre essas ciências mencionadas. Ademais, os caminhos foram desenvolvidos nos campos teóricos e empíricos e, na tentativa, procurou alcançar os resultados quali-quantitativos das seções subsequentes.

O capítulo 4 trata das potencialidades turísticas do litoral sergipano. As imagens traduzem uma realidade de elementos comuns como à vegetação, o clima, os rios, as praias, entre outros, mas também daqueles que se diferenciam. Esses são ilustrados por cartogramas e em fotos-documentais que, do ponto de vista do turismo, se tornam as imagens estéticas.

O capítulo 5 avalia a dinâmica das políticas intervencionistas nos espaços internacionais e regionais de turismo e meio ambiente, bem como o mapeamento dos investimentos aplicados através do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR-NE), em suas ações locais. Traz também os procedimentos metodológicos das instituições multilaterais para fornecer os empréstimos para redução da pobreza. É importante ressaltar que essas concessões estariam condicionadas, aos critérios preestabelecidos por elas, particularmente o BID. O centro da questão remete às políticas para o turismo em Sergipe e ao modelo imposto por essas agências.

O capítulo 6 refere-se à análise quantitativa, que demonstra com seus gráficos, tabelas e mapas, a realidade social e econômica dos municípios. Mostra ainda que as oficinas coparticipativas realizadas no Polo Costa dos Coqueirais, ponto central do desenvolvimento deste estudo, tiveram também um efeito substantivo para os envolvidos (moradores antigos, líderes, gestores públicos e privados), no processo de análise e dos dados levantados acerca dos problemas e soluções apontadas por eles; esses resultados foram sistematizados em quadros emblemáticos. Além desse estudo de realidade, confeccionaram-se gráficos que identificam o perfil dos entrevistados; extrai-se do grupo estratégico do Polo a percepção de seus integrantes acerca do tema e soma-se, assim, a segunda parte de análise. Ademais, essas estratégias corroboram as proposições-chave do ponto de vista regional e local do mencionado polo.

O capítulo 7 confere as principais conclusões e apresenta ferramentas em forma de matriz territorial do turismo, em bases sustentadas no decorrer das oficinas e apontadas nas discussões pelos agentes e sujeitos. Esse fechamento é uma tentativa de corresponder aos anseios e perspectivas das comunidades copartícipes desse processo de investigação.

Em função dessa apresentação, o diagrama a seguir vislumbra a discussão desta pesquisa; além disso, evidencia a coerência entre as dimensões de análise e a correlação com os capítulos da tese.

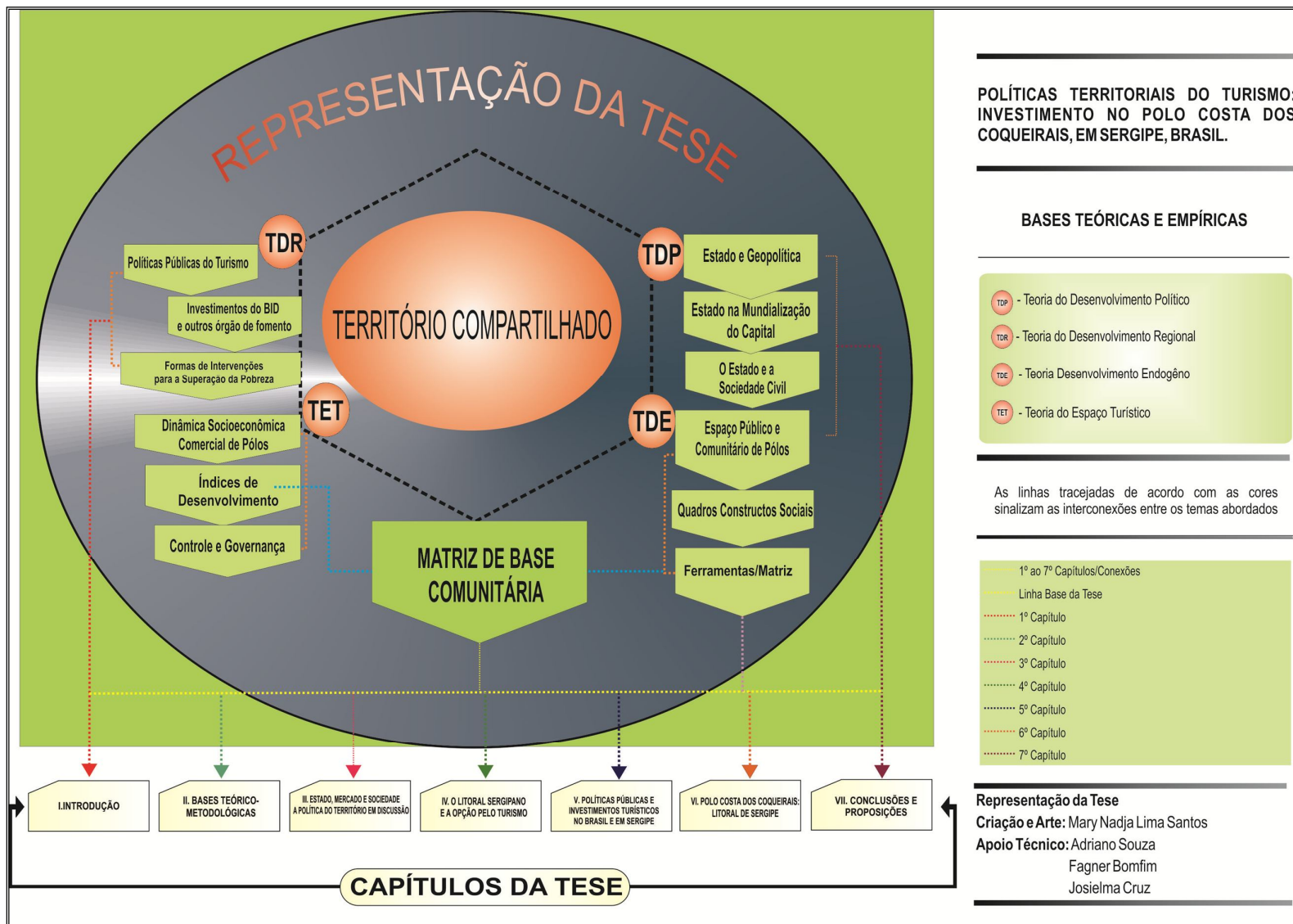


Figura 2 – Representação da Tese  
 Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2009.



## **2. BASES TEÓRICO – METODOLÓGICAS**

O estudo, em tese, tem por objetivo geral analisar os investimentos no espaço público do Polo Costa dos Coqueirais, as relações entre o papel do Estado e do mercado na definição de políticas territoriais do turismo para superação da pobreza. Evidenciam-se, a partir daí, os caminhos estruturantes da pesquisa no que concerne aos aspectos metodológicos.

Em função disso, traça-se um panorama da área de estudo, do ponto de vista dos seus atrativos; examinam-se as políticas públicas de turismo que foram implementadas nas duas últimas décadas no Brasil e em Sergipe, trazendo uma discussão acerca de seus resultados, avanços e contradições em relação à redução da pobreza (discurso). Discute-se a dinâmica socioproductiva e comercial do Polo nos aspectos dos indicadores sociais e econômicos produzidos pelos institutos de pesquisa no Brasil, como também os investimentos aplicados nesta região. Esses dados são confrontados com a pesquisa de campo desenvolvida junto aos agentes locais. Os resultados têm relevância nos procedimentos da pesquisa cartográfica e estatística – construção de tabelas, gráficos e mapas temáticos – integrados e complementares (cruzamento), no intuito de averiguar a realidade social dos municípios em questão.

A base empírica tem como elo hierárquico o Polo (região de estudo), municípios contíguos (litoral Norte e Centro-Sul) e de base comunitária (organização civil), através de seus fóruns, conselhos, associações, cooperativas e ONGs. Esse conjunto de procedimentos pressupõe apresentar e redesenhar a contribuição efetiva dos recursos para o desenvolvimento regional e local.

Nesse contexto, avaliar a dinâmica socioeconômica realizadas no trabalho de campo, implica num processo que antecede as oficinas e que é decisivo na conquista e confiança dos agentes locais – a sensibilização. Após essa demanda, de escuta e de desabafo de suas histórias de vida – tem-se a perspectiva de alcançar, nesse espaço coletivo, informações e indicativos de mudanças efetivas de desenvolvimento.

Endossa o pensamento anterior Dall'Acqua:

Face às lógicas espaciais deslocadas da economia mundial contemporânea que tendem a subordinar o local ao mundial, assiste-se, hoje a uma retomada da iniciativa das populações locais, que defendem questões locais. A intervenção de desenvolvimento deverá, a partir daí, utilizar as redes sociais locais, o espaço vivido e as representações locais (2003, p.105)

As questões utilizadas nas oficinas foram desenvolvidas com os atores e agentes sociais<sup>1</sup> e, de forma complementar, através de entrevistas estruturadas para os gestores públicos e lideranças locais.

Consultas e visitas foram feitas aos centros de pesquisa no Brasil (2007-2008), a exemplo da Universidade de São Paulo/USP, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal da Bahia e Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará.

Essa proposta de tese possibilitou cursar o *máster* em Desenvolvimento Econômico para a América Latina pela *Universidad Internacional de Andalucía, Huelva* – Espanha, por quase três meses intensivos (setembro a dezembro de 2006). As disciplinas cursadas, estudos em sala de aula acerca da problemática pobreza cujo foco principal foi a América Latina, visitas *in loco* a experiências de desenvolvimento local e em institutos de investigação científica na região de Andalucía, trouxeram resultados profícuos no fortalecimento dos resultados, principalmente no campo da Geografia Econômica e Geografia Política.

## 2.1 Teorias e teóricos que conduzem a tese

A presente pesquisa tem como fundamento a teoria de análise geográfica, que significa segundo Milton Santos, como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (2000, p. 63). Essa escolha, entretanto, não invalida utilizar aspectos conceituais da teoria da complexidade e de outras ciências que são chamadas a descrever situações locais a cada momento histórico, elaborando assim a “teoria menor” do conceito pensado (TODESCO, 2007, p. 21).

Segundo a mesma autora, a Geografia, como um subsistema da ciência, deseja sua autonomia e requer para si uma interpretação própria da chamada realidade. No entanto, a realidade para Ganger é infinita, inapreensível em sua totalidade e de interpretação inesgotável, pois o tempo é contínuo e as existências e possibilidades são inúmeras. “A ciência não é mesmo lugar das certezas absolutas, nossos conhecimentos científicos são necessariamente parciais e relativos” (GANGER *apud* TODESCO, 2007, p.13). Nessa linha de compreensão, Silveira tem como visão da realidade “um concreto pensado que é captado e construído, por aproximações sucessivas a partir de um conjunto sistêmico de idéias, isto é de uma teoria” (2000, p. 21).

---

<sup>1</sup> Sempre que se referir ao termo atores sociais, leia-se no âmbito geral do processo: o mercado (agências financeiras/empresários), os gestores públicos e a sociedade civil. No que concerne ao diálogo entre agentes sociais, prevalece à presença de suas lideranças locais, empresários de pequenos empreendimentos (setor turístico), moradores, representantes dos conselhos, associações, cooperativas e o governo.

Edgar Morin infere acerca dessa escolha:

[...] Produzimos a sociedade que nos produz. Ao mesmo tempo, não devemos esquecer que somos não só uma pequena parte de um todo, o todo social, mas que esse todo está no interior de nós próprios, ou seja, temos as regras sociais, a linguagem social, a cultura e normas sociais em nosso interior. Segundo este princípio, não só a parte está no todo como o todo está na parte. Isto acarreta conseqüências muito importantes porque, se quisermos julgar qualquer coisa, a nossa sociedade ou uma sociedade exterior, a maneira mais ingênua de o fazer é crer (pensar) que temos o ponto de vista verdadeiro e objetivo da sociedade, porque ignoramos que a sociedade está em nós e ignoramos que somos uma pequena parte da sociedade. Esta concepção de pensamento dá-nos uma lição de prudência, de método e de modéstia (2007, p. 6)

E continua ele: a “ordem dentro da desordem, a certeza da incerteza, entre o elementar e o global, entre o separável e o inseparável” são elementos e premissas de um Pensamento Complexo (*op. cit.*). Originalmente, a palavra *complexus* significa “o que se tece junto”, considerado como uma nova lógica que envolve a “compreensão das variáveis e de suas interposições”. Essa compreensão não se resume ao pensamento puramente quantitativo, mas precisa primeiramente ser pensada como um processo qualitativo e não deve ser confundida, sobretudo como algo árduo, difícil, espinhoso, embaralhado entre outros significados contidos no dicionário (MORIN; MOIGNE *apud* CAMARGO, 2005, p. 61).

Integrando esses conceitos da teoria da complexidade à teoria do espaço, Camargo infere: “o pensar complexo remete à desordem, como algo ligado à ordem, que, por sua vez, é relativa ao sistema e a sua dinâmica no espaço-tempo” (2005, p. 61).

Assim, essa teoria tem como função primordial unir (contextualizar e globalizar) e aceitar o desafio da incerteza. “É preciso substituir um pensamento que separa por um pensamento que une e essa ligação exige a substituição da causalidade por uma causalidade em círculo e multireferencial” (*op. cit.*, p. 26), representada na figura 3, síntese das teorias.

Sposito explica que o conceito de causa, na visão empírico-analítica, “é eixo da explicação científica”; na concepção crítico-dialética, a causalidade é vista como “inter-relação entre os fenômenos; no fenomenológico-hermenêutica há ausência de causalidade e privilegia o fenômeno” (2004, p. 53).

Diante disso, desenvolve-se uma análise teórico-empírica num processo de “análise circular e contínuo” (SILVEIRA, 2002, p. 12). Essa decisão teórica é interpretada não como um “ecletismo metodológico”, mas na perspectiva de extrair concepções doutrinárias e conceituais que justifiquem o uso de um determinado método, contemplando aspectos de outros e procedimentos de análises (técnicas) aqui postas.

A complexidade teórico-conceitual também se aplica ao termo região, muito bem discutida por Bezzi (2004, p. 19), seja por “relacioná-la como categoria de análise espacial (Geografia Crítica)”, seja “interpretando-a de acordo com as novas abordagens da Geografia Humanística e Cultural”. O conceito e seus diferentes métodos de investigação, segundo ela, não ficaram restritos à pesquisa geográfico-técnica e cientistas não geográficos, o que evidencia seu caráter multidisciplinar.

Nesse sentido, para efeito deste estudo, a palavra região se aplica como categoria de análise do espaço geográfico, aqui analisado no âmbito do desenvolvimento regional de polos turísticos, proposto pelos governos nacional e subnacionais.

Outro conceito tão antigo quanto o de região é o de território, aqui pensado como “análoga à de espaço” (Silveira, 2002. p. 13), que fascina e envolve toda a condução desta tese. Para Maretti, que discute a gestão territorial comunitária no Arquipélago dos Bijagós:

O território muitas vezes é uma parte, uma compartimentação do espaço, mas, mais que isso, é o espaço produzido pelos grupos humanos, e que os ajuda a manter sua reprodução social. O território implica algum domínio, exercício de poder, mas não é necessário que esse domínio seja absoluto. A representação do território e sua legitimação apóiam-se numa história não forçosamente factual: ancestrais, migração original, mitos... (2001, p. 465-466).

Há duas noções clássicas sobre o conceito de território, segundo Araújo (2003, p. 31). A primeira não está limitada apenas ao espaço físico, e a segunda é uma construção social. A autora aprofunda ainda mais – “território é também valor, é poder” – essa noção contribui para muitas ciências, dentre estas a Ciência Política e a Ciência Geográfica. Território, assim “é o espaço do poder instituído”. E, textualmente contribui, como primeira noção:

[...] Uma nação precisa de território e de uma população; de um povo e do Estado, que exerce o poder sobre o território em nome daquele povo. O Brasil, portanto, é um território; assim como o Estado do Ceará é um território; como o Município de Fortaleza é um território (ARAÚJO, 2003, p. 31).

Tratando-se da segunda noção, ainda segundo a mesma autora, território “é importante tanto para o desenvolvimento rural quanto, e, sobretudo, para o desenvolvimento regional, pois perpassa e assimila a idéia de tê-lo como espaço das identidades, dirigindo-se assim ao conceito de região; assim, é o território entendido também como construção social” (*op. cit.*, p. 31).

A contribuição de Ratzel, acerca do território, advém de grande preocupação sobre o caso alemão onde o poder e a atuação do Estado-Nacional definiam a territorialidade a ser investigada. A territorialidade do espaço, que era dada através das construções de rodovias,

canais, estradas de ferro, redes comerciais, do capital e de trabalho materializado no solo que, por sua vez, marcava os limites político-territoriais (MORAES, 1999). “O Estado aparece antes de tudo como um organizador do Estado do espaço, um gestor do território” (MORAES, 2002, p. 176).

Diante dos diversos prismas de entendimento do que seja território, Haesbaert defende e define “território ou os processos de territorialização” como “fruto da interação entre relações sociais e controle pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)” (2004, p. 235).

A territorialização carrega, juntamente com as características de controle e estabilidade, a ideia de movimento, da integração e da conectividade. A desterritorialização representa a sociedade cuja organização espacial muda de um padrão “em mosaico”, mutuamente excludente, como a lógica territorial dos Estados-Nações, para um padrão reticular, descontínuo e fragmentado, que admite sobreposições territoriais (HAESBAERT, 2002).

“Território usado”, categoria de análise desenvolvida no início do século XXI por Milton Santos e Silveira, considerada como “sinônimo de espaço geográfico e relativo às porções do espaço efetivamente usadas pela sociedade e pelas empresas” (CRUZ, 2005, p. 28). Para Cruz, essa categoria remete à existência “de seu par dialético” – o território usado confronta-se com o território negligenciado. Invertendo um pouco do que a autora traz e partindo das conjecturas de Santos; Silveira *apud* Cruz (*op. cit.* p. 28-29), o uso do território inserido no setor de serviços – o turismo – pode ser definido pela implantação de infraestruturas denominadas de sistemas de engenharia e ele se compõe de dinamismo da economia e da sociedade. Ainda nas suas discussões, os autores consideram como: “[...] movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira que juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico”.

Orea (1994) evidencia o conceito de ordenação do território e instiga um plano conceitual, mas também tecnicamente operativo e que conduz a modelos distintos de organização espacial. Assim, revela:

Ordenar el territorio significa vincular las actividades humanas al territorio. Se está haciendo ordenación territorial cuando se toma en cuenta el territorio en la definición de la estrategia de desarrollo y cuando se vinculan a él las actividades que configuran dicha estrategia (1994, p. 2).

Machado (1997, p. 24) se manifesta que, território “é a localização de uma determinada porção do espaço envolvendo superfície, formas e limites. [...] O território passa a representar uma parcela do espaço terrestre identificada pela posse, uma área de domínio de uma comunidade ou Estado”. No campo atual, a autora destaca as mudanças econômicas e políticas, em esfera planetária, pois marcam um novo período de investigação do termo território. Se, por um lado, a globalização possibilita e integra, através de suas redes técnicas, mercados e lugares em escala jamais vista, por outro provoca grandes fragmentações e desigualdades territoriais que ultrapassam as discussões limitadas ao Estado-Nação (*op. cit.*).

O conceito de territorialidade permite engendrar numa possível proposição fundamentada em Machado (1997), Raffestin (1980) e Haesbaert (2002): a territorialidade é um fenômeno associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente delimitados, que assumem características distintas e podem ser considerados como exclusivos de quem os ocupa e de quem os define.

Essa discussão anterior favorece e determina o *complexus da teoria* – o território – a região – o espaço público – que decide; que investe e/ou (des) constrói.

Assim, o quadro 1 destaca a representação simplificada das principais teorias abordadas, bem como referências de ordem estatística e de documentos oficiais, por exemplo, do BID e BIRD. Essas escolhas seguem uma linha de pensamento necessário para compreender o turismo no contexto social, econômico e político, na perspectiva da geografia.

Quadro 1 – Quadro Síntese das Referências Consultadas

DIMENSÕES TEÓRICAS/REFERÊNCIAS		
TEORIA SISTÊMICA	TEORIA DE ANÁLISES GEOGRÁFICAS	OS AUTORES
		EXTRATO DAS FONTES
		Amaral Filho (1995, 1996, 2001), entre outros;
		Amaral Filho contribui com o conceito de desenvolvimento endógeno – cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões.
		Antônio L. H. Capitán
		<i>El Pensamiento Económico sobre Desarrollo</i> colabora com fundamentos da teoria econômica, inclusive as teorias alternativas de desenvolvimento.
		Carlos A. Brandão
		Pensa a escala nacional, regional e urbana no campo da economia política do desenvolvimento. Traz uma crítica ferrenha ao discurso do “pensamento único localista”.
		Clarisse Dall’Acqua (2003);
		Fornece indícios de como identificar e analisar as cadeias produtivas locais, aqui voltadas para os empreendimentos turísticos dos Polos de Desenvolvimento em Sergipe.
		David Harvey (2005)
		O Estado e suas representações no modo de produção capitalista contemporâneo.
		Domingo Orea (1994)
		Discute o conceito de ordenação do território e instiga um plano conceitual, mas também tecnicamente operativo e que conduz a modelos distintos de organização espacial.
		José Lemos (2005); Eduardo Simonetti; María Niño (2006); Cássio Rolim <i>et al</i> (2006); Luiz Rocha <i>et al</i> (2000)
		Interpretação de dados estatístico-variáveis; econômico-sociais para países da América Latina, destacando ainda bases de dados de Índice de Desenvolvimento Humano, Índice de Desigualdade Social. Outros índices como exclusão social, pobreza e familiar (estes dados são mais novos) e possibilitam um diagnóstico mais preciso em termos de análise quantitativa.
		Edgar Morin
		O estudo de Morin trata dos elementos e premissas de um pensamento complexo, compondo primordialmente a decisão de uso teórico e empírico de outras ciências.
		François Chesnais (1996)
		Explica o comportamento, definições das multinacionais e os seus limites, além de proporcionar “uma radiografia da economia política do capitalismo” nos dias atuais.
		François Perroux (1955; 1984); John Fridmann (1969); Jan Tinbergen (1969).
		A teoria de polos de desenvolvimento da tríade configura-se em análise de uso territorial de polos turísticos.
		Francisco Llorens
		Discute o desenvolvimento local, na perspectiva de construir uma nova agenda política de desenvolvimento econômico para América Latina.
		George Benko (1996; 2002)
		Discute sobre economia, espaço e globalização.
		Ignacy Sachs (2004)
		Contribui com os modelos/conceitos alternativos de desenvolvimento.
		Ada Piazzzi & Nicolas Flano (BID);
		Discute a natureza e causas da pobreza das nações na América Latina sob pano de fundo dos investimentos de agências multilaterais.



Quadro 1 – Continuação...

DIMENSÕES TEÓRICAS/REFERÊNCIAS		
TEORIA SISTÊMICA	TEORIA DE ANÁLISE GEOGRÁFICA	OS AUTORES
		EXTRATO DAS FONTES
		Max Weber, Karl Marx, Norberto Bobbio (2000; 2004) e Nicos Poulantzas (2004).
		Mercedes Buendía (2002)
		Milton Santos (1996; 2000; 2002; 2003; 2004a; 2004b)
		Mário Beni (2006); Rita Cruz (2000; 2005);
		Javier M. Peinado
		Mccay, B.; Acheson, J. (Eds), 1987; Raymund Hames (1979); Antônio Diegues (2004)
		Mário Petrocchi (2002)
		Roberto Boullón (2002)
		Rogério Haesbert (2004; 2005) entre outras publicações.
		STEPHANOU, Michelle; Documentos oficiais do BID, BIRD;

O diagrama, que segue, é uma representação simbólica e tem a função de demonstrar as teorias utilizadas e que se destacam nesta pesquisa. Nesse simbolismo, também se quer mostrar o movimento que essa figura proporciona – de um lado a outro e o ir e vir. Essa relação de oxigenação do processo passa por uma dada situação, que tem consequências e concretamente (dominação) conduz a um tipo de apropriação que envolve o ser.

## 2. BASES TEÓRICO - METODOLÓGICAS

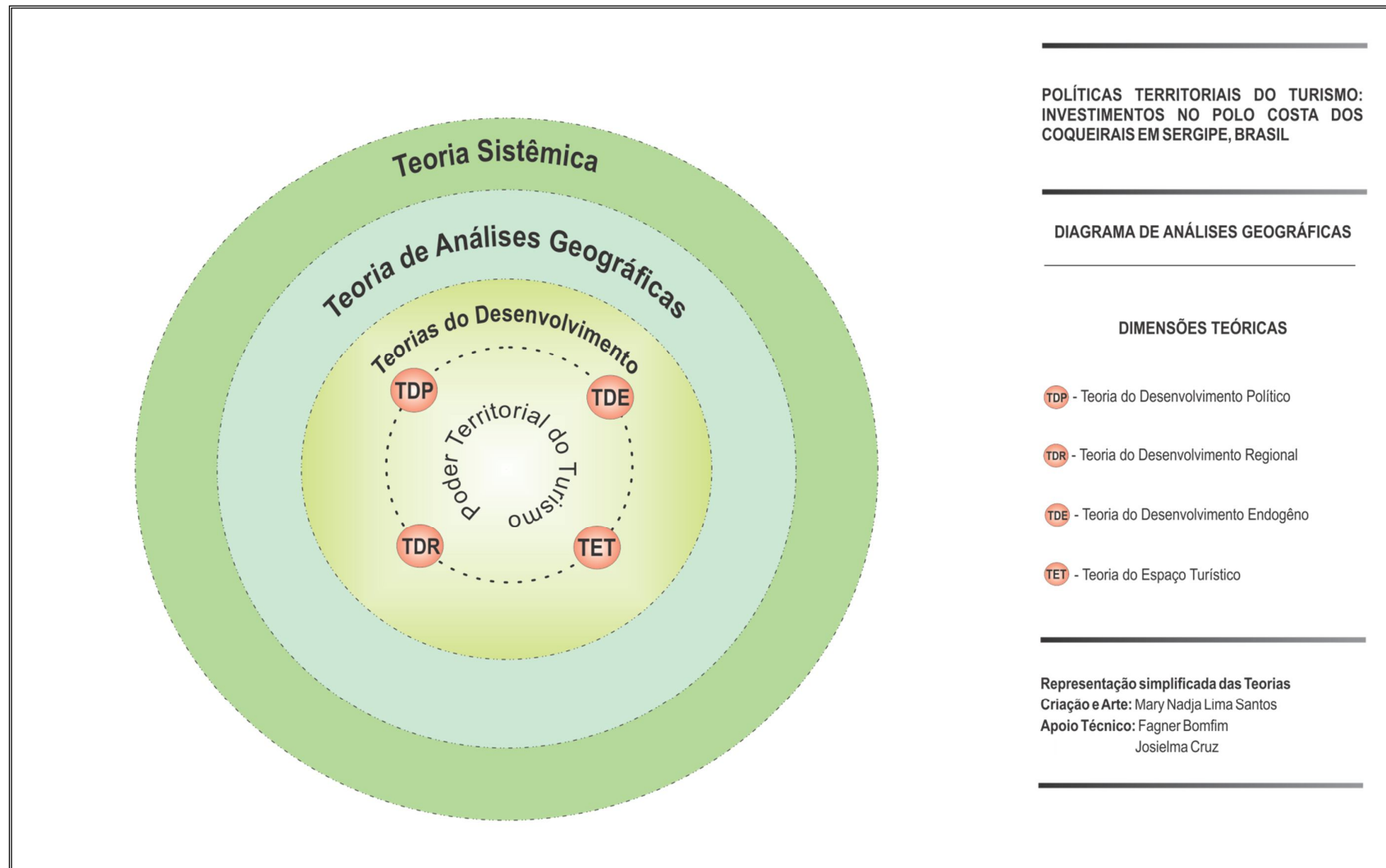


Figura 3 – Dimensões Teóricas da Tese  
Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2009.

## 2.2 O Método e os procedimentos de análise

O método fenomenológico-hermenêutico designava, até o fim do século XIX, todo esforço de interpretação científica daquilo que exige uma explicação. Contemporaneamente, a hermenêutica ‘constitui uma reflexão filosófica interpretativa ou compreensiva sobre os símbolos e os mitos em geral’ (Sposito, 2004, p. 35). A hermenêutica tem compreensões e entendimentos distintos: a primeira se propõe refutar o empirismo e positivismo ao mesmo tempo se apresenta como uma nova metodologia do conhecimento – apreensão pura das essências e capaz de descrever a experiência total do vivido, do humano; a segunda é entendida como uma corrente filosófica fundada por E. Husserl, que visa estabelecer um método de fundamentação da ciência e desconstituição da filosofia como ciência rigorosa (Nunes *apud* Sposito, 2004). O projeto fenomenológico se define como ‘uma volta às coisas mesmas’, o que, segundo o mesmo autor, resvala na consciência daquilo que se dá intencionalmente<sup>2</sup>.

A fenomenologia traz consigo uma ausência de delineamentos doutrinários rígidos e sistemáticos e aí vale citar o que Backker; Bochenski citado por Bergen (1990, p. 67) colocam “é uma tendência e um método e (...) processo de conhecimento especial baseado na contemplação espiritual”.

Toma-se posição em relação à composição teórica e ao desenvolvimento da pesquisa o **método hermenêutico**<sup>3</sup>, tipo pesquisa-participante. Há nessa escolha uma dimensão de complementariedade com a fenomenologia que define o caminho a ser trilhado.

Tal decisão tem fundamento a partir da compreensão de Sposito (2004, p. 51), no que diz respeito à formação de “uma dualidade que puede ser captada e interpretada dialeticamente”. E demonstra que, com o auxílio do método, se pode ler a realidade por ‘varias puertas de entrada’ e interpretar dialeticamente o que produziram autores neopositivistas ou fenomenólogos ou vice-versa.

Essa descrição mencionada pelo autor a respeito do método refere-se à filosofia hegeliana. São termos por Hegel utilizados: “interpretação”, “dialética”, “crítico”, “teoria”, “prática”, “contradição”, enfim, um conjunto de palavras que só ganharam o sentido que se

---

<sup>2</sup> “O conceito de intencionalidade ocupa lugar central na fenomenologia, definindo a própria consciência como intencional, como voltada para o mundo. [...] compreender o peso que a fenomenologia deu ao ‘eu-pensante’, não no sentido cartesiano, mas como intencionalidade, desvelar-se do humano, tendência e apelo para o Ser” (Nunes *apud* Sposito, 2004, p.35-36).

<sup>3</sup> Notas: <sup>(1)</sup> Hans-Georg Gadamer – *Hermenêutica de la Modernidad*  
<sup>(2)</sup> Friedrich D. E. Schleiermacher – *Hermenêutica: arte e técnica da interpretação*

conhece hoje graças a ele. Elas se espalham para outras áreas do conhecimento além do próprio campo filosófico, como a educação, a antropologia, a sociologia, a história, entre outros.

A abordagem do conhecimento geográfico por um método leva, necessariamente, à constituição de suas próprias referências teóricas. “Isso não significa que o método tenha que subjazer a uma ou outra tendência doutrinária, embora, historicamente, a ciência, por causa de sua característica de ser separada em disciplinas, tenha produzido ligações dessa natureza” (SPOSITO, 2004, p. 53-54).

Nessa linha de raciocínio, apresentam-se no quadro 2 uma síntese dos mecanismos que direcionam a opção pelo método, com ênfase na análise qualitativa.

**Quadro 2 – Demonstrativo dos aportes, realçando a opção do método**

HERMENÊUTICO	APORTE COMUM	FENOMENOLÓGICO
Dinâmica própria <sup>1</sup>	Interrelação do todo com as partes e vice-versa	O fenômeno ...visto de <i>per si</i>
Explicação do fenômeno	Não há como verificar a transformação da realidade, sem interpretá-la. No entanto, para efeito dessa análise, o pesquisador não está só, ele interpreta com os agentes sociais e sujeitos <sup>4</sup> .	Preocupação com a interpretação da realidade pela ótica do pesquisador e dos pesquisadores
Interpenetração (busca dos sentidos)	Experiência total do vivido, do humano	Volta às coisas mesmas
Apreensão pura das essências	Constructos de fóruns e de oficinas, escuta aos conselhos, representações públicas e privadas, associações.	Ausência de delineamentos doutrinários rígidos e sistemáticos
Pesquisa participante, entrevistas, observação	<i>Brainstorm</i> (tempestade de idéias); Oficinas Co-participantes	Pesquisa participante, entrevistas, observação

Fonte: Organizado/Proposto pela autora, 2009. Base conceitual de Gamboa *apud* Sposito, 2003.

Nota: <sup>(1)</sup> Hans-Georg Gadamer – *Hermenêutica de la Modernidad*

<sup>(2)</sup> Mccay B. J; Acheson J. – *Human Ecology of the Commons*

Vale chamar a atenção para as oficinas coparticipantes que foram utilizadas para descrever, contar (*brainstorm*) e apreender a sua realidade; nesse *ir e vir resgata-se* a luta

<sup>4</sup> “[...] A propriedade comum deveria se referir a uma noção exclusiva e ao mesmo tempo inclusiva do bem comum envolvido” (Anderson; Durrenberger and Palsson *apud* Mccay; Acheson, 1987, p. 8).

pela sobrevivência em bases cidadãs, mesmo que a lei de mercado abafe as vozes da sociedade, da comunidade que historicamente são silenciadas por natureza.

Quanto à definição das técnicas e dos instrumentos mais adequados, o município de Brejo Grande, em Sergipe, já se constitui, por esta pesquisa, a **célula-mãe** que consiste numa investigação de referência para os demais municípios do Polo Costa dos Coqueirais. Esta pesquisa teve como característica buscar e estudar os elementos que compõem os fenômenos (causa e efeito), que equivalem à análise dos aspectos exteriores (essenciais) e de aparências (superficiais), como endossa Richardson *et al.* (1999).

Além disso, Chizzotti auxilia empiricamente no que se refere à preocupação com a adequação do instrumento da pesquisa aos objetivos e à “[...] objetividade das perguntas e dos procedimentos” metodológicos (2006, p. 52). O município de Brejo Grande proporciona, assim, sustentação de uma base investigativa para os demais municípios pesquisados, a exemplo de decisões dos agentes pertencentes aos fóruns existentes, conselhos, associações. O uso de oficinas coparticipativas teve a função de não só conhecer a percepção deles (municípios) em relação a sua realidade, mas, principalmente, construir com eles um conhecimento acerca das desigualdades sociais, das causas e efeitos da pobreza, na perspectiva de trazer um turismo que promova o desenvolvimento socioproductivo e comercial dos polos assentados na organização civil.

As abordagens são feitas a partir da pesquisa quali-quantitativa, apesar de que ambos se diferenciam não só pela sistemática pertinente a cada um deles, mas, sobretudo pela forma de abordagem do problema. Essa escolha, no entanto, não invalida o aspecto qualitativo da pesquisa que “pode estar presente até mesmo nas informações colhidas por estudos essencialmente quantitativos, não obstante perdem seu caráter qualitativo quando são transformadas em dados quantificáveis, na tentativa de se assegurar a exatidão do plano dos resultados” (RICHARDSON *et al.*, 1999, p. 79).

Nesse sentido, a análise quantitativa caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas. É frequentemente utilizado nos estudos descritivos, naqueles que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis, bem como nos que investigam a relação de causalidade entre fenômenos (*op. cit.*). Prevê, para efeito deste estudo, procedimentos estatísticos de análise dos dados acerca de tabelas, gráficos e dados estatísticos, entre outros, além do uso de questionário fechado ou semiaberto e entrevistas diretivas aplicadas às lideranças locais e gestores públicos e privados.

Quanto às técnicas que dão suporte às análises qualitativas, justifica-se seu uso, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social.

Assim descreve:

[...] Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON *et al*, 1999, p. 80).

Algumas técnicas serão utilizadas: a observação participante, que consiste segundo Gil (1999), na participação real do conhecimento da vida da comunidade, do grupo, ou de uma situação determinada; consultas a fóruns já estabelecidos pelos munícipes; e oficinas co-produzidas com as comunidades locais, que serão utilizadas na perspectiva de que aqueles que não têm voz possam gerar informações significativas sobre suas condições ou sobre seus possíveis relacionamentos com outros interlocutores (THIOLLENT, 2005). Essa decisão não é excludente, mas complementar. Assim, as análises quali-quantitativas se autocompletam.

O processo de investigação apoia-se ainda nos padrões interativos da população do Polo Costa dos Coqueirais, constituindo-se em estudo de realidade, que pretende contribuir para o avanço de novas experiências de turismo nas teorias modernas de inclusão social. Para Lefèbvre *apud* Sposito (2004, p. 41), "é utilizando-se da dialética que os pesquisadores confrontam as opiniões, os pontos de vista, os diferentes aspectos do problema, as oposições e contradições; e tentam... elevar-se a um ponto de vista mais amplo, mais compreensivo" da realidade humana.

Dos municípios sergipanos catalogados, treze, localizados no litoral, é considerado o universo da pesquisa e destes, oito municípios são estudados (amostra). Priorizaram-se aqueles que têm potencial paisagístico e, paradoxalmente, o Índice de Desenvolvimento Humano baixo, desigualdades sociais (pobreza, além dos investimentos aplicados pelo Estado. O litoral norte corresponde a Brejo Grande, Pacatuba Pirambu e Barra dos Coqueiros. Na porção centro-sul, Aracaju e São Cristóvão com índices mais sustentáveis e, na porção sul, Estância e Indiaroba também de interesse estratégico se observam potencialidades singulares (atrativos naturais e artificiais), indústrias, fábricas e investimentos em infraestrutura bem mais diferenciadas que no litoral norte, mas também com problemas sociais graves vistos nos seus povoados. Na área de negócios, aparece hotelaria, bares e restaurantes, centro de informações e programas de roteirização.

Assim, esta decisão constitui elos já pesquisados na dissertação de mestrado (1999); no Plano de Desenvolvimento Local e Sustentável instalado em Brejo Grande/SE (2001-2002) e, por acompanhar, não só em sua fase embrionária, mas também de todo o processo de organização e elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável – PDITS em 2002/2005, sob a responsabilidade do Estado com a articulação dos vários segmentos da sociedade que, direta ou indiretamente, trabalham com turismo.

Não obstante algumas linhas teóricas conduzirem este estudo para a escolha do método/técnicas investigativas, não se pode subtrair decisões que foram tomadas ainda em função da prática e de escuta dos fatos às comunidades do Polo Costa dos Coqueirais, especialmente no âmbito do município de Brejo Grande. Enumeram-se os fatos para chegar às contribuições teóricas – das contribuições teóricas a uma interpretação/ação dos fenômenos que permeiam essas relações.

Isso se explica pela forma inicial de abordagem na pesquisa de campo – identificação das lideranças (agentes, empresários, gestores públicos) e sensibilizando-os do processo de conhecimento (cursos), elaboração do diagnóstico e planos estratégicos pensados por esses representantes. Esse aprendizado proporcionou, para os demais municípios pesquisados (Pacatuba, Pirambú, Barra dos Coqueiros, Aracaju, São Cristóvão, Estância e Indiaroba), adaptações e fortalecimento da metodologia aplicada em bases territoriais.

As categorias/dimensões, a seguir, revelam os parâmetros de análise da pesquisa de campo. Também se evidencia a essência do levantamento (os investimentos que tiveram efeitos positivos para minimizar a pobreza das comunidades) e aqueles recursos que até foram aplicados formalmente, mas que atenderam a outros interesses. Tal assunto é tratado no capítulo 5.

A preparação das oficinas foi pensada particularmente e de forma singular para cada município – os primeiros contatos, o olhar, a conquista de cada líder, de cada gestor, de cada empresário, sensibilizando-os acerca da importância da coparticipação para discutir os rumos do desenvolvimento local.

A região do polo tem como centro de decisões a cidade de Aracaju, capital de Sergipe e nela foi realizada a 29ª Reunião do Polo Costa dos Coqueirais, tendo e na pauta o Diagnóstico Rápido Participativo – DRP, para responder às questões essenciais da tese. Numa reunião dessa natureza não se dispõe de muito tempo; por isso, foram utilizados para esse fim oitenta minutos. No entanto, mesmo sendo colocadas em discussão coletiva, não houve tempo de responder a todas as perguntas. Daí ficou acordado e aprovado pelos conselheiros o compromisso de responder via e-mail àquelas equivalentes às instituições ali representadas ou

por entrevistas – Estado, empresários do setor turístico e representantes do terceiro setor. Além disso, no ato da chegada de cada conselheiro, foi entregue um formulário individual que completava a discussão coletiva da tese. No entanto, apenas cinco conselheiros o devolveram preenchido.

O município de Brejo Grande, em Sergipe, é pesquisado desde dezembro de 2001/2002 através do Programa Comunidade Ativa, com aplicação de metodologias participativas. Além desse momento, retorna-se em julho/2006; de setembro a dezembro de 2006 (Huelva-Espanha) para estudar, catalogar dados e conhecer novas experiências de desenvolvimento local; maio/julho/outubro/novembro de 2007, pesquisa nos municípios de Pacatuba, Pirambu e retorno a Brejo Grande (litoral norte). No período de maio a dezembro de 2008 e março a junho de 2009, as oficinas transcorreram de acordo com as condições dos municípios em virtude das eleições e de outros fatores de interesse da comunidade. As entrevistas foram aplicadas em Aracaju e São Cristóvão (litoral centro-sul), Barra dos Coqueiros (litoral norte), Estância e Indiaroba (litoral sul).

Na tentativa de melhor esclarecer a operacionalidade da pesquisa, propõe-se um quadro que represente as categorias/dimensões de análise. Essas cruzam entre si.



Quadro 3 – Categorias e Dimensões de Análise

CATEGORIAS E DIMENSÕES DA PESQUISA				
DINÂMICA TERRITORIAL DO ESPAÇO-TEMPO	TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO	ESSÊNCIAIS/SUPERFICIAIS		
		Estado	Poder do Estado Estado e Geopolítica	Ações/Investimentos e outros órgãos de fomento
		Mercado	Dinâmica Socioeconômica e Comercial do Polo Costa dos Coqueirais	Investimentos do BID; Índice de Gini, IBGE/PNUD – Educação, moradia, saúde, saneamento, empregos e renda.
		Território do Turismo	Espaço público e comunitário (Participação Cidadã)	Oficinas participativas <i>Constructos</i> sociais Litoral sergipano

Fonte: Organizado/Proposto pela autora, 2009.

Os dados foram analisados da seguinte forma:

- Análise da documentação, em fichas produzidas pelos organismos oficiais e escrever a sua essência – atas do Conselho do Polo; planos de desenvolvimento e os investimentos aplicados (cerne da tese).
- Avaliação de artigos, periódicos, livros e eventos científicos sobre a temática, além de documentos filosóficos e investigações no âmbito da questão da pobreza em interface com a questão ambiental voltada para o turismo, que proporcionaram discutir e propor os fundamentos da pesquisa;
- Confecção das oficinas – colaboração dos prefeitos, secretários, empresários e, principalmente, das lideranças locais para organização da ida ao local; identificando e avaliando os dados com as comunidades e, posterior, mapeamento. Nesse momento, os alunos do Curso de Tecnologia em Gestão do Turismo IFS contribuem para realização e organização dessas oficinas, além de lhes proporcionar um

aprendizado – de ir e vir (mão dupla) e oportunidade de como elaborar um diagnóstico participativo local.

Tratam-se, assim, os dados catalogados e configurados em forma de painéis, separando os problemas e as soluções indicadas por eles, e discute-se a governabilidade das ações e a participação da comunidade no processo de desenvolvimento; monta-se e configura-se um modelo de gestão dialógica entre pesquisador e comunas (lideranças ou agentes locais).

Diante desse tratamento de dados, espera-se contribuir com uma base teórico-metodológica a partir dos seguintes pressupostos:

- Trabalho teórico conceitual que sistematiza conceitos e indicadores e conclui com a formação de um modelo metodológico;
- Mapeiam-se os investimentos das agências multinacionais aplicados no Polo Costa dos Coqueirais, através de pesquisa documental;
- Levantamento que envolve procedimentos e análise de uso territorial do espaço, além de uma investigação evolutiva de material bibliográfico, com ênfase em dados de Índice de Desenvolvimento Humano, Índice de Desigualdade Social e de avaliação dos trabalhos das instituições públicas responsáveis pelo incremento do setor turístico em Sergipe, nas duas últimas décadas;
- Seleção e análise da dinâmica socioproductiva e comercial locais do Polo;
- Sistematização final do tipo não só descritivo que possibilite chegar a um conjunto de conclusões e sugestões, mas principalmente uma proposta de matriz de desenvolvimento local que subsidie uma nova discussão teórica acerca dos investimentos que são utilizados para superar a pobreza.

Após catalogação das informações subsidiadas pela sustentação teórica, foi construído um diagrama (figura 4) de que constam as etapas da pesquisa, considerando a simplificação dessa seção.

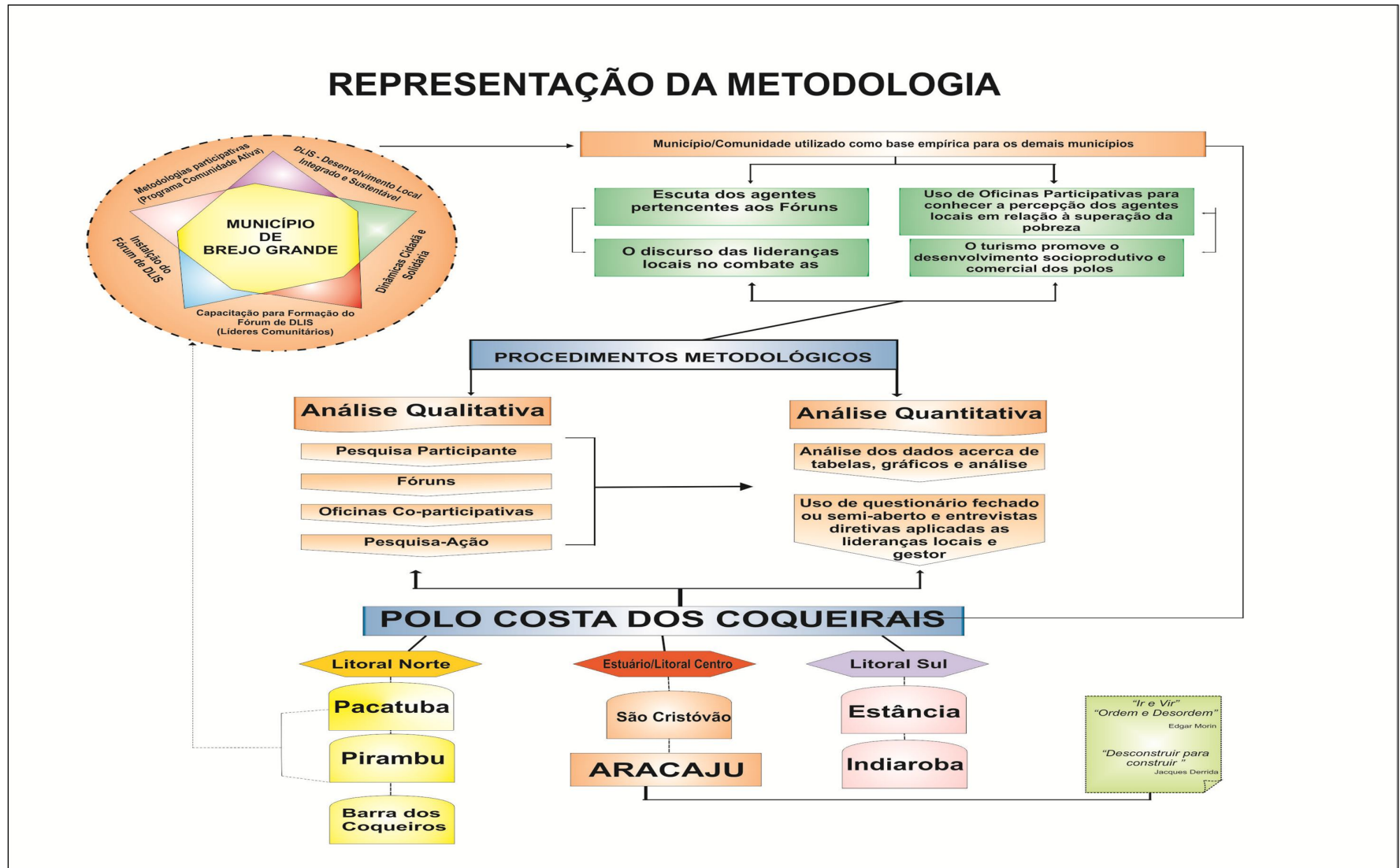


Figura 4 – Representação da metodologia  
Fonte: SANTOS, Mary, N. L., 2009.

### 3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLITICA DO TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

O título desta seção foi inspirado em Jacques Derrida e a partir do que ele denomina como fundamento da desconstrução: “podemos então ameaçar metodicamente a estrutura para melhor percebê-la” (2005, p. 96). Em função disso, pensa-se e ousa-se, ao mesmo tempo, avaliar o que está posto no âmbito do Estado e do Território como espaço de poder (de fora); e dentro de uma nova (des)construção social.

O estado, o mercado e o poder territorial do turismo provocam à necessidade de delinear e discutir as dimensões teóricas numa concepção do espaço geográfico. Nessa abordagem há a preocupação de integrar o conhecimento da Geografia ao *complexus* do turismo<sup>5</sup>; e além disso, alia o espaço que é “ricamente relacional, mas eivado de abstrações” ao “chão” do território, local que revela as situações econômicas, as ambientais e as políticas dos seus agentes sociais<sup>6</sup> e, de *per si*, do caráter regional (espaço das identidades).

A base natural-social da Geografia conduz esta Tese, então, aos (des)caminhos do que acontece no território do turismo, sem dissociá-los dos seus elementos “físico-naturais”, “humano-sociais das paisagens”, que outrora não se interrelacionavam (visão determinista e positivista da ciência geográfica). Mas contribuíram, sobretudo na compreensão do quadro natural (meio ambiente)<sup>7</sup> do planeta e marcaram a historiografia daquele período (século XIX e meados do século XX). São eles: Ratzel, Humboldt e Ritter, entre outros (MENDONÇA, 1998).

O estudo traz, assim, uma discussão inicial sobre o processo de transformação do Estado no contexto da mundialização do capital, sem contudo, deixar de registrar os aspectos conceituais evolutivos do Estado, e sua relação com as forças intermediárias, aqui representadas pela sociedade e pelo social.

---

<sup>5</sup> *Complexus* significa, segundo Edgar Morin, “o que foi tecido junto”. [...] Existe complexidade, quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo, como, por exemplo, o político, o econômico, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico. [...] “A complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade” (2002, p. 38).

<sup>6</sup> *Agentes Sociais* são aqueles que constroem sua história, o seu cotidiano e fazem uso dos saberes locais – conhecimentos tácitos e simbólicos, mitos e lendas – e participam das decisões políticas, sociais e econômicas do local (elaborado pela autora).

<sup>7</sup> *Meio Ambiente*, de cunho naturalista (1º momento) – compreende o relevo, o clima, a vegetação, a hidrografia, a fauna e flora “dissociadamente do homem ou de qualquer sociedade humana” (MENDONÇA, 1998, p. 22).

### 3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLÍTICA DO TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

#### 3.1 Estado e Geopolítica

Na concepção deste estudo, discutem-se as relações de poder exercidas entre o Estado, como agente sedutor, e o mercado diante de uma sociedade parcialmente alheia e submetida a ele sem força (luta) frente aos efeitos da mendicância e da pobreza.

O Estado é, como realidade objetiva, uma forma específica, singular, de organização do poder político que se caracteriza pela concentração e monopolização das relações políticas e do poder político, revela Figuera. Quando se configura e se concretiza historicamente, no período inicial do capitalismo, o termo Estado passa a designar algo totalmente novo: “as poliarquias – governos de muitos – de caráter impreciso no territorial e pouco coerente, se convertem em unidades contínuas de poder e fortemente organizadas” (2002, p. 108).

Da raiz da palavra e do pensamento sobre o Estado, extraem-se várias acepções dentre as quais se destacam: “[...] condição de posse permanente e exclusiva de um território e de comando sobre os seus respectivos habitantes” (Bobbio, 2000, p. 67). É a partir de Maquiavel, em o *Príncipe*, que se impõe e se difunde o significado de Estado. Assim diz ele: “Todos os Estados, todos os governos que tiveram e têm autoridade sobre os homens são Estados e são ou repúblicas ou principados” (2004, p. 11). A História, através de seus atos humanos, e o Estado, como manifestação do poder, aparecem em uma relação de interdependência conceitual. Ao mesmo tempo que evidencia a evolução da concepção de Estado, revela as características dos governantes (Maquiavel, 2004). O mundo sempre foi habitado por homens com as mesmas paixões (o conflito e a anarquia), e sempre existiram governantes e governados, bons e maus súditos (*op. cit.*). **Não seria uma constatação uniforme, linear do poder ou poderes instituídos?** Weffort o interpreta, quando se refere às suas ideias e à história utilizada, pensada e analisada incessantemente por ele como “um desfile dos fatos dos quais se deve extrair as causas e os meios utilizados para o enfrentamento do caos resultante da expressão da natureza humana” (s/d, p. 19).

Não estaria aí a raiz de um modelo de Estado naturalmente imposto – que enfraquece o “equilíbrio da ação individual e coletiva” aparentemente irreconciliáveis? No Polo em epígrafe, integrante de uma área de desenvolvimento econômico limitado, o Estado aparece como um agente sedutor, pelas carências e pelas conveniências sociais.

Marx se expressa sobre o pensamento do Estado como reino não da razão, mas da força; não do bem comum, mas do interesse de uma parte; o Estado não tem por fim o bem viver de todos, mas o bem viver daqueles que detêm o poder. [...] Todo Estado, para ele, é uma ditadura e tem como destaque apenas o problema de *quem* governa (burguesia ou proletariado)

3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLÍTICA DO  
TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

e *não* como governa (Bobbio, 2000). Já Max Weber define o Estado moderno, do ponto de vista sociológico, “como um meio específico que lhe é próprio, como também a toda associação política – o da coação física”. Na atualidade, o Estado é aquela comunidade humana que, dentro de um determinado território, faz parte da qualidade característica e reclama para si, com êxito, o monopólio da coação física legítima (1999, p. 525).

Posse, comando, autoridade, força, poder e coação física são características do que impõe o Estado aos seus habitantes e aos seus territórios. De certa forma, há aspectos não só contraditórios, como também aspectos em comum entre os autores inicialmente referenciados. No entanto, chama atenção a análise feita por Juan Marsal em relação a Weber e a Marx sobre essa questão.

Na opinião de Juan Marsal (2003, p. 16), Weber é fundamentalmente deslumbrado pelo poder político e antidemocrático em suas ações. “[...] A concepção que Weber tem do poder é de uma crueza absoluta separando-se assim de qualquer aparência jurídica ou ideológica. Está na tradição da razão de Estado ou do Estado de poder”.

Para Max Weber, “a lei, separando-se da tradição jurídicista, é a compulsão física ou psíquica com intenção de obter conformidade com a ordem. O Estado é o monopólio legítimo da força; a nação, a aspiração a ter um estado próprio” (MARSAL, 2003, p. 16). Segundo o mencionado autor, Weber observa que há uma tendência atual, que considera impossível de deter, para a concentração de poder em mãos de poucos e a separação do poder daqueles que trabalham.

Observa-se que as percepções da tríade são distintas e se convalidam entre si, respectivamente – o que Marx, Weber e Maquiavel dizem e preveem. O primeiro, enquanto fim do Estado (visão utópica) ou o Estado se apresentar de outra forma (visão concreta). A Filosofia do Estado moderno de Hegel é utilizada por Marx, pois entendia ser a partir da crítica do Estado real que se chegaria à penetração das massas e a converter-se em força social capaz de mudar a sociedade (MARX, 2005). “Não é o Estado que cria a sociedade civil, conforme pretendia Hegel. Ao contrário, é a sociedade civil que cria o Estado. A sociedade civil é o verdadeiro lar e cenário da história. Abarca todo o intercâmbio material entre os indivíduos, numa determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas” (MARX; ENGELS, 2002, p. 31). Weber indica que o Estado tal, qual se apresenta na era moderna e contemporânea é forte, tem domínio sobre a classe trabalhadora e está a favor do capital; e Maquiavel reforça o pensamento moderno de Weber no que diz respeito à conformidade das ações entre governados (submissão) e governantes (poder constituído).

Nessa linha de compreensão, Poulantzas endossa:

**3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLITICA DO  
TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO**

O Estado organiza e reproduz a hegemonia de classe ao fixar um campo variável de compromissos entre as classes dominantes e as classes dominadas, ao impor muitas vezes até as classes dominantes certos sacrifícios materiais a curto prazo com o fim de permitir a reprodução de sua dominação a longo termo (2000, p. 188).

Entende-se aqui como classe o que Marx designa como lugar da produção – os trabalhadores assalariados dependentes da indústria e não dispendo de meios de produzir, ora formado por uma comunidade de interesses econômicos, ora resultante de uma situação econômica que permite explorar os seus membros (PERROUX, 1972).

Ampliando melhor o conceito anterior, o mencionado autor diz:

A classe é para Marx, essencialmente, o subconjunto social formado pelos trabalhadores assalariados e dependentes, privados da disposição de meios de produzir. São eles que – mais visivelmente na indústria – fornecem o sobre-trabalho, extraem a mais valia, dão origem ao lucro, são vítimas de pauperização e tornam necessária a catástrofe ou mutação total do sistema (PERROUX, 1972., p. 14-15).

Bobbio (2000) traz em sua crítica os Ensaio sobre Gramsci, no que se refere ao conceito e contribuição acerca do Estado em relação aos seus liderados: todo Estado é uma ditadura e toda ditadura precisa de líderes; a relação entre líderes e massas não é do tipo militar, mas do tipo orgânico (seres organizados). Gramsci escreveu, sobretudo sobre as crises do sistema e os eventos dos quais elas nascem, a passagem de um sistema a outro e não tanto no que diz respeito às formas de governo, às instituições em geral e aos diversos sistemas políticos. O filósofo vai apresentar elementos básicos para a compreensão atual de sociedade civil, definindo-a como “o conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias pelas quais as classes buscam exercer a hegemonia”. A reestruturação do conceito está em Teixeira (2002, p. 42).

Delineia-se nesse momento a possibilidade de uma nova relação com o Estado entre líderes e massas.

O discurso de Rousseau sobre as origens e os fundamentos da desigualdade entre os homens contribui para uma reflexão teórica nas relações de poder que, de certa forma, está relacionada com o entendimento do que seja Estado.

Rousseau, no seu discurso sobre a desigualdade social, provoca uma reflexão inicial: a trajetória do homem-natureza na condução política que viabilize a constituição de um governo. Se ele fosse escolher onde viver “teria procurado um país no qual o direito, a legislação fosse comum a todos os cidadãos, pois quem pode, melhor do que eles, saber quais as condições em que lhes convém viver juntos numa mesma sociedade?” (ROUSSEAU, 1983, p. 219).

### 3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLITICA DO TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

No sentido preciso da palavra, Rousseau diz que é no governo que se encontram as forças intermediárias, cujas relações compõem a relação do todo com o todo, ou do soberano com o Estado, colocando, portanto, nas mãos do povo toda a soberania.

Na compreensão de Lefebvre & Macherey (1999), Rousseau tem uma ideia do Estado com conteúdo concreto, pois supõe a existência de uma vontade comum; no entanto, cometeu o erro de construir essa vontade sob a forma de um contrato a partir da decisão de vontades independentes. Assim revelam:

A unidade orgânica do Estado constitui-se a partir desse princípio que primeiramente se exprime por meio da soberania do Estado ou do seu poder. Esse poder representa diretamente a idéia do Estado, e resulta de seu desenvolvimento imanente: portanto, não se trata apenas de um poder que estaria exteriormente estabelecido, mas de uma soberania necessária e racional que tira de seu princípio interno a sua coerência e a sua legitimidade (Lefebvre & Macherey, 1999, p. 82).

Hegel (1996), no entanto, percebe que a estrutura jurídica da sociedade civil-burguesa está intrinsecamente ligada à esfera de mercado, ao dizer que a “universalidade da liberdade” (abstrata) é um direito da propriedade. O pensamento hegeliano corrobora o reconhecimento da sua igualdade perante a lei, mesmo que haja diferenças e particularidades de cultura, de raça e de crença e o homem vale pelo que é.

No pensamento liberal, do ponto de vista metafísico<sup>8</sup> e ontológico<sup>9</sup>, o significado do indivíduo é mais real do que a sociedade, e a precede – “[...] O indivíduo é um teste para a moralidade e a verdade” (VINCENT, 1995, p. 42).

É fundamental introduzir e observar essas ideias contraditórias e conflituosas, para compreender, do ponto vista político, como se deu e se dá no debate atual o conceito de sociedade – sociedade civil – social, no espaço público.

Nesse sentido, Hegel concebe o Estado separado da sociedade civil, e esta é, por sua vez, determinada pelas relações econômicas. “[...] A sociedade civil-burguesa moderna se instaura e urde por esta institucionalização dos direitos universais do homem e pela simultânea

<sup>8</sup> Metafísica – ciência primeira, que tem por objeto o objeto de todas as outras ciências e, por princípio, um princípio que condiciona a validade de todos os outros. Pressupõe uma situação cultural determinada, em que o saber já se organizou e dividiu-se em diversas ciências, relativamente independentes e capazes de exigir a determinação de suas interrelações e sua integração com base num fundamento comum. [...] Nessa ciência das ciências, Platão reconhecia a dialética, desde que fundamentalmente houvesse a crítica sem, contudo, ousar tocá-las porque não estão em condições de explicá-las (ABBAGNANO, 2007, p. 766-767).

<sup>9</sup> Metafísica e Ontologia – *s. f. (filos)*. Ontológico (*adj.*). Enquanto a metafísica parece já conter em si uma solução específica do problema do ser, o termo ontologia mostra-se mais descritivo e menos ligado a uma possível resolução do problema do ser (especula-se sobre a natureza do ser). O uso universal desse termo “parece” menos comprometido com o passado e com a polêmica entre metafísicos e pós-metafísicos à época. Por isso que parte dos estudiosos se refere a ambos os termos como se fossem sinônimos (ABBAGNANO, 2007, p. 848); (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2008, p. 923).



3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLITICA DO  
TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

universalização da liberdade abstrata, negativa e igual, que é também a institucionalização da contingência e do antagonismo social” (HEGEL, 1996, p.7).

Devido a esse entendimento, ele constrói duas formas de presença embrionária do Estado ético na sociedade civil-burguesa, a Polícia Administrativa e a Corporação. A primeira tem por função, de forma extensiva a toda sociedade, “garantir a ordem externa” por meio de medidas preventivas, e exercer funções gerais de “regulação do mercado”, de vigilância da escola pública e de assistência social. A segunda visa “reunir em associações cooperativas os indivíduos que exercem certo trabalho comum nos diversos ramos da sociedade”. Essas formas entre o “atomismo da esfera” de mercado e o Estado servem para controlar, relativizar e superar a contingência do mercado e o seu antagonismo social, transformando a racionalidade econômica e estratégica em aparência, porém necessária, da racionalidade ética (HEGEL, 1996, p. 7-8).

Essas contradições em Hegel são contestadas por Abensour e são extremamente naturais já que fazem parte de sua filosofia, em relação ao pensamento do Estado ético e o mercado (sociedade civil-burguesa): apesar de Hegel pensar a essência do Estado como sendo a realização da ideia ética favorável à *práxis* política, criticou os alemães por seu vazio político; não concebe a reconciliação, senão no campo do espírito e sob a forma de uma mediação especulativa. Sob esse enfoque, Abensour traz a nova corrente que compete ultrapassar essas contradições através da realização da razão na existência, abandonando o ponto de vista puramente teórico e voltando-se para a vontade dos homens. Na percepção dele, essa nova tendência crítica apresenta-se como a unidade da vontade e do pensamento e se propõe a substituir uma filosofia da vontade e da ação por uma filosofia do espírito (1998, p. 33).

Nessa linha de interpretação de Abensour, a argumentação de Marx era então a construção do Estado da razão, de fazer seus compatriotas, ainda mergulhados no reino animal do espírito, se elevarem, portanto, à modernidade política, “isto é, de transformá-los em um povo de cidadãos” (*op. cit*, p. 34).

Marx sinaliza, naquele momento, uma preocupação mais intrínseca do poder do Estado constituído; ele não acredita numa formação do Estado a partir da autonomia de poucos, mesmo que esta seja constituída por forças intermediárias, aqui representadas pelo povo, visto que o povo não tem ainda uma consciência política. Isso permite afirmar que ele travou uma luta no decorrer de sua história para transformar essa realidade.

3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLITICA DO  
TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

Para Hegel os homens não se deixam enganar contra seus interesses, suas metas, seus projetos, pois os homens não são estúpidos a esse ponto. Assegura Hegel na sua proposição: “É a sua necessidade, é a força da idéia, ela mesma que os constrange a essa submissão, mesmo contra a consciência aparente deles, mantendo-os nessa sujeição” (LEFEBVRE; MACHEREY, 1999, p. 84). Ademais é o que ele denomina de *idealidade* do Estado que se desenvolve e age como um único indivíduo, arrastando consigo todos os seres que ele reúne em sua indivisível vontade.

Qual a coerência de Hegel, quando considera a sabedoria dos homens e ao mesmo tempo delega a um grande homem – o herói – o poder de discernir as aspirações comuns da coletividade? Segundo a interpretação dos autores já mencionados, Hegel diz que, no caso de faltar essa figura (líder), recorre-se à intercessão de conselheiros competentes, que sabem o que o povo quer.

Marx e Engels *apud* Harvey se contrapõem a esse intento ao afirmarem que o uso do Estado como instrumento de dominação de classe cria uma contradição adicional: a classe dirigente tem de exercer seu poder em seu próprio interesse de classe, quando assegura que suas ações são para o bem comum de todos. [...] Eles “sustentam que a classe dirigente domina também como pensadora, como produtora das ideias, e regula a produção e distribuição de sua época: assim, suas ideias são as ideias dominantes da época” e se perpetuam até os dias atuais, na percepção deste estudo (2005, p. 81).

Harvey argumenta:

[...] Se essas idéias dominantes têm de ganhar aceitação como representantes do “interesse comum”, precisam ser apresentadas como idealizações abstratas, como verdades eternamente universais. [...] O relacionamento entre as idéias dominantes e a classe dirigente se torna opaco por uma separação e uma idealização que, por sua vez, apresenta a possibilidade de criar uma contradição adicional. Se, por um lado, a moralidade se universaliza como “verdade absoluta”, por exemplo, é possível para o Estado, e mesmo para todo modo de produção, ser julgado imoral. [...] Se o Estado pode ser representado como idealização abstrata do interesse comum, o próprio Estado pode se tornar encarnação abstrata do princípio “moral” (nacionalismo, patriotismo, fascismo, todos apelam para isso em algum grau) (2005, p. 81-82).

Não obstante, o Estado ideal e filosófico de Hegel, Marx e Engels interpreta a materialidade do Estado, no sentido de que o Estado antigo era, antes de tudo, o Estado dos senhores de escravos; o Estado feudal era o órgão da nobreza para oprimir os servos camponeses e o Estado representativo moderno servia como instrumento para explorar a mão de obra assalariada pelo capital. No entanto, segundo *Engels*, acontecem períodos excepcionais, quando classes antagônicas quase se igualam em forças em que o poder do

### 3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLÍTICA DO TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

Estado, como aparente mediador, adquire, naquele momento, certa independência em relação a ambas as classes (*apud* HARVEY, 2005).

Esses conceitos sobre a temática permitem focar o que Poulantzas defende através de uma teoria relacional de poder, que assim revela: [...] “Só se pode entender por poder de Estado o poder de algumas classes (dominantes), ou seja, o lugar dessas classes na relação de poder frente às outras (dominadas)”. [...] “O Estado é o lugar de organização estratégica da classe dominante em sua relação com as classes dominadas. É um lugar e um centro de exercício do poder, mas que não possui poder próprio” (POULANTZAS, 2000, p. 150).

O Estado se constitui e/ou se reveste de poder e ao mesmo tempo não possui poder próprio?

Para o autor, o poder se constitui numa relação desigual de forças e, por sua vez, um fundamento preciso no interior de divisão das classes e de luta. Três pontos chave conduzem a essa afirmação: (i) a exploração através da extração da mais-valia no capitalismo; (ii) o lugar das classes nos diversos aparelhos e dispositivos de poder, e não apenas no Estado; (iii) o aparelho do Estado que não se inclui certamente no conjunto de aparelhos e dispositivos de poder, não fica, no entanto, insensível àqueles que estão fora de seu próprio espaço.

E que classes entram na configuração do Estado? O campo relacional de poder referente às classes está ligado por um sistema material de distribuição de lugares no conjunto da divisão social do trabalho e é fundamentalmente pela exploração (POULANTZAS, 2000).

Dessa forma, o fim do Estado ou outra forma de Estado na concepção de Marx conduz, na atualidade, à permanência deste e inserido em um novo contexto de caráter contraditório ou antagônico da sociedade capitalista e circunstancial em que ele ocorre em cada ponto do espaço ocupado. O Estado, na sua retórica legítima de poder, sempre se colocou a serviço da proteção do cidadão em diferentes momentos de sua história, o que confere do discurso à prática, um Estado a serviço e/ou refém do capital.

Diante desses aspectos conceituais sobre o Estado, desenvolvem-se, a seguir, duas proposições que comporão a discussão teórica: o processo de transformação do Estado na mundialização do capital e o papel deste no desenvolvimento nacional, regional e local. Essa composição requer um questionamento: como promover o desenvolvimento regional e local sem questionar as novas formas do Estado (ausência do Estado), sobretudo o Estado local em contraposição ao Estado Nacional?

3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLÍTICA DO  
TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

3.1.1 Novas formas do Estado no contexto mundial

O termo “Mundialização do Capital” está agregado consubstancialmente ao papel do Estado nesse contexto de discussão. Este se configura numa nova etapa do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação, como indica o inspirador deste título, François Chesnais (1996).

Há que considerar o pensamento da política territorial, que se fundamenta em dois pontos chave: a questão de desenvolvimento regional e a globalização dos fluxos econômicos. Este último significa, segundo Benko (1996), a tendência atual das grandes empresas em delegar uma parcela de seu poder às filiais dispersas nos quatro cantos do mundo.

As mudanças econômicas e políticas, em esfera mundial, marcam um novo período de investigação do conceito de território. Machado evidencia: se por um lado, a globalização possibilita e integra, através de suas redes técnicas, mercados e lugares em escalas jamais vistas, por outro provoca grandes fragmentações e desigualdades territoriais que superam as discussões limitadas ao Estado-Nação. A trajetória se dá, então, da antiga comunhão individual de lugares com o universo para a comunhão global. Evolui-se de Estado territorial a Nação pós-moderna de transnacionalização do território. Esse processo ocasiona ainda vários territórios descontínuos e fragmentados e novas formas de sociabilidade, promovendo uma intensa reestruturação do espaço mundial em diferentes escalas geográficas, cujos territórios se fundem, enquanto outros se desintegram (MACHADO, 1997).

Extraindo os argumentos acerca da globalização, Meric Gertler, pressupõe o inter-relacionamento com base em cinco pilares: (i) o capital tornou-se mais móvel do que em épocas anteriores – *the motivation for this mobility is as old as capitalism itself*;<sup>10</sup> (ii) as inovações na forma organizacional das firmas capitalistas facilitam o processo de inter-regionalização e internacionalização; (iii) a expansão geográfica do capital foi possibilitada e facilitada pelo desenvolvimento tecnológico, transcendendo o espaço do transporte e da comunicação; (iv) a expansão internacional dos sistemas da produção, os quais servem para erodir o caráter distintivo das regiões e Nações-Estado; (v) essa erosão – entendida como descaracterização do território – traz à discussão de que a intensificação dos poderes de mobilidade do capital e o alcance da expansão espacial são capazes de abalar a aquisição regulatória das regiões individuais e Nações-Estado (1997, p. 46).

Para Benko (2002, p. 51): “[..]. A economia mundial emergente pode ser considerada como um mosaico de regiões produtivas especializadas, com processos complexos de

---

<sup>10</sup> A motivação para esta mobilidade é tão antiga quanto o próprio capitalismo.

### 3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLITICA DO TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

crescimento localizado, cada vez mais dependente, apesar de tudo, das outras regiões”. E nisso, segundo Milton Santos, chegou-se ao paradoxo de uma “ciência regional desprovida da natureza e do homem”. [...] Seja que denominação se dê – análise regional, ciência regional, economia espacial, geografia e urbanismo, “o capitalismo dela se beneficia” (2003, p. 20).

Fala-se ainda, segundo Milton Santos, em aldeia global. Esta ideia revestida de difusão instantânea de notícias, fazendo crer que informa as pessoas. Esse mito e o encurtamento das distâncias se difundem e passam a noção de tempo e espaço contraídos. “É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão”, ou seja, um mercado global apresentado e capaz de “homogeneizar o planeta”, quando, na verdade, as diferenças locais são profundas. E, ainda, divulga-se a morte do Estado, “mas o que estamos vendo é o seu fortalecimento para atender aos reclamos das finanças e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna cada vez mais difícil” (2000, p. 19).

O discurso da globalização é “o discurso do neoliberalismo, que a sua vez é a estratégia atua do capital para acabar com as travas existentes a apropriação da ganância mundial por parte das frações dominantes do capital mundializado” (Peinado, 1999, p. 46)<sup>11</sup>. Esses óbices que retraem ou impedem o desenvolvimento de uma ação (travas) advêm da regulação desencadeada pelo modelo fordista, pelo Estado, por monopólios, por sindicatos e por políticas de desenvolvimento – na medida em que estas envolveram os Estados como representação dos interesses do desenvolvimento nacional do capitalismo periférico (*op. cit.*). Por isso, a des(regulação) do capital e as privatizações servem para atender ao capital e para que as economias nacionais possam adaptar-se à suposta nova etapa da globalização.

É passível de introdução uma apologia a Milton Santos (2000), diante da problemática supra: o mundo, tal como nos fazem crer (fábula); o mundo, como é (perversidade) e o mundo como ele pode ser (outra globalização).

As bases do período atual, diz Milton Santos, são para atender ao capital através da unicidade da técnica, das convergências dos momentos e do conhecimento do planeta. No entanto, se tudo isso for colocado a serviço de outros fundamentos sociais e políticos e que se dão tanto no plano empírico, quanto teórico, a enorme mistura de povos, raças, culturas, gostos em todos os continentes, possibilitarão um maior dinamismo e diversidade entre os povos (*op. cit.*). Essas indicações sinalizam, *quicá*, uma sociedade em novas sustentações, novos diálogos

<sup>11</sup> “El discurso del neoliberalismo, que a su vez es la estrategia actual del capital para acabar con las trabas existentes a la apropiación de la ganancia mundial por parte de las fracciones dominantes del capital mundializado” (PEINADO, 1999, p. 46)

### 3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLÍTICA DO TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

e sem as determinações impostas pelos países centrais<sup>12</sup>, que seguramente refletem na condução política interna do território.

Um debate promovido por Peinado (1999) sobre o atual processo de globalização nos chamou a atenção porque ele questiona o processo embasado em diversos autores e de linhas diferentes, sem distingui-los para não incorrer em erros de interpretações. Traz, assim, para este estudo não só aspectos evolutivos da globalização no seu contexto histórico, mas principalmente no que ele denomina de *desaparición o caducidad de los Estados nacionales*. Não obstante essa escolha, outros autores intercalam a discussão aqui posta.

O mencionado autor aponta três dimensões destes aspectos evolutivos globais: *a real, a ideológica e a política*. A primeira trata de analisar a atividade econômica que se realiza em e para um marco (mercado) supranacional, que implica decisões tomadas por agentes não definidos por seu caráter nacional e que está regulada por mecanismos inacessíveis ou não manejáveis pelas instituições ou organismos definidos na escala local, nacional ou regional.

A segunda questiona a inevitabilidade e exaustividade da globalização, de tal maneira que, por uma parte, ameaça com a exclusão e autodestruição a quem se opõe a ela e, por outra, possui um discurso relacionado à salvação ou o avanço das nações e povos do mundo em afrontar unidos os novos riscos, também globais, que se apresentam. Só um caminho se deve seguir: “*ser competitivo en el mercado mundial. El discurso, del posmodernismo, y la acepción del capitalismo (único sistema hoy existente) como patrimonio común de la humanidad, forman parte, pues, de esta ideología...*” (PEINADO, 1999, p. 42-43).

A terceira, a política de globalização que significa a ação consciente em apoio ao desenvolvimento ou expansão da realidade da globalização, servindo-se, quando for necessário, da ideologia que acabamos de mencionar. As chamadas políticas neoliberais, executadas por organismos internacionais e outros centros de poder, são idealizados através da imposição das condições de expansão da realidade da globalização – abertura dos mercados nacionais, desregulação, eliminação dos obstáculos à propriedade capitalista global dos ativos nacionais (privatização). Para a periferia, há uma nova teologia do desenvolvimento –

<sup>12</sup> *La Economía del Desarrollo y el Modelo Centro-Periferia* – Prebisch apresenta como teoria explicativa do comportamento global do sistema capitalista e recorre às causas do subdesenvolvimento e desenvolvimento de alguns países, sem excluir a teoria do imperialismo, sendo, portanto o ponto de partida dos estudos de desenvolvimento a partir de um enfoque estrutural. O autor denominou **centro-periferia** o sistema de relações econômicas internacionais, baseado em uma constelação econômica, cujo centro ocupava os países industrializados, favorecidos por um prévio avanço em progresso técnico e que organizavam o sistema em função de seus próprios interesses (Tradução da autora deste estudo, de CAPITÂN, 1998, p. 100).

### 3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLÍTICA DO TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

protecionismo, paternalismo ou oportunismo dos míseros gastos sociais e subvenções, “[...] *Es pasado es el pecado, y su castigo há sido la reproducción del subdesarrollo. Y como penitencia las receitas do FMI*” (PEINADO, 1999, p. 42-43).

Essa postura de análise, política e ideológica, considera que os Estados continuam sendo fundamentais, do ponto de vista da proteção de seus capitais nacionais até as multinacionais (transnacionais),<sup>13</sup> porque em última instância, o Estado é a estrutura que assegura o mercado ao capital e o protege da competência indesejada de outros capitais. Ademais, os aspectos não estritamente mercantis (jurídicos, políticos, sociais) continuam exigindo a regulação estatal-nacional. “*Como la economía global tiende a separarse de la sociedad, el Estado se convierte en esencial para esta última*” (op. cit., p. 48).

Nessa linha reflexiva sobre a economia, a sociedade e o espaço, Milton Santos (2004a) considera os seguintes questionamentos: Estará o sistema internacional em vias de mudança? Estaremos em vias de deixar o período tecnológico para entrar em outro período histórico?

Numa dimensão real-objetiva e em contraposição à discussão anterior, o Estado-Nação tal como foi gestado, desenvolvido e amadurecido pelo capitalismo, já teve sua participação na história, afirma Peinado. Atualmente, diz ele, essa concepção anterior é um obstáculo para o progresso da mundialização e, numa tradução atribuída à autora desta tese, significa que “o Estado é demasiado grande para as questões locais e demasiado pequeno para as questões globais” (1999, p. 48). É importante salientar, no entanto, que o trinômio autoridade-proteção-tradição do Estado está presente, segundo Rossetti (2006), em praticamente todas as formas de ordenamento que antecederam os modelos praticados nos últimos 250 anos.

Quanto à combinação desses argumentos – político, ideológico e real – se dá a partir de sentença já conhecida “se investe em qualquer parte do mundo para fabricar em qualquer parte do mundo para depois vender em qualquer parte do mundo”<sup>14</sup> (op. cit., p. 47). E a implicação

<sup>13</sup> Notas complementares: segundo Prof. Albuquerque Llorens (2001), a crescente globalização e abertura externa das diferentes economias obrigam-nos a repensar os enfoques e instrumentos da análise econômica tradicional, baseada no Estado-Nação. Nesse cenário bem mais competitivo, como diz ele, impõe-se e recoloca-se a questão da globalização. Esta aparece como um fenômeno diferente dos relacionados com a internacionalização e transnacionalização ou multinacionalização econômica. [...] São mudanças profundas nas duas últimas décadas, como finanças, sistemas de comunicação, infraestrutura, transportes, gestão estratégica das organizações públicas e privadas.

Para o autor, a internacionalização “refere-se ao conjunto de intercâmbio de matérias-primas, produtos acabados e semiacabados, serviços, dinheiro, informação, pessoas, etc., entre diferentes Estados nacionais. [...] A internacionalização apoia-se em agentes nacionais, entre os quais as autoridades públicas governamentais possuem um papel fundamental ao controlar os instrumentos das políticas públicas, a fixação de normas etc.” E a transnacionalização ou multinacionalização econômica caracteriza-se fundamentalmente pelo deslocamento dos recursos, especialmente capitais e, em menor escala, força de trabalho de uma nação para outra (LLORENS, 2001, p. 31).

<sup>14</sup> “[...] Se invierte en cualquier parte del mundo para fabricar en cualquier parte del mundo para después vender en cualquier parte del mundo” (PEINADO, 1999, p. 47).

### 3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLÍTICA DO TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

histórica mais importante é que o sistema mundial tende a mudar sua estrutura, nesse momento baseada nas relações entre economias nacionais por outra em que a competência se estabelece diretamente entre empresas e classes sociais.

Nesse contexto, quais os efeitos da globalização na reconfiguração do Estado? E qual o seu papel junto à sociedade civil?

#### 3.1.2 O Estado e a sociedade civil

A dinâmica dos mercados, numa concepção global-local<sup>15</sup>, reflete na condução política dos Estados e, de certa forma, produz não só efeitos nocivos aos países mais pobres como neutralizam essa população no campo da organização civil e no combate às assimetrias regionais.

Todos os Estados se vêem arrastados para uma segunda revolução capitalista (dinâmica global), pois alcançam os mais longínquos povos e ignoram tanto a independência destes, quanto a diversidade dos regimes políticos (Ramonet, 2004). Uma nova era de conquistas como dos descobrimentos está acontecendo, não mais como outrora, mas com outra faceta porque os atores principais eram os Estados e, atualmente, se trata de empresas e conglomerados, grupos industriais e financeiros privados que pretendem dominar o mundo. Esses grupos estão localizados nos Estados Unidos, Europa e Japão, mas uma boa parte deles se assenta nos Estados Unidos (RAMONET, 2004).

Apesar da afirmação contundente e real sobre a ameaça da soberania dos Estados em Ramonet (*op. cit.*), Ilza Andrade (2002) questiona acerca do Estado-Nação nesse novo contexto. Assim afirma ela:

O Estado precisa ser reformado para se adequar a essa nova realidade, e a dinâmica das ações governamentais passa a ser ditada pela necessidade de inserção das economias nacionais à nova lógica do mercado internacional, sendo, para isso, fundamental a reorganização/estabilização da economia, no nível interno de cada país (ANDRADE, 2002, p. 200).

Nesse contexto, vale lembrar as bases conceituais trazidas no início desta seção sobre o Estado. E disso extraem-se as mesmas preocupações no que se refere às relações de poder, classes dominantes e dominadas marcadamente numa nova configuração deste. O poder do

<sup>15</sup> Brandão alerta: “Observadores menos atentos sugerem o fim das escalas intermediárias entre o local e o global. O certo é que **o sistema capitalista aperfeiçoou seus instrumentos, inclusive o manejo mais ágil das escalas e a capacidade de utilização do espaço construído**. As mudanças tecnológicas e organizacionais e os imperativos da globalização têm apresentado novos requisitos locacionais, reafirmam-se e negam-se externalidades locais e regionais, desconstroem-se regiões” (BRANDÃO, 2003, p. 32)



### 3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLITICA DO TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

Estado, nessa fase, tem sido reduzido à capacidade decisória do governo nacional e com exigências, segundo Andrade, multilaterais que orientam e financiam políticas públicas internas, subordinadas aos ditames do capital internacional. Essas exigências determinam o conteúdo da agenda governamental e dizem respeito, basicamente, à necessidade de recuperar a eficiência e eficácia das ações governamentais, com custos mais reduzidos; para isso requer, segundo ela: (i) diminuição da intervenção do Estado através de grande parte das empresas públicas e de natureza produtiva; (ii) enxugamento da máquina; (iii) diminuição dos gastos, que na prática se refere aos gastos sociais; (iv) desobstrução da agenda do Estado, quanto as questões internas, o que implica uma redistribuição de responsabilidades e ações pelas instâncias subnacionais de governo (ANDRADE, 2002).

A capacidade decisória do Estado nesse contexto traduz a transnacionalização da economia para um modelo de Estado mínimo não tão longínquo que assinalou a maturidade e a emancipação entre duas ideologias – o pensamento liberal clássico e a economia de mercado – dos séculos XVIII, XIX e XX. Em substituição aos regulamentos impostos pelo governo na vida econômica, propunha-se o *laissez-faire* expressão, segundo Rossetti, que implica a não interferência do governo na vida econômica da sociedade e em sua versão original atribuída a V. Gournay, que pregava *laissez-faire, le monde vá de lui même*<sup>16</sup> (GOURNEY *apud* ROSSETTI, 2006, p. 304).

Numa interpretação do que afirma Hernández, o redimensionamento do Estado eliminou ou limitou muitas de suas funções e capacidades e redefiniu suas relações com o mercado e sociedade a partir do que ele denomina de governabilidade:

O bom governo, essência da governabilidade democrática se centra nos processos de formulação e evolução de políticas credoras e reguladoras de instituições e mecanismos que permitam aos autores coletivos, acordar, negociar e assumir funções da vigilância da esfera pública<sup>17</sup> (2006, p. 82).

Na concepção de Andrade, governabilidade significa:

[...] Como a qualidade do desempenho governamental está dependente de fatores como: a capacidade do governo de identificar problemas e de tomar decisões de forma a atender às demandas feitas pelos interesses organizados, a efetividade, a possibilidade de equilíbrio entre as demandas da sociedade e a capacidade dos governos em respondê-las (2002, p. 202).

<sup>16</sup> Em tradução “livre” do autor, significa algo como: “o mundo caminha por si próprio, independentemente de normas impostas por uma autoridade pública, e há uma ordem natural capaz de orientar as atividades econômicas” (GOURNEY *apud* ROSSETTI, 2006, p. 304).

<sup>17</sup> El buen gobierno, esencia de la gobernabilidad democrática se centra en los procesos de formulación y ejecución de políticas creadoras e reguladoras de instituciones y mecanismos que permitan a los actores colectivos, acordar, negociar y asumir funciones de la vigilancia de la esfera pública (HERNÁNDEZ, 2006, p. 82).

### 3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLITICA DO TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

Por sua vez, essas relações entre Estado, sociedade e mercado, segundo Hernández, têm se redefinido nas últimas décadas para lograr o equilíbrio fiscal, sob o enfoque político cultural denominado neoliberalismo. Esse se caracteriza por uma retirada forçada do Estado das atividades econômicas que se concentram no mercado considerado como o melhor destinador dos recursos sociais, *liberador* das relações sociais e *disciplinador* dos comportamentos sociais.

Para as correntes neoliberais e neoestruturalistas há certo nível de consenso em suas propostas sobre as funções do mercado e, nos anos noventa do século passado, há um reconhecimento de que são elementos complementares mais que antagônicos, são capazes de desenvolver uma relação harmônica facilitadora do processo de desenvolvimento. Ainda em sua análise, para os neoliberais, o mercado é o maior *asignador* dos recursos e o Estado tem um papel subsidiário, embora a sociedade civil se conforme com um conjunto de organizadores e agrupações de indivíduos que, de forma voluntária, logram objetivos comuns (Hernández, 2006).

Esse conceito apontado por Hernández sobre sociedade civil não está seguramente vinculado ao que Hegel defendia? Respeitar os interesses individuais (universais) em prol de um Estado composto por líderes (de forma democrática e dialética) que direcionam um conjunto de ações que atendem ao bem comum da sociedade.

A análise de Hernández sobre as relações entre a governabilidade do Estado, o mercado e a sociedade permite afirmar: apesar das tendências neoliberais que limitam as funções do Estado, sua participação continua sendo forte para regular os processos econômicos. Até porque, quando isso ocorre, há uma maior crença da sociedade civil, haja vista que o mercado funciona e, conseqüentemente, proporciona o equilíbrio entre os três segmentos (*op. cit.*). Isso é o que ele acredita, pois as instituições e as normas para ele constituem a base do funcionamento interrelacional que determina o grau de racionalidade e instrumental entre os diferentes atores. Não obstante esses mecanismos de coordenação e governabilidade produzidos serem considerados imperfeitos, cada um possui diferentes vantagens e desvantagens, no entanto se completam.

É preciso entender também o que o autor os considera imperfeitos, mas ao mesmo tempo se completam – o mercado, o Estado e a sociedade. Não se nega aqui a importância de cada uma das instituições, mas é bom lembrar que o seu funcionamento não se sustenta no diálogo, mas sim no poder do mercado sob a aquiescência dos governos ou sob a ausência do Estado. E ainda se questiona a forma desse funcionamento como Hernandez retrata a condução

### 3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLÍTICA DO TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

da governabilidade – tudo funciona como se fosse um teatro em que os atores obedecem às regras e às normas (sociedade civil) no sistema global – sem, contudo, observar os interesses, que prejudicam os desiguais.

Segundo Sachs, os Estados-Nações soberanos são e continuam sendo o *locus* principal para a promoção do desenvolvimento incluyente. Apesar dessa constatação do Estado mínimo – “[...] Nas suas formas atuais, a globalização reproduz, entre as nações centrais e periféricas, o mesmo padrão perverso de crescimento concentrado e excludente que se observa dentro das nações” (2004, p. 64).

Têm-se de reconhecer, então, o Estado numa nova fase do modo de produção e de interferência. Mas, segundo Ilza Andrade (2002), ele precisa se adequar urgentemente a essa nova realidade de mercado.

As relações de causa e efeito do modelo de “desenvolvimento econômico dominante” continuam permeando a organização do espaço dos contrários, dos conflitos gerados diante das forças antagônicas que fornecem caminhos e descaminhos, ordem e desordem, certezas e incertezas. E nesse ir e vir resta-nos a participação mais efetiva da sociedade impondo a sua representatividade aos governantes, mesmo considerando o poderio do sistema capitalista e industrial em vigor.

Que sociedade se discute? A partir do indivíduo (liberalismo)? A sociedade detentora de poder (sociedade-burguesa)? Ou a sociedade do social para o social? Ou seria ainda o uso de outros elementos que subjazem à sociedade civil e se configuram numa visão contemporânea?

Essa temática busca entender, intercambiar como significado, talvez, as interpretações (pesquisadores) e ações (Estado) no que diz respeito à participação dos agentes sociais no processo de desenvolvimento e meio ambiente. Elencam-se assim alguns expedientes de investigação e experiências, além de significados outros que, de certa forma, possibilitam uma melhor análise das questões anteriormente anunciadas.

Os termos sociedade e social significam, do ponto de vista político e econômico, segundo Ribeiro (2000, p. 19), como a sociedade veio a designar o conjunto dos que detêm o poder econômico, ao passo que o termo social remete na fala dos “governantes ou dos publicistas”, a uma política que procura minorar a miséria. Nesse sentido, acrescenta: “a sociedade é ativa: ela manda, sabe o que quer e quer funcionar por si mesma, sem tutela do Estado. Corresponde em boa medida ao que, na linguagem marxista, se chamariam as classes dominantes”. O social e a sociedade não se referem aos mesmos meios sociais, às mesmas pessoas, à mesma integração que tenham no processo produtivo – acesso aos bens, ao mercado,

3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLITICA DO  
TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

ao “mundo dos direitos”. O social diz respeito ao carente, à sociedade, ao eficiente, e por isso acontece a quase intransponibilidade entre sociedade e o social, conforme esclarece o autor: a sociedade é ativa como economia, e passiva como vida social. O social corresponde à carência, à passividade em assuntos que dizem respeito à saúde, educação, habitação, transporte coletivo.

Assim, infere Ribeiro (*op. cit.*): “[...] Desde que a vida social se amesquinha no fisiológico, e que a atividade econômica monopoliza a imagem da ação, da eficiência e da modernidade, vivemos uma espécie de esquizofrenia” (RIBEIRO, 2000, p. 24).

Esquizofrenia, termo muito bem assentado pelo autor, remete a doença que não tem cura e remédios que são ministrados sem um efeito devastador. Essa comparação aplica-se ao sistema de mercado global e nacional, fruto também da ineficiência do Estado e do discurso antidemocrático, que viabiliza, sim, os interesses do capital e deixa em aberto o fosso e a diferença entre ricos e pobres, entre o social e a sociedade. Milton Santos utiliza-se também da palavra esquizofrenia para representar o cotidiano do território nesse contexto: “O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contraordem porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados.” (2002, p. 114).

Diante desses conceitos, como se estabelece o diálogo, o consenso entre o Estado e uma ampla base de representantes-chave da sociedade civil para mudar esse cenário?

Os elementos subsidiados por Gramsci, no que tange ao conceito de Estado e sua relação com seus líderes e massas (seres organizados), contribuem para uma nova compreensão sobre o conceito de sociedade civil, na atualidade (*apud* BOBBIO, 2000). Nessa conexão e, por uma reestruturação desse conceito, autores de diferentes correntes trazem duas linhas: a ‘enfática’ e a ‘moderada’.

A primeira representa a linha “comunitaristas”, como Michel Walzer, Charels Taylor; a linha “habermasianos” tem Jean Cohen, Andrew Arato, John Keane e “novos frankfurtianos” – Rodel, Frankenberg e Dubiel. Estes concebem a sociedade civil “como uma rede de associações autônomas, com interesses comuns, que devem exercer um controle sobre o Estado, utilizando para isso de meios não só institucionais como não convencionais.” Para a segunda, denominada de corrente moderada, “a sociedade civil seria constituída de cidadãos e instituições dotadas de virtudes cívicas, cujo desenvolvimento exigiria o mercado como princípio ordenador e a ordem liberal-democrática como seu substrato” (TEIXEIRA, 2002, p. 42).

### 3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLITICA DO TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

Alarga-se a compreensão anterior entre Estado e Sociedade civil à luz das anotações e experiências de Lloyd (*apud* McCay & Acheson (1987) e Hardin (1968), sobre Teoria da Tragédia dos Comuns que trata do comportamento do mercado e das comunidades frente ao Estado.

Esta teoria, considerada pela crítica como subjetiva e simplificada, encontra sequencia em McCay & Acheson (1987), que fazem uma constatação real de como se comporta o mercado. Defendida e analisada por eles a partir da incorporação de fatores contextuais, quais sejam históricos, culturais, sociais, políticos e econômicos. Avalia os comportamentos das pessoas envolvidas na “*common-property*” e nas “*communal activities*” – ‘dilemas sociais’ – utilizando-se de pequenas comunidades distintas umas das outras numa dimensão/categoria de trabalho/salário, e sugerem que o capitalismo e a industrialização estabelecem as condições para a tragédia das comunas ou tragédia dos bens comuns.

A concepção teórica, segundo Hardin (1968), significa compartilhar os recursos comuns do meio ambiente para uso privado (liberdade) a favor de um sistema que impulsiona a usar o espaço ilimitadamente, em um mundo limitado; cada um busca o seu próprio proveito (pessoas). Contribui como resultado para o estudo relativamente recente da *Theory Human Ecology of the Commons*, discutida por McCay & Acheson (1987), assim:

Em situações de propriedade comum o mercado falha em fazer o seu papel; a privatização restaura o funcionamento do mercado da “mão invisível” de Adam Smith. Sob a perspectiva dos economistas, a propriedade privada é mais eficiente que a propriedade comum e por isso é preferível (*op. cit.*, p. 5 ).

A ideia de que a propriedade comum causa problemas é uma parte antiga e persistente da cultura ocidental, como revelam os autores mencionados.<sup>18</sup> “O que é comum para um grande número tende a ter o menor cuidado dispensado a ele, já dizia Aristóteles”. [...] Por isso, a **Teoria dos Comuns** é tão geral que é aplicada nas diversas ciências e objetos de estudos<sup>19</sup> (Cass; Edney *apud* Mckay & Ancheson, 1987). E este uso não é fugaz nesta

<sup>18</sup> In common-property situations the market fails to do its job; privatization restores the working of Adan Smith’s invisible hand. From the economists’ perspective, private property is more efficient than and therefore preferable to common property. The idea that common property causes trouble is an old and persistent part of t is common to a great number has the least care bestowed upon it” (Cass; Edney *apud* Mckay & Ancheson, 1987).

<sup>19</sup> Ver e ampliar discussão: (...) The theory is general enough to have been applied even to African slave trade (Thomas and Bean 1974), urban mugger-victim relationships (Neher 1978), and rice harvesting institutions in Java (Sturgess and Wijaya 1983). As a paradigm for “social dilemmas” involving discrepancies between “micromotives” and “macrobehavior” (Schelling 1978), it has been the subject of experiments by psychologists (Dawes 1980), particularly in the game theory form known as the “prisoner’s dilemma”. It is fundamental to scientific resource management in fisheries, forestry, soil conservation, rangelands, and other fields, and plays a quiet but strong role in social policy.

### 3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLÍTICA DO TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

discussão, pois a partir dela busca outras contribuições, na perspectiva de explicar a problemática local e regional no âmbito das políticas de organização civil.

Nesse sentido, McCay & Acheson evidenciam a importância de estudar a Theory of the Commons:

A teoria das comunas tem um papel forte em longos debates sobre o velho mundo das comunas, racionalizados por novas formas de posse de terra no mundo colonizado e tenta explicar os desastres que ocorrem neste processo, tais como: erosão rápida do solo, desmatamento e a fome dos anos setenta<sup>20</sup> (1987, p.2).

E registram:

[...] A tragédia é tanto ambiental, quanto econômica e não está ou não faz parte do interesse de ninguém. É inevitável, a menos que algo seja feito para intervir nos trabalhos das comunas ou transformar a propriedade comum em propriedade privada. [...] A popularidade do modelo deve estar relacionada à sua habilidade de gerar soluções políticas tanto liberais, quanto conservadoras. [...] Uma *message* aparentemente contraditória” (1987, p.5).<sup>21</sup>

E por trás dessas indicações contraditórias, o governo deveria deixar esse papel para os indivíduos e o setor privado pelo encorajamento das privatizações – é interessante observar que essa concepção é “carregada de metáfora e de teorias que a permeiam - *lie behind*”. Nos termos de *Lloyd's* (*apud* McCay & Acheson, 1987), no início do século XIX, a ideia da privatização e das comunas cria ‘um grau de isolamento pelo qual as conseqüências, quer sejam boas ou ruins, advêm das ações dos indivíduos e podem ser amplamente adequadas aos seus próprios autores’. Na concepção dele, a privatização na era moderna, internaliza custos e benefícios, reduz incertezas e por isso aumenta a responsabilidade individual para com o meio ambiente e uso racional dos seus recursos. Nesse sentido, segundo ele, o governo deve ter um papel mais forte em lidar com problemas da população, sociedade e meio ambiente.<sup>22</sup>

Numa outra perspectiva, Sahlin & Leacock *apud* Hames (1979) apontam para a necessidade de desenvolver práticas que permitam galgar um equilíbrio em seu meio ambiente. Equilíbrio que seria alcançado através do uso sustentável dos recursos naturais.

<sup>20</sup> This Theory of the commons has played a strong role in long-standing debates over the enclosure of the Old World commons, rationales for the imposition of new forms of land tenure in the colonized world, and attempts to explain disasters such as rapid soil erosion and deforestation and the Sahelian famine of the early 1970 (McCay & Acheson, 1987).

<sup>21</sup> The tragedy is both environmental and economic. It is no one's long-term interest. It is nonetheless inevitable unless something is done to intervene in the workings of the commons or to transform common property into private property. (...)The popularity of the model may be related to its ability to generate both liberal and conservative political solutions.(...)A seemingly contradictory message – that the government should leave this role to individuals and the private sector by encouraging privatization – is also carried by metaphor and the theories that lie behind it (McCay & Acheson, 1987).

<sup>22</sup> In Lloyd's early nineteenth-century terms, privatized rights create “a degree of isolation, by which the consequences, whether good or evil, flowing from the actions of individuals, can be more fully appropriated to the authors of them” (1977:13). In modern terms, privatization internalizes costs and benefits, reduces uncertainty, and thereby increases individual responsibility for the environment and rational use of its resources. (Demsetz 1967; Furobotn and Pejovich 1972).

### 3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLÍTICA DO TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

Uma vez que a destruição desses concorre para uma severa degradação ambiental – tragédia das comunas –, são tidas como características de sistemas de Estados que desejam obter lucro ou engrandecimento pessoal levando a uma degradação descontrolada. [...] Os nativos do local, por sua vez, se envolve em comportamentos semelhantemente destrutivos e optam por uma maximização de benefícios advindos do uso de recursos naturais, em curto prazo. Essas ações, contudo, são atribuídas aos seus laços com os sistemas estaduais através da troca ou colonização.

Essa investigação proporciona ainda três observações: a primeira é apontar o uso sustentável desses recursos a partir de cinco hipóteses: Conservação, Eficiência Temporal, Remendo (Patch), Tabu (taboo) e Dieta-largura (dieth-bredth). Tais proposições possibilitam pensar e desenvolver com mais profundidade sua aplicabilidade no campo do ecoturismo, como modelo de desenvolvimento. A segunda observação refere-se a que as pessoas consideradas nativas não fazem parte de um ambiente de organização civil e sim de autodefesa individual de sobrevivência (constatação). A terceira prevê a sobrevivência dos recursos e das comunidades que dependem deles numa perspectiva holística – do todo para as partes e das partes para o todo – visando atender às necessidades do agora e do amanhã. Para isso, faz-se necessário refletir sobre os impactos das ações empregadas e das consequências advindas destas.

Essa crise da modernidade reflete e interfere sobre suas práticas e estabelece novos padrões societários no curso de um processo histórico de transição das sociedades pós fordistas. Configuram-se assim dinâmicas diferenciadas de organização, desorganização e reorganização da sociedade, do papel dos atores sociais, da economia, da política e dos nexos internamente definidos nesses diversos âmbitos em que se expressam como crise de legitimidade (IVO, 2001).

Segundo Ivo, as sociedades democráticas encontram-se confrontadas com diversas dificuldades, as quais vale destacar: a crise entre governantes e sociedades, o *déficit* de eficácia do Estado, a inoperância simbólica da política e o aumento da pobreza e do desemprego. Nesse sentido, a crise é gerada por uma hegemonia global em torno do mercado, que, de um lado, desorganiza internamente as sociedades periféricas e, de outro, dessocializa a economia, criando paradoxalmente sociedades sem sujeitos e aprofundando o fosso entre o social e a política.

Subordinação e adequação à transnacionalização do território sob o auspício do sistema capitalista ocorreram e ocorrem sem respeitar as diversidades culturais, econômicas e políticas e o tempo de desenvolvimento de cada povo. A inserção de um modelo selvagem de submissão

### 3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLITICA DO TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

nos países centrais, copilado pelos países periféricos, favorece até os dias de hoje um problema social antiético. Contrapor-se a essa forma do Estado implica, nessa concepção, não contribuir mais com a riqueza dos países desenvolvidos e sim buscar alternativas *ao* e não *de* desenvolvimento, como salienta Porto-Gonçalves (2004), para os países mais pobres.

Talvez a comunidade, a organização civil<sup>23</sup>, se estabeleça fortemente para neutralizar o poder do Estado e do mercado.

Ademais, consideram-se os conceitos contidos em Ribeiro (2000); Santos (2004a; b); Hardin (1968); McCay & Acheson (1987); e outros que foram relacionados nessa sequência, especialmente os teóricos da linha enfática e que compõem dados e experimentos que sinalizam um equilíbrio entre o uso com equidade dos recursos naturais e a economia comunitária. Essa assertiva não invalida a leitura do mercado e do Estado como mediador, não ausente, de suas funções democráticas perante aqueles – o povo, a população ou a comunidade – que o instituíram.

#### 3.2 Poder Territorial e as Teorias do Desenvolvimento Endógeno

Amaral Filho (2001) diz que se requer “endogeneizar” o desenvolvimento regional, com vistas a apontar novas estratégias de desenvolvimento regional e local. Para o autor Bernard Vachon, dois motivos vinculam-se a essa discussão: o que corresponde ao que ele denomina de necessidade expressa por atores econômicos e sociais que atuam em nível local; e outro que reside no questionamento de uma cultura econômica acerca de sua incapacidade de responder às desigualdades territoriais. E complementa com todo vigor: “Há que começar a imaginar vias novas, mais sensíveis aos problemas e aspirações das comunidades locais” (2001, p. 19).

Historicamente, como responder a essas estratégias junto à sociedade civil?

Em seu levantamento sobre as teorias, principalmente sobre as teorias alternativas de desenvolvimento, Antônio Capitão (1998) diz que elas devem estar orientadas para satisfazer as necessidades humanas materiais e imateriais, tendo como prioridade atender aos dominados

---

<sup>23</sup> O termo **sociedade civil** tem muitos significados e depende do seu interlocutor, por exemplo: um dirigente governamental, um técnico de ONG ou um funcionário do Banco Mundial. Sua definição também varia a depender do contexto do país ou hemisfério, mas foi na América Latina que o termo adquiriu uma conotação mais política, tornando-se muito difundido nas últimas décadas. No Brasil, o termo sociedade civil ganhou conotação no período da ditadura, quando os grupos se opunham ao regime político vigente (GARRISON, 2000). Atualmente essa terminologia é usada para identificar como movimento social, movimento popular, sociedade civil organizada, setor das ONGs, entre outros. Mas é importante destacar, neste estudo, o termo **organização civil** que advém de uma discussão maior (sociedade civil) e tem conotação de luta política e defesa do seu território (*constructo* social) em prol do coletivo.



### 3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLITICA DO TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

e explorados e acrescenta que: a origem intelectual dessa nova concepção do desenvolvimento nasce num contexto de “fracasso das teorias da modernização, da dependência” (teorias estruturalista e neomarxista), para solucionar efetivamente o problema do subdesenvolvimento, e pelo “surgimento da cooperação ao desenvolvimento” através dos movimentos solidários que surgiam em muitos países subdesenvolvidos, a exemplo das filosofias gandhiana, budista, indigenista, islâmica e negra.

O Relatório de Uppsala sobre outro desenvolvimento, publicado pela *Hammarusköld Foundation* em 1977, teve como tema central a discussão do desenvolvimento a partir das “necessidades básicas do homem” – ou seja, a **não pobreza**. Historicamente, pela primeira vez, não se teve como objetivo discutir a acumulação do capital e, conseqüentemente a riqueza para poucos, como tradicionalmente sempre se fez. Segundo ainda esse documento, marca na história da Economia do Desenvolvimento um novo conceito e um enfoque radicalmente distinto dos períodos anteriores.

Nesse contexto, definem-se elementos alternativos segundo o mesmo relatório, recorridos em Hettne (1990) por Capitã (1998, p. 194):

- ✓ O desenvolvimento igualitário – prega a satisfação das necessidades humanas, tanto materiais como as imateriais;
- ✓ O desenvolvimento endógeno – tem como base o “arranque do coração de cada sociedade, sendo esta que defina soberanamente seus valores e a visão de seu futuro”;
- ✓ O desenvolvimento autônomo – a confiança de cada sociedade em sua própria fortaleza e recursos, em termos da energia de seus membros e de seu meio natural e cultural<sup>24</sup>;
- ✓ O desenvolvimento ecológico – utilização racional dos recursos da biosfera com plena consciência do potencial dos ecossistemas locais e dos limites externos, globais e locais, impostos às gerações presentes e futuras;
- ✓ O desenvolvimento com transformação estrutural – consiste na criação de condições necessárias para a autogestão e a participação na tomada de decisões por todos os afetados, tanto as comunidades rurais como urbanas de todo o mundo, sem as quais o êxito deste desenvolvimento não pode ser alcançado.

Esses elementos em conjunto contribuíram para delinear indicativos de desenvolvimento desde os anos setenta, mas não se pode deixar de registrar outras formulações contemporâneas que se associaram a essas demandas como: o ecodesenvolvimento, o

<sup>24</sup> **El desarrollo humano:** la confianza de cada sociedad en su propia fortaleza y en sus recursos, en términos de la energía de sus miembros y de su medio natural y cultural (CAPITÃN, 1998, p. 194):

### 3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLITICA DO TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

endodesenvolvimento e o desenvolvimento autônomo; o desenvolvimento multidimensional e a reforma da ordem internacional (posteriores aos anos oitenta); o desenvolvimento de etnias; o desenvolvimento local; o desenvolvimento sustentável e as atuais como o desenvolvimento humano (anos noventa); se bem que, segundo Capitão, não formam uma corrente de pensamento, e sim coincidem em considerar como núcleo central a satisfação das necessidades básicas como elo do desenvolvimento e que “*el desarrollo tiene más dimensiones que las económicas*” (1998, p. 194).

Esse conjunto de intenções pragmáticas e de relevância conceitual (linha de pensamento que até pode e deve ser divergente) fortalece e encaminha a sociedade para um novo paradigma, o pensar *complexus* – aquele que une na adversidade e na multiplicidade – e que pode compreender e dominar seu próprio destino (seres organizados). Por isso, se discorda de que já não exista uma corrente de pensamento a partir dessas contribuições.

Amaral Filho conta que, nos últimos anos, as teorias do desenvolvimento regional sofreram muitas transformações, e essas foram determinantes para o processo de desenvolvimento que está em curso (1995). Para Carvalho; Monteiro (2000, p.1), o desenvolvimento regional com vínculo endógeno “tem por base a priorização do capital humano e o estímulo a inovações tecnológicas, que são condições necessárias, mas não suficientes, em áreas com maior disparidade de renda”. Ressaltam-se aquelas que abrem caminhos, fornecem metodologias participativas e resultados efetivos para as comunidades no espaço do turismo.

Nessa teoria, como visto, é atribuído um papel relevante aos conceitos e modelos que, se bem aplicados, trazem possibilidades de gestão mais igualitária.

Desde o século XIX até os dias de hoje, os estudos de Marshall contribuem para os conceitos sobre aglomerações, distritos, bem como os de Michel Porter, Humphrey; Schmitz e Altemburg; Meyer-Stamer, que se concentram, sobretudo no setor industrial, na concepção de *clusters*<sup>25</sup>. Nas diversas acepções, muitas vezes intercambiáveis, desses modelos se verificam outros conceitos, a exemplo de polos, cadeias, arranjos e redes aplicados nos estudos

---

<sup>25</sup> *Clusters* – significam cadeias, agrupamentos, coleção, reunião, cacho. Porter refere-se a *cluster* como o conjunto, em geral, de pequenas e médias empresas que operam em regime de intensa cooperação e que cada uma das firmas executa um estágio do processo de produção (*apud* CORIOLANO; ARAÚJO; VASCONCELOS, 2009). Porter (1999) atribui um papel de destaque aos agrupamentos, aos clusters, que são em suas palavras: “[...] concentrações geográficas de empresas interrelacionadas, fornecedores especializados, prestadores de serviços, empresas em setores correlatos e outras instituições específicas (universidades, órgãos de normatização e associações comerciais), que competem, mas também cooperam entre si”. “[...] Um aglomerado é um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares” (PORTER, 1999, p. 209-211). Citação extraída em: SANTOS SILVA, J. A. (2004, p. 155-156).

### 3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLITICA DO TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

econômicos, organizacionais e regionais. Dado o caráter efêmero ou modismo, talvez, dos conceitos sobre os modelos já citados, este levantamento consiste em apresentar algumas características destes em diferentes momentos de sua história, na tentativa de trazer dados novos no contexto socioterritorial, da atualidade e suas relações com o desenvolvimento de políticas sociais em nível local.

Os modelos de desenvolvimento nas regiões Central e Nordeste da Itália despertam, nos anos de 1950 – 1960, o interesse de muitos estudiosos e formuladores de políticas públicas em face dos resultados alcançados com a substituição da produção em massa. Essa característica do modelo fordista consolidado no pós-guerra possui despadronização dos produtos, desverticalização da atividade produtiva e traz consigo o surgimento de novos padrões de divisão do trabalho seja no âmbito da indústria, seja no âmbito da sociedade (COCCO, 2002).

Segundo o mesmo autor, a configuração flexível das redes de empresas italianas nos distritos industriais tem assegurado rápidas respostas às flutuações quantitativas e qualitativas na demanda e consolidação de capacitações tecnológicas endógenas – conhecimento tácito – contextuais – do meio socioterritorial, e uma efetiva desconcentração produtiva com a divisão pelo território, de pequenos e médios empreendimentos.

Configurar em redes o tecido socioterritorial significa favorecer a construção de uma rede material e cognitiva capaz de internalizar as inovações tecnológicas nos processos locais de aprendizagem produtiva. Como preconiza Michael Storper (1997, p.135), “... A utilização e desenvolvimento de informação aconteçam de tal maneira que o aprendizado tecnológico alie-se ao comportamento qualitativo dos agentes em uma *network*”<sup>26</sup>.

No entendimento de Storper (1997), se os comportamentos de produtores e usuários – expectativas, preferências estruturais e assim por diante – diferem consideravelmente de local para local, alguns tipos de rotina comportamental, regras e instituições que os fundamentam são mais eficazes em promover interações que sustentam a aprendizagem tecnológica que outras. Segundo esse raciocínio, ele afirma:

Isto sugere, em outras palavras, que o potencial positivo das externalidades das redes de produção, sob a forma de aprendizado tecnológico são percebidas ou vistas sob um prisma diferenciado em consonância com as qualidades de transações que se estabelecem.<sup>27</sup>

<sup>26</sup> [...] The use and development of information in such a way that technological learning takes place has to do with the qualitative behaviors of agents in a network.”

<sup>27</sup> This suggests, in other words, that the potential positive externalities of production networks, in form of technological learning, are only realized- or differentially realized- according to the concrete qualities of the transacting that is carried out (STORPER, 1997, p.135).

3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLÍTICA DO  
TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

Não obstante a capacidade de expansão das pequenas e médias empresas diante do avanço inexorável da concentração industrial, Bagnasco (2002) revela que tiveram de abandonar a ideia de vê-la difundir-se espontânea e rapidamente em regiões subdesenvolvidas, a exemplo de Mezzogiorno, visto que, em muitos casos, essa difusão era muito mais difícil ou até inexistente. É interessante observar, ainda, na percepção do autor, como pequenas unidades de produção, aparentemente desfavorecidas quanto a estruturas de comercialização, de escala produtiva, de acesso ao crédito e de intervenções nos mercados estrangeiros, conseguiram captar uma parte crescente do mercado interno e internacional, obtendo maiores lucros e gerando empregos.

Esse paradoxo confere, entre outras explicações propostas à noção marschalliana de distrito industrial, que:

[...] Demonstrava que as vantagens, ou pelo menos algumas delas, da produção em grande escala podem também ser obtidas por uma grande quantidade de empresas de pequeno porte, concentradas num território dado, especializadas nas suas fases de produção e recorrendo a um único mercado de trabalho local (BECCATINI, 2002, p. 46-47)

O ressurgimento atual do conceito *marschalliano* repousa sobre a noção de adequação perfeita entre as condições requeridas, tendo em vista certa organização do processo produtivo e as características socioculturais, forjadas ao longo dos anos, de uma camada da população. [...] Não obstante as diversas formações, o estado de espírito que prevalece nos distritos industriais é baseado no desabrochamento pessoal, apesar de ser movido por um sentimento intenso de pertencimento à comunidade local (*op. cit.*).

Apesar de vários estudiosos da teoria econômica terem tratado das diversas formas de aglomerados de empresas, consideram-se como marco inicial os estudos de Alfred Marshall, em *Principles of Economics*, no qual ele se refere às externalidades das localizações industriais especializadas e traz o conceito de aglomerados. Esses consistem na presença de condições naturais e materiais como a disponibilidade de matéria-prima, energia e facilidades de transportes, além da existência de demanda na região. Quanto aos benefícios, poderiam ser identificados através dos avanços na especialização e divisão do trabalho, ganhos técnicos e organizacionais resultantes da tecnologia da informação, do compartilhamento de máquinas especializadas de alto valor de investimento, além da criação de um mercado consistente de mão de obra ao alcance das empresas (GARRIDO, 2001).

Vale ressaltar que essa discussão teve início no final da década de 50, com o modelo proposto por Hirschman (1958) – o processo cumulativo *hirschmaniano* – mais tarde descrito

### 3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLITICA DO TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

por Krugman (1991), que, no seu modelo original, prevê que a aglomeração espacial está baseada na interação de duas forças centrípetas. Esses modelos descritos estão contidos em Crozet:

A primeira força em ação – *Backword linkage* - influencia a escolha para localização da firma; assim como os custos com transporte e escala econômica, uma região de bom acesso a mercados é a que detém maior possibilidade de ser escolhida. Da mesma forma, *forward linkage* - influencia na escolha dos indivíduos de uma determinada localidade para mercados centrais; numa região que ofereça bom acesso a um leque mais amplo de *commodities* (KRUGMAN *apud* CROZET, 2004, p. 440).

28

Outros autores de correntes evolucionistas e institucionalistas, a exemplo de Becattini (2002), Pyke; Sengenberger (1990), Schmitz (1988; 1997) entre outros, estudam e retomam a visão de Alfred Marchall sobre externalidades dinâmicas. Eles contribuem de forma enfática para o papel dos agentes locais no processo econômico, apesar de adotarem uma abordagem mais abrangente do que a visão *marchalliana*, a exemplo de Hirschman (1958), que é considerado holístico, sistêmico e evolutivo pelo fato de levar em consideração a estreita relação entre os elementos do sistema econômico e o contexto social e político (AMARAL FILHO, 2001).

Assim, esses pressupostos mencionados possibilitam retomar o conceito de desenvolvimento endógeno. Ele é entendido como um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões (AMARAL FILHO, 1996).

Esse processo, segundo o mesmo autor, tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido. Essa estruturação é, revela Boiser *apud* Amaral Filho (1996, p. 38) “como organização social regional, e que tem como característica marcante a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais”.

O conceito de desenvolvimento endógeno, estruturado de baixo para cima a partir das potencialidades existentes, provoca um estreitamento entre o local e as condições de competitividade do setor empresarial. Se, por um lado, as empresas mais competitivas

<sup>28</sup> The first force at work - backward linkage - influences the location choice of firm; in the presence of transport costs and scale economies, a region with good access to markets is the preferred location for a firm. In the same way, forward linkage influences the location choice of individuals for central markets; in a region offering good access to a large range of commodities” (KRUGMAN *apud* CROZET, 2004, p. 440).

### 3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLÍTICA DO TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

emergem ou são atraídas para locais que apresentam maior padrão de vida, por outro lado, essas mesmas empresas que alavancam o desenvolvimento dessas regiões fortalecem o capital social local (LOIOLA *apud* GARRIDO, 2001, p. 47)

A interrelação entre o local e o setor produtivo impulsiona o desenvolvimento regional, o qual também se dá aliado ao planejamento centralizado – políticas centrais de investimento em infraestrutura – pois propicia a captação de capital privado. No entanto, ainda é insuficiente para a dinamização da economia regional. Por isso, foram pensados modelos de polos de crescimento, distritos industriais, ambientes inovadores, *clusters*, cadeia produtiva e arranjos produtivos, ora vistos como sinônimos, ora aplicados de forma distinta, ou até mesmo como conceituação evolucionista de sistema local de inovação.

Na opinião de Santos; Crocco; Lemos (2002, p. 152), o formato de distrito se enquadra bem no conceito evolucionista de sistema local de inovação, pois o seu dinamismo decorre do fato de ser um tipo de arranjo institucional específico e localizado, capaz de estabelecer o aprendizado coletivo interativo. “Este, por sua vez, é alimentado e induzido no tempo pelo próprio processo de competição entre as firmas do distrito” (*op. cit.*).

Quanto aos polos de crescimento, surgem a partir da Teoria de Desenvolvimento Regional, elaborada por Perroux (1955), constituídos por firmas ou setores motrizes e associados ao planejamento centralizado. O desenvolvimento e a nova concepção da dinâmica econômica, de caráter filosófico e interdisciplinar, propõe métodos “para levar a prática o conceito de desenvolvimento integrado” vinculados a um dos objetivos prioritários da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO): “se concebe cada vez mais o desenvolvimento como a dinamização de uma sociedade em seu próprio ser, com uma verdadeira aventura que empreende a sociedade, recorrendo a todas suas capacidades de auto-criação” (PERROUX, 1984, p. 9).

Essa teoria apresentada pelo autor, cujos títulos originais são *Note sur la Notion de Pole de Croissance* e *Pour une Philosophie du nouveau développement* (1955;1984), explica que o crescimento não aparece em todas as partes ao mesmo tempo; e se manifesta em pontos ou polos de crescimento com intensidade variável e se difunde por meio de diferentes canais, com distintos efeitos terminais sobre o conjunto da economia. Essa constatação encontra respaldo nos conceitos discutidos por Boullón, quando explica a distribuição territorial do espaço, os vazios que se instalam naturalmente e os que são construídos para atender ao mercado, especialmente quando se trata da atividade turística.

Enquanto que J. Friedman estuda *La Estrategia de los Polos de Crecimiento como Instrumento de la Política de Desarrollo* (1969) e J. Tinbergen, *Enlace de la Planificación*

3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLITICA DO  
TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

*Nacional com la Planificación Urbana y Regional* (1969), retomam e interpretam os polos de crescimento, em bases geográficas, são considerados centros para a geração e difusão espacial de inovações, bem como a necessidade de um sistema de integração em diferentes níveis o local, o regional e o nacional, pois nessa época e em muitos países tanto o planejamento nacional como o planejamento urbano e regional têm estado separados e sem vínculos estreitos.

À luz do que pensa Milton Santos (2003, p. 170) sobre o espaço do Terceiro Mundo<sup>29</sup> e a partir do que ele considera os dois circuitos da economia e suas implicações espaciais. A transposição de teorias ocidentais no ‘mundo em desenvolvimento’ e transitório tem como premissa a progressão deste em direção àquilo que os países desenvolvidos são hoje.

Assim o comenta:

“A aplicação da teoria de polos de desenvolvimento aos países desenvolvidos levanta a questão de se o espaço pode ser descrito indiscriminadamente nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A maioria dos analistas e planejadores do espaço agem como se as teorias elaboradas a partir de realidades ocidentais pudessem ser transpostas para o Terceiro Mundo”.

O espaço nos países subdesenvolvidos se caracteriza por grandes desigualdades de renda, “que são expressas no nível regional por uma tendência à hierarquização das atividades e, no nível local, pela coexistência de atividades similares, mas que funcionam em diferentes níveis” (*op. cit.*, p. 171). Embora não seja contra a ideia de polo, o autor demonstra que esta metodologia reproduz a pobreza para os países subdesenvolvidos, pois se preocupa “com o espaço de alguns poucos e não com o espaço de todos”. Cria o crescimento, sem, contudo, desenvolver o circuito inferior, comumente chamado de ‘terciário’, aqui definido por ele, como aquele que encontra os elementos de sua articulação na cidade e sua região. Enquanto o circuito superior vai ordinariamente buscar essa articulação fora da cidade e de sua região.

O circuito inferior “recobre” uma realidade bem mais ampla do que é expressa pelo termo terciário. É o resultado de uma situação dinâmica e engloba atividades de serviço, por exemplo, a doméstica, os transportes, o artesanato (atividades de transformação), bem como as formas pré-modernas de fabricação, caracterizados por traços comuns que vão além de suas definições específicas e que têm uma filiação comum (*op.cit.*).

---

<sup>29</sup> O espaço do Terceiro Mundo se caracteriza principalmente pelo fato de ser organizado e desorganizado e a maioria das vezes em escala global, em função de interesses distantes. “Entretanto, ele não é afetado de maneira uniforme por essas forças de mudança. O impacto destas é muito localizado porque a difusão pode deparar com uma inércia considerável” (SANTOS, Milton, 2003, p. 171).

3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLITICA DO  
TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

Diante disso, esse ‘polo marginal da economia’<sup>30</sup> dificulta o atendido dentro dessa política de desenvolvimento.

Vale ressaltar que a versão de polos, presente nos anos 70 e 80, era baseada em grandes pacotes de investimentos em indústrias pesadas, das quais se poderiam esperar os efeitos multiplicadores defendidos por ele. No entanto, segundo Garrido, há uma vulgarização do conceito, visto que é aplicado em indústrias leves de bens finais, dispersas e com pouco poder de impulsão. O Governo Federal e o Banco do Nordeste valem-se também dessa terminologia (polos) para estabelecer áreas de desenvolvimento dos estados do nordeste brasileiro, na tentativa de definir espaços capazes de serem alavancadas por setores motrizes, a exemplo do turismo.

Para o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo, Polo...

[...] É um grupo de municípios contíguos que têm recursos turísticos complementares e que concordam em desenvolver suas capacidades de gerenciamento dos fluxos turísticos. Pólo também significa um conjunto de municípios não contíguos que trabalham como um circuito de atrativos complementares que formam um roteiro durante um período de três ou mais dias (PRODETUR/NE, 2001, p. 2).

Complementando, Mário Petrocchi (2002) traz para essa discussão o conceito de polos como ações em uma área específica, delimitada por um espaço geográfico que tenha características semelhantes dentro de um mesmo eixo econômico principal. Do ponto de vista do planejamento regional, o turismo traduz-se como: “uma série de pólos de desenvolvimento turístico hierarquizados, unidos por uma infra-estrutura comum que, em seu conjunto, contribuem a dinamizar o desenvolvimento econômico e social de uma extensa parte do território nacional” (ACERENZA, 1992, p. 40).

Nas conclusões acerca dessas discussões dos modelos aqui referenciados, Garrido (2001) critica a transposição da concepção tradicional de pólos para os dias atuais na área de turismo que pode, segundo ela, apresentar inconsistência, sobretudo quando se compara aos novos paradigmas de desenvolvimento regional endógeno. A terminologia *Cluster*, segundo ela, se adapta melhor à proposta que foi implementada através do Programa de Desenvolvimento do Turismo.

---

<sup>30</sup> Autores como Quijano; J. Beaujeu-Garnier; D. Lambert *apud* M. Santos (2004, p. 201), referem-se a “Pólo Marginal da Economia” também chamado “Terciário Primitivo ou Terciário Refúgio”, como “um elemento fundamental da vida urbana nos países subdesenvolvidos, por seu papel de abrigo da população pobre, migrante ou originária da cidade, que só raramente pode consumir e trabalhar no circuito moderno”



### 3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLITICA DO TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

Do ponto de vista de Amaral Filho (2001, p. 262-263), o caráter endógeno desse processo (polos) não tem cunho autocentrado com a própria região ou local; nem tampouco seus fatores propulsores podem ser vistos tanto pelo lado da endogeneização da poupança ou do excedente, como também pelo lado da acumulação do conhecimento, das inovações e das competências tecnológicas, com repercussões sobre crescimento da produtividade dos fatores.

Nessa concepção de desenvolvimento com o uso e transposição do conceito de polo não se indica uma mudança de paradigma, muito menos de resolver as questões locais. Mas foi esse o modelo transposto ou forjado para o nordeste brasileiro no campo do turismo. Isso ocorreu segundo Costa (2003), no contexto de sucessivas crises econômicas, de abertura política e da mobilização da sociedade, que influenciaram no modelo de intervenção centralizadora do Estado e, sobretudo, em relação às funções sociais por ele desempenhadas.

Boullón (2002) revela que, tanto os atrativos turísticos, quanto os empreendimentos e a infraestrutura têm presença física e uma localização precisa do território. [...]. Se observarmos como se manifestam outros setores da atividade produtiva, estes não ocupam de forma absoluta o território. Nem as agrícolas abrangem toda a extensão de terra apta para esse fim, pois não são homogêneas; aqui e ali se intercalam pequenas indústrias, aparecem manchas de terra árida, enquanto outras partes são destinadas à pecuária ou às granjas.

Se passar para outro exemplo, como o petróleo, também se verifica áreas que são menos homogêneas que as anteriores, uma vez que, apesar de as jazidas ocuparem grandes extensões sob a terra, sua exploração abrange as pequenas superfícies ocupadas pelas torres de extração. Os atrativos turísticos, por sua vez, não têm prolongamento debaixo da terra, com exceção de grutas e cavernas; sua expressão espacial é bastante comparável à dos poços de petróleo. No entanto, ainda assim os atrativos turísticos ocupam mais áreas, apesar de ficarem concentrados em alguns atrativos que abrangem parte do território. Nessas partes intermediárias, é frequente encontrar todo tipo de atividades não turísticas, como fábricas, terra de cultivo, bosques, cidades ou explorações de minérios.

Nessa compreensão, a Geografia Econômica, também ao observar as formas de produção do solo, segundo Boullón, abstrai as discontinuidades menores assinaladas e estabelece sua estrutura com base nos elementos de interesses econômicos predominantes – cereais, vinhedos, minerais, bosques, entre outros. [...] A característica comum desses sistemas analíticos aqui relacionados é que as divisões que adotam abrangem toda a superfície da Terra.

Assim o reafirma:

### 3. ESTADO, MERCADO E SOCIEDADE: A POLITICA DO TERRITÓRIO EM DISCUSSÃO

Quando um sistema de planejamento nacional começa a operar a primeira coisa que se deve fazer é definir seu âmbito de ação em função da **regionalização do país**. Essa tarefa consiste em dividi-lo em partes, de acordo com uma série de critérios técnicos. Depois, por um lado, serão elaborados os planos para cada região e, por outro, os planos setoriais, mas não separadamente, e sim os integrando. O objetivo é que, ao menos teoricamente, cada plano setorial seja dividido por regiões, para que os planos regionais compatibilizem interesses e problemas diversos (Boullón, 2002, p. 71).

Nesse sentido, o planejamento regional deve ter consigo duas exigências: a primeira é que as partes das quais se ocupam atinjam todo o território do país, a segunda é que cada região abranja uma superfície que tenha propriedades iguais. Como é impossível dividir fisicamente um país em áreas nas quais cada metro seja idêntico ao restante, a idéia de região é a que os economistas utilizam – porções do território cujos indicadores econômicos (a produção, o transporte, o comércio, entre outros) e de desenvolvimento social (a alfabetização, a moradia, a saúde, os salários) são similares. Sendo similares os indicadores, as regiões adquirem, assim, uma determinada identidade que leva a qualificar seu espaço como homogêneo e contínuo (*op. cit.*). Essa análise não pode ser transposta para o espaço físico porque, como foi visto anteriormente, em maior ou menor grau, muitos elementos materiais da natureza diversa compartilham uma mesma unidade espacial reafirma o autor citado.

Diante disso, a questão é: o modelo de polos não se aplica aos investimentos na política de turismo no Nordeste do Brasil?

A análise das potencialidades turísticas e de políticas públicas, que seguem, aprofunda essas questões, aliadas à base empírica de levantamento dos recursos aplicados.

#### 4 - O LITORAL SERGIPANO E A OPÇÃO PELO TURISMO

Sergipe, encravado entre os rios São Francisco e Real, tem área aproximada de 21.040 km<sup>2</sup>. A população atual é de 1.939.426 habitantes, com densidade demográfica correspondente a 89 habitantes por km<sup>2</sup>; representando 1,41% da Região Nordeste e 0,25% de todo o território brasileiro (BRASIL, 2007). Limita-se ao Norte com o Estado de Alagoas através do rio São Francisco, ao Sul e a Oeste com o Estado da Bahia.

As áreas de patrimônio natural apresentam em sua extensão territorial, ecossistemas – cerrados, caatingas, mata atlântica, praias restingas e mangues, em associação às unidades de conservação e patrimônio histórico cultural. O acervo é significativo, principalmente quando se trata da quarta cidade mais antiga, São Cristóvão, e também merece destaque o Centro Histórico de Aracaju e outros acervos de interesse para o turismo como as igrejas, que são de expressivo valor.

Segundo dados de Sergipe (2005), o desenvolvimento do turismo foi significativo para o período do PRODETUR I, com um incremento de turistas de mais de 30% no período de 1995-2000 e mais de 50% no período 2000-2005; 37% de aumento de fluxo aéreo no primeiro período (1995-2000) e 39% no segundo (2000-2005); e 47% a mais de estabelecimentos ligados à hospedagem entre os anos de 1995 e 2000, adicionados em 30% no período 2000-2005. Assim, a posição estratégica de Aracaju, localizada na porção central do Litoral, e a malha viária bem distribuída segundo dados mais alentadores, induzem o visitante a se deslocar em busca das mais variadas ofertas. Recentemente, houve o reconhecimento de seus atrativos, apoiado pelo desenvolvimento do turismo brasileiro, em particular do Nordeste, e pela abertura turística promovida pela necessidade crescente de novos destinos.

A avaliação das potencialidades turísticas tem como amostra três centros<sup>31</sup>, constituídos pelos seguintes municípios: Brejo Grande, Pacatuba, Pirambu, Barra dos Coqueiros (Litoral Norte); Aracaju e São Cristóvão (Litoral Centro-Sul); Estância e Indiaroba (Litoral Sul), na configuração de polo instituído pelos governos nacionais e estaduais.

Dessas regiões, relacionadas com seus respectivos municípios e potencialidades de desenvolvimento do turismo, carece distinguir os que fazem parte do litoral. Dos treze municípios definidos como estratégia de governo do Polo Costa dos Coqueirais (1994-2009),

---

<sup>31</sup> Centro Turístico, segundo Boullón (2002, p. 84) “é todo conglomerado urbano que conta em seu próprio território ou dentro de raio de influência com atrativos turísticos de tipo e hierarquia suficientes para motivar uma viagem turística”.

oito foram escolhidos por estarem situados no litoral; um deles, São Cristóvão, está localizado em área estuarina e tem potencial histórico e cultural.

Nesse sentido, os municípios pesquisados e aqui referenciados são:

- ✓ Brejo Grande, Pacatuba, Pirambu, Barra dos Coqueiros (litoral Norte) – abrangem áreas das bacias hidrográficas do rio São Francisco e do rio Japaratuba;
- ✓ Aracaju (litoral Centro-Sul), que integra parcialmente a bacia do rio Sergipe e do rio Vaza Barris, e São Cristóvão que, embora não se localize no litoral, é um município que possui área estuarina e sofre influências das marés (região costeira adjacente);
- ✓ Estância e Indiaroba (litoral Sul) constituem parte da bacia do rio Piauí.

#### 4.1 – O Litoral Sergipano

O litoral sergipano tem uma área aproximada de 163 km de extensão compreendida entre os rios São Francisco, ao Norte, e Piauí/Real, ao sul e apresenta uma diversidade de aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos (FRANÇA *et al*, 2007). Ocupa uma superfície de 5.453,8 km<sup>2</sup>, equivalente a 24,9% do território do Estado de Sergipe (FONSECA *et al*, 2009). Sua extensão é variável entre 20 a 40 km, apresenta descontinuidade, assimetria e alongamento no sentido NE/SE, com maior expressão areal na dependência do recuo dos tabuleiros costeiros. Ao Norte do Estado, essa faixa é ampla, condicionada pela feição deltaica do rio São Francisco. (BRASIL, 2005).

A respectiva área é dividida em seis bacias hidrográficas<sup>32</sup>, que drenam todo o Estado de Sergipe e recebe influência direta dos estuários – do rio São Francisco, do rio Japaratuba, do rio Sergipe, do rio Vaza-Barris, do complexo Piauí-Real – e do Oceano Atlântico. A bacia do rio São Francisco, a mais importante de todas, drena terras de cinco Estados brasileiros e tem sua foz na divisa de Sergipe com Alagoas. A bacia do rio Japaratuba é genuinamente sergipana, enquanto as bacias dos rios Sergipe, Real, Vaza Barris e Piauí banham também terras do Estado da Bahia. “Em função dessa base territorial, a maior parte do litoral sergipano é ambientalmente frágil e por isso necessita de uma ocupação ordenada” (FONSECA *et al*, 2009, p. 5-6).

---

<sup>32</sup> Bacias Hidrográficas ou Vales – “conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes. Nas depressões longitudinais se verifica a concentração das águas das chuvas, isto é, do lençol de escoamento superficial, dando o lençol concentrado – os rios.” [...] A bacia abriga uma hierarquização na rede, e a água escoia normalmente dos pontos mais altos para os mais baixos. [...] A bacia hidrográfica inclui uma noção de dinamismo, por causa das modificações que ocorrem nas linhas divisórias de água, sob o efeito dos agentes erosivos, alargando ou diminuindo a área da bacia. [...] A bacia hidrográfica pode ser principal, secundária, terciária, litorânea e central ou interior, e essa última quando constituída de cursos d’ água de subafluentes (GUERRA; GUERRA, 2008, p. 77-78).

O relevo caracteriza-se por altitudes modestas e se eleva à medida que se caminha para o interior. Classifica-se em planície litorânea e tabuleiros costeiros. A primeira estende-se de norte a sul ao longo de toda a faixa costeira e é formada por praias, manguezais, restingas, campos de dunas, as duas últimas com alturas de até 30 metros. A segunda, após a planície costeira, em direção ao interior forma morros e colinas com altura de até 100 metros (BRASIL, 2005). Há variedade de solos, dentre eles se destacam: arenoso do litoral (podzol, areias quartzosas), “são solos ácidos, profundos, de baixa fertilidade. Drenam com rapidez toda a água que cai e, devido à salinização, dificultam o uso agrícola”. No entanto, os coqueiros adaptam-se a esse tipo de solo; arenoso argiloso dos tabuleiros (podzólicos e latossolos)<sup>33</sup>, é de cor avermelhada pela liberação de ferro existente na rocha, além de pobre em nutrientes; e devido à alta acidez, necessita de corretivos: adubação orgânica e fertilizante. “A textura arenosa desses solos facilita as ações erosivas, sobretudo quando o relevo é ondulado. A retirada da Mata Atlântica e a exposição desse solo às chuvas, somadas aos processos de lixiviação e de escoamento superficial, facilitam a degradação do mesmo” (BRASIL, 2005, p. 52).

Ao se considerar a chuva como principal fator climático de referência e, como tal, um elemento natural de definição e configuração espacial, tem-se que “a sazonalidade das chuvas (variabilidade intra-anual) como inconstância temporal, também é mais pronunciada com a continentalidade. A estação seca é mais severa à medida que se interioriza o território sergipano” (PINTO, 1999, p. 25). A autora conclui em seu trabalho sobre os reflexos da seca em Sergipe, que a variabilidade pluvial no litoral se expressa mais acentuadamente no setor norte do Estado, enquanto o setor litorâneo do sul é mais favorecido pelos totais pluviais.

Nesse contexto, e no que se refere às unidades de conservação do Estado, foram criadas nove pelo Sistema de Unidades de Conservação-SNUC, instituído pela Lei 9.985/2000. Cinco delas são estaduais: Área de Proteção Ambiental - APA da Foz Rio Vaza-Barris (1990); APA do Litoral Sul (1993); APA do Morro do Urubu (1993); APA do Litoral Norte (2004); Área de Especial Proteção Ambiental (1990), que corresponde ao trecho do rio Sergipe, bem como suas margens, localizadas entre os municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros. As demais correspondem às três UCs federais: Parque Nacional - PARNA da Serra de Itabaiana; Reserva Biológica - REBIO de Santa Isabel (1988); Floresta Nacional - FLONA do IBURA (1995); uma

---

<sup>33</sup> **Solos podzólicos**, “são aqueles formados, total ou parcialmente, sob a influência do processo da podzolização”. Este processo consiste na eluviação do horizonte A e na concentração, por vezes, de óxido de alumínio, óxido de ferro e matéria orgânica, no horizonte B (GUERRA; GUERRA, 2008, p. 498). **Latossolo** – solo submetido ao processo característico das regiões intertropicais de clima úmido e estações chuvosas e secas alternadas, acarretando a remoção de sílica, e o enriquecimento dos solos e rochas em ferro e alumínio (*op. cit.*, p. 384).

municipal, o Parque Ecológico Tramanday, localizada em Aracaju (1996) e uma particular, a Reserva Particular de Patrimônio Natural - RPPN, Fonte da Bica criada em 1999. Apesar dessas decisões, há restrições no campo do “diagnóstico prévio e consulta pública, exceto na criação das reservas federais” (SOUZA; LANDIM, 2007, p. 1).

O Litoral Norte de Sergipe, assim nomeado, é composto por dezessete municípios, com extensão territorial de aproximadamente 2.783,3 km<sup>2</sup>. Dentre as principais características, vale destacar as áreas naturais preservadas, encontradas mais precisamente a partir do município de Pirambu, estendendo-se até os limites do Estado de Alagoas. Neste trecho, como se refere Fonseca *et al* (2009), é encontrada a Unidade de Conservação (UC), Reserva Biológica (REBIO) de Santa Isabel, cuja ocupação é disciplinada por lei federal. O Decreto de nº 22.995, de 09 de novembro de 2004, institui como Área de Proteção Ambiental (APA) do Litoral Norte, os municípios de Pirambu, Japoatã, Pacatuba, Ilha das Flores e Brejo Grande, em Sergipe.

O Litoral Centro-Sul, na classificação deste estudo, é composto pelos municípios de Aracaju e São Cristóvão que têm características para um turismo urbano de lazer, histórico e cultural, de convenções e negócios. Além disso, os municípios localizam-se em áreas estuarinas e praianas, respectivamente, sua temperatura pouco oscila, permanecendo entre 25 e 30°C.

O Litoral Sul de Sergipe abrange os municípios de Itaporanga d’Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba e totaliza uma superfície de 2.496,4 km<sup>2</sup>. Essa área foi reconhecida como Unidade de Conservação através do Decreto nº 13.468, de 22 de janeiro de 1993. A estrutura de ocupação compreende desde a foz do rio Vaza Barris até a desembocadura do rio Real, cerca de 55,5 km de costa e largura variável entre 10 a 12 km, do litoral para o interior (SERGIPE, 2009b). São municípios de expressividade no que tange as praias, as restingas arbóreas, os manguezais e as manchas mais preservadas de Mata Atlântica. Destacam-se para efeito de pesquisa e de investimentos neste estudo: Estância (praias do Saco e Abaís) e Indiaroba (rio Real e Piauí).

Segundo Fonseca *et al* (2009, p. 9), o Litoral Sul apresenta “elevada fragilidade ambiental, acentuada pela presença de lagoas encaixadas entre os cordões litorâneos”. Na descrição dos mesmos autores, os atrativos naturais dessa região “são ampliados pela presença de elevada densidade da rede hidrográfica e pela diversidade geomorfológica, que, aliados ao acesso rodoviário, facilitam a utilização do espaço como área de segunda residência para o veraneio e o turismo”. Um exemplo disso é retratado na pesquisa de Vieira e Nascimento (2003), quando afirmam que, nas proximidades dos povoados de Santa Cruz do Abaís, Saco

da Boa Viagem e Porto do Mato, os sítios estão sendo vendidos para loteamentos, prejudicando a população no que diz respeito à destruição do coqueiral. O turismo, nesse sentido, cria e demanda ocupação e geração de renda, no entanto gera dificuldades para as atividades agrícolas.

A figura 5 representa o cartograma do uso do solo, Polo Costa dos Coqueirais/Sergipe.

#### 4 - O LITORAL SERGIPANO E A OPÇÃO PELO TURISMO

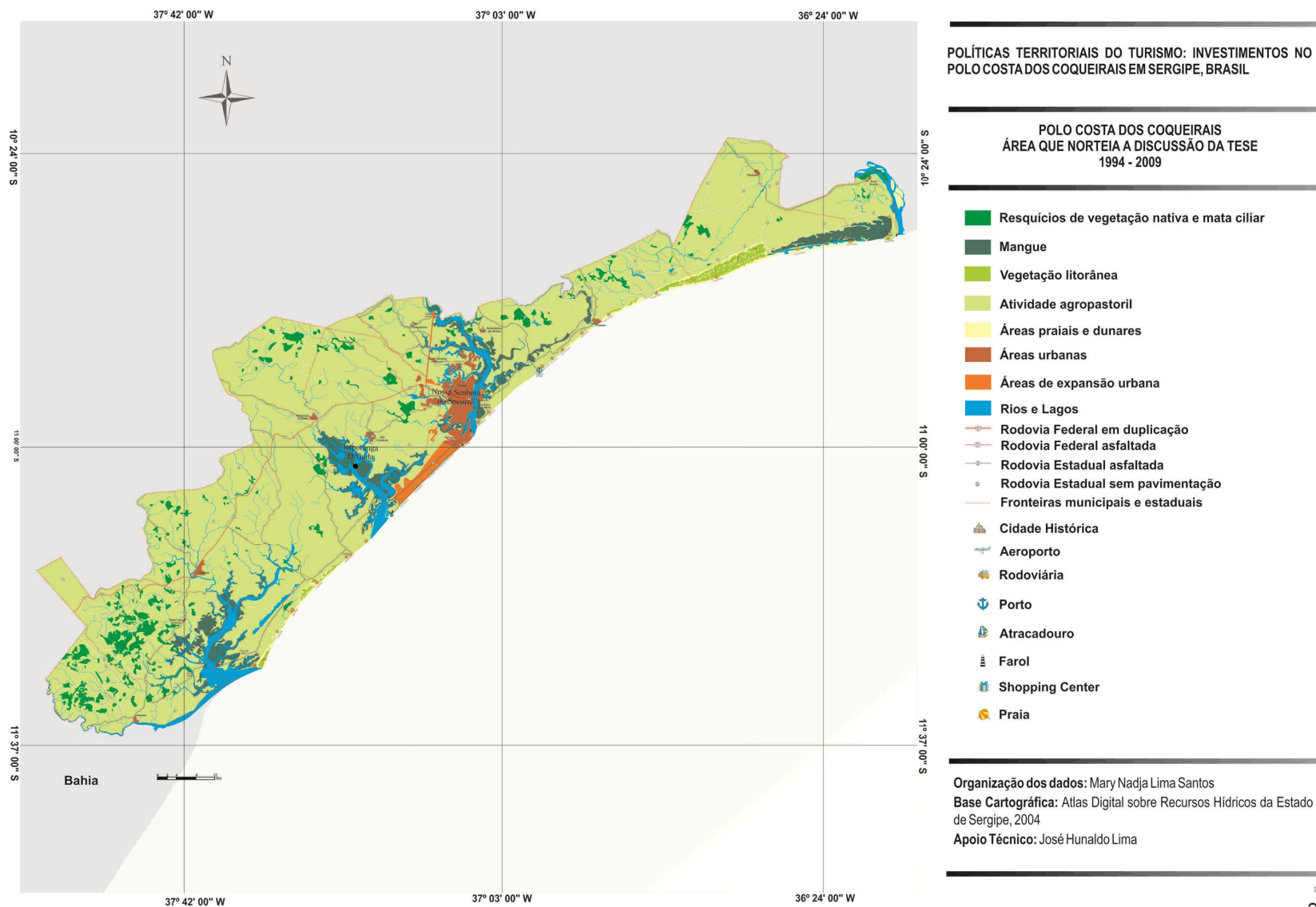


Fig. 5 - Cartograma do uso do solo, Polo Costa dos Coqueirais - Sergipe/Brasil, 2009  
 Fonte: Mapa Turístico-municípios litorâneo de Sergipe-PRODETUR/NE II



## 4.2 – Potencialidades Turísticas

Analisando-se de *per se*, tem-se, em **Brejo Grande**, o elo do rio com o mar. Após ser descoberto, em 1542, pelos holandeses e portugueses, a antiga ilha, por Carta Régia de 24 de outubro de 1534, passou de Pernambuco para Sergipe e, posteriormente, veio a pertencer ao município de Vila Nova. Segundo informações de Maynard e Araújo (1957), o português José Alves Tojal fez desaparecer a ilha obstruindo o canal que a separava da Capitania de Sergipe del Rei. Assim o relata:

Após o ano de 1820, alagoanos, pernambucanos e cearenses, tangidos pelas secas dos sertões nordestinos, vieram residir em terrenos embrejados à margem direita do rio São Francisco, na referida ilha, perto da foz deste rio, e com a ajuda do Barão Bento de Melo, fundaram a povoação de Brejo Grande (*op.cit.*, p. 252).

A sede municipal (figura 6) localiza-se à margem direita do rio São Francisco, em zona de planície litorânea, dotada de mangues e áreas de restinga. Suas principais atividades econômicas estão concentradas na agricultura – cultivo do arroz e do coco-da-baía, criação de gado bovino para abate e produção de leite, pesca e piscicultura. A extração mineral de petróleo (o primeiro poço de petróleo foi “furado” em 7 de dezembro de 1969) gera rendas ao município.



Fig. 6 – Visão urbana da sede do município, 2008.  
Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2008.

Há potencial para o turismo, por exemplo, nas ilhas, nos ecossistemas, nos recursos hídricos, nas fazendas tradicionais, nas áreas de minifúndios privados, mesmo sendo o município carente de infraestrutura, como equipamentos e serviços de apoio ao turista<sup>34</sup>.

Veem-se ainda, na figura 7, os impactos ambientais causados pela construção da Usina Hidrelétrica de Xingó (Povoado Cabeço), apesar dos recursos advindos dos *royaltes* da Petrobrás e outros incentivos de impostos.



Fig. 7 – Atrativos naturais/impactos ambientais – Povoado Cabeço, Brejo Grande, 2008.  
Fonte: SANTOS, M.N. L.; BONFIM, F. S.; CRUZ, Josielma S., 2008.

Não obstante essa realidade, a figura 8 reflete um conjunto de imagens que representa as potencialidades do município de Brejo Grande, onde se encontra a riqueza natural do rio São Francisco, juntamente com as vilas de pescadores ao longo da margem.

Salientam-se os costumes locais da comunidade que vive à beira do rio e que dele desfrutam das mais significantes formas, seja através da pesca, do tratar dos peixes, da lavagem de roupa, brincam, contam e recontam as crendices populares. A feira livre expressa a tradição de encontro da comunidade.

Ainda a figura 8 sinaliza a oferta do município para a prática e fomento da atividade turística. O rio São Francisco e os mangues que são berçários de vida selvagem e dos

<sup>34</sup> SANTOS, Mary N. L. Diagnóstico e plano de desenvolvimento local. Brasília: Secretaria Executiva da Comunidade Solidária/UNESCO/UFS-FAPESE, 2002.

caranguejos, as plantações de coco, a produção do artesanato com sua fibra, além do Farol do Cabeço, representam atrativos singulares na foz do rio<sup>35</sup>.



Fig. 8 – Representação da cultura local e sua base econômica, Brejo Grande, 2008.

Fonte: SANTOS, M.N. L.; BONFIM, F. S.; CRUZ, Josielma S., 2008.

O Centro de Produção de Artesanato do município (Figura 9) revela-se importante para a geração de renda, além dos trabalhos desempenhados pelas artesãs.

<sup>35</sup> Descrição e imagens das figuras relacionadas (figuras 7 e 8) foram publicadas através do Programa Institucional de Iniciação Científica-PIBIC/CEFET-SE (IFS): SANTOS, Mary N. L.; BOMFIM, Fagner dos S.; CRUZ, Josielma S. da. (*Eco*) turismo e territorialidade e suas relações de pobreza na gestão de polos no Litoral Norte de Sergipe, Brasil. Fortaleza: II CONNEPI, 2007 (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, CEFET-SE).





Fig. 9 – Centro de Produção do Artesanato Local, Brejo Grande, 2008.  
Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2008.

As imagens (figura 10) representam, no geral, a dinâmica socioprodutiva do município onde, se destaca a produção do arroz, a pesca e o traslado de turistas e comerciantes da região. O assoreamento do rio São Francisco é causado pelas construções habitacionais erguidas sobre a mata ciliar dos rios, a derrubada de montes de área para a construção de terrenos, contribuindo para a derrubada dos mangues e poluição do rio, lagoas e mar.



Fig. 10 – Paisagem natural e utilização do solo, Brejo Grande/SE, 2008.  
 Fonte: SANTOS, M.N. L.; BONFIM, F. S.; CRUZ, Josielma S., 2008.

As imagens representadas no Cartograma do Uso do Solo de Brejo Grande (figura 11) refletem a dinâmica geoambiental municipal. Essa figura também retrata as potencialidades paisagísticas que compõem os municípios pesquisados através de seus ecossistemas – vegetação de mangues, rios, praias e resquícios de mata atlântica e de mata ciliar. Do ponto de vista do turismo, realça as áreas praianas e dunares.

4. O ESTADO DE SERGIPE E A OPÇÃO PELO TURISMO

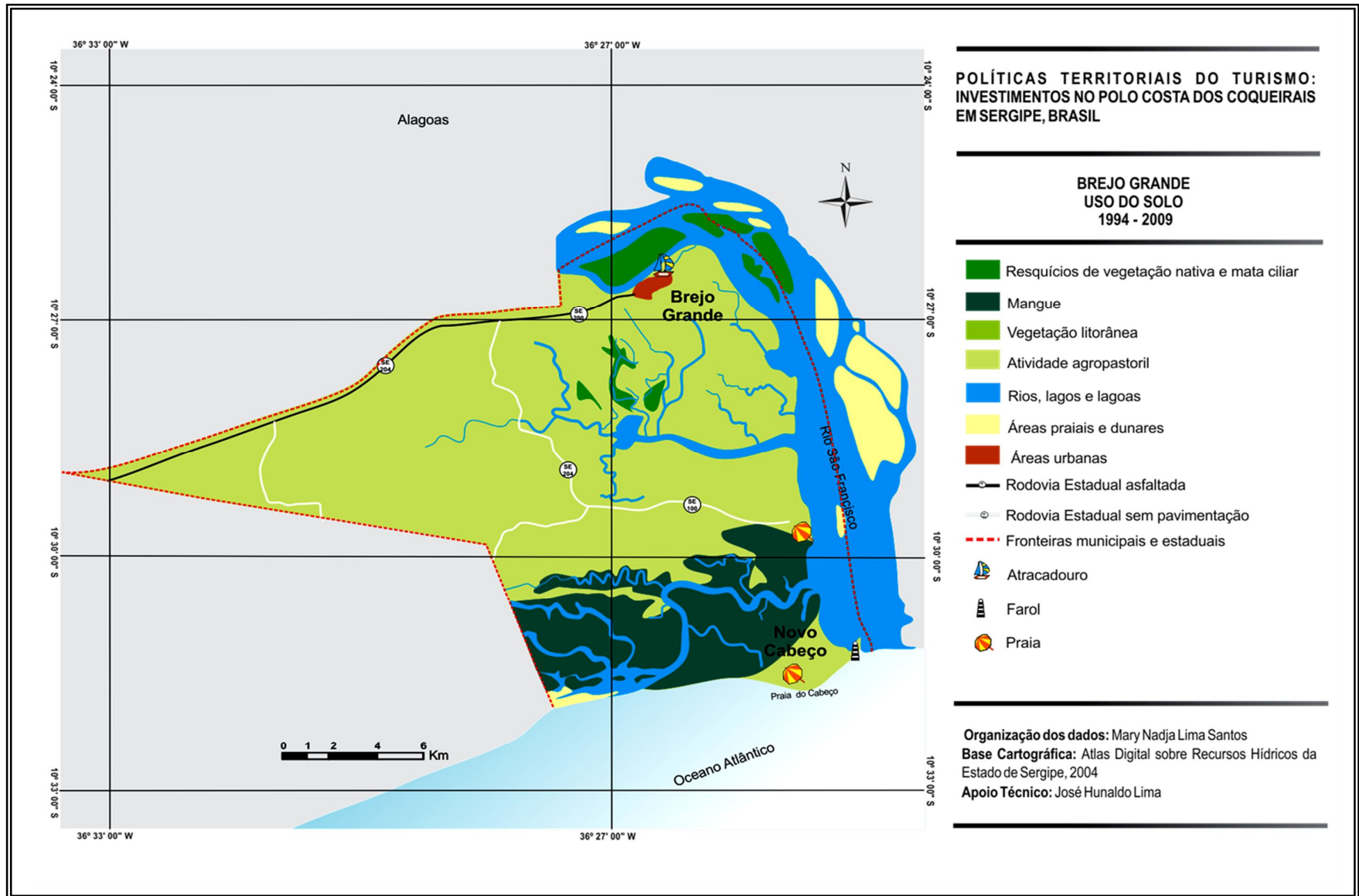


Fig. 11 - Cartograma do uso do solo do município de Brejo Grande, Sergipe, 2009.  
Fonte: Mapa Turístico-municípios litorâneos de Sergipe, PRODETUR/NE II

**Pacatuba** de “São Félix de Cantalício”<sup>36</sup> situa-se igualmente no Litoral Norte de Sergipe, na mesorregião do Leste Sergipano e na microrregião de Japaratuba, encaixada no vale do São Francisco; teve sua fundação na data de 1953. O nome Pacatuba é uma homenagem ao cacique dos índios tupinambás, pois estes foram os primeiros habitantes da região que esteve sob sua dominação até 1590. Acredita-se que, nessa época, estabeleciam relações comerciais com os franceses.

Pacatuba e sua paisagem de alagados distam da cidade de Aracaju 116 km, possui uma área de 407,3 km<sup>2</sup>, e sua população é estimada em 12.756 habitantes (IBGE, 2008), com um potencial turístico singular: um santuário ecológico “assentado em um vasto planalto”; paisagens de praias e dunas inexploradas, como a Ponta dos Mangues; o encontro dos rios da região com o oceano Atlântico; e o pantanal com 40 km<sup>2</sup> de extensão – considerado o segundo maior riacho de pantanal do Nordeste<sup>37</sup>.

[...] Manchas esparsas desde a Lagoa Grande entre Pirambu e Pacatuba, como também na área compreendida entre o riacho Parabuva e o canal do Poço. As principais áreas de ocorrência dos depósitos dos mangues encontram-se entre o povoado Ponta dos Mangues, município de Pacatuba, e a Ilha do Arambipe, município de Brejo Grande, margeando o canal do Poço e o Riacho Parabuva contornando também ilhas de feição deltaica do São Francisco e margeando o rio Praúna, em Brejo Grande (SOUZA, 2007, p. 96).

As chuvas expressam a condição tropical do município litorâneo que, segundo Pinto (1999, p.33), delimita a área mais úmida do sul e a mais seca, no norte. A média anual da pluviosidade de Pacatuba, calculada pela autora, é de 1.197, 6 mm, coincidente com a cota de 1.200mm, que delimita o agreste mais úmido do mais seco. Por conseguinte, tem-se que o clima do município é propício ao desenvolvimento de sua biodiversidade e não constitui barreira à prática do turismo.

A figura 12, a seguir, retrata esse cenário.

---

<sup>36</sup> Conta a lenda que Félix nasceu nas proximidades da aldeia de Pacatuba, se tornou frade e fez sua carreira religiosa como prisioneiro dos índios, catequisando-os; estes, convertidos, fizeram uma capela em sua homenagem. No entanto, a Igreja Católica diz que Frei Félix nasceu na Itália em 1515 e o seu fervor pelos pobres foi decisivo para ser canonizado como santo (CINFORM, 2002).

<sup>37</sup> Depósitos de pântanos e mangues atuais são constituídos predominantemente de sedimentos argiloso-siltosos, ricos em material orgânico (BITENCOURT *et al*, *apud* SOUZA, 2007a, p. 96).





Fig. 12 – Cenário Paisagístico do município de Pacatuba/SE, 2008  
Fonte: SANTOS, M.N. L.; BONFIM, F. S.; CRUZ, Josielma S., 2008.

A região abriga variadas espécies de aves e animais ameaçados de extinção, como jacaré de papo amarelo (PDITS, 2005, p. 35). Também essa área (figura 13) é composta de restingas e mata atlântica. O município é comercializado como berçário mundial de patos provenientes da Patagônia. As atividades econômicas são desenvolvidas a partir da cana-de-açúcar, do plantio de coco, da agricultura, da pesca e da extração-mineral de petróleo e gás. O artesanato também colabora com a produção de bolsas, sacolas, cintos, entre outros, através da fibra de taboa<sup>38</sup>. Além disso, recursos minerais como cobre, ferro, manganês, cálcio, mármore, sódio, potássio são extraídos dessa localidade.

<sup>38</sup> Vegetal da família Typhaceae, nome botânico *Typha Dominguiensis* Pers. Esse material é usado para produção do artesanato local.





Fig. 13 – Paisagem de pântanos e mangues, Pacatuba/SE, 2008.

Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2008.

O conjunto de figura 14 representa o local onde se produz o artesanato do município.

O depoimento e divulgação dos seus problemas e paisagens cênicas, na fala do Prefeito e Secretário de Turismo de Pacatuba, a saber:

Em seu relato o prefeito de Pacatuba, chamou atenção acerca da fundação do Parque dos Coqueirais, que a localidade está na mira de estudos da área ambiental e que havia a possibilidade de implantação de uma área de preservação. Salientou que o município é preservado pela própria comunidade. [...] Na sequência, o Secretário de Turismo falou das principais festas a de São João e do Santo Padroeiro. Eles identificaram quatro pontos fortes para turismo, apesar de ser uma cidade rica em opções, não têm verbas para implantar a infra-estrutura, a natureza vem sendo preservada como atividade centenária da comunidade, além das praias, em especial a Praia de Ponta dos Mangues, dunas, lagoas e o Pantanal Pacatubense, tinham animais como o jacaré do papo amarelo, lontras e capivaras. Com 30 km de maré navegáveis, contam com dois tipos de turismo: de praia e o ecológico. Sobre as necessidades, destacou: infra-estrutura, treinamento para os prestadores de serviços e a sensibilização da população para tratar bem o turista, garantindo seu retorno, gerando emprego e renda para a população (*Notas extraídas da Ata, Reunião Extraordinária do Pólo Costa dos Coqueirais, produzida pelo Banco do Nordeste, 10/01/2005, com grifos da autora*).

Essa descrição dos gestores, de certa forma, convalida o conjunto da figura 14, inclusive a que representa o local onde se produz o artesanato do município – condições precárias de produção das peças, com riscos de desabamento junto às artesãs e falta de política efetiva de escoamento da mercadoria (comercialização do produto).



Fig. 14 – Aspectos da infra-estrutura e atividade artesanal, Pacatuba/SE, 2008.  
Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2008.

A figura 15, a seguir, espelha a condição geoambiental de Pacatuba (SE).

4. O ESTADO DE SERGIPE E A OPÇÃO PELO TURISMO

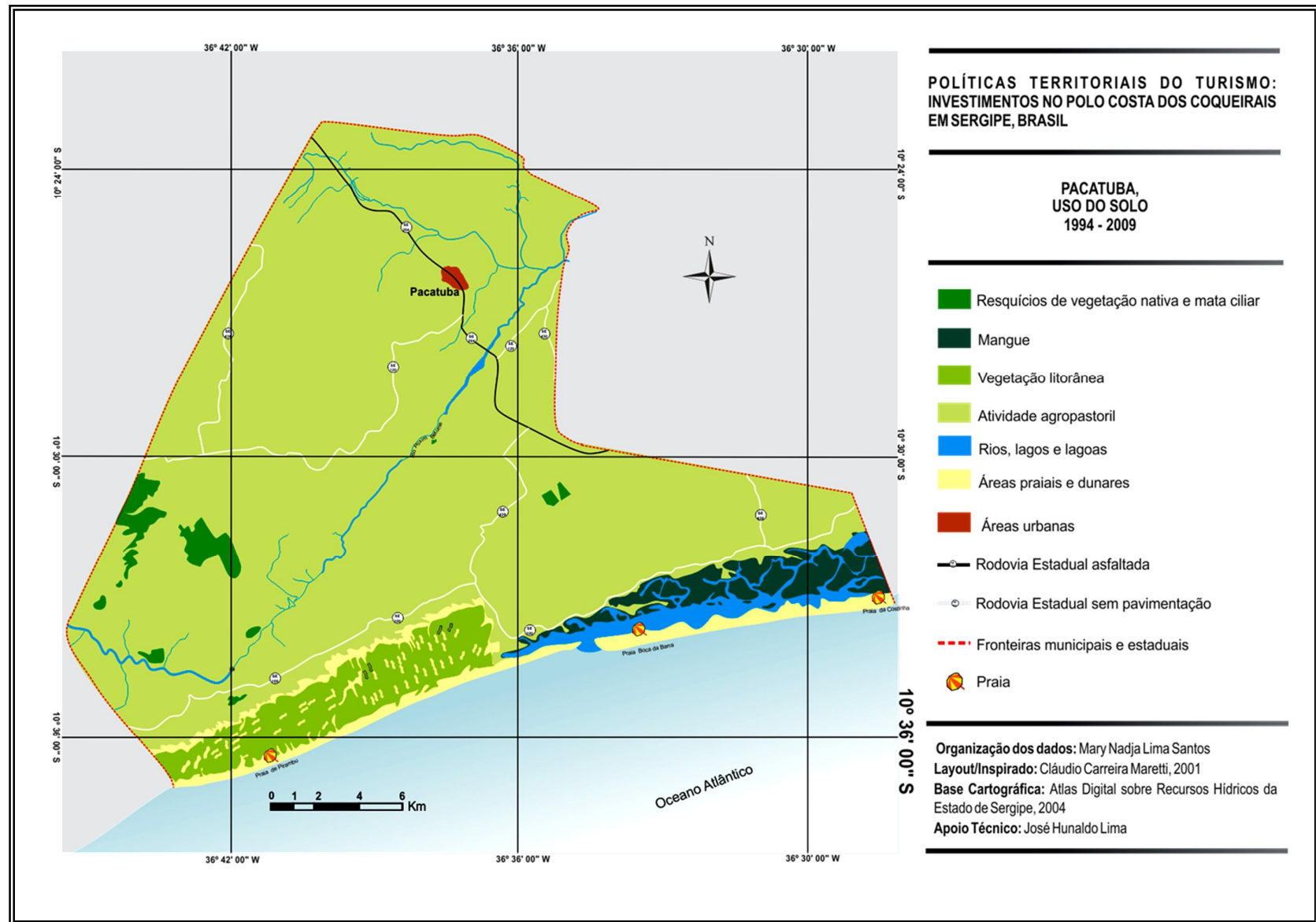


Fig. 15 - Cartograma do uso do solo do município de Pacatuba, Sergipe, 2009.

Fonte: Mapa Turístico-municípios litorâneos de Sergipe, PRODETUR/NE II



**Pirambu**, área de preservação marinha, também se localiza no Litoral Norte e é uma referência para um roteiro ecológico, praiano e ainda pouco explorado turisticamente. O cenário paisagístico do município revela (figura 16): lagoas, praias, dunas, coqueirais, manguezais, trilhas, rios e cachoeiras. Representam o cotidiano do lugar, vilarejos de pescadores e de artesãos. Dentro dos limites territoriais, visualizam-se três ecossistemas diferentes: o mar, o manguê e o pântano.



Fig. 16 – Cenário paisagístico do município de Pirambu/SE, 2008.

Fonte: SANTOS, M.N. L.; BONFIM, F. S.; CRUZ, Josielma S., 2008.

A Reserva Ecológica de Santa Isabel, mantida pelo Projeto TAMAR abriga um dos principais centros de estudo das tartarugas marinhas.

As imagens contidas na figura 17 correspondem à estética do cotidiano da população de Pirambu, suas praças, a quadra de esportes, a igreja local, a feira livre.



Fig. 17 – Cotidiano da comunidade, Pirambu/SE, 2008.

Fonte: SANTOS, M.N. L.; BONFIM, F. S.; CRUZ, Josielma S., 2008.

Com ares de vila de pescadores, nasceu no início do século passado, **Pirambu**, próximo da desembocadura do rio Japarutuba, com uma área territorial de 218 km<sup>2</sup>. Essa denominação “Pirambu” significa em tupi guarani “Peixe Grande”. Pirambu foi a primeira base de tratamento de tartaruga marinha instalada no Brasil, em 1982. Sede da Coordenação Regional de Sergipe monitora 56 km de praias de reprodução e alimentação das tartarugas marinhas.

A cidade tem porte pequeno e possui 8.227 habitantes com densidade demográfica de 38 habitante/km<sup>2</sup>, cujo percentual em relação ao Estado de é 0,42% (BRASIL: IBGE, SEPLANTEC, 2007).

A agricultura e a pecuária apresentam, respectivamente, riquezas como o coco-da-baía, a mangaba, a mandioca, bovinos, ovinos, suínos, caprinos e galináceos; é forte a carcinocultura. Há ainda pequena fábrica de gelo para abastecer não só barcos pesqueiros, mas também os equipamentos e o apoio ao turista e à comunidade.

O discurso político corrente divulga: o município possui temperatura amena, faz parte da Costa dos Manguezais; já foi atendido com algumas obras do PRODETUR I, por lá passa o rio Japarutuba, o que está representado por uma das cinco estrelas da bandeira de Sergipe.



Fig. 18 – Equipamentos e serviços de apoio ao turismo, Pirambu/SE, 2009.  
Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2008.

O município possui seis pousadas, 230 leitos; duas têm piscina; outra serviço de quarto até às 23 horas. Os pratos mais famosos são as moquecas de cação e arraia. Numa breve síntese cultural, o Ilariô e o Reisado da Tartaruga e o artesanato produzido com a folha de ouricuri. Além de pequenas festas, há um calendário de quatro eventos: Pirambrega, Carnaval, *Reveillon* e São João antecipado, com artistas locais e nacionais.

A figura 19, a seguir, expressa o uso territorial do solo.



#### 4. O ESTADO DE SERGIPE E A OPÇÃO PELO TURISMO

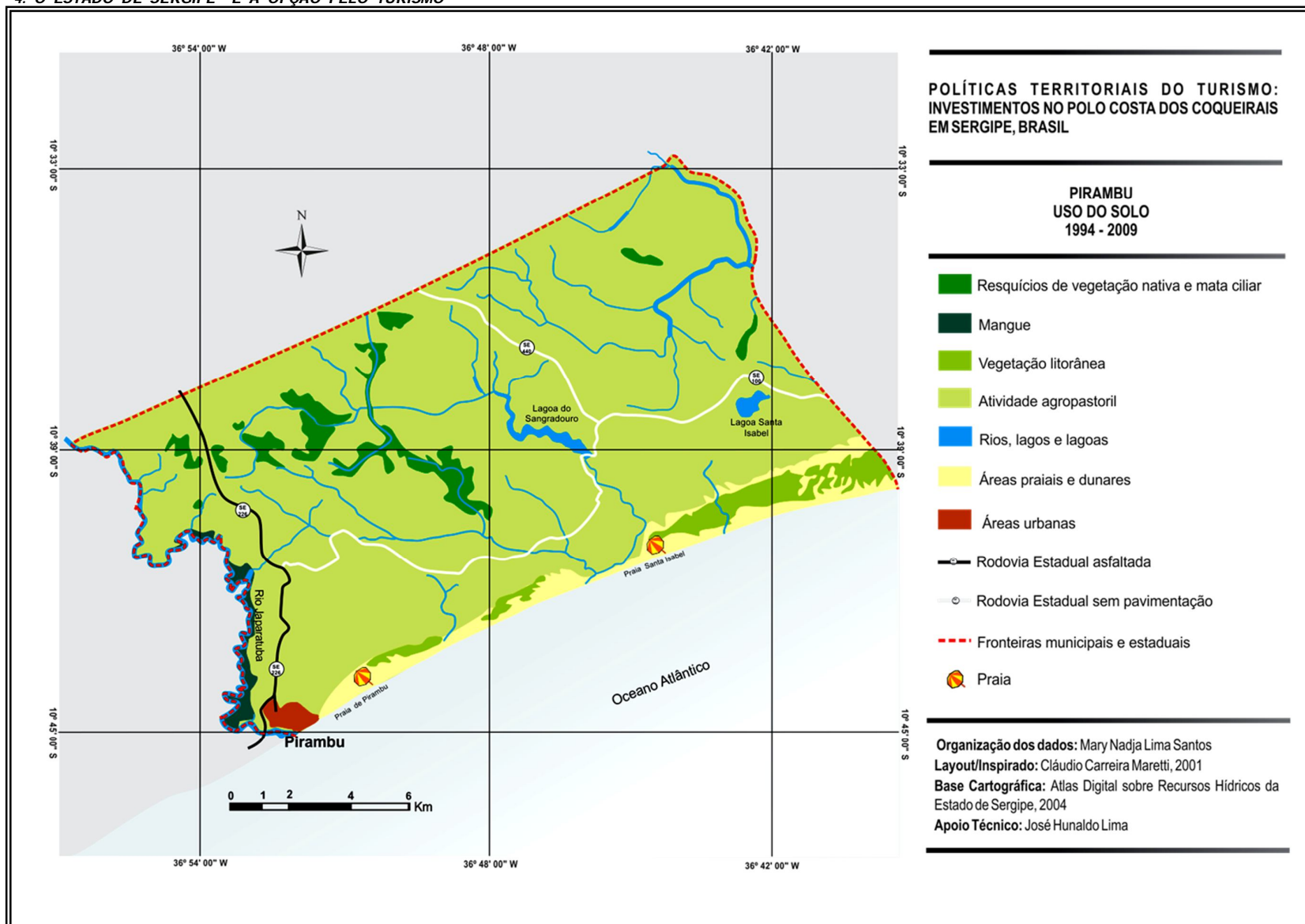


Fig. 19 – Cartograma do uso do solo do município de Pirambu, Sergipe, 2009.  
Fonte: Mapa Turístico-municípios litorâneos de Sergipe, PRODETUR/NE II

**Barra dos Coqueiros** fica à margem esquerda do rio Sergipe, defronte à cidade de Aracaju; a travessia entre ambas é realizada via balsa ou barcos ou por transporte rodoviário, após a construção da ponte que liga Aracaju/Barra dos Coqueiros. Conhecida também como Ilha de Santa Luzia, o município integra a mesorregião homogênea do leste sergipano, com altitude média sobre o nível marítimo de dois metros (RIBEIRO *et al*, 2007).



Fig. 20 – Ponte Construtor João Alves - Aracaju/Barra dos Coqueiros/SE, 2009.  
Fonte: ESPINHEIRA, Ricardo, 2009.

O clima do município é úmido e quente, reflexo de sua tropicalidade, a temperatura média anual está em torno de 25°C, oscilando entre 20°C (mês de julho) e 30°C (mês de janeiro). O período chuvoso estende-se de abril a junho com precipitações em torno de 1.400mm anuais (*op. cit.*) Localiza-se na zona fisiográfica do litoral<sup>39</sup> do Estado de Sergipe e estende-se em direção SE-NO ao longo do litoral atlântico.

<sup>39</sup> **Fisiografia** – do grego *physis* – natureza e *graphos* – descrição. Por conseguinte, significa dizer descrição da natureza; ou é denominada de geomorfologia – ciência que estuda as formas de relevo desde sua origem, estrutura, natureza das rochas, clima da região e as diferentes forças endógenas e exógenas que, de modo geral, entram como fatores construtores e destruidores do relevo terrestre (GUERRA; GUERRA, 2008, 276; 303).

**Zona costeira**, geomorfologicamente, é considerada zona do litoral; no entanto, para os hidrógrafos da Marinha, há uma distinção entre as duas zonas. A primeira representa o espaço compreendido entre uma preamar e baixa-mar e, quanto à segunda, é a outra parte da plataforma continental que se segue em direção ao talude continental – região submarina que se estende de 200 a 1.000 metros de profundidade e se encontra entre a plataforma continental e a zona abissal – (*op. cit.*, 595).





Fig. 21 – Rio Pomonga, (à esquerda e acima). Lado direito (abaixo), lagoas de produção de pescado, Barra dos Coqueiros, 2009. Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2009.

O modulado do município da Barra dos Coqueiros é composto por planícies marinhas e flúvio-marinhas com topografia plana e suave ondulada e se estende ao longo da área. Em termos de coordenadas, o município está situado na “parte oriental do Estado de Sergipe”. (Ribeiro *et al*, 2007, p. 4).

Sobre o município da Barra dos Coqueiros, acrescenta-se:

[...] Área originada da coalescência dos cordões litorâneos, restingas com predominância das areias quartzosas de granulações finas e homogêneas, acusando uma ação morfogenética intensa dos flúvio-marinhos e eólicos, observados principalmente na parte norte do município. Suas praias são faixas de areia de origem marinha de cor esbranquiçada, de textura média e fina que acompanha toda a orla marítima. Os manguezais abrangem extensas manchas ao longo de todo o percurso do rio e canal de Pomonga e em algumas áreas da foz do Rio Sergipe, perfazendo um total de aproximadamente 15 km, correspondendo a 17,2% da área total do município; observa-se nestas áreas um acúmulo de matéria orgânica oriunda da decomposição dos mangues e da ação biológica dos caranguejos e outros crustáceos (*op. cit.*, p. 6).



Fig. 22 – Área urbana do município, Barra dos Coqueiros, 2009.  
Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2009.

A dinâmica ambiental e urbana desenvolve-se “entre as desembocaduras dos rios Sergipe e Japaratuba, sendo que a drenagem principal do município é feita pelo rio Pomonga, afluente da margem esquerda do rio Sergipe” (RIBEIRO *et al*, 2007, p. 9).. O rio Pomonga possui 34 km de extensão, com regime perene em todo o seu percurso e, através do canal que leva o mesmo nome, liga-e à bacia do rio Japaratuba. O rio Mangaba e os Riachos Portal e Guaxinim, desembocam no rio Sergipe (*op. cit.*). Alguns rios estão em limites de fronteira com os municípios vizinhos: o rio Sergipe (navegável), com Aracaju (10 minutos), a leste; o Pomonga e o canal, na direção SE-NO, com Santo Amaro das Brotas (22 minutos) e o município de Japaratuba, ao norte, com o rio Japaratuba. A superfície municipal é de 86 km<sup>2</sup>.



Fig. 23 – Porto de Sergipe, praia e atividade econômica – criação de viveiros, Barra dos Coqueiros, 2009.  
Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2009.

A abundância de peixes – atum, cavala e crustáceos – no litoral atlântico e nos rios, estimula a pesca, que é feita rotineiramente. O sal marinho constitui uma riqueza mineral, explorada por duas salinas situadas à margem do rio Pomonga. O regime climático do tipo mediterrâneo favorece, no passado, com a “atividade salineira”, em virtude de os mínimos pluviométricos ocorrerem nos períodos de maior temperatura, o que provoca uma maior evaporação das águas represadas nos “tanques de salinas e a cristalização dos sais” (Ribeiro *et al*, 2007). Em 1960, a pesca não colonizada, feita por 72 pescadores, rendeu 7,9 toneladas, no valor de meio milhão de cruzeiros.

A sua base econômica é primária, marcada pela produção de coco-da-baía, que antigamente representava a principal fonte de renda, e por uma cultura de subsistência a exemplo da mandioca, quiabo e mangaba. Atualmente o espaço ocupado pela agricultura vem sendo substituído por construções, conjuntos habitacionais, loteamentos, chácaras de lazer, residências de veraneio (*op. cit.*). O potencial de atrativos naturais indica, desde a década de 1990, estratégias políticas de turismo para essa localidade.



A análise comparativa entre as imagens e a figura cartográfica seguinte demonstra, segundo Fonseca *et al* (2009, p. 1), que paisagem e território “são categorias analíticas que encerram em si o espírito de mudanças e transformações no espaço geográfico”. No caso aqui, isso é representado pelos empreendimentos de maior envergadura como ponte, porto e conjunto habitacional (figuras 20 e 24). Confronta-se essa paisagem com construções desordenadas de bares, restaurantes, pousadas, moradias precárias sem higiene e próximas a lixões. Essa paisagem, no entanto tem representação singular e expressiva de potencialidades e, ao mesmo tempo, fragilidades no tocante à contradição do uso do território (figura 25).



Fig. 24 – Caminhos que levam... praia do Jatobá, Porto de Sergipe e o Conj. Prisco Viana, Barra dos Coqueiros/SE, 2009.

Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2009.



Fig. 25 – Conjunto de condições de moradia e problemática ambiental, Barra dos Coqueiros/SE, 2009.

Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2009.

Não obstante as más condições citadas, a figura 26, a seguir, expressa a preservação e conservação de áreas como vegetação nativa e mata ciliar, mangues, rios, lagos, lagoas e infraestrutura urbana adequada ao uso do território turístico.

#### 4. O ESTADO DE SERGIPE E A OPÇÃO PELO TURISMO

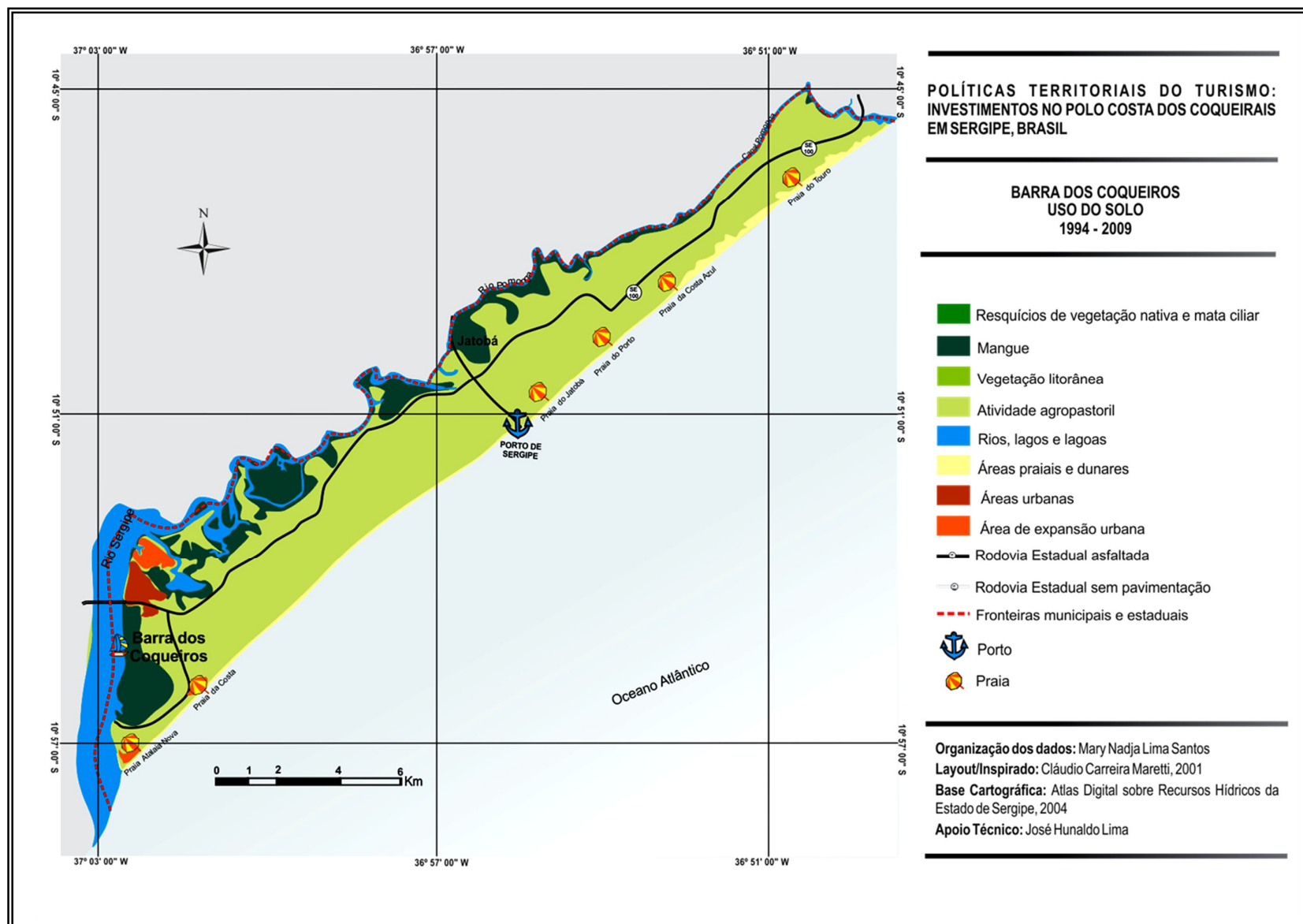


Fig. 26 – Cartograma do uso do solo do município de Barra dos Coqueiros, Sergipe, 2009.  
 Fonte: Mapa Turístico-municípios litorâneos de Sergipe, PRODETUR/NE II

#### 4. O ESTADO DE SERGIPE E A OPÇÃO PELO TURISMO

**Aracaju**, centro administrativo-político, constitui-se na maior zona de expansão urbana do Estado. Nessa cidade originalmente predominava a mata atlântica e ecossistemas associados, além de enclaves de cerrado; para evitar maior descaracterização, foi criada, recentemente, a Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu, localizada no perímetro urbano.

O topônimo Aracaju deriva da expressão indígena "ará acaiú", que em tupi-guarani significa "cajueiro dos papagaios". A cidade nasce de um arraial de pescadores que pertencia juridicamente a São Cristóvão e, segundo dados do CINFOM (2002), surge de forma inusitada, pois sua fundação foi planejada pelo presidente da província, Inácio Joaquim Barbosa, para ser a sede do Governo do Estado.



Fig. 27 – Cenário Paisagístico do município de Aracaju/SE, 2009.  
Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2009.

A Capital do Estado está localizada no litoral, banhada pelos rios Sergipe e Vaza Barris. Inácio Barbosa, quando a escolheu, tomou uma decisão estratégica: a proximidade do litoral concorria para a construção do porto e, por conseguinte, facilitaria o escoamento da mercadoria, na perspectiva de desenvolvimento da província.





Fig. 28 – Paisagem atual do município de Aracaju - capital do Estado, sem alteração nos limites do seu centro - Aracaju/SE, 2009.

Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2009.

A contagem populacional da cidade de Aracaju indicou 520.303 habitantes e uma densidade demográfica de 2.989 hab/km<sup>2</sup>. Corresponde, em relação ao Estado, a 26,83% (BRASIL, 2007). Tal contingente atinge 783.921 mil habitantes, somando-se as populações dos municípios que formam a Grande Aracaju, a saber: Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros, Laranjeiras e São Cristóvão.

A distribuição cronológica das chuvas constitui um fator natural que favorece o turismo, pois o calendário não representa obstáculo e a quantidade total não transforma as atividades urbanas. Chove acima de 1.500mm anuais, mas, segundo Pinto (1999), apresenta variabilidade relativa, evidenciando alguns períodos temporais de seca, cujo problema concreto pode se refletir no abastecimento de água à população. O coeficiente de variação calculado pela autora é superior a 30% (40,45%), implicando amplas flutuações em torno da média, mas que não se configura entre as áreas mais problemáticas do Estado.

Nas comemorações dos 150 anos de vida urbana de Aracaju, França (2005) pontua que o espaço geográfico foi um dos principais empecilhos para que o povoado se tornasse a capital de Sergipe. A necessidade econômica esbarrava no dilema de como ocupar e urbanizar



aquele local que se concentrava inicialmente em uma colônia. Segundo ela, até o início do século XX, a cidade de Aracaju passou por crescimento difícil, em decorrência do pequeno volume de investimentos feitos.



Fig. 29 – Mostra dos principais atrativos turísticos da cidade de Aracaju , 2009.  
Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2009.

A transformação da capital sergipana é um processo que vem se desenrolando ao longo dos anos e acaba, por assim dizer, traduzindo uma nova forma de conceber, explorar e utilizar o espaço (NASCIMENTO; SANTOS, 2003).

O turismo possibilita melhorias das condições de vida dessas comunidades, como também ser a resposta/solução para minimizar a pobreza que se instaurou em bairros periféricos da capital.

Diante desse contexto e apesar das dificuldades, Aracaju dispõe de recursos naturais e infraestrutura que facilitam tanto a vida cotidiana de seus munícipes, como também daqueles que aqui aportam (figuras 29, 30 e 31). A cultura também se manifesta de forma singular: manifestações religiosas, feiras de arte, músicas, danças, atividades esportivas, shows, encontros nas praças e ambientes de festas fortalecem o elo de convivência entre as pessoas, e

isso tem um reflexo positivo para o turismo local. Além disso, bairros que com suas peculiaridades comungam no encontro de lazer e entretenimento.



Fig. 30 – Estética do cotidiano da cidade de Aracaju /SE (visão noturna da cidade), 2009.  
Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2009.



Fig. 31 – Orla de Atalaia: atração turística 2009.  
Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2009.

Não obstante essa singularidade, a capital de Sergipe tem como principal característica o crescimento urbano de expressiva área construída nas últimas décadas. Segundo dados de Fonseca *et al* (2009, p. 9), o município de Aracaju apresenta a zona de pós-praias mais ocupada de todo o litoral do Estado, reflexo da valorização dos terrenos à beira-mar, que são vendidos com um apelo de *marketing* ecológico e de fuga de *stress* da área urbana, densamente ocupada, ainda que próxima de equipamentos facilitadores da vida moderna. A construção da ponte Joel Silveira, segundo a mesma referência, trará um aumento da ocupação territorial entre o bairro Mosqueiro e os municípios que ficam no litoral sul sergipano (Itaporanga d’Ajuda, Estância, Indiaroba, entre outros), “contribuindo para um aumento significativo do fluxo de ocupação e servindo de eixo estruturador do espaço” (*op. cit.*).

Nessa linha, o turismo também pode sair fortalecido, em termos de acesso às praias do litoral, instalação de micro e pequenos empreendimentos turísticos que, por certo, trarão benefícios à coletividade. Essa deve ser a meta governamental, empresarial e, principalmente,

da organização civil através de seus sindicatos, associações e cooperativas e, conseqüentemente, do discurso à prática, pode desenvolver ações de ordem social.

Há um discurso corrente sobre os projetos implementados e aqueles que estão em andamento e que refletem na carteira de turismo no Estado:

[...] Biblioteca Municipal Clodomir Silva, que já tem livros em braile, Galeria de Arte Álvaro Santos, Escola de Artes, Mirante da Praia 13 de Julho, Museus de Rua – na Ponte do Imperador e Memorial da Bandeira, entre outros. Mostrou o calendário de eventos: *reveillon*, corrida de barcos na Festa de Bom Jesus dos Navegantes, carnaval, Projeto Verão, comemorações do aniversário de 150 anos da cidade em 17.03.05, *fórum* do forró, Forró Caju, dia da criança e Natal. Falou dos Projetos a serem implementados – restauração do colégio Nossa Senhora de Lourdes, Orla de Aruana, drenagem e pavimentação do Bairro de Atalaia, aterro sanitário e estruturação do órgão gestor. Sobre as Ações Integradas – retirada das palafitas da Coroa do Meio, benfeitorias na Orla do Bairro Industrial, Orla do Parque dos Cajueiros (no Inácio Barbosa), recuperação do Parque da Sementeira. Apoio aos eventos em parceria com *Convention Bureau*, que já tem eventos agendados até 2013.<sup>40</sup>

Esse conjunto de atrativos da paisagem está ancorado no cartograma de uso do solo, figura 32, que demonstra um território densamente ocupado e de expansão urbana. E não poderiam faltar nesta mostra visual os equipamentos estruturantes como aeroporto, atracadouros, *shopping center* e atrativos artificiais (teatros, museus, casas de espetáculos, entre outros); complementam esse cenário as praias e os rios que circundam a cidade.

---

<sup>40</sup> Notas extraídas da Ata, Reunião Extraordinária do Polo Costa dos Coqueirais, 10/01/2009, com grifos da autora.



#### 4. O ESTADO DE SERGIPE E A OPÇÃO PELO TURISMO

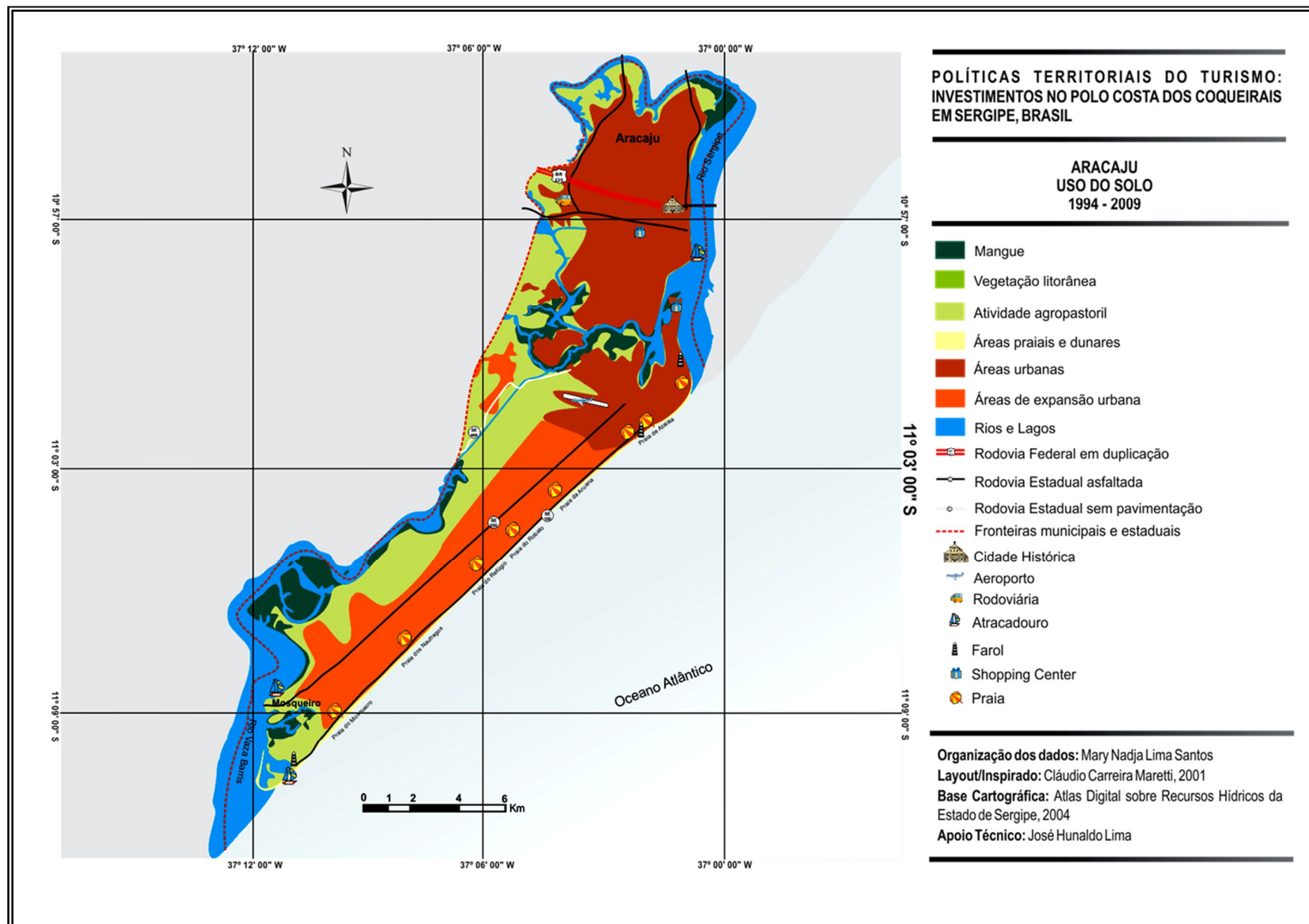


Fig. 32 - Cartograma do uso do solo do município de Aracaju, Sergipe, 2009P.  
 Fonte: Mapa Turístico-municípios litorâneos de Sergipe, PRODETUR/NE II

#### 4. O ESTADO DE SERGIPE E A OPÇÃO PELO TURISMO

Município de identidade histórica e cultural, São Cristóvão situa-se ao norte do estuário do rio Vaza Barris, localizado na mesorregião Leste Sergipano e microrregião de Aracaju, com 47 m de altitude. Dista até a capital 26 km pela BR 101; a temperatura média anual é de 25°, e o período mais chuvoso corresponde aos meses de março e agosto, o clima é considerado tropical.

É dotado de uma vegetação hidrófila com vestígios de mata atlântica. A cidade é banhada por duas bacias hidrográficas: a bacia do rio Vaza Barris e o rio Poxim, afluente do rio Sergipe.



Fig. 33 – Cenário que representa a cidade, casa dos irmãos franciscanos e a Praça do Convento São Francisco, São Cristóvão/SE, 2009.

Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2009.

O município foi fundado por Cristóvão de Barros, que chegou à região em 1589, com o objetivo de conquistar o território sergipano, construiu um forte e fundou uma povoação com o nome de São Cristóvão. O espaço sergipano assim foi colonizado, em 1590, por ele, que empreendeu combate contra os índios tupinambás, antigos habitantes da região (SOUZA, 2005). Na perspectiva de colocar essa cidade como capital da província, Cristóvão de Barros

distribuiu lotes de terras chamadas sesmarias, que auxiliariam no povoamento do então conquistado território (SANTOS; OLIVA, 1998).



Fig. 34 – Monumentos arquitetônicos, São Cristóvão/SE, 2009.  
Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2009.

Capital da província de Sergipe até meados do século XIX, São Cristóvão conserva da fase colonial alguns edifícios históricos – sua arquitetura barroca e colonial é formada por casarios que datam dos séculos XVII, XVIII e XIX. Todavia, parte de seu acervo colonial desaparece em dois incêndios que ocorreram 1637 e 1645. As tradições, como as romarias e as festas religiosas como a festa de Nosso Senhor dos Passos, compõem e atraem fiéis de vários Estados do Brasil. É uma das cidades mais antigas do país, sendo patrimônio histórico nacional (*op. cit.*). Em 17 de março de 1855 é aprovada, pela Assembléia Legislativa, a transferência da capital da província de São Cristóvão para Aracaju.





Fig. 35 – Dinâmica social do município de São Cristóvão/SE, 2009.  
Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2009.

São Cristóvão passou de cidade operária a polo industrial. Essa fase começou em 1912, com o surgimento da fábrica têxtil *Sam Christovam* (hoje desativada), que oferecia emprego, creche, escola, moradia, assistência médica e odontológica. Desde então o município passou por grandes transformações, por exemplo, a instalação do *Cine Tryanon* – hoje tombado; no local foi construída a Caixa Econômica Federal. A antiga fábrica São Cristóvão foi reconstruída para ser o Mercado de Artesanato Albano Franco, atualmente desativado.

O turismo histórico da cidade vem se constituindo como ocupação e renda, pois o seu acervo exerce atração singular, por exemplo: igrejas, conventos, Museu da Arte Sacra e Cristo Redentor, além do Museu Histórico de Sergipe e de suas paisagens (naturais). São Cristóvão faz parte do Programa Monumenta, cujo principal foco é a restauração do patrimônio. Este se subdivide em duas categorias, a saber: obras em monumentos – Convento e Igreja de Santa Cruz, Lar Imaculada Conceição, Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Sobrado da Antiga Ouvidoria, Museu Histórico do Estado de Sergipe – obras em espaço público: Praça da Bandeira e fachada da Capela dos Capuchinhos, Praça São Francisco, Praça



Senhor dos Passos (Largo do Carmo), Ladeira de Epaminondas (Beco da Poesia), Ladeira do Porto da Banca, Ladeira do Açougue, Beco do Amparo, Largo do Rosário.

No período da pesquisa, São Cristóvão, dispunha de oito grupos folclóricos que enriquecem seu patrimônio cultural – Batalhão de São João, Bacamarteiros, Samba de Coco, Caceteira de Rindo, Dança do Langa, Dança de São Gonçalo, Reisado de Seu Sato e Chegança. Suas histórias podem ser vistas na casa de Folclore “Zeca de Norberto”; localizada na praça São Francisco. Em termos de gastronomia, vale destacar a Casa da Farinha e a Casa da Queijada, localizada na Praça da Matriz. Ademais, a antiga capital sergipana se mantém importante pela sua história.

O município possui um hospital e doze estabelecimentos de saúde, distribuídos na própria sede e nos povoados. Na educação, dispõe de trinta e oito estabelecimentos de educação infantil, cinquenta e quatro de nível fundamental, seis de nível médio e um de ensino profissionalizante, a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão. Além disso, o Campus da Universidade Federal de Sergipe fica em sua área territorial.

São Cristóvão é considerado uma cidade dormitório, pois a maioria dos moradores trabalha em Aracaju; e outros exercem atividade na própria sede, ou órgãos públicos ou estabelecimentos comerciais como restaurantes, sorveterias, mercearias, armarinhos, dentre outros. Outra fonte de renda do município é a agricultura e a pesca; os principais produtos agrícolas são: cana-de-açúcar, coco-da-baía, laranja, mandioca e agricultura de subsistência. Tem-se, no município, pecuária bovina e equina, criação de galináceos e de suínos, utilizados não somente para o consumo, mas também para exportação para os municípios vizinhos, por exemplo, Aracaju e até mesmo para o Estado da Bahia.



Fig. 36 – Estética do cotidiano, São Cristóvão, 2009.  
Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2009.

O acesso à cidade é feito pela BR 101 ou pela Rodovia João Bebe Água, atualmente em fase de duplicação, sentido Universidade Federal de Sergipe – Sede de São Cristóvão (investimentos do Governo Federal em parceria com o Estado). A estrutura dentro da cidade é de aspecto limpo, possui saneamento básico, nos domicílios a coleta de lixo é feita em dias alternados. Tem-se também o Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto-SAAE. A empresa responsável pelo abastecimento de energia elétrica é a Energisa. Na sede é possível notar que as residências mantêm o seu formato arquitetônico desde as suas construções. Já nos povoados do município, as estradas são, em sua maioria, de piçarra. Há casas de alvenaria e grande parte do acesso a esses lugares não é pavimentado, como no caso do povoado Quissamã.

A figura 37 a seguir traz dados complementares da localidade.

#### 4. O ESTADO DE SERGIPE E A OPÇÃO PELO TURISMO

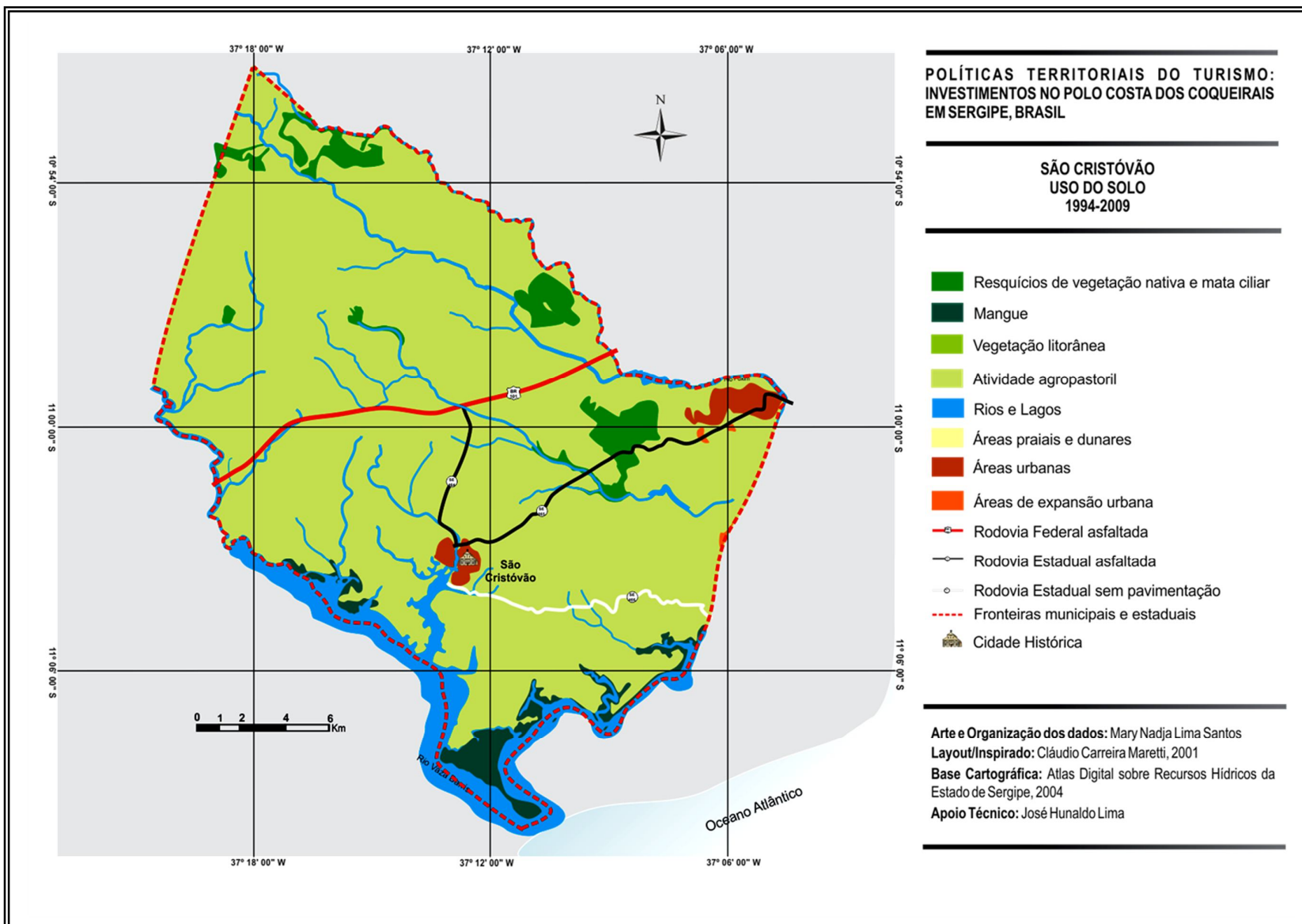


Fig. 37 - Cartograma do uso do solo do município de São Cristóvão, Sergipe, 2008.  
Fonte: Mapa Turístico-municípios litorâneos de Sergipe, PRODETUR/NE II



Fig. 38 - Vila Operária, Monumentos históricos e Centro Industrial, Estância/SE, 2008.  
Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2009.

Estância tem parque industrial e paisagem singular e encontra-se localizada na microrregião Leste de Sergipe, distando 68 km da capital do Estado. Sua extensão é de 649,6 quilômetros quadrados e se encontra a uma altitude média de 53 metros acima do nível do mar. Tem boas vias de acesso pela BR 101 Sul ou pela rodovia Ayrton Senna, Linha Verde, vinda da capital.

As principais atividades econômicas desenvolvidas no município são: agricultura com o cultivo de banana, coco-da-baía, laranja, manga, tangerina, abacaxi, madeira (carvão vegetal e lenha), indústria de transformação pecuária (aves e bovinos).

O ritmo climático de Estância sugere que as elevadas e invariáveis temperaturas e as precipitações atmosféricas representam um viés significativo na sua geografia, articulando natureza e sociedade, em enfoque espacial e temporal. Há que se considerar o papel das brisas litorâneas, exercendo funções na construção e erosão eólica e propiciando conforto térmico em suas praias.





Fig. 39 - Povoado Rio Fundo, caminho para o Abaís; Praia do povoado Farnaval; Praia do Saco, Estância/SE, out., 2008.

Fonte: SANTOS, Mary N. L. out., 2008.

PINTO (1999) evidencia que o município apresenta médias pluviiais anuais elevadas, entre 1.200 e 1.500 mm, com regularidade desses totais, o que significa condição de estabilidade similar em todo o litoral sul sergipano.

Rica em atrativos naturais, dispõe de um acervo fluvial como os canais dos rios Piauí e Piauitinga, Fundo e Capivara; manguezais densos, preservadores da biodiversidade; bucólicas colônias de pescadores; praias e lagoas como a Lagoa Azul, Lagoa Funda e Lagoa do Abais, com a presença de dunas fixas e móveis.

As ilhas Malvinas, da Sogra e do Sossego propiciam atração do peixe boto perseguindo cardumes de tainhas. A natureza alia-se ao acervo histórico-cultural formado pelo conjunto arquitetônico de influência portuguesa, revestido com azulejos em azul e branco.



Fig. 40- Paisagem natural (povoado Farnaval) e artificial de Estância, Sergipe, 2008.  
Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2009.

As festas juninas são atrações turísticas e têm calendário fixo para organização, divulgação e realização. Atrai turistas, com grupos dançando quadrilhas de xote e xaxado, casamentos caipiras, procissão de fiéis católicos de São João, fogueiras montadas ao longo do caminho que leva ao forródrômo com apresentações de barcos de fogo, entre outros. É cultura popular a dança da pólvora, tipicamente estanciana. Casarões, praças, desfiles de carroceiros, pessoas de todas as idades dançando ao som do forró, produção de fogos de artifício, com os trabalhadores entoando cantigas típicas do serviço.

Outros atrativos como ponte do Bonfim, casarios coloniais revestidos com azulejos portugueses, a antiga fábrica Santa Cruz, o condomínio Porto Bello na praia do Abaís, a ilha da Sogra, que é um banco de areia na praia do Saco, manguezais, que são fontes de alimentos para peixes e crustáceos; dunas, onde turistas fazem passeios de bugre; lagoa do Abaís, local em que se veem pessoas alimentando peixes tambaquis e com eles nadando. A praia do Saco é local de segunda moradia e propicia a prática de esportes náuticos; a Ponta do Saco, Porto d'areia, onde os navios efetuavam troca de mercadorias; geralmente saíam quatro barcos para o sul do país e um para a Europa, naqueles navios também iam os filhos dos fazendeiros para estudar fora do país. A centenária Lira Carlos Gomes, tocando vários

estilos musicais. A artista plástica Judite Melo, que faz com argila santos barrocos comercializados para o exterior, além de figuras típicas nordestinas. Enfim um resumo que justifica o título de Cidade Jardim, dado por D. Pedro I.

A figura 41 dá o contorno e fornece o conjunto do uso do solo.

#### 4. O ESTADO DE SERGIPE E A OPÇÃO PELO TURISMO

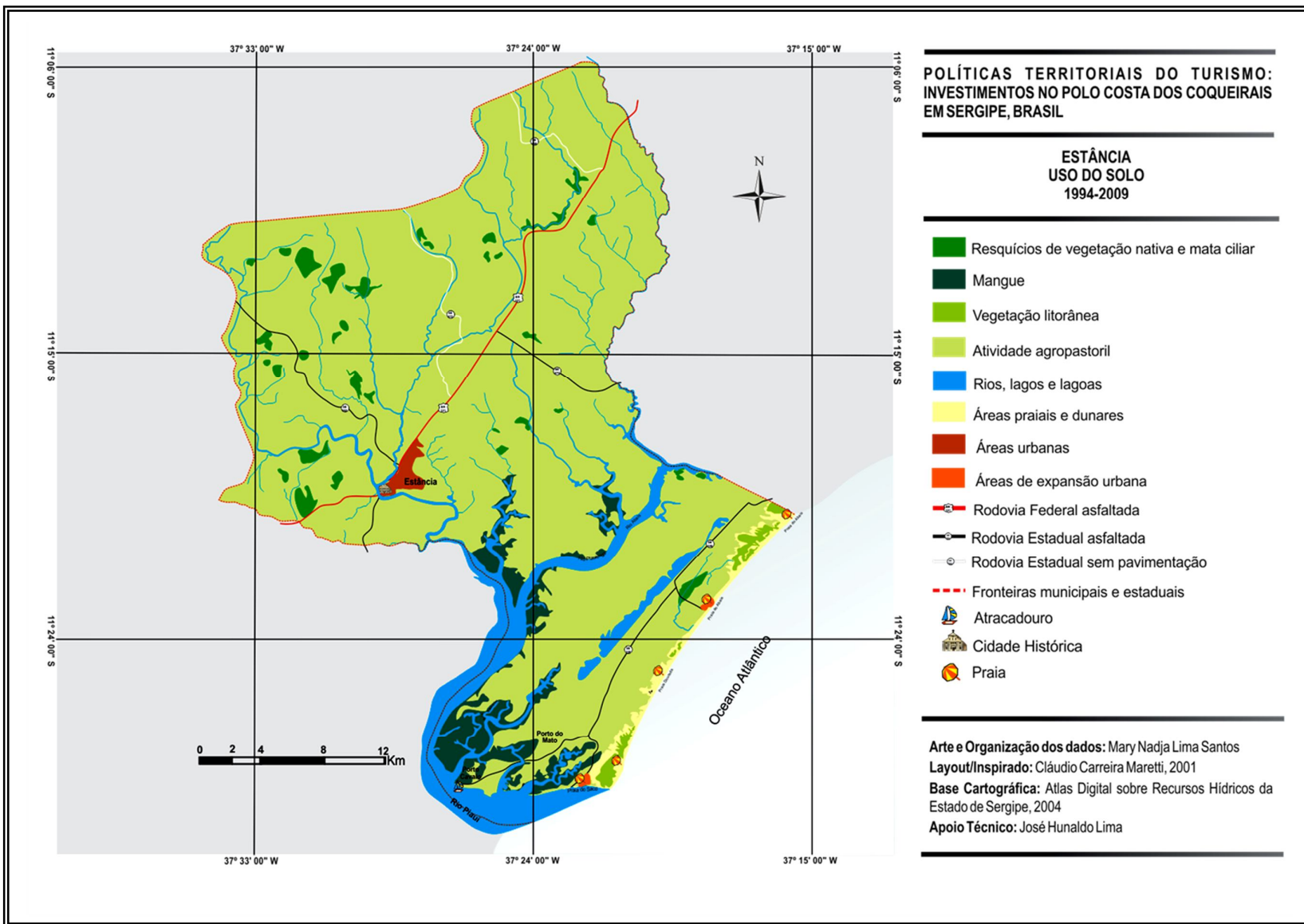


Fig. 41 - Cartograma do uso do solo, município de Estância, Sergipe, 2008.  
Fonte: Mapa Turístico-municípios litorâneos de Sergipe, PRODETUR/NE II



**Indiaroba** e seu parque natural encontram-se localizados na microrregião de Estância, ao sul de Sergipe, distando 99 km da capital do Estado. O clima é semiúmido com regularidade na distribuição das chuvas. Solos arenosos e profundos, de média a baixa fertilidade natural e presença dos tabuleiros costeiros sul (SERGIPE, 2009a). Tem como vias de acesso a BR-101 Sul ou a rodovia Ayrton Senna, através da travessia de balsa no rio Vaza Barris. Para a cidade de Salvador, o acesso é feito mediante a Linha Verde ou BR-101.



Fig. 42 - Dinâmica Social do município de Indiaroba/SE, out., 2008.

Fonte: SANTOS, Mary N. L. out., 2008.

A população residente na zona rural do município é numericamente superior à da zona urbana; 11.790 e 5.299 habitantes (*op. cit.*). A Indústria de Beneficiamento de Camarões (LUSOMAR) colabora com esses resultados, pois aproveita a mão de obra local. Essa empresa situa-se ao norte da Bahia (município de Jandaíra, divisa com o povoado Preguiça/Indiaroba/SE e rio Real).



Fig. 43 - Paisagem do Município de Indiaroba/SE 2008.  
Fonte: SANTOS, Mary N. L. out., 2008.

Na economia destacam-se como principais atividades a agricultura com o cultivo de banana, coco-da-baía, laranja, limão, mamão, manga, maracujá e tangerina e a pecuária com produção de aves. O município de Indiaroba possui localização estratégica em relação ao produto turístico consolidado – Mangue Seco. Embora esse ponto esteja localizado no Estado vizinho (Bahia), pode favorecer outras localidades do litoral Sul, principalmente, incentivando o fluxo turístico local, embora, na atualidade, sirva apenas de acesso.

Indiaroba é considerada a porta de entrada para o turismo de Sergipe e representa estrategicamente oportunidades de negócios, uma vez que a construção da rodovia SE-100, que liga Salvador (BA) a esta cidade (SE), possibilita o traslado por carro ou por transporte rodoviário (Linha Verde). Trata-se de uma cidade cercada por manguezais e, por isso, tem a pretensão de criar o Parque Ecológico, para “preservar o manguezal com telas e dentro dele construir viveiros das várias espécies de animais, siris, aratus, camarões e peixes. Por caminhos suspensos, guias turísticos mostrariam os animais aos turistas<sup>41</sup>”. Devido à cata descontrolada, os caranguejos desapareceram. Para combater tal ação, os biólogos do museu

---

<sup>41</sup> Entrevista com Prof. Dr. Raimundo Mendonça, ex-prefeito do Município de Indiaroba por duas gestões (1995-1999/2000-2003).

devem estudar a fauna e flora para mostrar caminhos de proteção aos caranguejos ainda existentes, além de palestras sobre os rios Real, Piauí e Piauitinga com visita técnica de lancha pelos rios.

Inclui-se nesse roteiro uma visita ao Mangue Seco (BA), local de beleza singular, principalmente em relação ao manguezal e com tudo o que antes fora visto na cidade. No museu vivo, os turistas aportam na Reserva da Mata Atlântica, passando por trilhas e incluindo um almoço típico à base de pirão de pitu. Nessa reserva, há uma cachoeira com muitas pedras, o que favorece a comunidade dos pitus. As visitas seriam autos sustentáveis, em face de pagamento da *turnê* pelos turistas. Destaque-se ainda que, além de caranguejos e pitus, podem-se encontrar onças pintadas, macacos de várias espécies e jacarés.



Fig. 44 - Povoado Preguiça – Estrada sem pavimentação e habitações precárias, mas com atrativos naturais singulares, out., 2008.

Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2008.





Fig. 45 - Atividade Pesqueira e Turística, 2008.  
Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2009.

Essa descrição favorece a realidade demonstrada na cartografia sobre o uso do solo (figura 46) e as fotos que documentam tal fato, a seguir.

#### 4. O ESTADO DE SERGIPE E A OPÇÃO PELO TURISMO

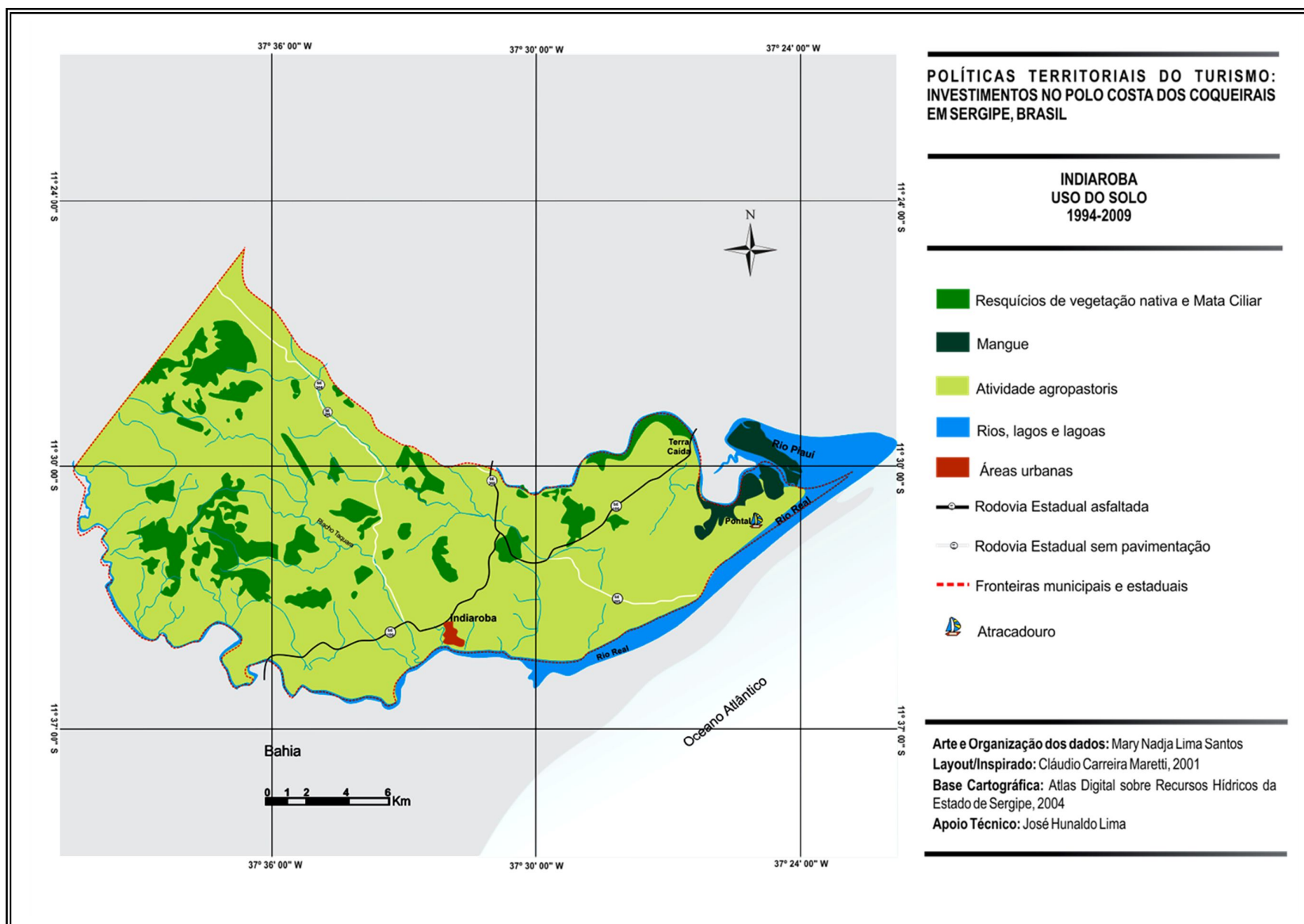


Fig. 46 - Cartograma do uso do solo do município de Indiaroba, Sergipe, 2008.  
Fonte: Mapa Turístico - municípios litorâneos de Sergipe, PRODETUR/NE II

## **5. POLÍTICAS PÚBLICAS E INVESTIMENTOS TURÍSTICOS NO BRASIL E EM SERGIPE: A POBREZA EM QUESTÃO**

Na década de 1960, foi disseminada na maioria dos países europeus a preocupação com a organização dos seus planos nacionais e regionais de desenvolvimento turístico, estendendo-se, em seguida, para a América Latina, especialmente o Brasil. Não se pensava, naquele momento, superar a pobreza através dos investimentos turísticos. A estratégia era percebê-lo puramente como uma atividade mercadológica. Foram décadas de políticas públicas para que o turismo pudesse ser incorporado como uma alternativa de desenvolvimento, em particular em regiões subdesenvolvidas, que passaram a ver, nessa atividade, uma possibilidade de superação do seu processo de atraso, de estagnação econômica ou até mesmo de pobreza.

Todavia, apesar daquela inflexão na estratégia de desenvolvimento das atividades turísticas, ainda hoje as decisões políticas consideram basicamente as exigências do “mercado do turismo”, considerando-se tenuousamente as necessidades das comunidades impactadas pelos investimentos ou expansão das atividades turísticas. Nesse contexto, os processos de consulta e participação popular nos processos decisórios são praticamente inexistentes ou, quando previstos formalmente, não garantem o efetivo controle social.

Essa seção examina as políticas públicas de turismo implementadas nas duas últimas décadas no Brasil e em Sergipe, trazendo uma discussão acerca de seus resultados, avanços e contradições. O capítulo busca ressaltar, em particular, de que forma as comunidades vêm sendo contempladas nos processos decisórios das políticas de turismo. Ao final, apresenta-se um esquema crítico acerca da estratégia implícita perseguida pelos gestores quando das políticas implementadas.

### **5.1 Políticas Públicas nos Espaços Regionais de Turismo no Brasil**

Os investimentos para o turismo começaram tardiamente no território brasileiro, apesar de a Europa, já nos anos 1950 e 1960, constituir polos de desenvolvimento turístico, especialmente em países como a França e a Espanha, esta última através de *Estudios para la Ordenación Turística de la Costa de Sol em 1955*, promovidos pela *Secretaría General para la Ordenación Económica y Social de la Presidencia del Gobierno Español*.

O primeiro plano regional de desenvolvimento das atividades turísticas foi concebido em 1961, quando o Estado francês adquiriu 1.500 hectares de terreno no litoral mediterrâneo, compreendido entre Camargue (França) e a Espanha, com o propósito de estabelecer o

desenvolvimento do turismo da região Languedoc-Roussillon, ligando os dois países<sup>42</sup>. “O projeto compreendeu uma faixa de 180 km de praias, com seis unidades turísticas, que reúnem uma infraestrutura comum às antigas estações balneárias da região com os novos centros de férias” (ACERENZA *apud* SANTOS, 1999). O plano foi orientado para o ordenamento de diversos centros turísticos, mas não consideraram a problemática do desenvolvimento turístico integral da região.

Durante os anos 1970-1974, a maioria dos países da América Latina elaborou seu próprio Plano Nacional de Turismo. Nessa época, os resultados práticos eram inviáveis, tendo em vista o número insuficiente de técnicos nacionais e das estruturas administrativas dos organismos oficiais<sup>43</sup>. Nessa ocasião, conforme observado por Boullón (1995) havia um despreparo para tornar os projetos compatíveis com as realidades regionais, já que a maior parte deles foi elaborado tomando como referência modelos estrangeiros e sob forte influência (seja em termos de recursos, mas também de metodologias) de organismos multilaterais, tais como: a Organização dos Estados Americanos-OEA, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização Mundial do Turismo (OMT) e o Banco Mundial (BIRD).

No Brasil, após a década de 70, mais precisamente em 1972, observa-se um interesse por estudos tendenciais para o desenvolvimento do turismo no extenso litoral do Rio de Janeiro e de Santos/São Paulo. Essa faixa litorânea, situada no principal pólo de consumo do país, foi objeto de minucioso projeto de ocupação, sob encomenda da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) que gerou dois documentos básicos: o Projeto *Turis*, “que definia a ocupação racional de território compreendido nessa faixa, especificando as vocações de uso de cada trecho nela existente e as Normas para Ocupação do Território” (FERRAZ, 1992, p. 51).

A formulação propriamente dita da política nacional do turismo foi legitimada através do Decreto-Lei, nº 55 de 18 de novembro de 1966, apesar de existirem diplomas legais que estabeleciam algumas políticas públicas de turismo no Brasil como: proteção de bens

---

<sup>42</sup> Ver SANTOS, M. N. L. (1999; 2000); SANTOS; BARBOSA, J. D. (2001).

<sup>43</sup> “En América Latina, los trabajos más serios en esta área se iniciaron pocos años antes de la década de los años 70. Durante dicho periodo, la mayoría de los países elaboraron su propio ‘Plan Nacional de Turismo’, el cual algunas veces fue olvidado y otras actualizado o sustituido, ya sea porque quienes los ordenaron no creían en los resultados prácticos de la planificación o porque después de cada uno de los frecuentes cambios del funcionario responsable, el recién llegado creyó pertinente consolidar su posición, y comenzó por modificar lo efectuado por su antecesor. En ese entonces, **debido a la ausencia de un numero suficiente de técnicos nacionales, la mayor parte de los estudios se encomendaron a consultorias extranjeras o fueron elaborados por las oficinas especializadas de organismos internacionales como la Organización de Estados Americanos (OEA), el Banco Interamericano de Desarrollo (BID), la Organización de Estados Americanos (OMT) o el Banco Mundial**, dentro de seus respectivos programas de assistência técnica (BOULLÓN, 1995, p. 9). Grifos da autora.

históricos e artísticos nacionais e fiscalização de agências e venda de passagens, no período de 1937-1947 – entre outras ações (BENI, 2006). Mas é na criação do Conselho Nacional de Turismo (CNtur) e Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, atual Instituto Brasileiro de Turismo, principalmente este último, que se deflagra uma estrutura federal para administração do turismo.

O primeiro Conselho tinha a competência de coordenar e dirigir a referida política, referendada pelo art. 4º, estava prevista, no art. 5º, uma composição colegiada, com participação minoritária da iniciativa privada, mas extinta no começo do Governo Collor de Melo. Com essa extinção, a execução das Diretrizes da Política ficou a cargo da EMBRATUR. Este órgão definiu a primeira estrutura institucional pública para o turismo e sua competência foi estabelecida com as seguintes atribuições: fomento e financiamento de planos, programas e projetos voltados ao desenvolvimento da indústria de turismo, estudo sistemático do mercado turístico, promoção das atividades turísticas e o registro e fiscalização das empresas de turismo<sup>44</sup>.

Apesar dessa sistematização e organização do Instituto, segundo Beni (*op. cit.*) a EMBRATUR não tinha receita e os recursos e benefícios eram provenientes de incentivos fiscais e financeiros destinados ao setor. Posteriormente, a partir da década de 1970, os incentivos foram otimizados com a criação de fundos para o financiamento de projetos de desenvolvimento turístico. São eles: (i) o fundo de Gerenciamento do Turismo – FUNGETUR, através do Decreto-Lei nº 1.191, 27 de outubro de 1971; (ii) o sistema livre de captação de incentivos fiscais para estimular o setor hoteleiro; (iii) o Decreto-Lei nº 1.376, de 1976, que estabelece os novos fundos de investimento, a exemplo do: Fundo de Investimento do Nordeste – Finor, Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM e o Fundo de Investimento Setoriais – Fiset. Este último decide os agentes financiadores para cada fundo (*op cit.*, p. 24). Cada fundo de investimento é gerenciado pelos Bancos do Nordeste, da Amazônia e do Brasil, sob a supervisão da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, de Desenvolvimento da Amazônia e de Desenvolvimento da Pesca e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

Beni faz críticas acerca da alocação desses recursos. Em primeiro lugar, para que os empreendimentos usassem esses fundos, deveriam estar enquadrados em programas para o desenvolvimento do turismo em seus respectivos Estados e municípios e sob o gerenciamento da EMBRATUR. Em segundo, o autor ressalta que a referida instituição:

---

<sup>44</sup> Ver SANTOS, Mary N. L. (1999).



“Acenou com a possibilidade de atrair empresários para o setor mediante a criação desses fundos de investimentos em hotelaria e turismo, equivocou-se no direcionamento e posicionamento do mercado, embora tivesse sido alertada pelos profissionais e pesquisadores da área quanto à importância da adequação desses investimentos às características socioeconômicas do país para o correto atendimento de seu fluxo interno” (BENI, 2006, p. 24).

Adequar tais investimentos à realidade do país era um primeiro passo para se estabelecer uma política de turismo geradora de recursos internos, envolvendo as comunidades no processo de desenvolvimento local. E após, pensar e alavancar o receptivo internacional.

Em terceiro lugar, os capitais e incentivos foram utilizados integralmente em hotéis de luxo ao preço de 250 mil dólares a unidade habitacional, em empreendimentos de valor não inferior a 25 milhões de dólares (*op.cit.*).

[...] Isso em valores atuais equivaleria a investimentos da ordem de 75 milhões de dólares, não considerando o custo de oportunidade dos capitais investidos, amortizações e juros, o que provocou, ao longo desses três decênios, a implantação de uma oferta incompatível com as características da demanda interna regional – e mesmo com as características da receptiva internacional. É importante destacar que, na grande maioria desses projetos, não foram levados em consideração os estudos de localização, de viabilidade econômico-financeira, de formação de recursos humanos e de inclusão social (BENI, 2006, p. 24-25).

Essa análise do autor é conclusiva, pois o mercado hoteleiro reagiu àquelas instalações de alto nível, uma vez que havia a dificuldade de obter os rendimentos aplicados (baixas taxas de ocupação) e um fosso entre as comunidades pobres e essas estruturas de ostentação.

Buscou-se inverter essa situação a partir do final dos anos noventa; em função da incompatibilidade desses empreendimentos turísticos com a demanda interna, ocorreu a alocação de investimentos em hotéis econômicos, “com unidades habitacionais ao custo de 30 dólares e do tipo chave na mão, e aplicações que não excedem os três milhões de dólares, com diárias de 30 dólares” (BENI, 2006, p.25).

Ainda segundo Beni (*op.cit.*), o clima político da década de 1980 permitiu a consolidação e a ampliação das atividades turísticas, num meio ambiente em cenário de transição; especialmente porque a nova Constituição do país proporcionou um amplo debate nacional. Dentre os elementos decisivos para a política nacional de turismo, destaca ele:

- ✓ A Política Nacional do Meio Ambiente, contida no art. 25 da Constituição, deveria lançar as bases efetivas para a sustentabilidade ambiental e social;
- ✓ Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e o cadastro de defesa ambiental;
- ✓ Em 1983, a EMBRATUR já definira o turismo social por meio de deliberação normativa sustentada pela política Nacional do Meio Ambiente.

Nesse contexto das relações políticas de turismo e meio ambiente, Agra Filho; Viegas (1995) elaboram para o Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA, BIRD/PNUD (1997) dados que tratam dos elementos conceituais da gestão ambiental e sustentabilidade do desenvolvimento, estes incorporados nos Planos de Gestão e Programas de Monitoramento Costeiro. Já Becker (1997, p. 1) se refere ao papel do turismo no contexto das transformações velozes no sentido das mudanças e incertezas. Os elementos constitutivos desse processo são a revolução científica, tecnológica e a crise ambiental. Dessa última, chama atenção no que tange às novas tecnologias que alteram a relação sociedade-natureza - “o novo modo de produzir tenta desprender-se da base de recursos naturais - e em contrapartida valoriza a natureza em si como matéria-prima passível de utilização...” e em relação ao lazer.

Em função desse documento, surge a proposta de desenvolvimento sustentável e também um novo conceito de organização territorial, que desembocam em novas estruturas de relações espaço-tempo. Becker explicita que, no campo das redes, da comunicação e da circulação, produz-se um espaço global, de fluxos e decisões “transfronteiras” de um só mercado mundial.

Essa estrutura institucional pública para o turismo encaminhava-se, ao final da década de oitenta, para uma melhor forma de organização através do estabelecimento de um “colegiado do setor, o Sistema Nacional de Turismo, composto pela EMBRATUR, CNTUR e Ministério da Indústria e Comércio”. Pensou-se, no entanto, que essa configuração – planejamento, coordenação e execução do plano, programas e projetos – oferecessem maior eficiência na utilização dos recursos, mas essa estrutura deixava lacunas nos processos decisórios, sobretudo porque havia ausência dos empresários na representatividade dessa configuração (BENI, 2006, p. 25).

Estudos sobre turismo apontam que essa evolução, apesar de não contemplar na sua plenitude as políticas públicas, possibilitou, na década de noventa, ampliar o debate entre governo, iniciativa privada, academia e sociedade civil, através do Plano de Municipalização do Turismo. Este teve como objetivo resgatar a qualidade do produto turístico brasileiro, de forma a tornar possível uma maior integração União – Estado – Município, transformando os municípios de potencial turístico em polos gestores, regidos pela autossustentabilidade dos recursos naturais, sociais e econômicos. No entanto, na prática, encontrou pouca ou nenhuma ressonância na articulação do processo. Além disso, verificava-se o conflito entre os objetivos definidos e a proposta do PNMT em relação à dimensão territorial e diferenciação do espaço geográfico do país, o que possibilitou blocos de decisões fragmentadas, prejudiciais à

economia do Estado<sup>45</sup>. Para Beni (*op. cit.*), o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, modelo da Organização Mundial de Turismo - OMT, recomendado pelos seus países-membros e que se tornou normativo no caso brasileiro, apresentou logo no início uma falha estratégica na sua implantação.

[...] O modelo presumia o conhecimento prévio, por cada país, de seu espaço turístico nacional ou de sua imediata identificação, o que levaria o programa do RINTUR - Relatório do Inventário Turístico Nacional a ser a primeira providência tomada. Como isso não foi feito, queimou-se essa primeira etapa, e muitos municípios apresentaram-se como vocacionados para o turismo (*op.cit.*, p. 26).

Segundo Beni, a década de noventa, foram deflagradas ações pelo antigo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, para tornar possível o produto turístico competitivo no exterior, a exemplo de programas de polos turísticos, turismo interno, formação de recursos humanos, qualidade no setor turístico e *marketing* internacional.

A partir daí, duas políticas regionais foram implementadas pelos governos dos Estados nordestinos e respaldadas pelo poder público federal. A primeira delas foi a Política de Megaprojetos Turísticos, que teve como objetivo ampliar a infraestrutura hoteleira regional; a segunda foi o Programa para o Desenvolvimento do Nordeste – PRODETUR-NE, cuja ação pretendia melhorar aspectos de infraestrutura básica e de acesso, além de aperfeiçoar o sistema institucional de gestão da atividade.

Exemplo disso foi a criação de um complexo turístico que atenderia aos governos de Alagoas e Pernambuco, com vistas à criação de um “megaempreendimento”, de “grandes proporções”, ao longo do litoral desses dois Estados. Essa idealização partiu do governo federal (sob a gestão do presidente Fernando Collor de Mello) que, por sua vez, deu origem ao Projeto Costa Dourada, cuja magnitude, como diz Cruz, induziu a criação do Programa para o Desenvolvimento no Nordeste-PRODETUR/NE em 1990<sup>46</sup>. Esse programa, “por razões políticas e operacionais tornou-se extensivo a toda área de jurisdição da Sudene” (CRUZ, 2000, p. 111). Vale destacar ainda o projeto da “Linha Verde”, localizado nos Estados da Bahia e Sergipe, iniciado no período 1992-1994, que também contou com recursos do PRODETUR.

Uma das mais recentes iniciativas para o desenvolvimento do turismo no Brasil foi o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR) em 2000.

---

<sup>45</sup> Ver SANTOS, Mary N. L. (1999).

<sup>46</sup> Elaborados através da SUDENE e EMBRATUR, baseados na Portaria Conjunta nº1, de 29 de novembro de 1991, que abarca todos os Estados nordestinos e a região Norte do Estado de Minas Gerais (BENI, 2006).

Ele trouxe consigo o Zoneamento Ecológico Econômico no ordenamento do espaço amazônico em decorrência da questão ambiental na região. Parques do Brasil contemplam também essa linha de desenvolvimento lançado pela EMBRATUR em parceria com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, para a utilização do potencial ecoturístico dos espaços naturais protegidos, com o intuito de gerar crescimento econômico e benefícios sociais nas diversas regiões. As ações foram coordenadas pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo IBAMA, em parceria com o Ministério do Turismo e os nove estados envolvidos: Pará, Tocantins, Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre, Mato Grosso, Amapá e Maranhão (BENI, 2006; CHAGAS, 2007)

Por fim, cabe ressaltar as duas concepções atuais das políticas públicas de turismo, deflagradas no período 2002-2008 em âmbito nacional com repercussão no Nordeste do país: a primeira foi a criação do Ministério do Turismo, com pasta própria, estrutura e orçamentos específicos – “não mais dividindo com outros setores de atividades a condução dos interesses particulares do turismo em nível nacional” (BENI, 2006, p.28). A segunda foi a criação do Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Baixo São Francisco. Isso resultou da implementação do Componente de Turismo Sustentável do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco-PRSF. Com base nessas ações, três programas prioritários do Governo Federal são implementados: (i) Programa de Revitalização do Turismo-Roteiros do Brasil, coordenados pelo Ministério do Turismo; (ii) Programa Nacional de Ecoturismo e (iii) o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco-PRSF. Os dois últimos são coordenados pelo Ministério de Meio Ambiente (BRASIL, 2005).

Posteriormente, foram criados os Planos Nacionais de Turismo nos períodos de 2003-2007 e 2007-2010. Ambos definem as políticas públicas de turismo. As diretrizes definidas por conta dessas políticas são vinculadas entre agentes públicos e privados numa concepção de Gestão Descentralizada, cuja finalidade é gerar dados técnicos, informações e pesquisa sobre o turismo brasileiro.

Nesse sentido, é importante relacionar, dentro desse plano, o Projeto Inventário da Oferta Turística, que tem como finalidade contribuir com um banco de dados nacional sobre os atrativos turísticos. O Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil vem proporcionar dados sobre a infraestrutura geral, transportes, acessos, equipamentos e serviços turísticos, marketing, sustentabilidade, entre outros elementos analisados pelos técnicos da área (BRASIL, 2006; 2007; 2008).

## 5.2 O Espaço Público de Polos de Turismo: concepção e principais intervenções no Brasil com destaque para o PRODETUR

Os polos de desenvolvimento, quando foram criados no Brasil, tiveram a pretensão de defender uma “globalização solidária, baseada em valores comuns e em objetivos partilhados de integração e expansão, incorporando os países em desenvolvimento e os marginalizados que, de outra forma, estariam excluídos, de antemão, da partilha das conquistas do todo da comunidade internacional” (BANCO DO NORDESTE, 2004, p.1).

A concepção e organização de polos se deram através de parcerias e cooperação entre a sociedade e o Estado; o resultado, segundo o Banco do Nordeste, foi um modelo de planejamento participativo que pressupõe índices melhores de qualidade de vida. Essa perspectiva favorece a renda e o bem-estar social, por meio do efeito multiplicador dos investimentos sobre a renda e o emprego, na capacitação, no treinamento, no desenvolvimento da pesquisa e na introdução de novas formas de gerenciamento (*op.cit.*).

Entende-se por desenvolvimento o processo de produção de riqueza que inclua partilha e distribuição com equidade, conforme as necessidades das pessoas, ou seja, com justiça. “O desenvolvimento não se refere apenas à economia, ao contrário, a economia deve ser tomada em função do desenvolvimento”. Um dos maiores desafios da sociedade atual é promover o desenvolvimento centrado no homem. Esse tipo de desenvolvimento pode ser aparentemente simples, mas encerra uma revolução de ideias e práticas sociais que passam a orientar as pessoas e as organizações para a produção e consumo partilhados (CORIOLANO, 2003, p.14).

Os países desenvolvidos definem e determinam padrões de desenvolvimento especialmente para os países ditos subdesenvolvidos e em estado de subjugação e discriminação. Essa ideia de desenvolvimento está no centro da visão de mundo e prevalece na época atual. Apesar dessa constatação, o homem, nesse novo contexto, é visto como fator de transformação tanto no campo social quanto no campo ecológico em que está inserido. Segundo ainda a mesma autora, o desenvolvimento e o turismo ocorrem em escalas globais e locais. Há que se identificar as tônicas e abordagens dadas ao processo de desenvolvimento e ao desenvolvimento do turismo nos diversos lugares, porque elas podem vir associadas aos grandes grupos econômicos e ao capital, ou vir associadas ao capital local privilegiando o lugar, os residentes e a cultura local. O desenvolvimento implica mudanças sociais, culturais e econômicas; mudanças, sobretudo, qualitativas (*op.cit.*).

Nessa linha de raciocínio, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e outros agentes financiadores, a exemplo dos governos federal e estadual (BNDES e BNB), buscam fomentar o desenvolvimento do turismo não só no Nordeste, mas também no Norte, Centro e Sul do país.

O documento Faces do Desenvolvimento (2006) quadro 4 e figura 47 tratam dos programas apoiados pelo BID, no Brasil e revelam as ações criadas pelo governo brasileiro, com reflexos na atividade turística. Verificam-se investimentos expressivos no Sudeste e Centro-Sul do país, em relação aos recursos aplicados no Nordeste do Brasil. Para efeito desse levantamento examinam-se especialmente os recursos que são aplicados no Polo Costa dos Coqueirais, em Sergipe. Isso não quer dizer que se configuram necessariamente mudanças estruturais para as populações mais carentes.

**Quadro 4 – Investimentos do BID no Brasil e em Sergipe**

EXECUTOR	PROGRAMAS	REGIÕES	INVESTIMENTOS DO BID	OBJETIVOS/BENEFÍCIOS
Ministério da Cultura	Monumenta	Norte	125 milhões de dólares	Reestruturação, preservação de sítios históricos e culturais urbanos.
		Nordeste		
		Centro-oeste		
		Sudeste		
		Sul		
Instituto de Hospitalidade	Certificação em Turismo Sustentável	Norte	2,5 milhões de dólares	Valoriza a qualidade e competitividade de pequenas e médias empresas (PMEs) de turismo no Brasil.
		Nordeste		
		Centro-Oeste		
		Sudeste		
		Sul		
Governo de São Paulo	Cultura e Cidadania para Inclusão Social	Sudeste	300 milhões de dólares	Desenvolvimento e inserção social familiar para reduzir a violência juvenil (7 a 19 anos).
Governo Federal	Promoção de Oportunidades de Mercados Socialmente responsáveis	Norte	975 mil dólares	Aumentar a competitividade dos micro e pequenos produtores rurais e acesso aos mercados nacionais e internacionais.
		Nordeste		
		Centro-oeste		
		Sudeste		
		Sul		
Governo do Distrito Federal	Saneamento Básico	Centro-oeste	260 milhões de dólares	Prever o aumento da cobertura e gestão dos serviços de água e esgoto, controle de erosão e inundações.
Governo Municipal de São Paulo	Reabilitação da Área Central	Sudeste	167 milhões de dólares	Melhorar os indicadores sociais e resgate da identidade cultural da cidade.
Governo Municipal de São Paulo	Despoluição de Rio Tietê	Sudeste	400 milhões de dólares	Despoluir o rio com perspectiva de beneficiar a 1,2 milhão de pessoas com instalações de coleta de esgoto e o controle de descargas industriais.
Governo do Estado de Minas Gerais	Construção da Estrada Real - Rede de Turismo	Centro-oeste	(*)	Visa desenvolver um sistema de registro de produtos/ serviços para turistas; criação/promoção de um sistema de comercialização nas empresas – SMEs



5. POLÍTICAS PÚBLICAS E INVESTIMENTOS TURÍSTICOS NO BRASIL E EM SERGIPE: A POBREZA EM QUESTÃO

EXECUTOR	PROGRAMAS	REGIÕES	INVESTIMENTOS DO BID	OBJETIVOS/BENEFÍCIOS
Governo dos Estados envolvidos	Eco-turismo Sustentável	Amazônica (Norte, Nordeste e Centro-oeste)	(*)	Implementar serviços como treinamentos, educação ambiental, e conscientização a cerca de oportunidades/negócios
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	PRODETUR-Sul	Sul	(*)	Aumentar a renda do turismo em benefício das populações locais, na perspectiva de contribuir com a balança de pagamentos das contas de viagens e aumentar o fluxo de turistas para o sul do país
Governo do Estado de Pernambuco	Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata e Pernambuco - PROMATA	Nordeste	150 milhões de dólares	Minimizar a pobreza e a falta de oportunidades.
Governos dos Estados Nordestinos	PRODETUR-NE	Nordeste	800 milhões de dólares	Desenvolver a infraestrutura turística (estradas, aeroportos, saneamento básico), na perspectiva de gerar empregos diretos e indiretos, ampliar a capacidade de gestão do turismo regional, proteção dos recursos naturais e conservação do patrimônio cultural.
Governo do Estado de Sergipe	PRODETUR-SE	Nordeste	≈ 67 milhões de dólares	Realização de obras de infraestrutura, na região Polo Costa dos Coqueirais (Litoral de Sergipe).

Elaboração dos Dados: SANTOS, Mary N. L, 2009.

Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2006

(\*) numerário não divulgado

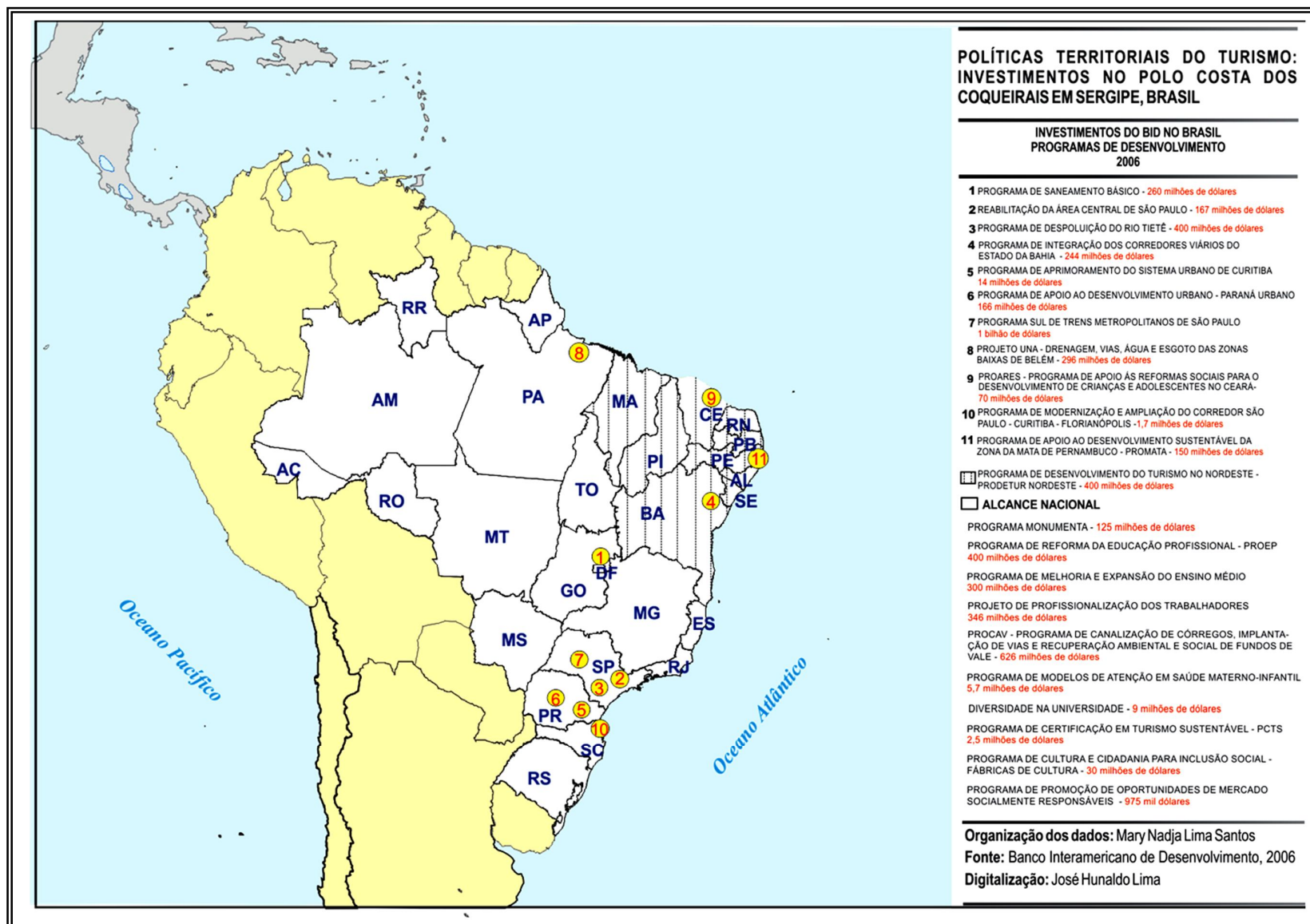


Fig. 47 – Trajetória dos Investimentos do BID para o Brasil.  
Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2006.

Chamam atenção os recursos advindos do PRODETUR-NE que foi estruturado quase na sua totalidade com recursos do BID e BIRD. Os investimentos, conforme demonstra o quadro e figuras supram, atenderam ao desenvolvimento do turismo no território através de infraestrutura básica (transporte, energia, saneamento), instalação de equipamentos urbanos e oferta de serviços públicos em espaços considerados com vocação e expansão turísticas. Foram ainda direcionados recursos para a construção e reforma de aeroportos da região.

O PRODETUR-NE tem como executor responsável o Banco do Nordeste e foi definido para ser desenvolvido em duas etapas. Esse programa tem contribuído, segundo documento do BID, para gerar milhares de empregos diretos e indiretos no Nordeste do Brasil desde meados da década de 1990. O que se pregou nesse programa é ampliação das capacidades de gestão do turismo regional, proteção dos recursos naturais, conservação do patrimônio cultural, saneamento e obras de infraestrutura, na perspectiva de atrair o interesse das empresas e, conseqüentemente, incentivar a vinda de novos visitantes.

Os investimentos previstos na primeira etapa do PRODETUR-NE foram de 800 milhões de dólares, dos quais 400 milhões financiados pelo Banco do Nordeste, com repasse do BID. Os outros 400 milhões se referem à contrapartida nacional dos Estados e Municípios envolvidos, “sendo esta de 40%, no caso de obras múltiplas e desenvolvimento institucional. No caso da reforma de aeroportos, o Banco do Nordeste financia, com os recursos provenientes do BID, até 50% do custo total das obras ficando os outros 50% a cargo da União” (CRUZ, 2000, p. 117).

A figura a seguir demonstra as decisões desse volume financeiro gasto na região.

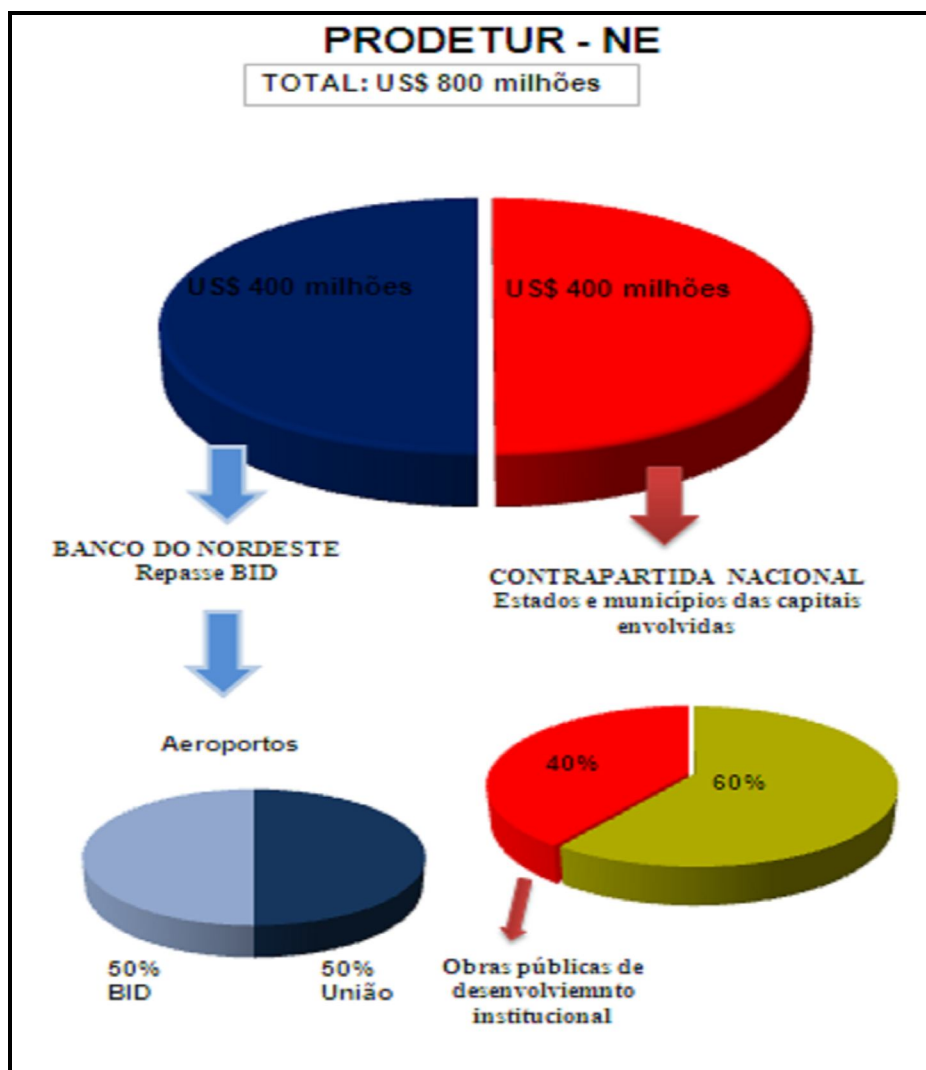


Fig 48 - Investimentos do PRODETUR no Nordeste do País.  
Organização e layout dos dados: SANTOS, Mary N. L. 2009.  
Fonte: BNB *apud* CRUZ, 2000.

A figura 49, a seguir, ilustra a trajetória dos recursos aplicados em estados brasileiros cujos objetivos diferem entre si, mas ressaltam o destino dos investimentos internacionais no país, no que concerne ao PRODETUR/NE. A figura 50 sintetiza as inversões aplicadas especificamente no Nordeste do Brasil, relacionando-as aos projetos que foram implementados; destacam-se os estados que mais obtiveram recursos, Ceará, Bahia e Sergipe.

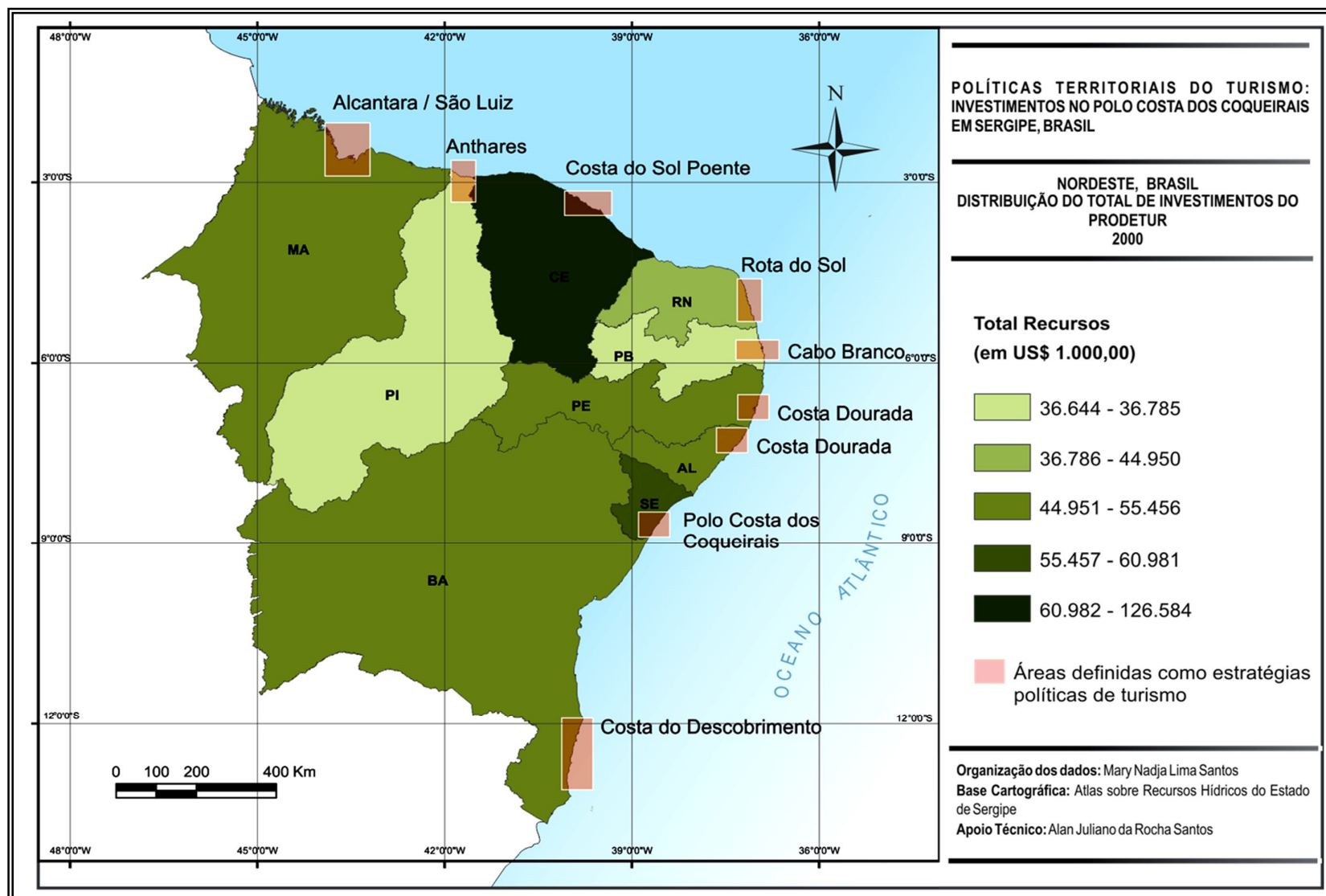


Fig. 49 – Trajetória dos Investimentos do BID para o Nordeste, Brasil.  
Fonte: Banco do Nordeste do Brasil – BNB, *apud* CRUZ, 2000.

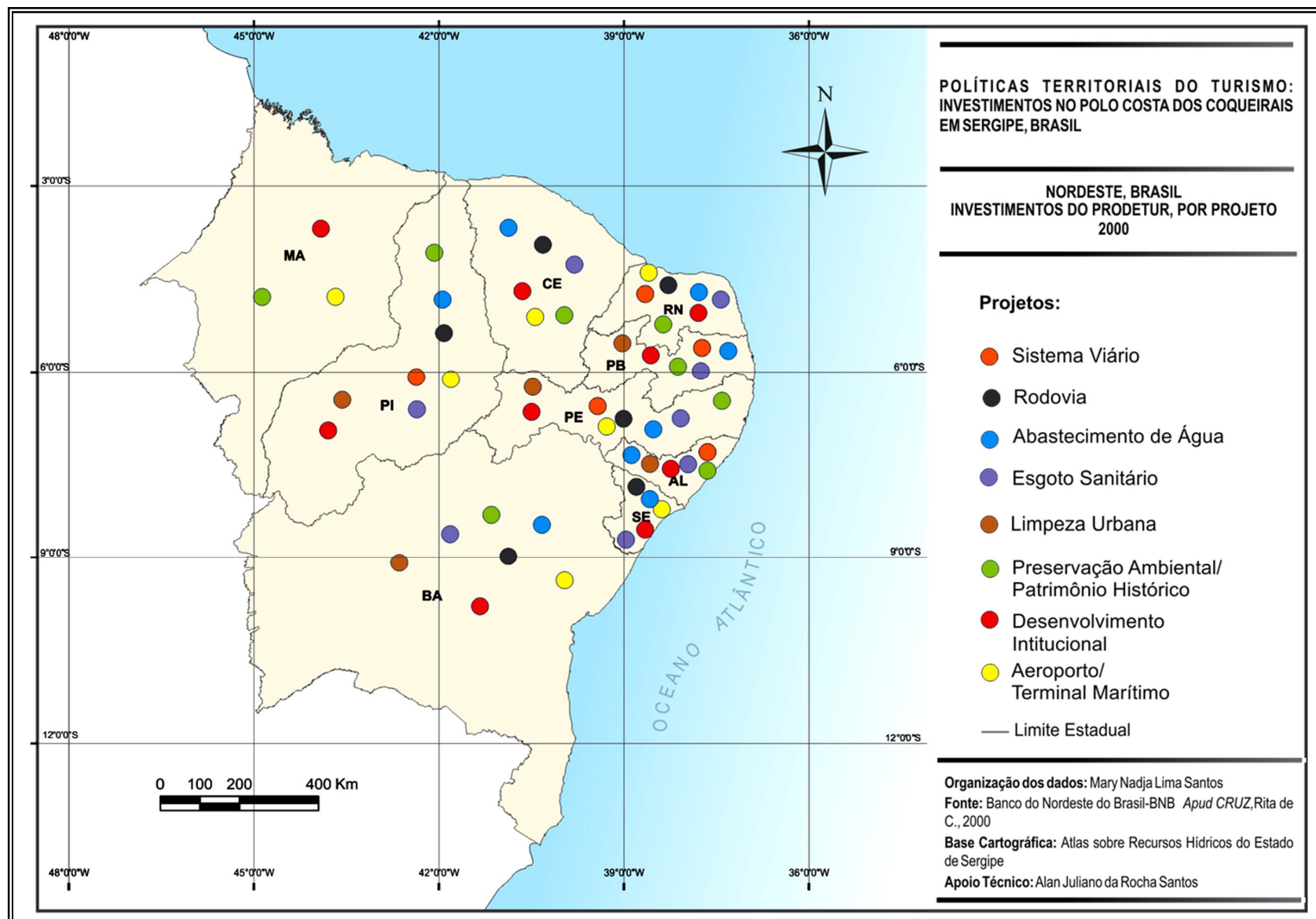


Fig. 50 – Investimentos do PRODETUR/NE por projetos.  
 Fonte: Banco do Nordeste do Brasil – BNB, *apud* CRUZ, 2000.

### 5.3. Políticas, Programas e Desenvolvimento do Turismo em Sergipe

O desenvolvimento das políticas turísticas em Sergipe, assim como no Brasil, é relativamente recente, pois se iniciou no período de 1975-1978, sob a responsabilidade da Empresa Sergipana de Turismo-EMSETUR, vinculada à Política Nacional de Turismo, e contou com o apoio da EMBRATUR. As ações alcançadas nesse intervalo foram: incentivo e incremento da infraestrutura hoteleira do Estado de Sergipe; reconstrução de monumentos históricos nas cidades de São Cristóvão, Laranjeiras, Propriá e Aracaju; promoção e informações turísticas, através da participação de Sergipe em eventos nacionais; implantação do Programa Nacional do Desenvolvimento de Artesanato-PNDA e qualificação profissional.

Na década seguinte (1982-1986), a ação em relação ao turismo, em Sergipe continua a despontar, visto que aumentou o efetivo da hotelaria através da construção de dez novos hotéis, seis na capital e quatro no interior; a implementação do primeiro Projeto Orla com a construção do calçadão da praia de Atalaia e da Rodovia José Sarney que permite trafegar às praias de Robalo e Mosqueiro. Complementando essa decisão foram construídas as Rodovias Ayrtton Sena e Náufragos que dão acesso as praias da Caueira – Abaís – Saco.

Não obstante essas ações, o maior impulso das políticas de turismo no Estado foi na década de noventa. Os investimentos em infra-estrutura turística se expandiram em Sergipe nesse período com recursos do Estado, governo federal e de agências multilaterais internacionais. O PRODETUR-SE, inserido no PRODETUR/NE I, segue os parâmetros e regras definidas pela SUDENE, EMBRATUR e Banco do Nordeste, esse último como articulador e repassador dos recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID.

É importante salientar que tais investimentos tinham perspectiva de retorno através do sistema de mercado, sem vir acompanhada de ações estratégicas de insumos para o turismo, por parte do poder público e privado, para atrair efetivamente uma demanda turística.

Os dados do Tribunal de Contas da União conferem:

O governo brasileiro contratou, em dezembro de 1994, por intermédio do Banco do Nordeste do Brasil S/A, operação financeira com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor US\$ 400 milhões, destinada a financiar o programa de desenvolvimento do Turismo do Nordeste-Prodetur/NE. Essa operação previu contrapartida mínima de US\$ 270 milhões de dólares, incluindo US\$ 55,6 milhões para o pagamento de juros e comissão de crédito. [...] O programa é de infra-estrutura, sem programação de financiamento para empreendimentos turísticos como hotéis,



restaurantes e outros. No entanto, espera-se atrair investimentos privados (*sic*) e turistas por intermédio da infra-estrutura (2005, p. 667-668).

No âmbito do PRODETUR/NE II, setembro de 2002, novo contrato é firmado no valor de US\$ 400 milhões, sendo US\$ 240 milhões de desembolso externo e US\$ 160 milhões de contrapartida – US\$ 80 milhões a serem oferecidos pela União e US\$ 80 milhões pelos partícipes do programa (op. cit.)

Nesse contexto, se instala o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDTIS (2001-2005), que objetivava a adoção de um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional nas decisões. Essa perspectiva trazia a possibilidade de uma segunda fase de investimentos e intervenções turísticas, que seriam derivados do PRODETUR/SE II. Em Sergipe, esse último não foi deflagrado porque “o Estado não tinha condições de receber recursos externos, problemas de certidões e questões fiscais com a União”, segundo afirmação atual Diretor-Presidente da EMSETUR.<sup>47</sup>

Essa posição anterior diverge do ponto de vista do ex-coordenador da Unidade Executora do PRODETUR-SE (1999-2003).<sup>48</sup> Segundo ele, “nós deixamos um projeto totalmente pronto, já negociado e aprovado pelo BID, mas foi muito prejudicado pelas mudanças políticas”. Esses investimentos iriam contemplar as comunidades do Polo Costa dos Coqueirais, especialmente aquelas mais carentes e que estão no circuito do litoral norte, centro e sul do Estado, através do complemento de obras como saneamento, capacitação e infraestrutura, dentre outras ações. Acrescenta ainda o ex-coordenador:

Na preparação da segunda fase do PRODETUR, Sergipe foi eleito para formação da amostra representativa para assinatura do contrato de empréstimo junto ao BID. Conforme orientações e necessidades elaboraram o PDITS Polo Costa dos Coqueirais em 2001, centrado na denominada área de planejamento – limitada aos nove municípios que receberam ou foram impactados pelos investimentos do PRODETUR I.

Em função disso, acredita-se que houve também, naquela oportunidade, decisão política nacional, com o intuito de dar maior visibilidade ao Ministério do Turismo que nascia em 2003.

---

<sup>47</sup> Prof. Dr. José Roberto de Lima Andrade (Entrevista, julho, 2009)

<sup>48</sup> Economista Walmir Bruno (Entrevista, Junho, 2009).

A despeito de o PRODETUR/SE II ter sido abortado, o PRODETUR-SE I cumpriu o que fora estabelecido no que se refere à infraestrutura turística. As ações contemplaram: a malha viária, as condições urbanas, principalmente no que se refere ao esgotamento sanitário de Aracaju e ao abastecimento de água nos municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros, conclusão das rodovias ao sul do Estado e ampliação do aeroporto de Aracaju.

A rodovia citada, importante eixo de integração com Salvador (um dos principais destinos turísticos do Brasil), por exemplo, foi iniciada no período 1992-1994, através da abertura de uma Rodovia SE-100/Linha Verde/BA, inclusive com rampas de *ferry-boat* que ligam Aracaju a Salvador/BA. Esse trecho abrange do povoado Mosqueiro até o Abaís (60 km), concluída, e subtrechos que vão do Porto de Angola – rio Piauí à Rodovia SE-318 – Entroncamento com o Estado da Bahia (29,46 km), já concluído. Os municípios beneficiados foram, além de Aracaju, São Cristóvão, Itaporanga d’Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba. Cabe salientar que essa rodovia foi construída pelo governo do Estado em parceria com o Banco do Nordeste/BID e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (SANTOS, 1999).

Outro importante programa de impacto, financiado com recursos do BID e contrapartida do Estado, foi a recuperação do patrimônio histórico de Aracaju, a restauração dos Mercados Antônio Franco e Thales Ferraz e a revitalização do Centro Histórico de Aracaju. Em virtude de contratos celebrados com o Banco do Nordeste/BID e com o BNDES, o Estado destinou ainda recursos para a recuperação da antiga Fábrica de Tecidos São Cristóvão/SE, transformando-a em centro de produção artesanal, apesar de problemas de ordem estrutural, na execução da obra. A urbanização das orlas da Caueira, em Itaporanga d’Ajuda, ao sul do Estado, e Neópolis e Gararu localizadas às margens do rio São Francisco, também receberam recursos que, de certa forma, contribuíram com os micros e pequenos empresários que se estabeleceram nessas localidades para atender à demanda turística.

Em função disso, as tabelas 1 e 2, a seguir, apresentam os investimentos públicos efetivamente realizados na área estudada e compara as projeções oficiais para Sergipe.

Tabela 1 - Distribuição de Investimentos: Região Pólo Costa dos Coqueirais

REGIÃO	COMPONENTES/ PROJETOS AÇÕES	AÇÕES PROPOSTAS <sup>1</sup>	AÇÕES PROPOSTAS ATUALIZADAS <sup>2</sup>	AÇÕES EXECUTADAS <sup>3</sup>
Valores em US\$ 1.00				
<b>Litoral Norte</b>				
Brejo Grande	* Para esse período não houve investimentos tendo em vista que essa área foi definida como 3ª prioridade em recursos, não obstante essa constatação, recentemente o Ministério do Turismo aplicou recursos na construção de estradas que interligam a BR-101 com a SE-204 (Acessibilidade aos Municípios de Brejo Grande e Pacatuba). Em relação ao acesso aos municípios de Barra dos Coqueiros e Pirambu, os investimentos para as estradas foram feitos com recursos do Estado e da Petrobrás (informações colhidas pelo Secretário da UEE – 1999/2003).			
Pacatuba				
Pirambu				
Barra dos Coqueiros	Ampliação do Sistema Abastecimento de Água em Atalaia Nova	296,700	242,000	258,270
	Abastecimento de Água em Barra dos Coqueiros (3)	844,200	855,000	-
	Esgotamento Sanitário da Barra dos Coqueiros (4)	6,413,800	6,413,000	
<b>Subtotal</b>				<b>258,270</b>
<b>Litoral Centro-Sul<sup>1</sup></b>				
Aracaju	Acesso ao Aeroporto de Aracaju (3)	724,800	725,000	
	Regularização da barra do Rio Sergipe (3)	29,440,700	12,000,000	
	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água Atalaia Velha/Mosqueiro	9,299,900	7,551,000	7,822,696
	Sistema Ibura II	4,714,000	3,585,000	3,585,575
	Ampliação Terminal Passageiros - Aeroporto Santa Maria	8,041,800	9,526,000	8,088,832
	Revitalização. Centro Histórico de Aracaju	-	3,000,000	2,197,052
	Restauração Mercados “Antônio Franco” e “Thales Ferraz”	-	5,473,000	2,174,756
São Cristóvão	Restauração da Antiga Fábrica de São Cristóvão			655,022
<b>Subtotal</b>				<b>24.523,932</b>

Organização e layout dos dados: SANTOS, Mary N. L. 2009.

Fonte: UEE/ PRODETUR-SE, junho de 2005.

<sup>1</sup> Classificação definida pelo Programa de Desenvolvimento Integrado de Turismo de Sergipe – PDITS e adaptado para este estudo.

Continuação da Tabela...

REGIÃO	COMPONENTES/ PROJETOS AÇÕES	AÇÕES PROPOSTAS <sup>1</sup>	AÇÕES PROPOSTAS ATUALIZADAS <sup>2</sup>	AÇÕES EXECUTADAS <sup>3</sup>
Valores em US\$ 1.00				
<b>Litoral Sul</b>				
Estância	Lig. SE-100/Linha Verde- BA, inclusive campos “ferry-boat”	19,229,400	24,293,000	9,469,419
Indiaroba				
Santa Luzia do Itanhi				
Itaporanga d’ Ajuda	Urbanização da Orla da Caueira	-	-	466,309
	Rodovia SE-214, trecho BR-101/praias da Caueira	-	-	2,007,369
<b>Subtotal</b>				<b>11.943,10</b>

Organização e layout dos dados: SANTOS, Mary N. L. 2009.

Fonte: UEE/ PRODETUR SE. Junho de 2005

**Notas Constando no Documento Original:**

- (1) Ações constantes da Proposta Original;
- (2) Ações Propostas, atualizadas em jul/1997;
- (3) Projetos executados fora do âmbito do PRODETUR, não aceitos como contrapartida;
- (4) Projeto não aprovado por apresentar custos fora dos parâmetros aceitos pelo BN/BID.

Tabela 2 - Setores de Investimentos da Área Estudada

GASTOS POR SETOR INVESTIDO		AÇÕES PROPOSTAS <sup>1</sup>	AÇÕES PROPOSTAS ATUALIZADAS <sup>2</sup>	AÇÕES EXECUTADAS <sup>3</sup>
Valores em US\$ 1.00				
Transporte – se-100 trecho divisa Sergipe Bahia; Porto do Mato		49.394,90	37.018,00	11.943,100
Saneamento Básico		46,932,200	29,036,000	21.331,003
Aeroporto		8,041,800	9,526,000	8,088,832
Proteção e Recuperação do Patrimônio Histórico		–	8,473,000	5.026,830
Subtotal				<b>46.389,77</b>
Desenvolvimento Institucional do Pólo Costa dos Coqueirais	Projeto de Desenvolvimento Integrado da ADEMA			327,115
	Projeto de Desenvolvimento Integrado da EMSETUR			218,025
	Projeto de Desenvolvimento Integrado da Prefeitura Municipal Barra dos Coqueiros			26,722
	Plano Diretor de Aracaju			591,592
	Plano Estratégico do Turismo de Sergipe			107,857
	Plano Desenvolvimento Integrado Turismo Sustentável -PDITS			51,939
	Plano Diretor de Aracaju			591,592
Subtotal				<b>1,323,250</b>
Monitoramento e Gestão de Uso dos Recursos	Inspeção e Supervisão			142,241
	Engenharia/ Administração		1,665,600	3,709,149
Subtotal				<b>3.851,000</b>
Subtotal Geral				<b>52,707,484</b>
CONTRAPARTIDA ESTADUAL				<b>14,241,612.12</b>
Total Geral		<b>106,034,500</b>	<b>84,053,000</b>	<b>66,949,096.00</b>

Organização e layout dos dados: SANTOS, Mary N. L. 2009.

Fonte: UEE/ PRODETUR-SE, junho de 2005.

Notas Constando no Documento Original: Observações já contidas na tabela 1.

Os dados das tabelas 1 e 2 representam um período de investimentos no polo de 1996-2004. Inicialmente foram propostos **US\$ 106,034,500,00** para realização das obras e em julho de 1997 foi subtraído esse valor, não obstante o acréscimo de outros municípios no seu atendimento. Assim reforça o documento do PDITS: “Em julho de 1997, a proposta original foi modificada, incorporando os municípios de Laranjeiras e mais cinco situados às margens do rio São Francisco (Gararu, Poço Redondo, Porto da Folha, Nossa Senhora de Lourdes e Telha), incluindo, também, o componente “Patrimônio Histórico” alterando o seu valor total para US\$ 84,053,000.00” (SERGIPE: PDITS, 2005, p. 20) .

De fato o recurso utilizado foi de US\$ 66,949,096,000, o que demonstra, pela documentação constante no PDITS, que a participação do BID foi de 48,91% (32,746,362,00) e a do Estado 51.09% (34, 202,733,00). A figura 51 sinaliza esse contexto. O levantamento revela que o Estado se endividou menos, em termos de recursos internacionais, do que estava previsto (60%) do valor solicitado à época. Para compor essa contrapartida, o Estado “contratou o Banco de Desenvolvimento Social-BNDES, a importância de R\$ 11.535,200”. Esse contrato é mais um subempréstimo e, conseqüentemente, mais um endividamento (pagamento de juros), como indicam os cálculos constantes na tabela 2, que se somam a contrapartida institucional.

No sentido de proceder a uma melhor leitura, os recursos utilizados no Desenvolvimento Institucional do Polo Costa dos Coqueirais e Monitoramento, Gestão de Uso dos Recursos e a Contrapartida do Estado estão detalhadas nas tabelas anteriores.

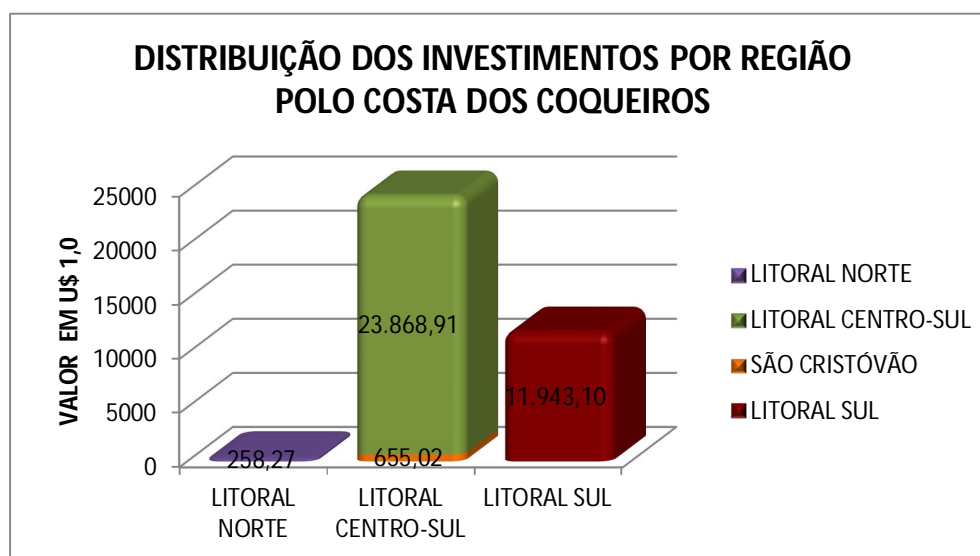


Fig 51 - Distribuição de investimentos por região Pólo Costa dos Coqueirais  
Organização e layout dos dados: SANTOS, Mary N. L. 2009.  
Fonte: UEE/ PRODETUR SE. Junho de 2005.

Por conseguinte, pode-se inferir através dos dados apresentados na figura 52 que o Estado de Sergipe utilizou menos de 50% dos recursos externos, não obstante o contrato firmado de que 60% de sua totalidade seriam disponibilizados pelo BID.

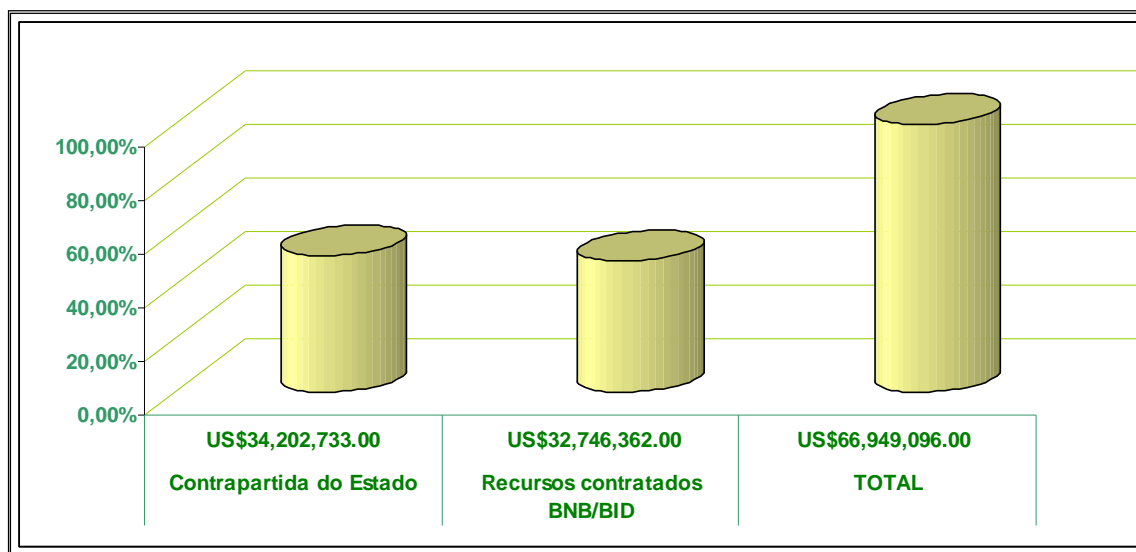


Fig. 52 - Panorama dos recursos do BNB/BID e contrapartida do Estado  
Organização de dados e *layout* gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2009.  
Fonte: PDTIS, 2005.

De outra forma, estão mapeados na figura 53 os efetivos financeiros aplicados nos municípios estudados. O objeto principal, por conseguinte, configura as disparidades nos investimentos dos recursos do BNB e BID.

Na análise em voga, constata-se assim a variação espacial na aplicação dos recursos, com a definição de dois setores geográficos distintos: o Setor Norte, no qual se encontram menos investimentos, e o Setor Sul, melhor aquinhado com recursos. Outrossim, ressalta o papel divisor da capital administrativa Aracaju, município mais agraciado pelo programa público como é uma práxis nacional.

A figura 53 (cartograma abaixo) também ressalta a diferença significativa nos dados apresentados – US\$ 60.982,000 – US\$ 66.949,096 e o efetivo gasto. Em entrevista com o Coordenador da Unidade Executora do PRODETUR-SE (1999-2003), a data da conversão, nessa época, distorce os valores e a desvalorização/valorização do dólar que sofreu oscilações, apesar de reconhecer uma diferença nos dados apresentados.



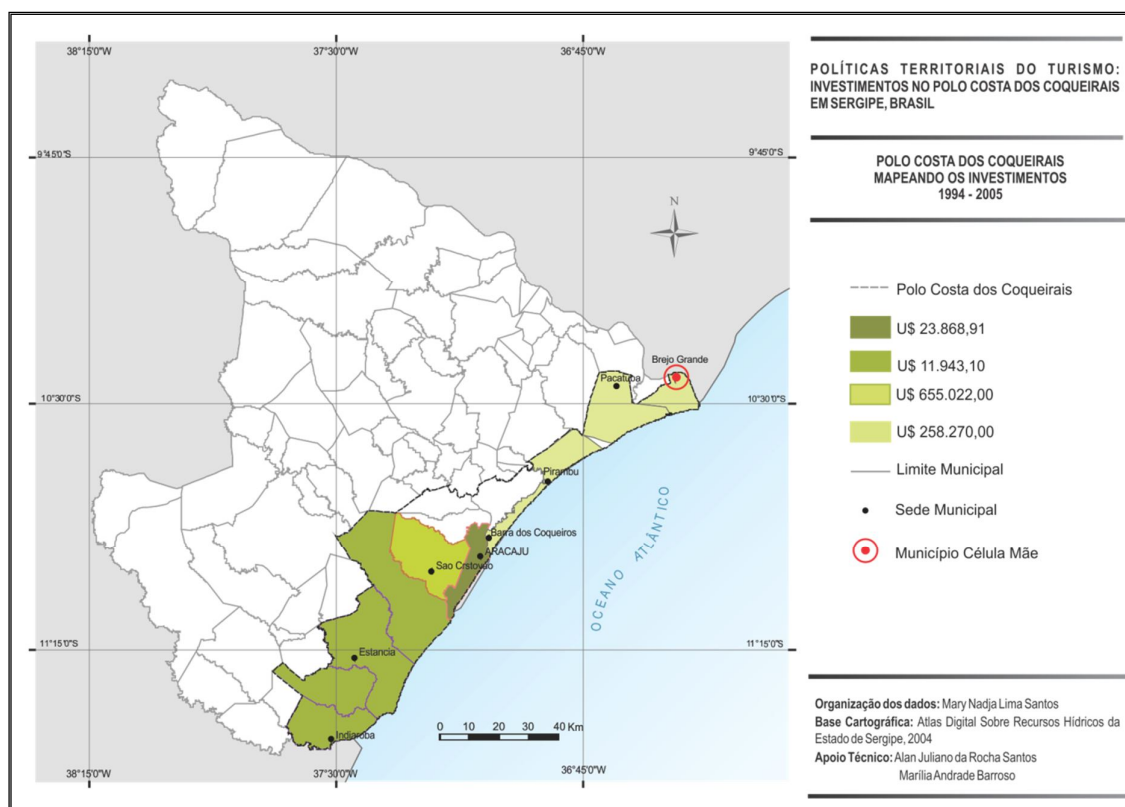


Fig 53 – Cartograma de Investimentos do Polo Costa dos Coqueirais, excetuando-se as inversões no Desenvolvimento Institucional e Monitoramento de Uso dos Recursos.

Fonte: Programa de Desenvolvimento do Turismo de Sergipe – PDITS, 2005.

Além dos investimentos mencionados, houve também aplicação de recursos pelo Estado e BID num volume de R\$ 106,3 milhões, direcionados para 17 municípios do sul do Estado (Lagarto, Boquim, Salgado, Itaporanga d’Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhi, Indiaroba, Arauá, Tomar do Geru e Umbaúba). Segundo dados do BNB (2004), foram gerados 17.605 empregos, cuja população referente aos municípios relacionados foi de 427.253 (IBGE, 2000).

A alocação desses empregos não se limita ao Polo Costa dos Coqueirais nem à área de turismo. Esses investimentos fazem parte de uma ação do Banco do Nordeste cujo espaço geográfico apresenta dinamismo e potencialidades econômicas semelhantes. Definiram-se eixos centrados na irrigação, produção de grãos, produção de frutas cítricas, pecuária de leite e turismo rural, de acordo com a vocação das áreas selecionadas.

Destacam-se os investimentos na infraestrutura turística nas localidades de Estância e Indiaroba; que podem ser constatadas através de rodovias de acesso interestadual e para o Estado da Bahia, a Linha Verde, que dá acesso à cidade de Salvador. Na percepção dos agentes sociais de Indiaroba/SE, a infraestrutura básica não demandou as redes de esgoto,

abastecimento de água, coleta de lixo e segurança. A maioria dos povoados se encontra sem estradas, exceto Terra Caída, que obteve recursos do PRODETUR. Outros municípios foram e/ou estão sendo beneficiados com esses investimentos, por exemplo, a região de Xingó, em Sergipe, alvo inclusive de dissertação de mestrado de Santos (1999), entre outros estudos.

Os resultados foram inegavelmente no que diz respeito à expansão do turismo do Estado. No entanto, esses investimentos e o próprio desenvolvimento da atividade turística não trouxeram resultados significativos em relação à melhoria das condições de vida das comunidades locais

Dessa forma, os dados produzidos e informados na revisão do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS em 2005, com vistas a atender a segunda fase do PRODETUR/SE, que não saiu do papel, contaram não só com a participação de uma consultoria contratada pelo governo do Estado, mas principalmente com segmentos das áreas do turismo.

O Tribunal de Contas da União-TCU/SE teve um papel fundamental na fiscalização desses investimentos. O controle, as recomendações e as expectativas do TCU-SE nos gastos provenientes do BID e de recursos internos administrados pelos governos nas ações do Programa de Desenvolvimento do Turismo, trouxeram uma perspectiva de zelar pelos interesses da sociedade e pelo bom uso da coisa pública. Havia também o entendimento de que os recursos objetivavam promover “a redução da pobreza e da desigualdade social” na geração de empregos diretos e indiretos na ordem de 3,7 milhões (BRASIL, 2004). Dentro daquilo que se propunha o programa teria impacto mais direto na melhoria de vida da população. No entanto, o órgão fiscalizador reconhece que, na verdade, as expectativas não lograram o êxito desejado, já que se limitavam a alcançar as metas físicas, sem analisar seus efeitos socioeconômicos, o que é compartilhado pela autora deste estudo (BRASIL:TCU, 2005; 2006).

#### 5.4. Os programas de desenvolvimento turístico no Brasil, em Sergipe e as formas de intervenções das agências multilaterais de financiamento

No Brasil, principalmente no Nordeste, a política do turismo sofreu e ainda sofre forte influência das agências multilaterais seja pelo aporte de recursos e/ou metodologias,<sup>50</sup> tendo como discurso atender às demandas da sociedade. Descortinou-se, a partir desse levantamento, o papel das agências de investir e gerar empréstimos dentro da lógica do mercado. Contraditoriamente, na década de noventa, tanto o BID como o BIRD, desviaram seus eixos políticos para a questão da pobreza. A partir de então, possibilitaram um maior diálogo político com os diversos segmentos representativos da sociedade civil e aproximaram-se das instituições não governamentais, porém, sem uma efetiva mudança de intervenção pública para superá-la.

Os programas e projetos executados em parceria com os organismos multilaterais como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) trouxeram, conforme salientou Stephanou (2005, p.127-160), o discurso de promoção da equidade social, da modernização do Estado, da integração regional e do desenvolvimento local, tendo por objetivos a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável. Esses organismos, “agentes que, através de associação com os governos nacionais, financiam projetos de desenvolvimento nos países membros, como é o caso do Brasil”, se destinam a “prover assistência concessional aos países em desenvolvimento”. Para o Brasil, têm relevante papel no financiamento de políticas públicas (*op. cit.*, p. 128).

O Relatório Técnico de dez anos do BID (1996-2005) traz um breve resumo da situação da América Latina e do Caribe, além de um exame de suas atividades através de demonstrativos operacionais de empréstimos, garantias, financiamento de pequenos projetos e cooperação técnica (BID, 2006). A Rede Brasil (2006)<sup>51</sup> traduz o documento que trata da Carteira de Empréstimos do BID e alguns desses que são apontados e discutidos no âmbito do Brasil. Destacam-se alguns desses projetos que são investidos no país: agricultura e

---

<sup>50</sup> Os órgãos financeiros internacionais, também denominados Instituições Financeiras Multilaterais – IFMs são “agentes que, através de associação com os governos nacionais, financiam projetos de desenvolvimento nos países membros, como é o caso do Brasil”. O Fundo Monetário Internacional (FMI) objetiva ser principalmente “um fundo de estabilização monetária aos países com *déficit* orçamentário”. O Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) se destinam a “prover assistência concessional aos países em desenvolvimento”, e estes, para o Brasil têm relevante papel no financiamento de políticas públicas. Esses dois últimos têm por objetivo a redução da pobreza, a promoção da equidade social, a modernização do Estado, na integração regional e o desenvolvimento sustentável (STEPHANOU, 2005, p. 128).

<sup>51</sup> Rede Brasil - tem a função de monitoramento e divulgação das atividades realizadas por Instituições Financeiras Multilaterais. “É uma entidade articulada por ONGs, movimentos sociais e sindicatos, criada há cerca de quatro anos” (STEPHANOU, 2005, p. 134).

desenvolvimento, mercado de capital, educação, saneamento, turismo, comércio, microempresas, meio ambiente e desastres naturais. Entre essas linhas, chamam atenção para esse estudo os investimentos em turismo, especialmente no campo do PRODETUR-NE.

Em sua análise, Stephanou (*op. cit.*) aponta que as diretrizes desses organismos (BID, BIRD) mudaram ao longo da história no Brasil: no período militar até a década de 80, os bancos atendiam ao desenvolvimento econômico, à infraestrutura e a alguns setores estratégicos do país. Isso concorreu para ajustes estruturais de cunho político e econômico impostos por essas agências, à soberania do Brasil. É na década de noventa que os eixos políticos são redirecionados para a questão da pobreza e acontece uma significativa aproximação com as ONGs. Essa decisão trouxe “um relevante papel no financiamento no país, tanto em termos de valores quanto em termos de volume de empréstimos, as avaliações dos projetos exigidas por estes têm a preocupação em destacar a eficiência, a eficácia e o impacto junto ao público beneficiário de seus programas financiados” (*op.cit.*).

Esse fortalecimento diz respeito a um possível desenvolvimento sustentável, tratado por agências multilaterais. Do ponto de vista de Said (2006, s/p.), membro da coordenação executiva da Rede Brasil, as questões sociais só seriam resolvidas “desde que reconstruídas as instituições públicas e refeita a nossa história, a partir do enfrentamento da hegemonia norte-americana”. Seria importante que a população brasileira se colocasse como sujeito político, rompendo, como diz César Benjamim, com as estruturas internas que perpetuam as desigualdades e, as externas, que mantêm a dependência (*apud SAID, 2006*).

No Brasil, os financiamentos do BIRD são coordenados pela Secretária de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-SEAIN. É através desses órgãos públicos que se elabora uma carta consulta à Comissão de Financiamento Externos-COFIEX. Para auxiliá-lo ainda nessa avaliação, o BIRD depende do apoio da *Operación Evaluation Department-OED* (STEPHANOU, 2005). Esse departamento tem vínculo direto com os diretores executivos, pois fornece as informações e a metodologia para avaliação dos resultados. Posteriormente a isso, o BIRD é consultado após os projetos serem aprovados, e eles são desenvolvidos em parceria.

O BID, para realizar a avaliação dos projetos, conta com o Escritório de Avaliação e Supervisão, vinculado à Diretoria Executiva, e tem independência na análise da administração do Banco. Além disso, tem um aparato lógico que se denomina de análise ex-antevisão lógica do projeto nas suas relações de causa e efeito (*op. cit.*). É utilizada especialmente pelas organizações de cooperação internacional como é o caso do BID e BIRD.

Em linhas gerais, são apresentadas, no quadro 5, a seguir, as ferramentas de uso da avaliação em políticas públicas sociais, os caminhos e estratégias utilizadas pelos bancos para aprovação dos projetos, programas em que eles atuam (metodologias). Observa-se que os passos para ambas as agências, em termos técnicos, têm proximidades expressivas, exceto o indicador *ex-post* que é uma exigência do BIRD e não do BID. Por isso, propõe-se um quadro único com essas semelhanças e aquilo que diverge acrescenta-se a ele. Na primeira coluna à esquerda, optou-se por utilizar os indicadores de avaliação de projetos de políticas públicas (tipologias clássicas)<sup>52</sup>, e que tem como foco analisar os mecanismos de funcionamento do programa.

**Quadro 5 - Quadro do Ciclo de Projetos do BIRD e BID**

TIPOLOGIAS DE AVALIAÇÃO (CLÁSSICAS)	CICLO DE PROJETOS DO BIRD E BID		
	FASES DO PROJETO	ATRIBUIÇÕES	RESPONSABILIDADE
<b>1. Funcionamento:</b> Analisam-se as etapas, os processos e as linhas causais do funcionamento do programa;  <b>2. Resultados:</b> Analisam-se os resultados esperados (previstos) ou não (fatos que surgiram e que não estavam previstos), que são gerados pelo programa implementado. Além disso, no foco de resultados avalia-se o estudo de <b>impacto</b> – relação entre a implementação do programa e seus resultados mais complexos.	Identificação	Apresentação das estratégias segundo <i>Country Assistance Strategy</i> – CAS no Brasil; Proposta do mutuário; Análise econômica do BIRD ou BID ao projeto; Projetos anteriores	BIRD e mutuário BID e mutuário
	Preparação	Elaboração e estudos técnicos – sociais e econômicos; Determinar custos (*)	Mutuário com assistência do BIRD ou BID
	Avaliação/Análise	Benefícios do projeto ao país e os riscos de sua implementação; Aplicabilidade financeira (*).	BIRD BID
	Negociação e apresentação	Definição do acordo de empréstimos, com o planejamento das operações, que, após aprovado, é publicado no Documento de Avaliação do Projeto-DAP	BIRD e mutuário BID e mutuário
	Implementação e Supervisão	<ul style="list-style-type: none"> <li>Responsabilidade do mutuário pela implementação, e a supervisão do BIRD e/ou BID;</li> <li>Definição do acordo de empréstimo (*)</li> </ul>	Mutuário e BIRD, respectivamente Mutuário e BID, respectivamente.
	Avaliação <i>Ex-post</i>	Avaliação de todas as fases do projeto e sua relação custo/benefícios.	BIRD e mutuário

(\*) Destacando o que cabe especificamente ao BID, apesar de reconhecer a semelhança na ação.

Organização de dados e *layout* gráfico por SANTOS, Mary N. L., agosto, 2009.

Fonte: Adaptado de STEPHANOU, 2005.

<sup>52</sup> São avaliações em políticas e programas públicos que apontam como avaliar, se as metas foram cumpridas no decorrer do processo e se tiveram êxito (STEPHANOU, 2005, p. 137).

Analisando o quadro acima, o que se constata desses órgãos de fomento são estratégias próprias, definidas por aqueles que o representam – assembleia de governadores, composta por quarenta membros considerados como autoridades máximas do Banco e que tem como representante o Ministro da Fazenda. As fases/atribuições/responsabilidade que exigem do Estado mutuário é o estabelecido e, ao mesmo tempo, de cooperação no âmbito internacional para obter os empréstimos.

Isso demonstra que a metodologia utilizada por esses órgãos é pensada e decidida no topo das organizações e compartilhada intencionalmente (estratégia política), sem a inclusão de elementos fundamentais como a participação da comunidade local nos processos decisórios, o que denota uma *práxis* no território nacional. Em outros termos, não se configura a prática de inserir lideranças locais na discussão dos próprios problemas no topo das organizações principalmente do Estado, para a tomada de decisões políticas.

Diante disso, faz-se *mister* exemplificar e comprovar o modelo adotado das agências financeiras, mais especificamente o BID para organização e gestão do PRODETUR-SE, a fim de contrair os empréstimos. Exige-se a instalação de Conselhos de Polos Turísticos como condição para o repasse dos recursos. Pressupõe-se, a partir dessa representatividade da sociedade civil, uma mudança de paradigma, o que essas agências (BID/BIRD) denominam de “diálogo político”.

O primeiro diagrama (figura 54) representa as funções relevantes no que concerne à gestão do turismo – Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN) e Unidade Executora Estadual do PRODETUR-UEE. Este último subordinado à SEPLAN. O segundo diagrama (figura 55), a seguir, retrata a composição da organização e gestão do polo.





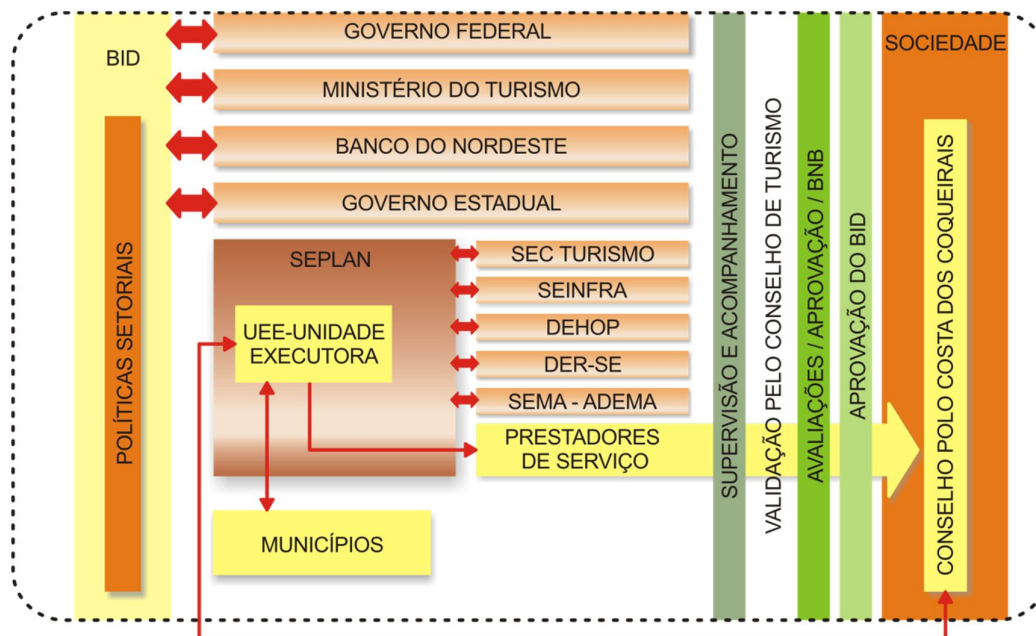


Fig. 55 – Organização e Gestão do Turismo do Polo Costa dos Coqueirais  
Fonte: PDITS, 2005 (Adaptado)

O diagrama (figura 56), a seguir, representa o Poder Territorial do Turismo, utilizando os elementos acerca da concepção das agências multilaterais em consonância com o **Estado-mercado** para reduzir a pobreza. O BID segue a linha do Banco Mundial (BIRD) e não inclui uma governança integrada à sociedade (comunidades). O Programa de Desenvolvimento do Turismo, em sua primeira fase no Estado de Sergipe, preocupou-se com a infraestrutura e os custos advindos do desenvolvimento institucional que são os projetos vinculados aos órgãos/instituições da área de meio ambiente, prefeituras e na consecução de Plano Diretor Municipal.

O visual da figura, que segue, demonstra ainda o entendimento de que efetivamente o Estado se propõe com os empréstimos tomados junto às agências multilaterais e/ou cooperações internacionais. Isso não invalida a preocupação de estender a participação da sociedade do turismo (Conselho do Polo) nesse processo.

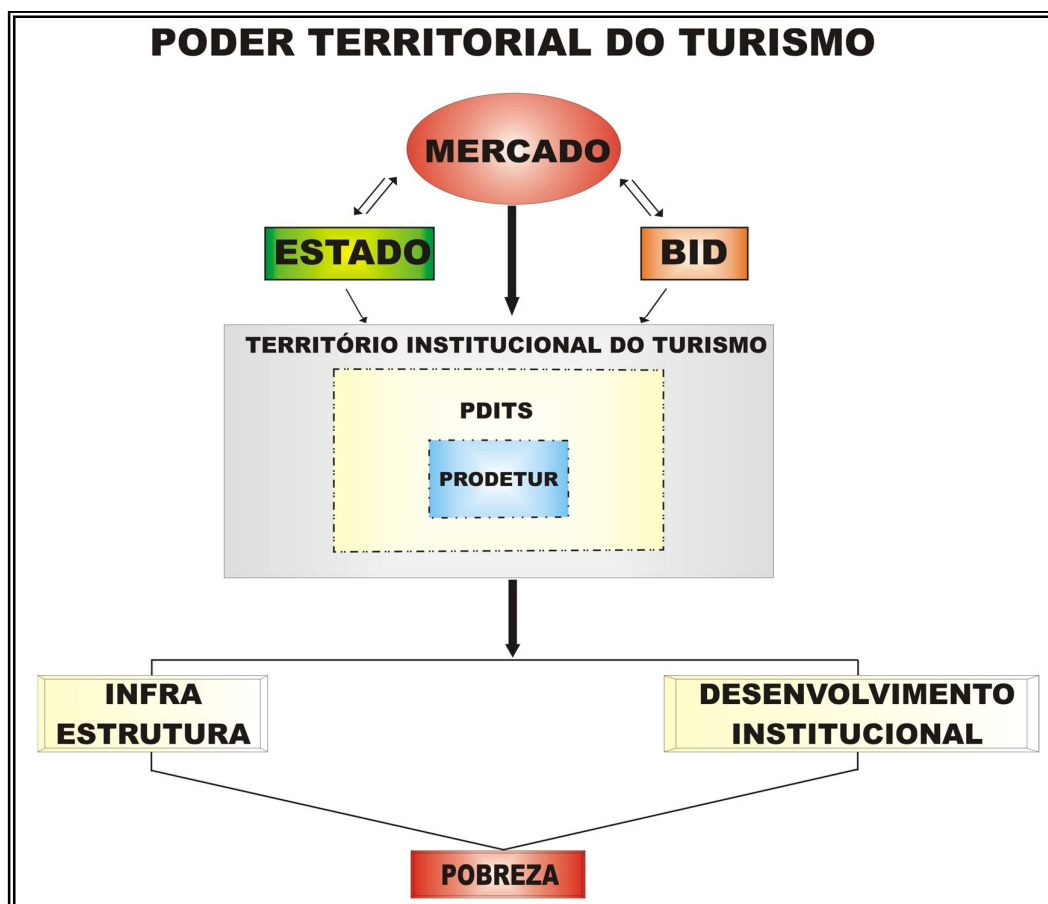


Fig. 56 – Poder Territorial do Turismo.  
 Fonte: SANTOS, Mary N. L., 2009.

Nessa linha de raciocínio, na última década do século XX, a filosofia de mercado foi orientada sob concepção radical neoliberal e “condensada como expressão máxima no Consenso de Washington”. Esta decisão de política pública fortalece a subordinação e dependência financeira dos países pobres – “experiência que evidenciou como os mercados e as reformas estruturais são necessários, mas insuficientes. Os resultados foram decepcionantes quanto à equidade, sustentabilidade e governabilidade, assim como as metas privilegiadas de crescimento não foram atingidas” (PERICO, 2003, p. 9). Isso traz como pano de fundo para as economias da América Latina e do Caribe, a partir do início da década de 80 do século passado, “uma política econômica fundamentada no equilíbrio fiscal e na busca do superávit primário”, o qual constitui parte das exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) para garantir o pagamento do serviço da dívida. Essas decisões estruturantes envolvem “a eliminação das restrições à mobilidade internacional dos capitais, a supressão de mecanismo de regulação dos sistemas financeiros, a privatização dos serviços públicos” e outras disposições

que reafirmam parte da proposta contida no Consenso de Washington (SADER *et al*, 2008, s/p).

Segundo eles, apesar dessas reformas econômicas neoliberais executadas há mais de quinze anos, não foi possível dinamizar as economias, diminuir as desigualdades sociais nem reduzir os níveis de pobreza desses países. Estudos recentes do Banco Mundial e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL confirmam os dados apontados e, ainda, acrescentam: “Esta desigualdade cresceu durante as duas últimas décadas. No final de 2000, mais de 128 milhões de pessoas vivem com menos de dois dólares ao dia, o que representa cerca de 25% de sua população total” (*op. cit.*).

Há uma distinção conceitual sobre a pobreza e o que está implícito nas ações dos organismos multilaterais e na forma como percebem a relação entre desenvolvimento e redução da pobreza.

Na classificação de Rolim *et al* (2006, p. 513), pobreza é conceituado por dois ângulos de análise e essa escolha possui vantagens e desvantagens. A primeira como insuficiência de renda monetária, e a segunda “como deficiência no atendimento de necessidades básicas, utilizando-se de indicadores sintéticos” como o Índice de Pobreza Humana-IPH e o Índice de Desenvolvimento Humano-IDH. Explicam os autores que o Banco Mundial prefere adotar o primeiro conceito, “com suas famosas linhas de pobreza de um e dois dólares ao dia”. No entanto, a Organização das Nações Unidas-ONU utiliza-se do segundo conceito, mediante seus “indicadores sintéticos”. Segundo o *Human Development Report* (HDR) *apud* Lemos (2005, p. 34), pobreza “significa a negação das oportunidades de escolha mais elementares para o desenvolvimento”

Na concepção do *Banco Mundial*, pobreza é a posição de um indivíduo ou de uma família em relação a uma linha imaginária de pobreza, cujo valor é definido ao longo do tempo. Essa linha corresponde ao padrão de vida e é mensurada em termos de renda ou de consumo, abaixo da qual as pessoas são consideradas como pobres (REED; SHENG, *apud* LEMOS, 2005).

Quando a ONU escolhe e faz uso dos indicadores sociais e econômicos constantes no IPH e IDH, possui dados mais reais para avaliar e tomar decisões que implicam a superação da pobreza. No entanto, o conceito adotado pelo Banco Mundial não traduz, efetivamente, através dos seus investimentos melhoria e/ou redução da pobreza.

Considerando as formas de funcionamento de ambos os bancos (BIRD e BID), bem como a metodologia adotada junto aos países mutuários, a linha conceitual de pobreza definida pelo Banco Mundial é similar à do Banco Interamericano de Desenvolvimento?

Pressupõe-se que sim. Paradoxalmente, o BID, desde 1995, vem provocando diversos eventos mundiais na tentativa de resolver com os países membros os desafios para o enfrentamento do desenvolvimento social e a superação da pobreza. A cooperação internacional para o financiamento e assistência técnica também foram ressaltados e incluídos nessa proposta. Esse documento aponta a falta de diálogo entre os atores sociais e de compromisso interno dos países para definir e aplicar políticas sustentáveis.

Mesmo com essas dificuldades, para o BID, as conclusões e propostas se constituíram num importante marco de referência no que diz respeito à implementação de programas sociais voltados para a questão da pobreza.

O *Diálogo Social en América Latina: un Camino hacia la Democracia Ciudadana* nasceu e foi desencadeado num contexto de se pensar um conjunto de políticas sociais do Estado e que elas não sejam interrompidas por mudanças de governo. Por outra parte, o ex-presidente do Chile<sup>53</sup>, que encabeçou esse projeto de diálogo social, salienta que essas decisões só se tornam em instrumento válido e necessário se refletirem e internalizarem atitudes públicas e privadas em política social, e forem garantidas sua implementação e sustentabilidade (CALDERÓN & PIAZZE, 2005).

O interesse do BID por um diálogo social surge, segundo os mesmos autores, como um componente estratégico de crescente compromisso da instituição com a política social e de superação da pobreza nos países da América Latina e Caribe, em cumprimento do mandato do Oitavo Aumento de Recursos Estabelecidos na Reunião Anual de Guadalajara em 1994. As cidades de Copenhague e de Beijin, em 1995 sediaram discussões sobre desenvolvimento social e gênero, respectivamente, nas quais o BID teve uma ativa participação e representação regional, que constituíram forte recomendação na orientação dos recursos e ações do Banco.

Além desses eventos anteriores, outros marcos foram deflagrados como: a Reunião Anual de Buenos Aires, em 1996, onde se destaca o discurso do BID, na assembléia de governadores, “Creio que a contribuição mais valiosa que pode fazer o Banco para a reforma social consiste em ajudar a obter o compromisso de todos os atores interessados nos países e

---

<sup>53</sup> Don Patricio Aylwin, responsável pela implementação de políticas sociais no âmbito dos países da América Latina, designado pelo BID.

facilitar a formação de um consenso nacional...” (op. cit. p. 11)<sup>54</sup>. Nesse mesmo ano, o BID junto à *Corporación Justicia y Democracia de Chile*, deu início o *Proyecto Regional Diálogo de Política Social*. Durante sete anos, através do ex-presidente do Chile, foram realizados os processos de diálogo nos países da região, inclusive o Brasil.

“*Diálogos de Médio Ambiente y Social*” e “*El Papel del Diálogo en la Política Social: implicaciones para la estrategia de desarrollo social del BID*” marcaram, no fim de 1980 e começo da década de 1990, o apoio ativo do Banco em relação aos princípios que levaram à Declaração do Rio de Janeiro sobre Ambiente e Desenvolvimento, em 1992 (BID, 2004). Esta última conferência, de acordo com Smith (1988), possibilitou os primeiros fundos sociais para a América Latina e Caribe como resposta aos efeitos criados por ajuste estrutural econômico aplicado nessa região, produto das crises da dívida externa, impulsionados pelo FMI e Banco Mundial.

Segundo Smith (1988, p. 15), “ambos os eixos deram início a um novo período na discussão e compreensão das complexas, mas diretas relações entre as pessoas e seu entorno ambiental”.<sup>55</sup> Esses fundos têm trazido, segundo essas organizações, oportunidades para gerar novas maneiras de apoio às comunidades no que diz respeito à superação da pobreza na esperança de que possa surgir definitivamente um desenvolvimento local e sustentável.

Os avanços atuais, quanto à cidadania e movimentos sociais, estão vinculados a exigências de democratização. O discurso da modernidade, amplamente compartilhado no mundo desenvolvido, associa como condição necessária a situação democrática para as possibilidades de melhoramento da qualidade de vida das maiorias e da sustentabilidade no solo ambiental, também social, econômica e política das sociedades modernas (op.cit. p.16).<sup>56</sup>

Há recursos, há tentativas de diálogos no contexto internacional, por que o Estado nacional não resolve essa questão? Essa é uma inquietação e rebatimento do que está implícito na política social dos governos e bancos (mercado) envolvidos.

O banco prega diálogo e organização consensual que deve ser exercida por aqueles que se sentem afetados pela pobreza, coordenados pelos Estados membros para tentar superá-la (exercício da cidadania). Isso é o que fica implícito, pois, conforme foi mencionado ao

<sup>54</sup> “Creo que la contribución más valiosa que puede hacer el Banco a la reforma social consiste en ayudar abtener el compromiso de todos los actores interesados en los países y facilitar la formación de un consenso nacional...” (CALDERÓN & PIAZZE, 2005, p. 11).

<sup>55</sup> “Ambos hechos dieron inicio a un nuevo período en la discusión y comprensión de las complejas pero directas relaciones entre las personas y su entorno ambiental” (SMITH, 1988, p. 15).

<sup>56</sup> “Los avances actuales en cuanto a ciudadanía y movimientos sociales están vinculados a exigencias de democratización. El discurso de la modernidad, ampliamente compartido en el mundo desarrollado, asocia como condición necesaria la situación democrática para las posibilidades de mejoramiento de la calidad de la vida de las mayorías y de la sustentabilidad no sólo ambiental, sino también social, económica y política de las sociedades modernas” (SMITH, 1988, p. 16).

longo desses anos (1995-2002), aproximadamente, o banco esteve imbuído de resolver e de incluir a participação da sociedade no processo de desenvolvimento.

No entanto, como foi dito, a partir da delimitação e do contexto regional deste estudo, a participação das comunidades no processo de desenvolvimento é pífia, exceto quando se trata da sociedade do turismo, representada nos conselhos de desenvolvimento. Esta representação está engessada nas determinações do BID para o repasse dos recursos, e isso não representa os anseios reais nem resolve os indicadores sociais e econômicos da população atingida por esses investimentos.

Alcançar a equidade social e galgar um equilíbrio no âmbito da atividade do turismo dependeria, como diz Souza (2007a), do modo como as dimensões econômicas, políticas, ambientais e socioculturais fossem operacionalizadas – a sustentabilidade do turismo em uma localidade vai além daquilo que seria o preenchimento do tempo livre. No entendimento de Keyser (2002), a sustentabilidade na relação comunidade-turismo deve apoiar-se em três esferas distintas: a da justiça social (proteção da herança humana e cultural); da eficiência econômica (sustentação da produtividade econômica no presente e oportunidade econômica para as gerações futuras) e da integridade ambiental. O pilar desse novo olhar do papel da comunidade dentro dessa relação de sustentabilidade consistiria então, na retomada dela mesma não só como centro das ações mitigadoras, como também gestora das suas próprias necessidades.

A idéia de que as comunidades deveriam ser envolvidas no planejamento e gerenciamento do turismo tem foco principal para o futuro do turismo, uma vez que este tem a habilidade de mudar rapidamente não só as condições sociais como também as econômicas de uma dada comunidade, como constatou o Departamento de Relações Econômicas, Agricultura e Turismo da África do Sul-DEAT<sup>57</sup>.

As interações turismo-comunidade trazem impactos que podem se configurar tanto de forma positiva como negativa para as próprias comunidades. Segundo Keyser,<sup>58</sup> os projetos que priorizam a participação das comunidades deixando-as decidir acerca do tipo de crescimento almejado são mais propensos a trazer benefícios mais extensivos para todos os

---

<sup>57</sup> In South Africa, the Idea that communities should be involved in tourism planning and management is seen as a crucial issue in the future of tourism (DEAT, 1996; Department of Economic Affairs, Agriculture and Tourism, 2001). Tourism has the ability to rapidly change the social and economic situations of the communities, with both positive and negative impacts. Community-managed projects attempt to let communities decide what type of growth they would like to see and then help them implement their plans.

<sup>58</sup> There is ample evidence that projects that focus on generating economic benefits, without effectively addressing local participation, are less likely to have widespread community benefits.

atores daquela localidade. Já aqueles que focam na geração de benefícios econômicos, sem efetivamente envolver a participação dos agentes sociais, beneficiam grupos isolados.

Para ele,<sup>59</sup> se o desenvolvimento turístico não traz mudanças positivas para as condições sociais e econômicas destas comunidades, torna-se difícil motivá-las a mudar sua atitude com relação à utilização dos recursos turísticos. Envolver as comunidades poderia significar benefícios para todos e isso poderia acontecer em muitos níveis. Vale ressaltar que protestos e insatisfações pelo não envolvimento da comunidade local seriam conseqüências imediatas e isto pode ameaçar o sucesso de qualquer iniciativa ou projeto turístico

Assim, o que se constata a partir da leitura desses documentos e das conclusões de eventos internacionais promovidos pelo BID e Estados-membros na caminhada para superar a pobreza na América Latina, que os governos devem proporcionar à melhoria das condições de vida *pari-passu* com o exercício da democracia.

Mesmo diante das contradições e conflitos que imperam no âmbito das agências de fomento internacional, pois seguem uma política neoliberal, espera-se que direcionem um papel de destaque para as populações locais e que estas conquistem políticas públicas coerentes com o real desenvolvimento social, político, econômico e ambiental.

Tratando-se das articulações e/ou demandas de interesse popular, surgem, nesse contexto, novos agentes e novos políticos, que apresentam suas demandas e começam a “exigir mais democracia”. Os movimentos sociais ganham novo vigor e articulam-se em redes com a política, com as universidades, com as classes médias, elaboram plataformas e propõem políticas e soluções (BAVA, 2008, p. 3).

Redesenhar o sistema financeiro mundial é uma prerrogativa não só dos Estados nacionais, mas também dos investidores internacionais, empresários e terceiro setor. Este último, aqui considerado um dos movimentos de peso político, é representado não apenas por ONGs, mas principalmente pelas associações, cooperativas, fóruns e conselhos deliberativos que funcionam como agentes participativos locais influenciando na economia e na política.

---

<sup>59</sup> If tourism development brings no positive changes in the social and economic situation facing communities, there is little incentive for residents to change their attitude towards the utilization of tourism resources. (Keyser, 2002, p. 367).



## 6. POLO COSTA DOS COQUEIRAIS - LITORAL DE SERGIPE

É fato que o turismo é uma atividade econômica que mobiliza grandes fluxos em todo o mundo e que, por sua vez, gera índices de trocas comerciais e negócios entre regiões de emissão e recepção de turistas. Tão equivalente quanto é o aspecto econômico da atividade, é a dimensão social e cultural que o abriga.

O turismo tem uma dinâmica própria e requer, nessa relação com o desenvolvimento local, considerar os fatores endógenos e os exógenos acompanhados de seus desdobramentos setoriais e intersetoriais, com diferentes níveis e escala (Silva; Silva, 2003). “[...] A dinâmica do desenvolvimento dependerá muito mais da capacidade de organização social e política dos territórios, valorizando os laços de coesão e de solidariedade, de que de outros aspectos externos, de pequena influencia local e regional” (*op. cit.*, p. 163).

Nessa compreensão é importante destacar a visibilidade e identidade do Polo Costa dos Coqueirais, que expressa um conjunto de diversidade e de relações socioeconômicas, culturais, políticas e ambientais. Em tese, discutem-se os índices de desenvolvimento e de pobreza, a capacidade organizativa dos agentes sociais em resposta aos seus problemas e o Estado em atendê-los.

### 6.1 A dinâmica socioeconômica do Polo Costa dos Coqueirais

Conforme já mencionado, a configuração de polo tem o uso do território definido e distribuído pelos seguintes municípios: Brejo Grande, Pacatuba, Pirambu, Barra dos Coqueiros (Litoral Norte); Aracaju e São Cristóvão (Litoral Centro-Sul); Estância e Indiaroba (Litoral Sul).

Inicialmente, na década de noventa, mais precisamente no período de 1994-2002, concebe-se a criação de polos turísticos. Esses foram instituídos e definidos para o Estado de Sergipe no contexto regional, visando destacar suas potencialidades e vocação. Fundamenta-se na conceituação de Perroux (1955) sobre polos de crescimento como instrumento de planejamento de desenvolvimento nacional, enfocando as estruturas intermediárias.

Na gestão seguinte (2003-2006), a estratégia de aplicação dos investimentos foi definida com cinco centros regionais de recepção e promoção do turismo. Essa classificação defendida pelo Estado tem a seguinte estrutura. São elas:

- ✓ Região de Aracaju, propícia ao turismo histórico-cultural e de eventos, compreendendo os seguintes municípios: Barra dos Coqueiros, Aracaju, Nossa

Senhora do Socorro, São Cristóvão, Carmópolis, Santo Amaro das Brotas, Laranjeiras;

- ✓ Região Costa das Dunas, consiste em um turismo voltado para a natureza e que possibilita também uma infraestrutura comum – empreendimentos turísticos – ligando o Norte da Bahia aos municípios de Itaporanga d’Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhi, Indiaroba e Cristinápolis (Litoral Sul, Sergipe);
- ✓ Região Costa dos Manguezais, destino ligado ao turismo ecológico e da natureza: Pacatuba, Japaratuba e Pirambu;
- ✓ Região do São Francisco, ligada aos passeios fluviais com destaque para duas de suas sub-regiões, a de Xingó e a da foz. Compreende Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Gararu, Nossa Senhora da Glória, Cedro de São João, Nossa Senhora de Lourdes, Canhoba, Amparo do São Francisco, Telha, Propriá, Santana do São Francisco, Neópolis, Ilha das Flores e Brejo Grande;
- ✓ Região Serrana representa a promoção do turismo rural, de aventura e de eventos e compreende Itabaiana, Macambira, Campo do Brito, Areia Branca, Nossa Senhora das Dores, Capela, Muribeca e Divina Pastora;
- ✓ Região Terra da Vaquejada, que tem como atrativo expressivo a promoção do turismo rural, de aventura e de eventos; abrange os municípios de Lagarto e Tobias Barreto.

Não obstante essa classificação, o governo nessa época mantém a sua estratégia de investimentos nos municípios que fazem parte do litoral sergipano denominado de Polo Costa dos Coqueirais (1994). Atualmente (2007-2010) assume novo governo e se define a vocação e potencialidades do Estado por território. O Estado constitui o Plano de Desenvolvimento Participativo num instrumento que expressa, segundo o governante estadual “decisões alcançadas a partir da mobilização e participação de todos os atores sociais, econômicos e instituições envolvidas no processo de planejamento e desenvolvimento de Sergipe” (SERGIPE, 2007, p. 7).

Os resultados dessas mudanças são recentes e não cabem na discussão em voga. Vale ressaltar, porém, que o governo atual continua a utilizar investimentos do BID e do próprio Estado para garantir as ações e os compromissos assumidos com o Polo Costa dos Coqueirais. Um exemplo disso é a base cartográfica – Atlas Digital do referido polo e se estende aos demais territórios de Sergipe.

A figura a seguir localiza os municípios em análise.

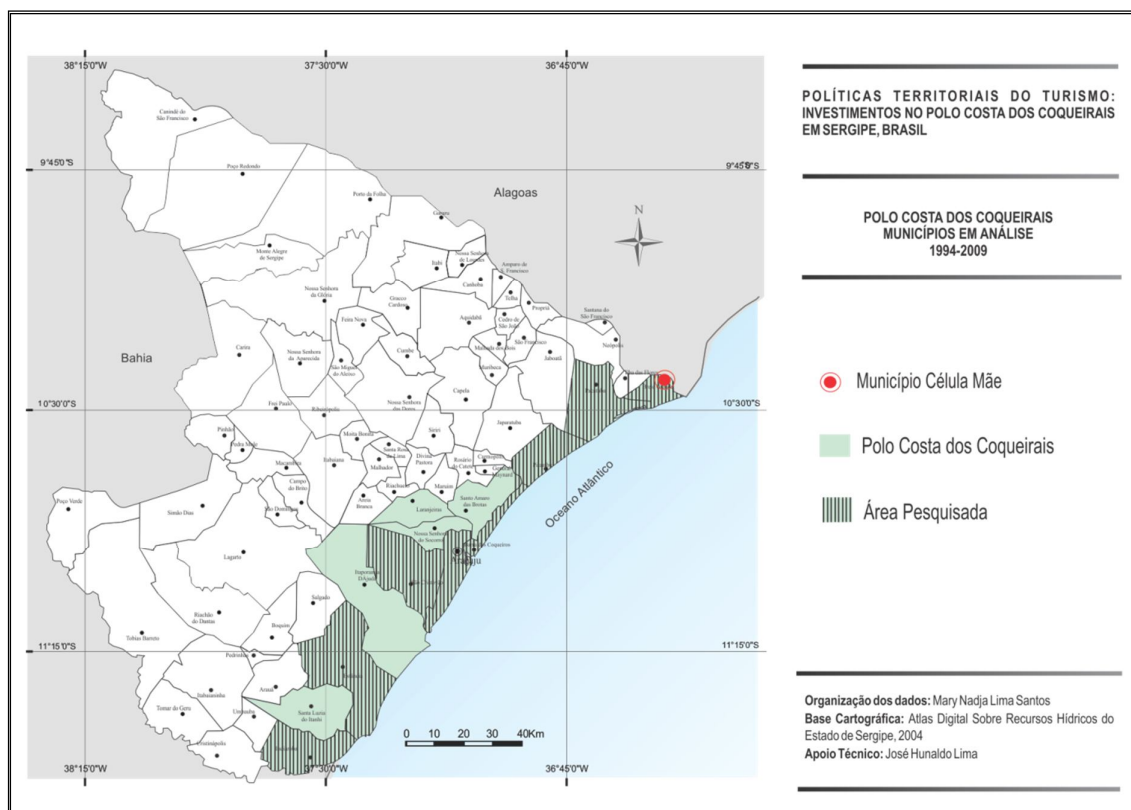


Fig. 57 – Cartograma que representa os municípios em análise, 2008.

Fonte: Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo de Sergipe – PDITS, 2005.

### 6.1.1 Os indicadores de pobreza

Esse tópico traz dados significativos no que diz respeito aos índices de desenvolvimento humano e de pobreza (IPH-M e Coeficiente de Gini) e confronta-os, a *posteriori*, os dados colhidos e discutidos com as comunidades pesquisadas.

Nesse sentido, o polo em análise caracteriza-se por um marcante processo de exclusão social traduzido em privação de água, de saneamento e sistema de coleta de lixo, de educação e renda. Esse estudo teve por base o “Mapa da Exclusão Social no Brasil, Radiografia Assimetricamente Pobre”, que contribui, sobretudo com um diagnóstico de realidade demonstrando que as políticas macroeconômicas foram:

Inspiradas e forjadas no chamado Consenso de Washington, que promoveu liberalização, abertura e privatização de serviços essenciais de forma irresponsável. [...] Esta inspiração privilegia de forma espetacular os sistemas financeiros: nacional e internacional, além de privilegiar os interesses das grandes corporações vinculadas ao capitalismo sem fronteiras (LEMONS, 2005, p. 119).

Essa afirmação endossa os resultados aqui postos e demonstra as assimetrias (variáveis) decorrentes de uma política planejada para atender ao mercado global, sem uma devida preocupação com o desenvolvimento local. Na tentativa de conhecer a situação real de cada município (níveis de desenvolvimento), outros indicadores/variáveis/conceitos farão parte desta análise – Índice de Exclusão Social (IES), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Pobreza Humana Municipal (IPH-M).

Nesse sentido, os dados são auferidos em patamares de exclusão social dos municípios, tomam como referência os dados referentes ao Estado de Sergipe, através de estatísticas publicadas pelo Censo Demográfico do IBGE, 2000, e aplicados por Lemos (2005). Logo abaixo, a explicação de cada indicador, conforme tabela 3:

- ✓ Privação de educação, que significa percentual da população maior de 10 anos que tinha cursado no máximo um ano de escola;
- ✓ Privação de água tratada, percentagem da população que sobrevive em domicílios que não estão conectados ao serviço de água encanada, com ao menos uma torneira dentro de casa;
- ✓ Privação de saneamento, percentagem que representa uma população que não dispunham de domicílios com fossa séptica para “esconder os dejetos humanos”;
- ✓ Privação do serviço de coleta de lixo, percentagem da população que residia em domicílios que não tinham o serviço de coleta sistemática de lixo;
- ✓ Privação de renda<sup>60</sup>, percentual da população que sobrevivia em domicílios, cuja renda total era de no máximo dois salários mínimos no ano de 2000<sup>61</sup>.

---

<sup>60</sup> O Indicador Privação de Renda foi desenhado e definido por Lemos (2005, 98), considerando o nível de renda *per capita* diária estabelecido pela ONU como linha de pobreza – uma pessoa é pobre quando a sua renda diária não ultrapassa um dólar por dia. Tomando isso como base para o Brasil, ele definiu como privação de renda o percentual da população que sobrevive até dois salários mínimos entre os anos de 1990 e 1997. *Nesse período, as rendas per capita diárias para o Brasil foram US\$ 0,73, 1993, US\$ 1,14 em 1995 e US\$ 1,25 em 1997.* Porém nos anos de 1990 e 1999, não foi possível estimar renda por dois motivos: no primeiro, o PNAD não publicou a renda média mensal por estratos nos domicílios e, no segundo, pela forte desvalorização cambial e mudança nesse regime, que ocorreu em 13 de janeiro daquela data.

<sup>61</sup> O Índice Parcial de Exclusão Social – IPES, se constitui numa etapa necessária para construir um índice de exclusão social-IES, e que possa ser útil para estabelecer uma ordenação dos municípios pelos níveis de pobreza e, ao mesmo tempo, estimar os percentuais dos pobres presentes em cada um dos municípios (*op. cit.*, p. 120).

**Tabela 3 – Panorama de Exclusão Social do Polo Costa dos Coqueirais, Sergipe, Brasil**

Município	IES (%) Excluídos	População	Privagua	Privsane	Privlixo	Priveduc	Privrend	Renda Chefe (US\$/Mês)
Aracaju	12,1	461.534	4,26	16,52	4,05	9,5	25,48	529,53
Barra dos Coqueiros	32,74	17.807	14,56	71,9	13,37	18,9	63,25	218,41
Brejo Grande	54,33	7.102	33,29	98,82	62,93	35,1	75,77	115,28
Estância	38,93	59.002	18,14	90,27	25,22	22	66,79	189,27
Indiaroba	56,47	13.152	56,91	99,18	50,95	35,1	76,84	106,50
Pacatuba	57,29	11.536	11,44	97,51	71,05	21,6	78,71	140,82
Pirambu	42,78	7.255	16,93	97,09	37,85	24,9	68,79	173,55
São Cristóvão	33,38	64.647	16,85	56,15	31,76	17,4	64	212,24

Organização dos dados e *layout* gráfico: SANTOS, Mary N. L., 2009.

Fonte: LEMOS, 2005. Valores estimados a partir do Censo Demográfico, 2000

A tabela supra estabelece o panorama de exclusão social elaborado no Brasil. Nesse documento, Lemos (2005), além de trazer os indicadores de 5.507 municípios brasileiros, faz comparativos entre as regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste. Para efeito deste estudo, extraíram-se os dados referentes ao Polo. Destacaram-se os percentuais de exclusão social (privações) e a renda do (a) chefe mensal, relacionados com o número de habitantes. Os gráficos e os cartogramas ilustram essa situação emblemática.

A problemática de saneamento evidencia índices preocupantes na maioria dos municípios do Polo no que diz respeito à total carência no atendimento básico do município de Brejo Grande (o pior esgoto sanitário) e, ao mesmo tempo, a valorização deste indicador em relação à capital, Aracaju 16,52%. Os cartogramas, a seguir, demonstram os mesmos índices só que de forma inversa – as carências no viés ascendente, do pior para o melhor, no intervalo de 0-100.

Em termos de análise quali-quantitativa, os percentuais dos indicadores sociais retratam ainda as discrepâncias, principalmente se se tomar por base Aracaju, capital de Sergipe, em relação aos demais municípios do Polo Costa dos Coqueirais. O discurso do Estado e do BID é minimizar a pobreza com investimentos, priorizando desde o seu embrião Aracaju e São Cristóvão por se tratar do portão de entrada para os turistas e da importância de recuperar o patrimônio histórico, respectivamente.

O município de Aracaju obteve recursos nacionais e internacionais nos componentes transporte, saneamento básico, revitalização do Centro Histórico, restauração dos mercados, Antônio Franco e Thales Ferraz e construção do terminal de passageiros do aeroporto Santa Maria. No entanto, São Cristóvão, foi atendido na restauração da antiga fábrica, que foi transformada em um centro de artesanato, entregue à comunidade à época sem portas; e de forma lenta e incipiente, na restauração de monumento histórico (Igreja de São Francisco),

atendimento parcial nas questões de infraestrutura e na geração de empregos e renda. Na segunda prioridade, Litoral Sul (Estância e Indiaroba) foi construída a rodovia SE-100 Sul, SE-214, trecho BR-101, que liga a Praia da Caueira/Itaporanga d'Ajuda. Na terceira prioridade; Litoral Norte (Brejo Grande, Pacatuba, Pirambu e Barra dos Coqueiros), região mais pobre, teve investimentos em termos de ampliação do sistema de abastecimento de água no bairro Atalaia Nova, município Barra dos Coqueiros e a construção da ponte que o liga a Aracaju.

As figuras 58 e 59, a seguir, ilustram tais observações.

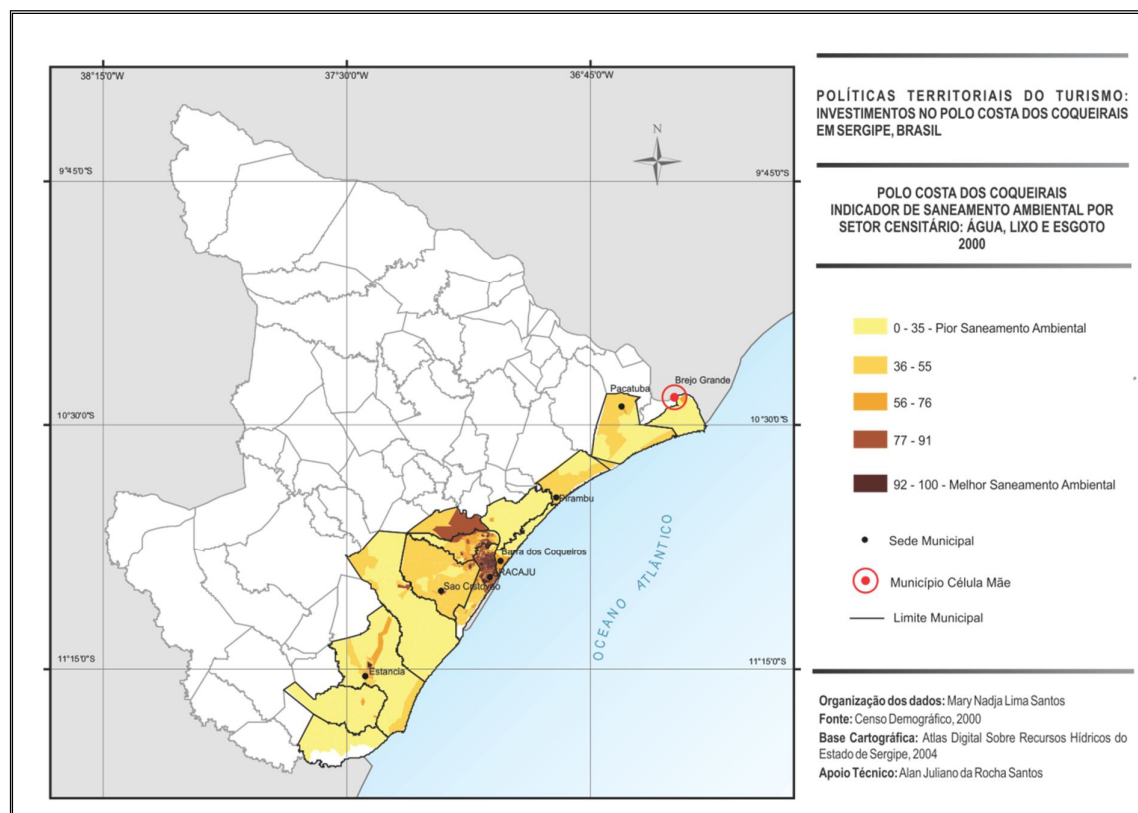


Fig. 58 – Indicador de Saneamento Ambiental, 2008.  
Fonte: Censo Demográfico, 2000.

6. POLO COSTA DOS COQUEIRAIS - LITORAL DE SERGIPE

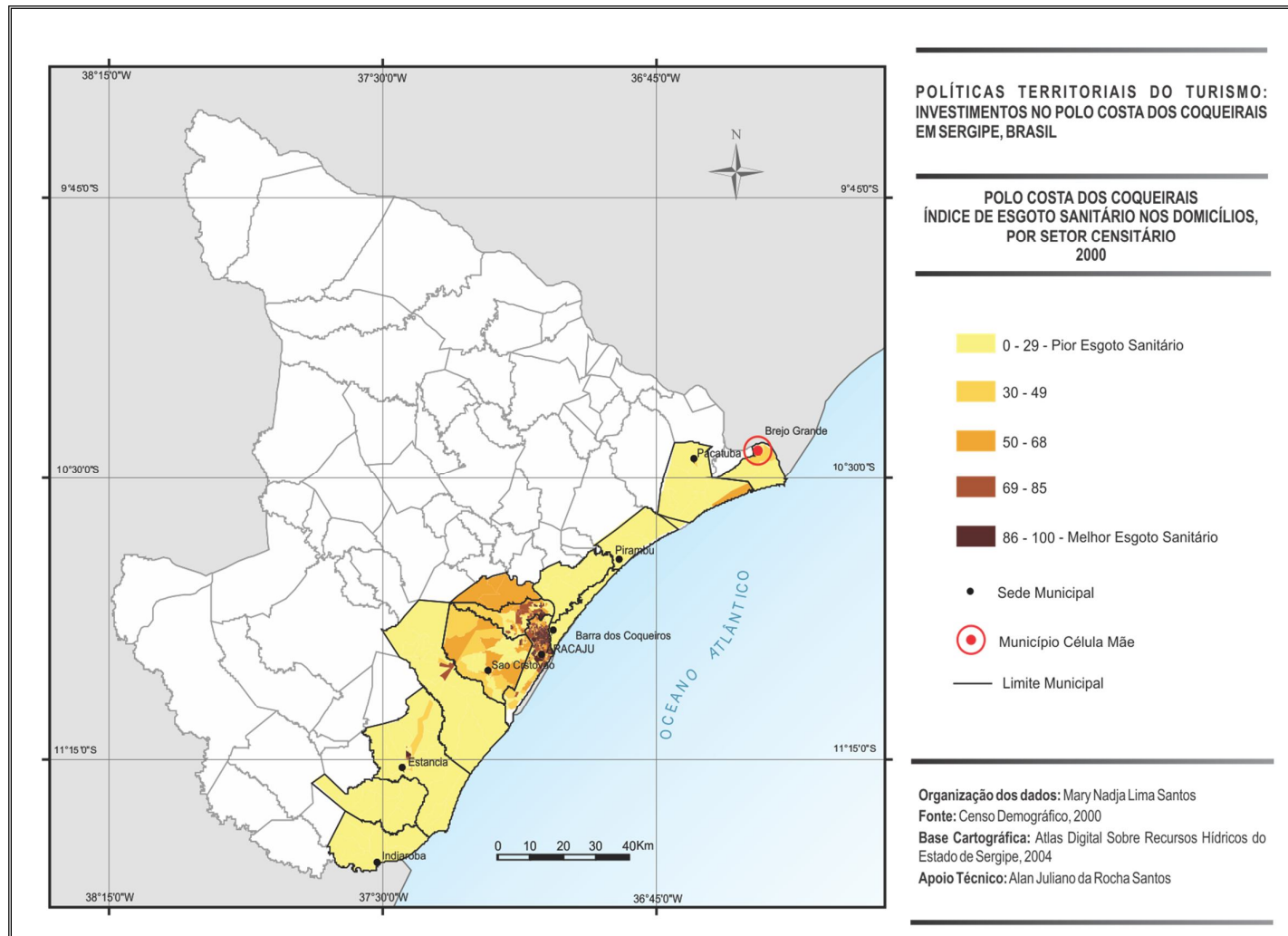


Fig. 59 –. Indicador de esgoto sanitário nos domicílios, por município, 2008  
Fonte: Censo Demográfico, 2000.



Outros dados a serem analisados referem-se aos índices de pobreza e desenvolvimento: o Índice de Pobreza Humana-IPH-M com o Índice de Desenvolvimento Humano-IDH<sup>62</sup> dos 75 municípios sergipanos, agregados em treze microrregiões. Desses também foram extraídos os dados que correspondem ao objeto de estudo, o Polo Costa dos Coqueirais. Enquanto o IDH mensura o “progresso da comunidade como um todo”, o IPH é focado na situação e acompanhamento do progresso da parcela da população com maiores privações na comunidade, sendo mais adequado para a análise da pobreza que o IDH (ROLIM et al, 2006, p. 519). Serve ainda como um complemento às medidas de pobreza relacionadas à renda e implica a elaboração das políticas para redução da pobreza. Assim, os indicadores, demonstrados a seguir, refletem, em termos quantitativos, que faltam renda, no que tange ao IDH, e acesso os itens de necessidades básicas como o IPH.

Na sequência, as tabelas e quadros expõem os indicadores, à luz de comparativo entre os dados oficiais e a percepção de fato do que se desenvolve nas comunidades em tese.

**Tabela 4 – Índice de Pobreza Municipal (IPH-M) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) do Polo Costa dos Coqueirais, Sergipe, Brasil**

MUNICÍPIOS	IPH-M 2000		IDH-M 2000		Diferença de Ordenação
	ÍNDICE (por100)	ORDEM	ÍNDICE (por 100)	ORDEM	
<b>Brejo Grande</b>	<b>35,42</b>	<b>62</b>	<b>55</b>	<b>73</b>	<b>11</b>
<b>Pacatuba</b>	<b>37,58</b>	<b>66</b>	<b>58,4</b>	<b>61</b>	<b>-5</b>
Pirambu	24,2	11	65,2	19	8
Barra dos Coqueiros	18,48	4	67,6	6	2
<b>Aracaju</b>	<b>9,82</b>	<b>1</b>	<b>79,4</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
São Cristóvão	16,62	3	70	2	-1
Estância	21,27	9	67,2	9	0
<b>Indiaroba</b>	<b>37,68</b>	<b>67</b>	<b>60,5</b>	<b>45</b>	<b>-22</b>

Organização dos dados: SANTOS, Mary N. L., 2009.

Fonte: ROLIM, et al (2006), com base estimativas do IPH-2000 e IDH-2000.

A relação apresentada na tabela acima indica dados diferenciados entre si, principalmente quando se pretende correlacionar o índice à ordem no *ranking* dos 75 municípios sergipanos, o que comprova não só o elevado padrão assimétrico das privações

<sup>62</sup> Os indicadores IDH e IPH são compostos por três indicadores, que representam longevidade, acesso ao conhecimento e padrão de vida. O primeiro consiste numa visão essencialmente econômica, cujo indicador sintético “mais famoso” era o PIB *per capita*, atualmente caminha-se para uma conceituação mais ampla, que considera as diferentes esferas da vida humana em sociedade. O segundo, no entanto, utiliza-se indicadores de acesso da população às condições essenciais como saúde, água e nutrição. Esses enfoques de pobreza enfatizam os processos de participação da população – *participatory e empowerment* – e os indicadores predominantes são os qualitativos (ROLIM et al, 2006).

através do indicador IPH-M, como também a queda de posição deste, no que se refere ao IDH-M. Lemos (2005, p. 121) adverte que, apesar do IDH-M ter-se constituído num grande avanço, nos anos 90, em termos de aferição de níveis de desenvolvimento, esse índice tem dificuldades em aferir padrões de bem-estar ou de mal-estar social “em áreas em que há distribuição assimétrica em torno da média de variáveis que o compõem, como esperança de vida ao nascer e renda *per capita*”.

Os dados refletem ainda que o IPH-M varia entre 9,82 e 37,68 relativos ao atendimento às necessidades essenciais<sup>63</sup> – saúde, água e nutrição, além do acesso ao conhecimento. Nesse contexto, e pela nota dos autores, o cálculo do índice de saúde relativo a pessoas sem acesso foi excluído – para manter a similaridade com o IPH das Nações Unidas. O que torna parte desses resultados questionável, uma vez que a falta do indicador provoca carências e ações de políticas públicas direcionadas à problemática, principalmente para os Estados e os municípios mais pobres do Norte e Nordeste do Brasil.

O procedimento de análise do IDH-M<sup>64</sup> (figuras 59) compara-se aos dados anteriores e refletem os primeiros mais bem colocados, em termos percentuais e em ordem decrescente, Aracaju, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros. Os mais pobres em colocação pelos índices de pobreza são: Brejo Grande, Pacatuba e Pirambu, conforme demonstra os dados a seguir.

<sup>63</sup> Nota explicativa/adaptações para o contexto brasileiro, segundo Rolim *et al.* (2006, p. 520):

**Carência relacionada à longevidade ou à sobrevivência** – é representada no IPH pela porcentagem de pessoas com expectativa de vida inferior a 40 anos e, no contexto municipal, como probabilidade de sobrevivência até 40 anos = probabilidade de morrer antes dos 40 anos;

**Carência relacionada ao conhecimento** – é medida pela porcentagem de adultos analfabetos. No contexto municipal, é medida por % de pessoas maiores de 25 anos;

**Carência relacionada ao padrão de vida** – é composta de duas variáveis – a primeira, são pessoas sem acesso a água saudável e, segundo, são crianças desnutridas abaixo de 5 anos de idade. Para efeito do contexto municipal brasileiro, considerou-se o percentual de pessoas que vivem em domicílios sem água encanada e mortalidade infantil até 5 anos.

<sup>64</sup> A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação de três dimensões: índices de longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. “Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região.” [...] Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano **considerado baixo**; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de **médio desenvolvimento humano**; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano **considerado alto** (PNUD/Atlas de Desenvolvimento Humano, 2003). O coeficiente de correlação de Spearman nas classificações do IPH-M com o IDH-M, é de 0,874 (*op. cit.*).

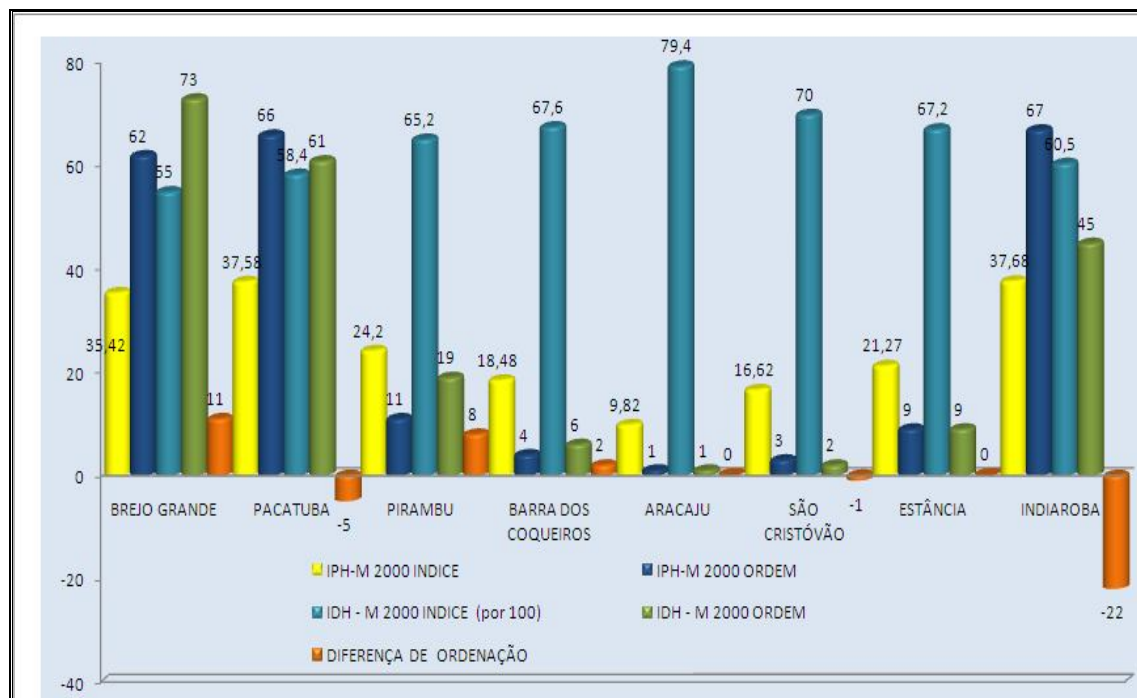


Fig. 60 – Representações do Índice de Pobreza Humana (IPH) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Organização dos dados: SANTOS, Mary N. L., 2009.

Fonte: ROLIM, *et al* (2006), com base estimativos do IPH-2000 e IDH-2000.

### 6.1.2 Indicadores de desenvolvimento

O Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil mostra uma evolução nesse índice a respeito da qualidade de vida da população dos municípios do Estado referente à educação, esperança de vida e renda. A base de dados do período de 1991-2000 complementa a análise anterior, do ponto de vista de uma série histórica, apesar de reconhecer que, nesses quase dez anos, tem havido mudanças significativas. Todavia dados mais atualizados são demonstrados como o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal e o Índice de Desenvolvimento Familiar com metodologias diferenciadas a título de comparação.

Segue abaixo uma análise dos municípios em estudo, seguida de tabelas e gráficos que representam o IDH-M. A porcentagem é calculada a partir das diferenças apresentadas entre os indicadores de educação, longevidade, renda e o municipal dos respectivos anos (1991-2000).

Considerando os dados técnicos divulgados pelo PNUD/IBGE tanto dos municípios, quanto em relação a Sergipe e ao Brasil, houve um aumento de 8,0% e 7,0% no Índice de Desenvolvimento Humano, respectivamente, entre os períodos já citados.

Percebe-se um aumento no IDH referente à educação de 16,8% entre os anos de 1991 e 2000 do município de Brejo Grande. A respeito da longevidade, houve um aumento enquanto a renda decaiu, ainda que possa ser considerado positivo. Na referida série, o município apresentou um crescimento interno no IDH-M apesar de elevar sua classificação anterior da 58ª (1991) para a 73ª posição (2000). Em relação ao Brasil, apresenta um índice de 2,41%.

O município de Pacatuba elevou seu índice no que se refere à educação, à longevidade e à renda. Considerando o período de 1991/2000, o município apresentou um crescimento interno de 9,4% no IDH-M comparativamente ao Estado de Sergipe.

Em Pirambu, houve um incremento no Índice de Desenvolvimento Humano referente à educação, na longevidade e na renda. O município apresentou um crescimento interno em relação a Pacatuba/SE e comparativamente ao Estado de Sergipe, apresentando um percentual maior, ocupando no *ranking* da Unidade da Federação o 20º lugar.

Barra dos Coqueiros está na 6ª posição no *ranking* do IDH-M em relação aos 75 municípios de Sergipe. Esse resultado reflete o aumento, entre 1991-2000, dos indicadores como educação (14,1%), longevidade (7,1%) e renda (4,2%) e o IDH-M (8,5%).

O município de São Cristóvão ocupa no *ranking* do Estado de Sergipe a segunda posição e a 2.989ª do IDH-M nacional. Diante desta colocação, os indicadores também apresentam aumento significativo, do período já mencionado, como: educação (10,9%), longevidade (4,9%) e renda (6,5%) e o IDH-M (7,1%).

A capital Aracaju é considerada a cidade de melhor qualidade de vida do Estado e em relação aos Estados do Brasil, ocupa a posição de 708ª lugar. Isso reflete na alta dos indicadores, do referido período, tais como: educação (6,9%), longevidade (4,9%); renda (6,8%) e o Índice de Desenvolvimento Municipal que corresponde a 6%.

Considerada cidade jardim e berço da cultura sergipana, Estância não foge à expressiva posição em relação aos municípios da Unidade da Federação, a de 8º lugar. Os resultados apontam então índices de educação (15,3%), longevidade (11%) e renda (4%) e o IDH-M (10%).

Situado entre os rios real e Piauí, o município de Indiaroba é considerado pelo governo municipal de expressivo atrativo natural com perspectiva de criação de um parque ecológico, pois possui uma área de manguezal ainda preservada e conservada; faz divisa com Sergipe e Bahia e, por isso, houve investimentos substanciais de estradas que ligam ambos os Estados (Linha Verde). O indicador educação é prioridade para os gestores tanto na questão dos

salários, quanto na qualidade do ensino. Os indicadores longevidade e renda sobressaíram em decorrência de postos de trabalho oferecidos pela fábrica de camarão LUSOMAR, de Portugal.

Nesse sentido, os dados demonstrados em tabelas e gráficos provocam euforia nos governantes em relação ao IDH, pois evidenciam bons resultados no que concerne aos indicadores de longevidade, renda e educação. No último item, porém o incremento nos programas de alfabetização de adultos revela uma quantidade exacerbada de matrícula e acabam por maquiar uma realidade que não garante uma qualidade de aprendizagem, uma vez que nesse resultado não se mostram as condições de trabalho, melhoria de equipamentos e salários mais justos, o que configura uma contradição. Tratando-se da renda, Lemos (2005, p. 121) evidencia: “Se a pobreza for tratada como sinônimo de exclusão social e for aferida por indicadores que não sejam apenas a renda *per capita*, será muito mais bem demarcada”.

Conforme anunciado e discutido anteriormente, a tabela 5 e a figura 61, a seguir, visualizam a referida análise.

Tabela 5 – Indicadores Sociais do Polo Costa dos Coqueirais - IDH

POLO COSTA DOS COQUEIRAIS	Municípios	IDH- Educação 1991	IDH- Educação 2000	IDH- Longevidade 1991	IDH- Longevidade 2000	IDH- Renda 1991	IDH- Renda 2000	IDH- Municipal 1991	IDH- Municipal 2000
Litoral Norte	Brejo Grande	0,499	0,667	0,445	0,456	0,504	0,526	0,483	0,550
	Pacatuba	0,493	0,667	0,55	0,646	0,428	0,438	0,49	0,584
	Pirambu	0,604	0,755	0,585	0,646	0,484	0,554	0,558	0,652
	Barra dos Coqueiros	0,63	0,771	0,58	0,651	0,582	0,624	0,597	0,682
Litoral Centro-Sul	Aracaju	0,832	0,901	0,703	0,752	0,666	0,729	0,734	0,794
	São Cristóvão	0,714	0,823	0,703	0,752	0,518	0,583	0,629	0,700
Litoral Sul	Estância	0,642	0,795	0,534	0,644	0,537	0,577	0,571	0,672
	Indiaroba	0,424	0,696	0,426	0,476	0,502	0,644	0,451	0,605
IDH/ANO								1991	2000
IDH SERGIPE								0,607	0,687
IDH BRASIL								0,696	0,766

Organização dos dados e *layout* gráfico: SANTOS, Mary N. L., 2009.  
 Base de dados: Brasil: IBGE, PNUD, Atlas de Desenvolvimento, 2000.

6. POLO COSTA DOS COQUEIRAIS - LITORAL DE SERGIPE

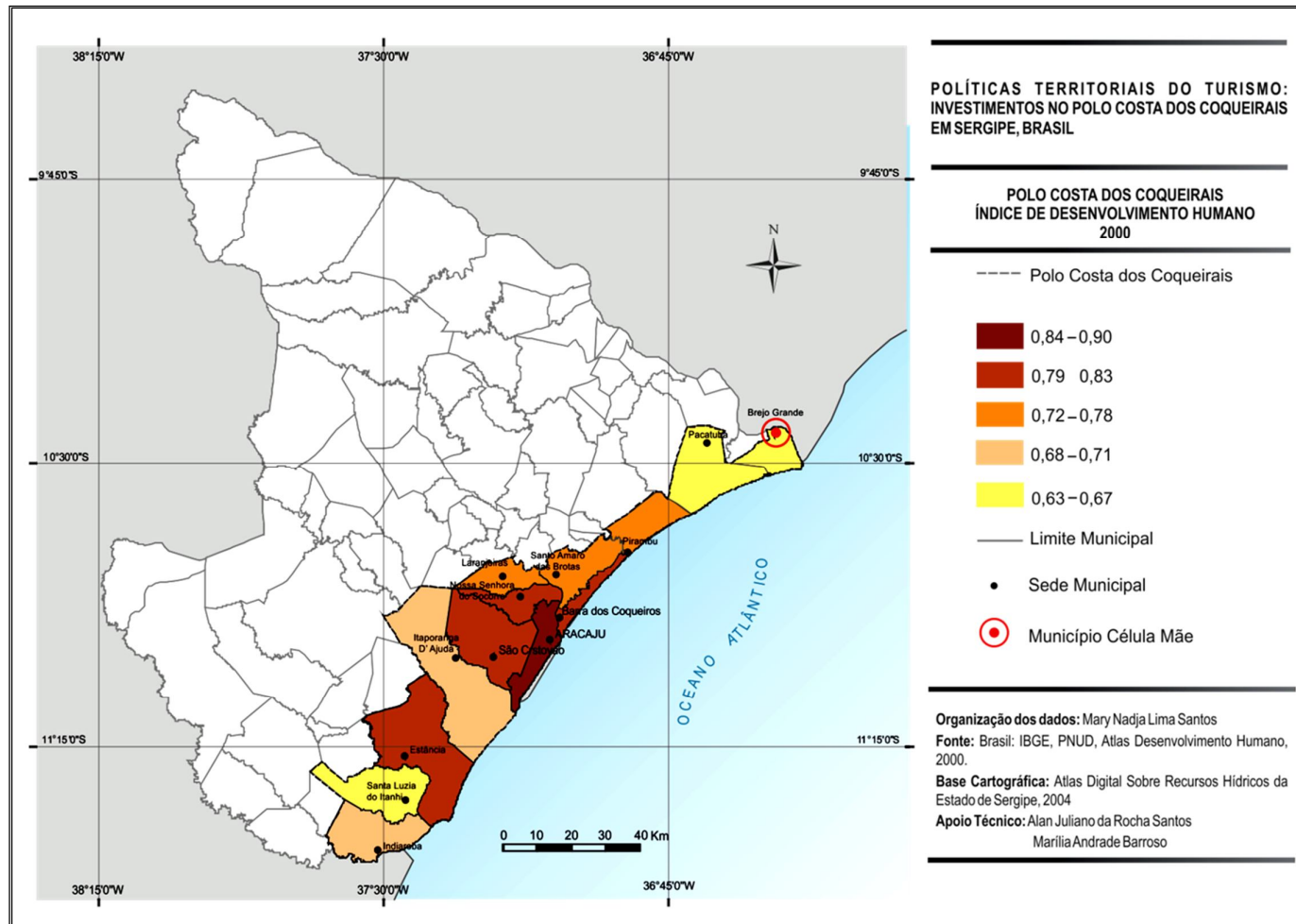


Fig. 61 - Indicadores Sociais do Polo Costa dos Coqueirais – IDH, 2009.  
Organização dos dados: SANTOS, Mary N. L., 2009.  
Fonte: Brasil: IBGE, PNUD, Atlas de Desenvolvimento, 2000.



A figura 62, abaixo, destaca a desigualdade na renda familiar *per capita* no Brasil, tendo como referência o Coeficiente de Gini<sup>65</sup>. O cálculo é feito através do ingresso médio dos 10% mais ricos por ingresso médio dos 10% mais pobres (*brecha*). Nesse sentido, constata-se a evolução da pobreza ao longo dos últimos trinta anos. Entre as estimativas calculadas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNADS de 2001-2007, o Coeficiente de Gini passou de 0,593 para 0,552, e quanto mais esse percentual se aproxima do zero significa que o país apresenta menor desigualdade (IPEA/PNADS, 2008).

As linhas demarcadas sinalizam o declínio acentuado na distribuição de renda que corresponde a uma taxa de redução média anual de 1,2%. Não obstante esses dados animadores, ainda se constata no cenário internacional que o país continua numa posição negativa. O progresso recente, segundo as referências acima, “levou o Brasil a ultrapassar apenas cinco dos 126 países que têm informações sobre o grau de desigualdade atual na distribuição de renda”.

Evolução da desigualdade na renda familiar *per capita* no Brasil: coeficiente de Gini.

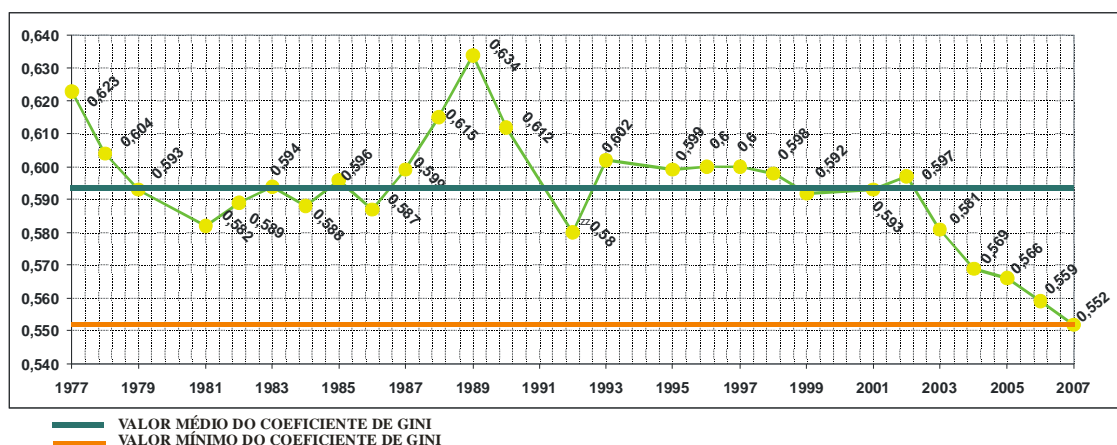


Fig. 62 - Evolução da desigualdade na renda familiar *per capita* no Brasil: coeficiente de Gini

Organização de dados e *layout* gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2009.

Fonte: IPEA/PNADS, 2008.

Dados relativos ao país corroboram a situação regional e local figurada no gráfico 62, seguinte.

<sup>65</sup> O Índice de Gini é um recurso que mensura e analisa as desigualdades da distribuição de certas variáveis como, a renda, o consumo e a terra (cultivável), entre outros indicadores (SIMONETTI; NIÑO, 2006).

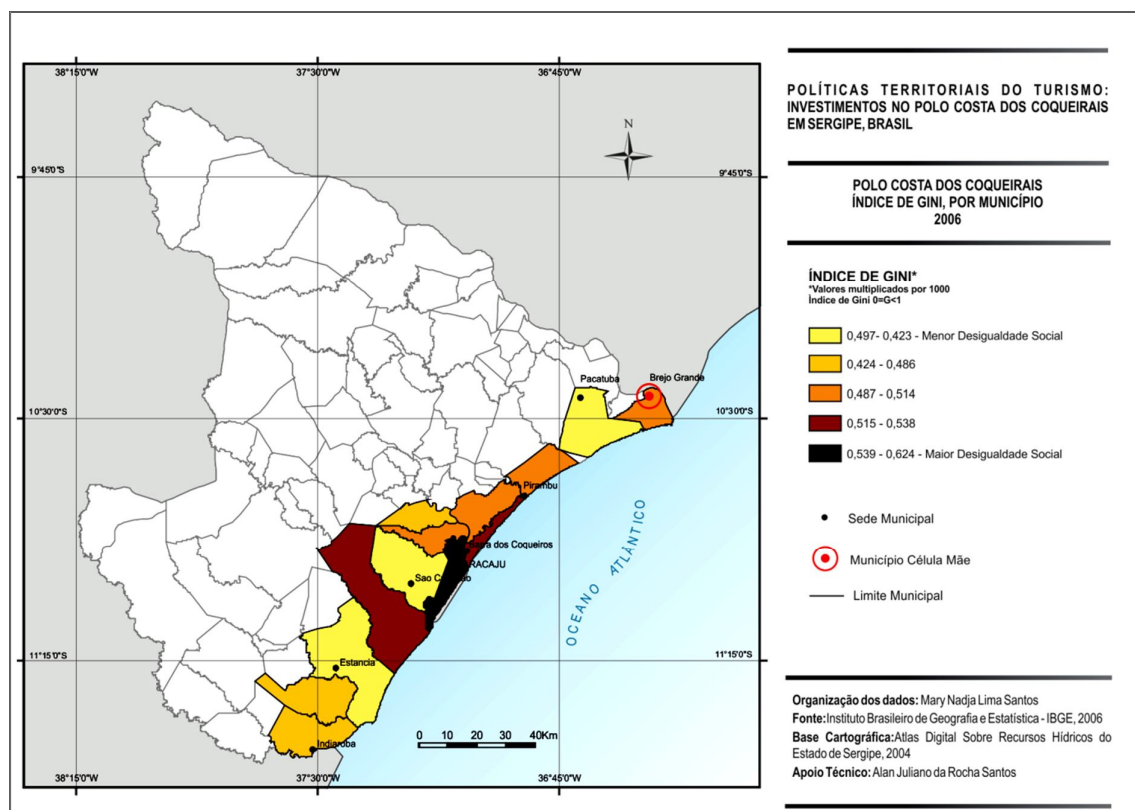


Fig. 63 – Índice de Gini, por município, 2006.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2006

Considerando a análise do IDH, Sergipe (1991-2000) se encontrava no *ranking* brasileiro com uma elevação de 0,766 em relação ao período anterior (0,687). Todos os municípios tiveram um aumento razoável em termos de renda, longevidade e educação, exceto Brejo Grande, que sofreu uma variação menor em relação aos outros municípios de 0,67%, ou seja, menos de 1% (0,483-0,550).

Segundo os indicadores apresentados anteriormente e os dados que seguem (FIRJAN, 2008)<sup>66</sup>, a tabela 6 apresenta o Estado de Sergipe no *ranking* nacional; observa-se uma queda de 0,46%, a partir do cálculo variável do IDH-M, 2000 (0,687) para IFDM, 2005 (0,6456), comparativamente às mudanças no cenário nacional, regional e local. Quanto aos municípios pesquisados no litoral sergipano, percebe-se um sutil acréscimo em Aracaju de 0,794 de IDH-M para 0,7988, aproximadamente 0,80%; os demais ou diminuíram ou se mantiveram próximos à mensuração anterior (1991-2000), exceto Brejo Grande, que saiu da posição de

<sup>66</sup> O IFDM distingue-se por ter periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional, além de possibilitar o acompanhamento do desenvolvimento humano, econômico e social dos municípios. Favorece ainda um cálculo simplificado e com base em dados oficiais. “[...] Ademais, como decorrência de sua metodologia permite-se comparação quantitativa, tanto serial quanto temporal dos municípios analisados, possibilitando inclusive agregação por Estados” (FIRJAN, 2008). Para conhecimento com mais detalhes, inclusive de sua metodologia, consultar *site*: <http://ifdm.firjan.org.br/IFDMEstados.html>.

73º para 68º lugar e Pirambu de 20º para 12º, no Estado e em relação a outros municípios. No entanto, se se observar o primeiro, esse teve um queda sensível no índice ponderado (Firjan) e no indicador emprego e renda que aponta para 0,3343%. Ademais se registra uma sensível melhora na educação e saúde.

**Tabela 6 – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**

Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (2005)		SERGIPE		IFDM	EMPREGO E RENDA	EDUCAÇÃO	SAÚDE
		Sergipe		0,6456	0,6060	0,6178	0,7130
		Mediana		0,5411	0,3496	0,6105	0,6499
		Máximo		0,7988	0,8851	0,7237	0,8458
		Mínimo		0,4431	0,1488	0,4832	0,4738
Ranking IFDM		UF	Ranking IFDM Sergipe - 2005	IFDM	EMPREGO E RENDA	EDUCAÇÃO	SAÚDE
Nacional	Estadual						
229º	1º	SE	Aracaju	0,7988	0,8851	0,6655	0,8458
2371	8	SE	Estância	0,6221	0,4716	0,6488	0,7460
2372	9	SE	São Cristóvão	0,6221	0,4773	0,6234	0,7656
2664	11	SE	Barra dos Coqueiros	0,6041	0,3474	0,6354	0,8296
2674	12	SE	Pirambu	0,6036	0,3932	0,6742	0,7434
3859	49	SE	Indiaroba	0,5207	0,3392	0,5460	0,6770
4160	63	SE	Pacatuba	0,4981	0,2670	0,6461	0,5812
4413	68	SE	Brejo Grande	0,4819	0,3343	0,5679	0,5434

Organização dos dados: SANTOS, Mary N. L., 2009.

Fonte: IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, 2008. Base de dados: 2000-2005.

Os dados supram se encontram visualizados na figura 64, abaixo.

6. POLO COSTA DOS COQUEIRAIS - LITORAL DE SERGIPE

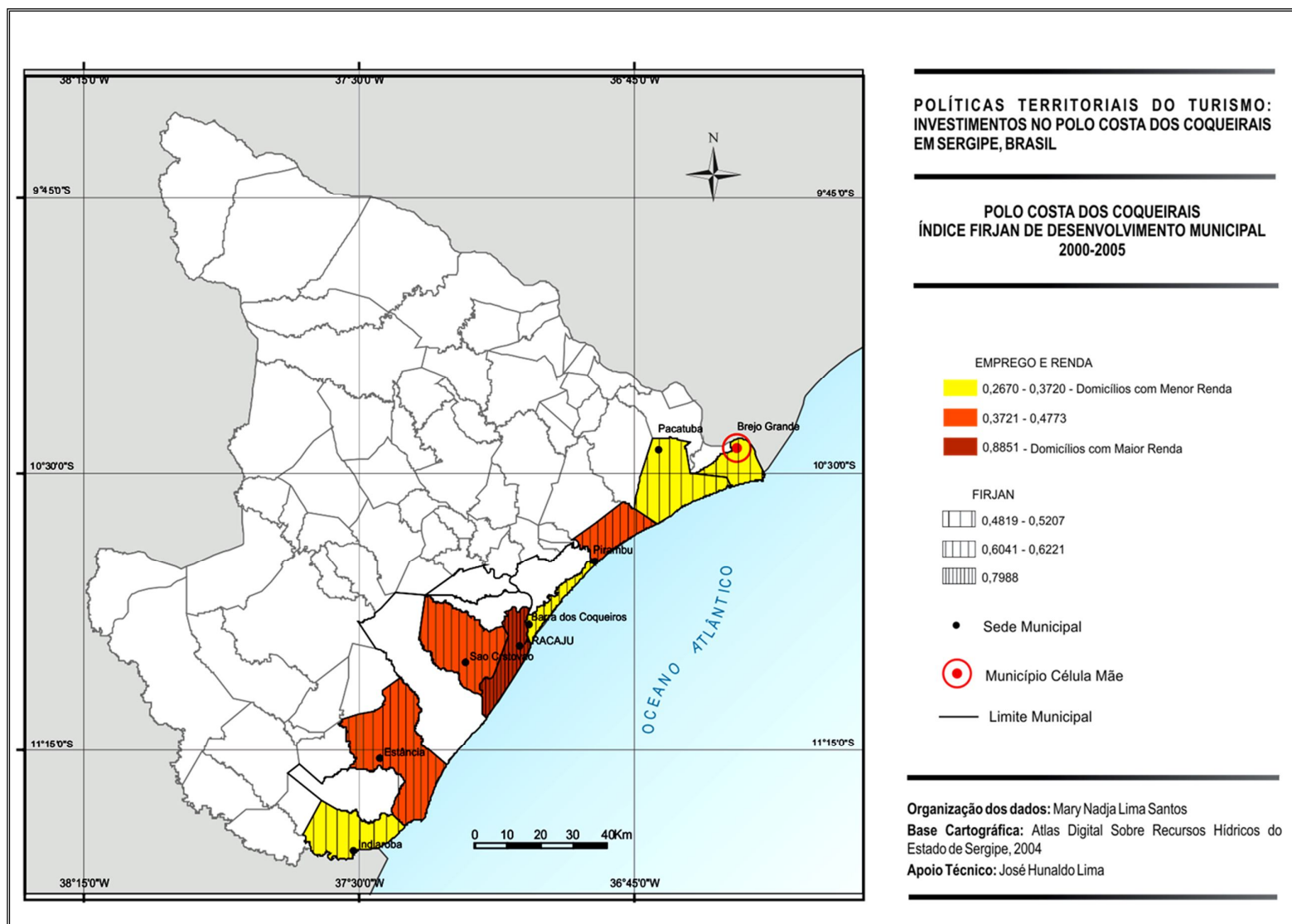


Fig. 64 – Índice de Emprego e Renda – Firjan, 2000-2005.  
Fonte: FIRJAN, jul., 2008.

Elaborando uma análise comparativa a partir da base de dados anterior, o IDF/2007 de Sergipe traz uma atualização do crescimento e desenvolvimento dos municípios pesquisados. De acordo com Rocha *et al* (2006, p. 3), o IDF supera uma importante limitação de outros indicadores, a exemplo do IDHs dos Estados, pois estes são estimados a representar o desenvolvimento apenas de áreas geográficas e não agregam as médias do IDHS. Explica o autor: “Essa falta de agregabilidade decorre do fato de os vários indicadores adotados terem bases populacionais distintas e da não linearidade existente na elaboração do índice, principalmente quando se utiliza como parâmetro de disponibilidade de recursos a renda *per capita*”. Nesse sentido, esse levantamento é baseado em seis dimensões: ausência de vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais. A figura 65 e o quadro 6 visualizam e discriminam os 26 componentes, constituídos de 48 indicadores socioeconômicos. Essa metodologia contribui para elaboração da tabela 7 e figuras 66, 67 e 68, que representam o percentual mediano de desenvolvimento das localidades estudadas – Litoral Norte (0,52%), Centro-Sul (0,57%) e Sul (0,52%) do Polo Costa dos Coqueirais, em Sergipe.

Em função disso e para efeito de consolidação do que foi discutido anteriormente, o diagrama apresenta essa interrelação entre as dimensões citadas.

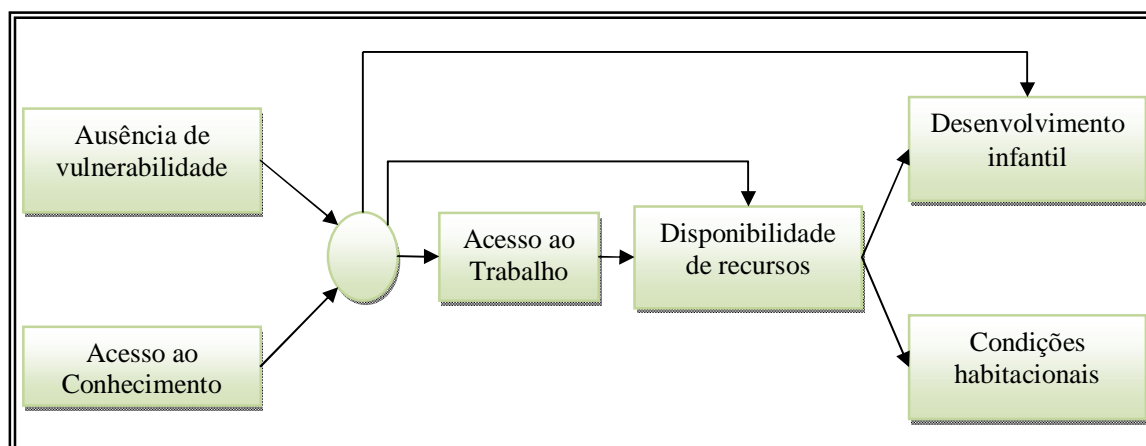


Fig. 65 - Diagrama das Dimensões do IDF

Fonte: BARROS *et al.*, 2003.

**Quadro 6 - Dimensões, Componentes e Indicadores Socioeconômicos que compõem o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)**

DIMENSÕES	COMPONENTES	INDICADORES SOCIOECONÔMICOS
<b>Ausência de Vulnerabilidade</b>	Fecundidade	V1 – Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano; V2 – Nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos
	Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	V3 – Ausência de criança. V4 – Ausência de criança ou adolescente V5 – Ausência de criança, adolescente ou jovem.
	Atenção e cuidado especiais com idosos	V6 – Ausência de idoso
	Dependência econômica	V7 – Presença de cônjuge. V8 – Mais da metade dos membros encontram-se em idade ativa
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	Analfabetismo	C1 – Ausência de adulto analfabeto. C2 – Ausência de adulto analfabeto funcional
	Escolaridade	C3 – Presença de pelo menos um adulto com ensino fundamental completo C4 – Presença de pelo menos um adulto com ensino médio completo
	Qualificação Profissional	C5 – Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior C6 – Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta
<b>Acesso ao Trabalho</b>	Disponibilidade de trabalho	T1 – Mais da metade dos membros em idade ativa encontra-se ocupada
	Qualidade de posto de trabalho	T2 – Presença de pelo menos um ocupado no setor formal T3 – Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola
	Remuneração	T4 – Pelo menos um ocupado com rendimento superior a um salário mínimo. T5 – Pelo menos um ocupado com rendimento superior a dois salários mínimos
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	Extrema pobreza	R1 – Renda familiar per capita superior à linha de extrema pobreza
	Pobreza	R2 – Renda familiar per capita superior à linha de pobreza
	Capacidade de geração de renda	R3 – Maior parte da renda familiar não advém de transferências
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	Trabalho precoce	D1 – Ausência de crianças com menos de 14 anos trabalhando D2 – Ausência de crianças com menos de 16 anos trabalhando
	Acesso à escola	D3 – Ausência de crianças até 6 anos fora da escola D4 – Ausência de crianças de 7-14 anos fora da escola D5 – Ausência de crianças de 7-17 anos fora da escola
	Progresso escolar	D6 – Ausência de crianças de até 14 anos com mais de 2 anos de atraso. D7 – Ausência de adolescente de 10 a 14 anos analfabeto. D8 – Ausência de jovem de 15 a 17 anos de analfabeto
	Mortalidade infantil	D9 – Ausência de mãe cujo filho tenha morrido D10 – Ausência de mãe com filho nascido vivo
<b>Condições Habitacionais</b>	Propriedade	H1 – Domício próprio. H2 – Domício próprio ou cedido
	Déficit habitacional	H3 – Densidade de até 2 moradores por domício.
	Acesso ao abastecimento de água/ saneamento/ coleta de lixo/ energia elétrica/ bens duráveis	H4 – Acesso adequado a água. H5 – Esgotamento sanitário adequado H6 – Lixo coletado H7 – Acesso a eletricidade H8 – Acesso a fogão e geladeira, televisão ou rádio, telefone e automóvel particular

Fonte: Rocha *et al* (2006).

Tabela 7 - Índice de desenvolvimento familiar dos municípios do litoral sergipano

Dimensões IDF <sup>67</sup> Regiões	Estado / Municípios	Total de Famílias analisadas	Vulnerabilidade	Acesso ao conhecimento	Acesso ao trabalho	Disponibilidade de recursos	Desenvolvimento infantil	Condições habitacionais	Índice de Desenvolvimento familiar territorial médio	População	IDF Ponderação
LITORAL NORTE	<b>SERGIPE</b>	<b>71.177</b>	<b>0,66</b>	<b>0,34</b>	<b>0,19</b>	<b>0,37</b>	<b>0,92</b>	<b>0,72</b>	<b>0,54</b>	<b>718273</b>	<b>-</b>
		<b>7.998</b>	<b>0,68</b>	<b>0,33</b>	<b>0,14</b>	<b>0,35</b>	<b>0,91</b>	<b>0,70</b>	<b>0,52</b>	<b>47582</b>	<b>0,52</b>
	Brejo Grande	1.446				0,35					-
	Pacatuba	2.524	0,66	0,30	0,15		0,90	0,64	0,50	7.760	-
	Pirambu	1.431	0,70	0,30	0,07	0,35	0,93	0,61	0,49	12.377	-
			0,70	0,35	0,22	0,35	0,93	0,77	0,55	8.227	-
	Barra dos Coqueiros	2.597	0,65	0,38	0,13	0,35	0,89	0,80	0,53	19.218	-
LITORAL CENTRO- SUL		<b>51.528</b>	<b>0,64</b>	<b>0,40</b>	<b>0,24</b>	<b>0,40</b>	<b>0,92</b>	<b>0,77</b>	<b>0,57</b>	<b>592234</b>	<b>0,57</b>
	Aracaju	43.325	0,65	0,41	0,24	0,44	0,92	0,81	0,58	520.303	-
	São Cristóvão	8.203	0,64	0,40	0,25	0,37	0,93	0,73	0,56	71.931	-
LITORAL SUL		<b>11651</b>	<b>0,67</b>	<b>0,30</b>	<b>0,18</b>	<b>0,35</b>	<b>0,92</b>	<b>0,69</b>	<b>0,52</b>	<b>78457</b>	<b>0,52</b>
	Estância	8967	0,67	0,35	0,22	0,37	0,94	0,80	0,56	61.368	-
	Indiaroba	2684	0,67	0,25	0,15	0,34	0,90	0,58	0,48	17.089	-

Organização dos dados: SANTOS, Mary N. L., 2009.

Base de dados: Base de dados: SERGIPE, Secretaria de Planejamento - SEPLAN, 2007. Base de referência 31/07/2008.

<sup>67</sup> O Índice de Desenvolvimento da Família descreve o perfil socioeconômico das regiões (litoral sergipano) com base de referência em 31/07/2008. Esse indicador avalia o comportamento das dimensões fim, tais como: ausência de vulnerabilidade, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais. Enquanto as dimensões “meio”: acesso ao conhecimento e ao trabalho (nível de bem-estar das famílias). Essa composição do IDF é baseada na metodologia desenvolvida por BARROS *et al* (2003); ROCHA *et al.* (2006).



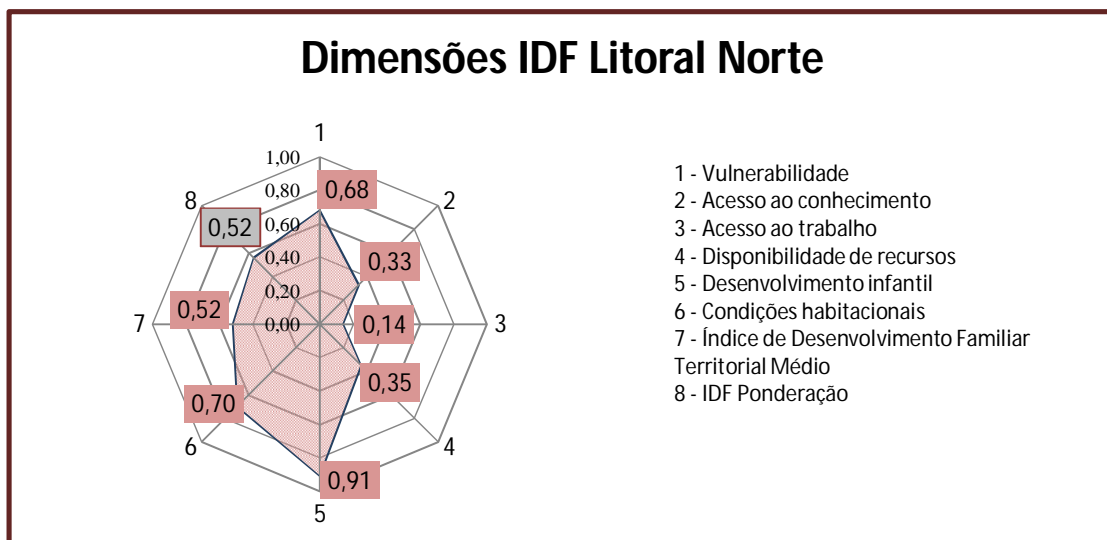


Fig. 66 – Dimensões do IDF do Litoral Norte

Organização e arte: SANTOS, Mary N. L.

Base de dados: SERGIPE, SEPLAN, 2007. Base de referência 31/07/2008

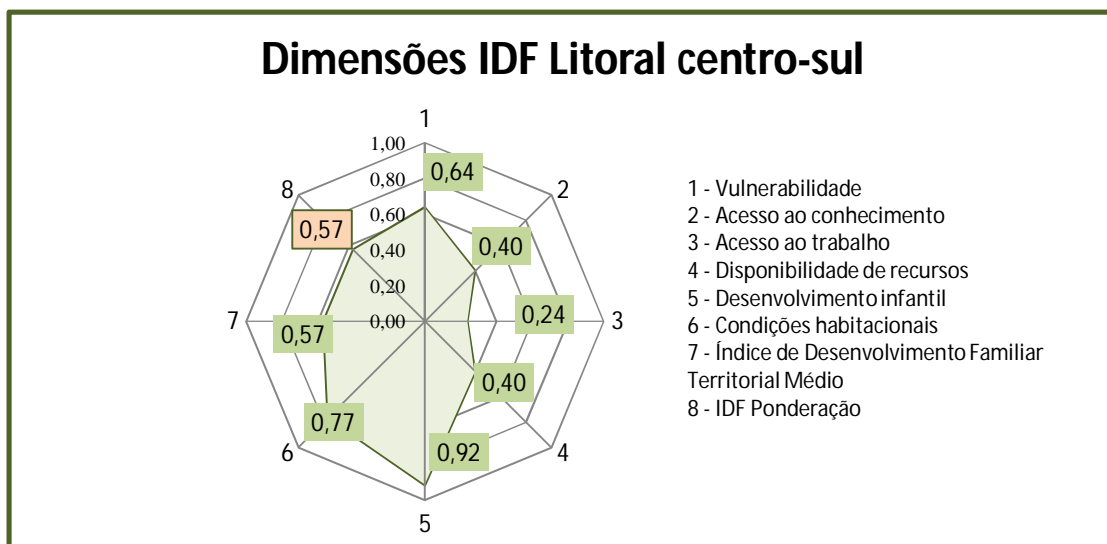


Fig. 67 – Dimensões do IDF do Litoral Centro-Sul

Organização e arte: SANTOS, Mary N. L.

Base de dados: SERGIPE, SEPLAN, 2007. Base de referência 31/07/2008

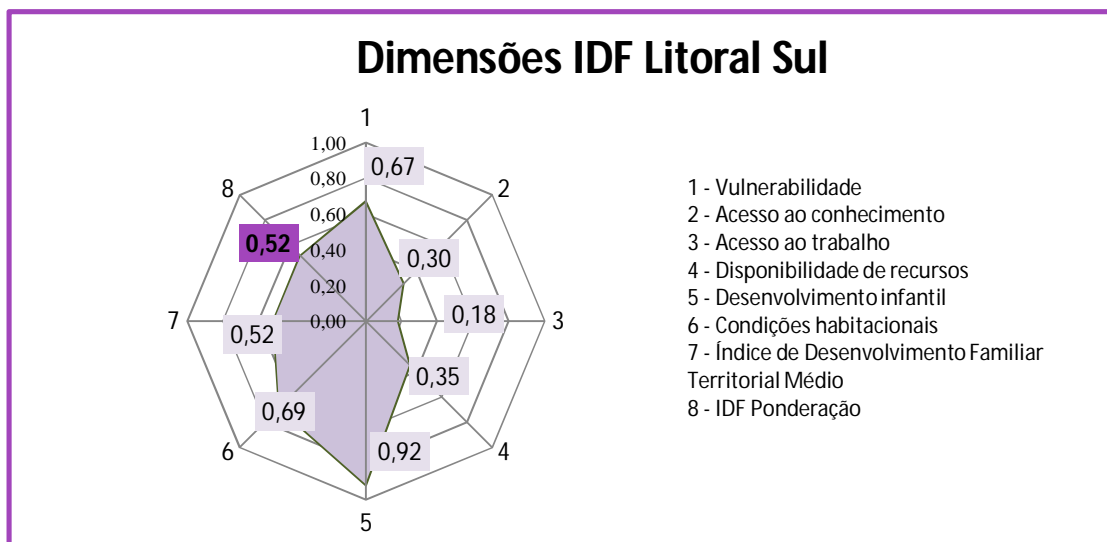


Fig. 68 – Dimensões do IDF do Litoral Sul

Organização e arte: SANTOS, Mary N. L.

Base de dados: SERGIPE, SEPLAN, 2007. Base de referência 31/07/2008

Após a exposição de dados técnicos e científicos, constata-se que os municípios pesquisados possuem um nível de desenvolvimento mediano em relação ao estabelecido pelos parâmetros de acompanhamento dos indicadores sociais e econômicos equivalente a 1,0. No entanto, Aracaju desponta como exceção nesse contexto, pois oscila entre a perspectiva animadora do indicador favorável ao desenvolvimento da ordem de (0,7988%), ocupando o 229º no *ranking* do país, resultados não tão animadores, perfazendo um total de apenas (0,58%), no cômputo dos índices referenciados.

Ademais, no âmbito deste levantamento (índices de pobreza e desenvolvimento), os resultados confirmam que as ações do Estado não trouxeram consigo mudanças expressivas no desenvolvimento humano das comunidades tradicionais e receptoras do turismo.

## 6.2 Controle Social e Governança

A escuta dos agentes sociais através de oficinas de pesquisa-participante teve o intuito de construir coletivamente os saberes locais acerca da superação da pobreza. Esses resultados foram somados à percepção dos gestores públicos nessa responsabilidade social e econômica (governança).

Desvendar a aparência do Estado, como agente Sedutor, traz de um lado as relações econômicas e, de outro, as relações não capitalistas (aqueles que ganham apenas para sobreviver), capitalizando as grandes empresas. O turismo, como atividade econômica inserida no processo global-regional-local, “define destinos, propõe roteiros, dando visibilidade a espaços até então invisíveis” (CORIOLANO, 2009, p. 64), não só através de negócios mais rentáveis oportunizando as diversas redes internacionais, mas também de pequenos negócios que beneficiam a comunidade local.

Nesse contexto, as oficinas, como espaço de discussão comunitária, trouxeram consigo as contradições desses investimentos (Estado) pelas práticas exercidas perante as expectativas locais. Ocorre, como afirmam Coriolano *et al* (*op. cit.*), que as relações seguem contraditoriamente o que ela chama, especialmente para o Nordeste do país, de “dois modos de organizar o turismo: globalizado-oligopolizado e o de base comunitária, que em efervescência se contrapõem e se complementam, tal como o capitalismo necessita de relações não capitalistas no comércio, na indústria, na agricultura, por exemplo”.

Dessa forma, o Estado se fortalece – define a política e o agir igualitário, o pensar dos agentes e socializa informações. O Estado usa a comunidade e legitima o seu poder. Estas dizem aquilo que lhes apraz no que concerne a seus problemas e às soluções plausíveis. O Estado contemporiza de forma diferenciada parte das reivindicações, através de incentivos como promoção da cultura local que se expressa no artesanato, gastronomia, pesca, cultivo de peixes e crustáceos em viveiros e abertura de pequenos empreendimentos, além de outros modos de produção não capitalista.

Essa medida coopera com as grandes empresas na medida em que aumenta o consumo (matéria prima), produz-se mais, o mercado aquece e, conseqüentemente, se dá a credibilidade, confiança no Estado e reproduz a pobreza. Por sua vez, os agentes não se apropriam dos seus direitos e esquecem a essência (os problemas). Esse jogo é mantido pelo Estado enquanto dominação e reprodução do capital. A superação da pobreza; não acontece ao contrário, ela se cristaliza.

Outra contradição é observada naqueles que conhecem a realidade: têm clareza do que querem, mas se defrontam com o território do poder público – ações que não são discutidas com eles e se debatem acerca de um modelo que deve ser desencadeado em bases comunitárias. Dentro da proposta regional (Conselho do Polo) e as oficinas locais, o que se constata é a forma desse controle exercido pelos agentes e como tem sido endossado ou não pelo Estado.

Uma tentativa de controle tem sido observada em algumas comunidades. Dentre essas se destacam os municípios de Brejo Grande e Barra dos Coqueiros (Litoral Norte); Aracaju e São Cristóvão (Centro Sul) e Indiaroba (Sul). As demais localidades encontram-se sem expressividade no que diz respeito à luta pelos seus direitos e não se colocam como sujeitos do processo. Todavia há líderes que tentam, mesmo em proporções limitadas, imprimir uma noção de organização a essas comunidades. Constatam-se entraves de ordem política que se interpõem nos avanços em prol da comunidade.

Brejo Grande, com atitudes proativas no enfrentamento dos problemas locais, provocou uma mudança de paradigma em termos de organização civil. A instalação do programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável-DLIS em 2001 alavancou esse processo. Àquela época, houve o apoio dos governos federal, estadual e municipal, fato que levou a uma divisão de opiniões e ao mesmo tempo, a decisões consensuais. Essa dicotomia acabou por fortalecer a unidade que serviu de base para as conquistas advindas da criação de produtos/comercialização não capitalistas, que geram o sustento e a sobrevivência de algumas famílias *brejograndense* (fóruns), correntemente. Nessa ocasião, o apoio adveio de instituições como SEBRAE, CODEVASF e EMBRAPA na capacitação e na provisão de instrumentos de trabalho daqueles agentes.

Na atualidade, no entanto, há divergência política nas relações entre os agentes sociais e o governo municipal, principalmente no que tange à credibilidade do modelo de gestão excludente, pois deixa de gerar incentivos para a abertura de empreendimentos, melhorias das condições de saúde, habitação, infraestrutura e de trabalho. De um lado, há aqueles que acreditam nessa gestão – são os que se sentem contemplados com empregos públicos (contratos) e outros apadrinhamentos. De outro, os líderes que estão no embate em relação à posse das terras do município, posto que a vocação reside na agropecuária. Historicamente, as terras sempre estiveram nas mãos de grupos restritos que detinham o poder de uso. Cabia então à maioria dessa população trabalhar nessas propriedades para tirar o seu sustento.

Numa tentativa de reverter essa situação, recentemente representantes de associações do pescado e de apicultores, articularam-se e impetraram uma ação junto ao Ministério

Público, reivindicando direitos sobre parte dessas terras (Povoado Brejão), buscando respaldo jurídico para afirmação de um grupo de Remanescente Quilombola (Brejão dos Negros).

Segundo eles, o gestor municipal não os apoia nessa questão, pois ela fere os interesses dos grandes proprietários de terras. No entanto, instituições como a Igreja Católica, o Ministério Público e o Governo do Estado atual têm garantido a reivindicação.

Quanto ao município de Barra dos Coqueiros não houve a mesma pro atividade. O que se observa é uma estagnação em termos de avanço e desenvolvimento vitais da população local no âmbito da saúde, habitação, saneamento básico, pavimentação interna. É um município dormitório sem uma preocupação do gestor público no que diz respeito à criação de postos de trabalho e melhoria na infraestrutura (gestão anterior). Atualmente, não há mudança desse cenário, apesar de algumas iniciativas e obras para resolução do problema de pavimentação de saneamento, ainda sem concluí-las. Não obstante o panorama desfavorável, cria-se, nos últimos dois anos, o Conselho Cidadão com representações expressivas da sociedade e habilidades em termos de liderança, e participa efetivamente dos conselhos do município com poderes de interferir nas decisões políticas do governo municipal.

São Cristóvão foi bem representado na oficina dos povoados que ficam nas proximidades da Escola Agrotécnica de São Cristóvão/SE e no seu entorno, os gestores públicos não se fizeram presentes a essa discussão.

Há uma tentativa de controle social por parte das lideranças das associações e cooperativas, as quais têm consciência do seu papel e que mostram preocupações no âmbito da inserção de jovens e adultos nas vagas oferecidas pela EASC, nos cursos técnicos e tecnológicos. O que chama atenção dessa disponibilidade é o fato de que a escola privilegia os demais municípios sergipanos em detrimento do local. Há carência de políticas públicas no que diz respeito à necessidade de criar ofertas e demandas que alavancuem um turismo rural e não apenas o turismo histórico e cultural, que é o forte desse município. As comunidades possuem vocação em ambos os temas para atrair turistas e, conseqüentemente, veem oportunidades de geração de emprego e renda.

Estância, apesar de ser considerada “cidade jardim”, provedora de muitas indústrias e fábricas, de ser beneficiada tanto por recursos do PRODETUR (construção de estradas), como pela instalação do DLIS, ainda se encontra sem controle efetivo dos seus agentes e com governança passiva de ações concretas.

Segundo seus agentes locais, até obtiveram o diagnóstico, um plano de desenvolvimento com o DLIS, mas não surtiu efeito posterior, especialmente nas demandas que foram identificadas, mas efetivamente o apoio do Estado para deflagrar as ações do bem-

estar é precário. Os fatores que possivelmente influenciaram de forma negativa nesse processo foram ações de cunho administrativo marcadas por improbidade. Essas comprometeram o desenvolvimento local e até hoje refletem na melhoria de alguns bairros da própria sede e de povoados mais distantes.

A situação política atual (2005-2009), no entanto, tem sido conduzida contraditoriamente na percepção dos atores sociais. Observa-se certo receio da comunidade no sentido de criticar as práticas políticas vigentes que refletem nas questões sociais e econômicas. Os seus discursos apontam a existência de ações benéficas para uns e outros, consideram a gestão prejudicial à população, a exemplo da diminuição de salários dos técnicos administrativos e professores, rompimento de contratos, entre outras decisões pouco democráticas que afligem seus moradores.

Indiaroba e Aracaju são cidades onde se constata o controle social e governança nas três últimas gestões do Estado. No primeiro é visível o engajamento no processo de desenvolvimento local por parte dos agentes sociais e gestores públicos. Houve participação expressiva para discutir os problemas e soluções do município, para atender a essa pesquisa, mesmo num período conturbado das eleições.

No segundo, por ser a capital de Sergipe e por se constituir local de representação política regional do Polo Costa dos Coqueirais, as ações e organizações desse controle fortalecem a governança nesse plano. Não se pode negar o exercício das instituições no âmbito consultivo para os avanços de se pensar uma política de turismo no Estado, mas como dito anteriormente, observa a omissão por parte dos agentes sociais na conquista desse assento e, ao mesmo tempo, a participação do Estado para incluí-los nas decisões políticas do Estado. Considera-se sim uma representação elitizada da sociedade do turismo que é importante, indubitavelmente, mas, com essa fragmentação, a melhoria das condições de vida da população fica comprometida, por isso a continuidade da pobreza nessa região.

As discussões das políticas públicas em escala regional e local são relacionadas ao perfil dos que se engajaram nas oficinas-participantes e entrevistas que complementam a análise do Polo Costa dos Coqueirais nessa interlocução e governança, em termos de perspectivas e expectativas.<sup>68</sup>

---

<sup>68</sup> Além dos munícipes entrevistados durante as oficinas, representantes de grupos estratégicos, envolvidos diretamente com a formulação de políticas públicas para o turismo foram ouvidos. Fizeram parte desse grupo: o Diretor-presidente da EMSETUR; o Secretário Executivo da Unidade Executora do PRODETUR/SE (1999-2003) e atual; Superintendente de Qualidade Ambiental e Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental - SEMARH e Professor do IFS de Turismo; representante do Banco do Nordeste; Professora Especialista da área de Turismo da UNIT; Assessor Técnico da Secretária de Estado do Desenvolvimento Econômico da Ciência e

### 6.2.1 A política do turismo sob a ótica do polo e organizativa dos agentes

As políticas públicas em tese focaram na correlação entre o Estado, mercado e o poder territorial de turismo, em escala regional e local. Antes, porém, de discorrer sobre essa pauta, é importante apresentar o perfil social e econômico dos que participaram efetivamente deste trabalho. Somam-se a esse primeiro levantamento e, na sequência, a percepção dos conselheiros, representantes e especialistas da área, no que concerne as políticas públicas de turismo.

#### Perfil do Grupo Estratégico do Polo

Participaram das reuniões e entrevistas pessoas das diversas esferas sociais e econômicas, vide figura 69. Essa diversidade de perspectivas provocou notas contraditórias e conflituosas, mas também preocupação coletiva para resolução dos problemas.

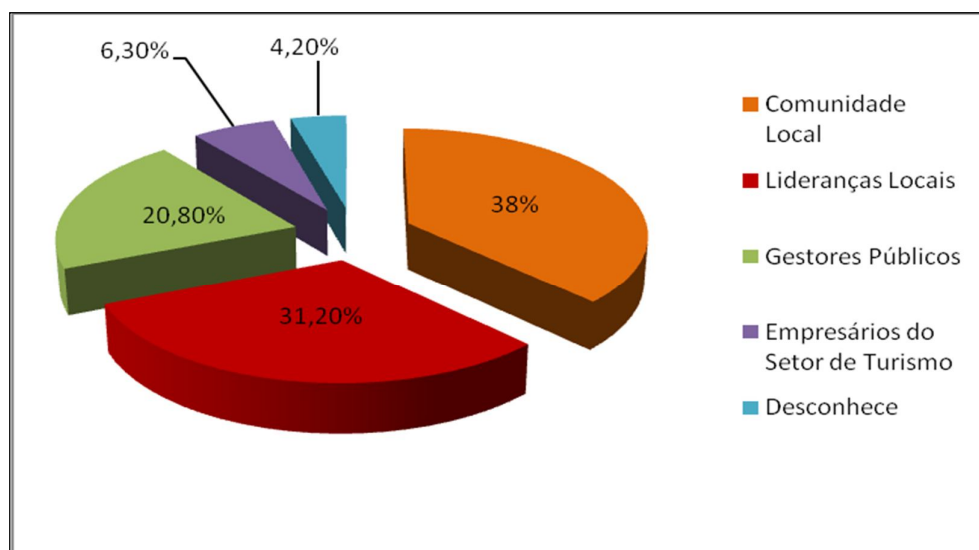


Fig. 69 – Representações dos atores sociais.

Elaboração: SANTOS, Mary N. L., pesquisa de campo, 2005-2008.

A faixa etária na figura 70 compreende em sua maioria indivíduos entre 18 e 29 anos, fator positivo no que diz respeito à perspectiva de mudança e inserção no processo de participação cidadã. Isso, no entanto, não descaracteriza a maturidade das representações no diálogo político, social e econômico que se apresenta nas faixas entre 30 e 50 anos ou mais (51.3%).



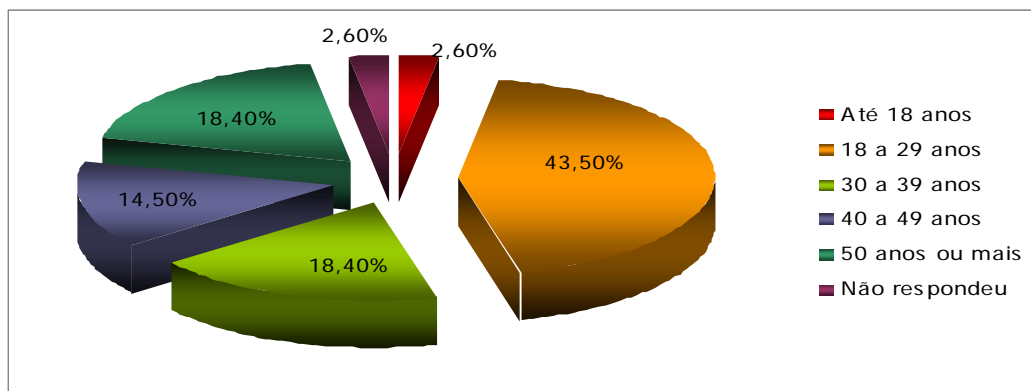


Fig. 70 – Faixa Etária

Elaboração: Pesquisa de campo, 2005-2008.

O gráfico a seguir remete à preocupação dos jovens em relação à falta de escolas ou escolas apenas com o ensino fundamental que lhes dê uma preparação adequada às exigências do mercado. Essa reivindicação tem sentido, uma vez que há um índice expressivo no nível médio completo (37%) que reflete a busca pela ocupação de trabalho e na perspectiva que o turismo confere. Desses, 21% com ensino superior completo são, em sua maioria, representantes dos gestores públicos, professores e empresários.

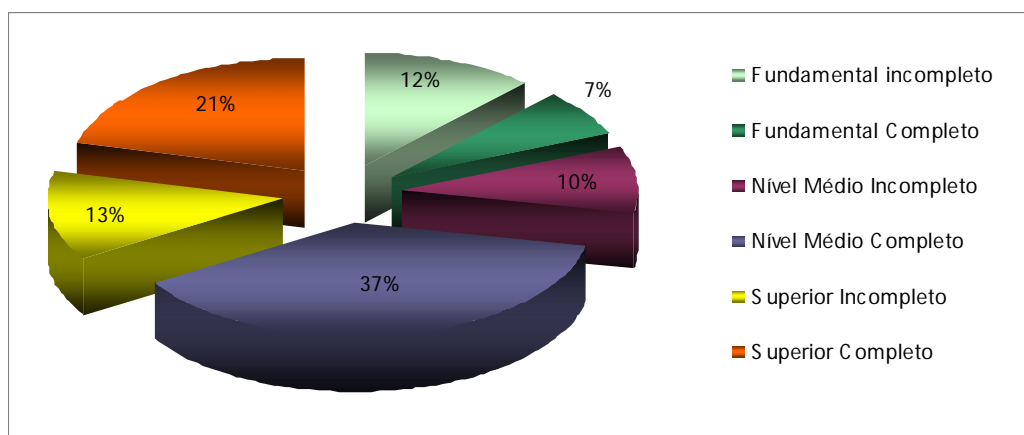


Fig. 71 – Grau de escolaridade

Elaboração: Pesquisa de campo, 2005-2008.

Os gráficos anteriores evidenciam a escassez de políticas educacionais que privilegiem uma maior parcela da população e que minimizem as disparidades salariais deflagradas pela política vigente (figura 71). Esse contexto, no entanto, não invalida o conhecimento de si mesma, esteja ela nas esferas dos menos letrados e/ou dos que têm maior escolaridade, capacitação e habilidade para se engajarem nas discussões acerca de sua realidade local.

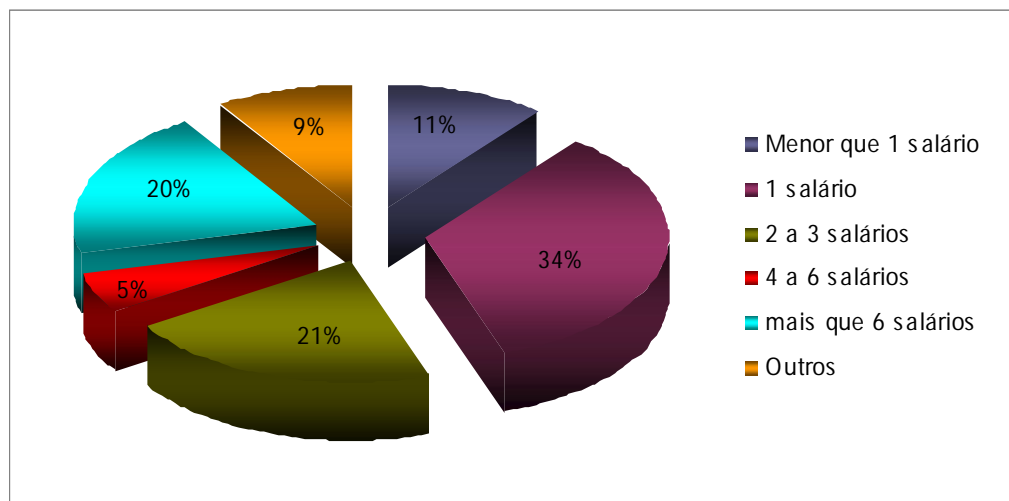


Fig. 72 – Nível de renda  
Elaboração: Pesquisa de campo, 2005-2008.

Essa análise trouxe à tona as contradições que permeiam as relações entre o Estado, promoção do desenvolvimento e a participação dos diversos segmentos da sociedade civil. Cabe ao governo estabelecer as condições políticas e democráticas através dos canais de participação, e às lideranças, por sua vez, conquistar o seu espaço em bases mais igualitárias, dirimindo as lacunas provocadas pelas políticas excludentes.

Diante disso, remonta-se aos principais temas que respondem às questões propostas e outras respondidas previamente.<sup>69</sup>

Os resultados que seguem tratam do possível envolvimento da população local e do grau de compromisso dos gestores públicos e privados na criação de uma rede de cooperação, na perspectiva de atender às demandas de trabalho e inseri-los no processo de desenvolvimento turístico.

Fazendo-se uma análise do contexto histórico e do perfil das lideranças na década de 90, percebe-se que não havia uma preocupação com a participação popular nem tampouco havia políticas públicas que priorizassem as particularidades do local. Somente a partir de meados de 2005 apontou-se para a necessidade de inserção da comunidade no processo de decisão.

<sup>69</sup> Notas Explicativas: o tema políticas públicas foi abordado em todos os fóruns de discussão, inclusive no Conselho do Polo Costa dos Coqueirais (região/local – Aracaju). A temática sobre a metodologia de intervenção dos órgãos de investimentos foi dirigida somente aos conselheiros do Polo, até porque eles acompanham as decisões políticas e os passos exigidos pelos bancos BID e BIRD para receber os recursos financeiros; os demais representantes discutem nas oficinas a essência e os reflexos dessas políticas no seu município.

Os investimentos das instituições financeiras criaram as facilidades turísticas (infraestrutura) e com isso fortaleceram os empreendimentos existentes (acessibilidade e escoamento das mercadorias) e propiciaram o surgimento de novos, a exemplo de pousadas, hotéis, bares e restaurantes agregando ao modo de produção capitalista. Inserem-se nesse processo econômico aqueles de base comunitária que complementam as relações não capitalistas – artesanato, pesca, alojamento, e a gastronomia.

As figuras 73, 74 e 75 trazem uma análise do grau de envolvimento dos gestores públicos em relação ao desenvolvimento local e possíveis relações com as comunidades e/ou sociedade representativa do polo, para atender as exigências de repasse dos recursos externos.

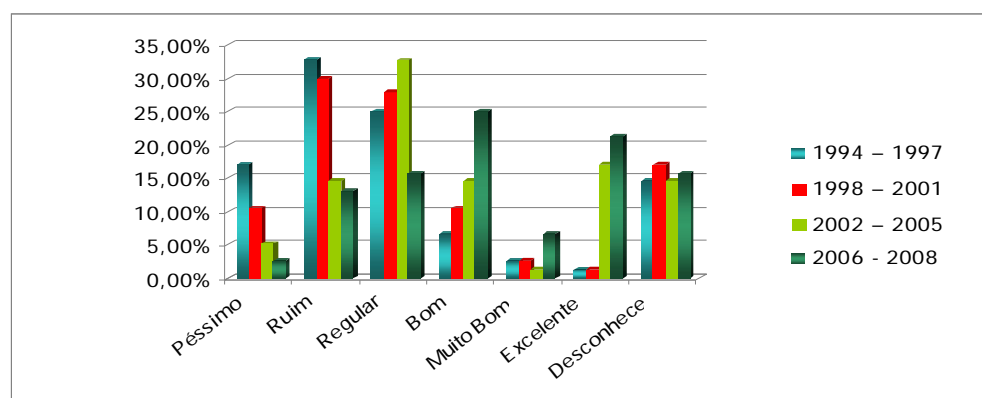


Figura 73 - Incentivos e criação de rede de desenvolvimento e cooperação comunitária, 2008.

Elaboração: SANTOS, Mary N. L., pesquisa de campo, 2005-2008.

No intervalo de tempo de 2002-2005 verifica-se que os participantes do Conselho do Polo desconhecem as ações dos gestores públicos em prol do desenvolvimento da área de turismo, mesmo ocupando cargos públicos atualmente. Esse resultado surpreende e, ao mesmo tempo, convalida a assertiva de que as políticas não têm continuidade independente do governo que esteja.

O período compreendido entre 2006-2008 tem seu ápice entre os que indicaram um bom desenvolvimento do município. Tal indicativo mostra quanto esse momento foi marcante na política estadual. Apesar de uma pequena melhora nesse quadro, um dos entrevistados no decorrer da coleta de dados afirmou que: “as políticas públicas ainda não contemplam a totalidade da necessidade para o desenvolvimento, principalmente no que tange à proteção dos recursos turísticos, do seu potencial e do fortalecimento da inserção das comunidades e do próprio setor produtivo no polo”.

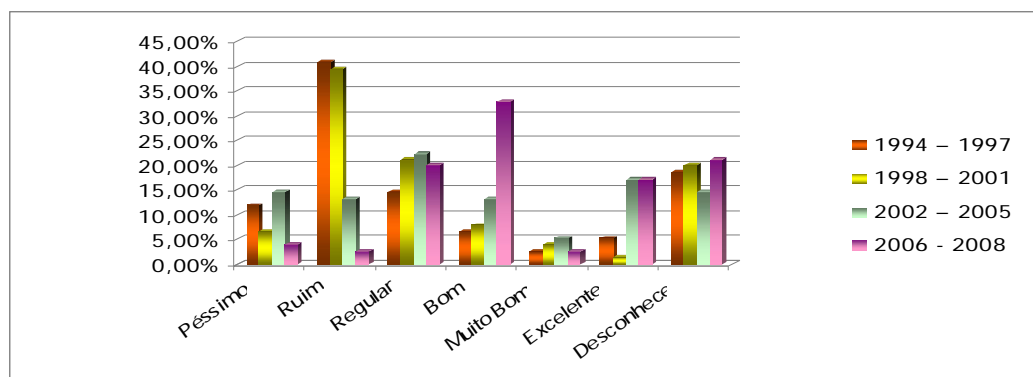


Figura 74 - Grau de envolvimento dos gestores públicos para o desenvolvimento do município  
Elaboração: SANTOS, Mary N. L., pesquisa de campo, 2005-2008

O diálogo ou visibilidade de envolvimento das lideranças nas decisões políticas do município só passou a ter certa consistência, segundo os atores sociais, nos períodos compreendidos entre 2002-2005. Faz-se mister, entretanto, ponderar sobre o papel político que alguns desses representantes exercem ou exerceram nos períodos em questão. Mais uma vez, o olhar a respeito dessa problemática não pode ser periférico, pois é sintomático que os representantes do Polo tenham se esquivado de responder ou compor a discussão em relação a períodos anteriores ou posteriores aos de suas atuações.

A figura 75 a seguir demonstra essa realidade.

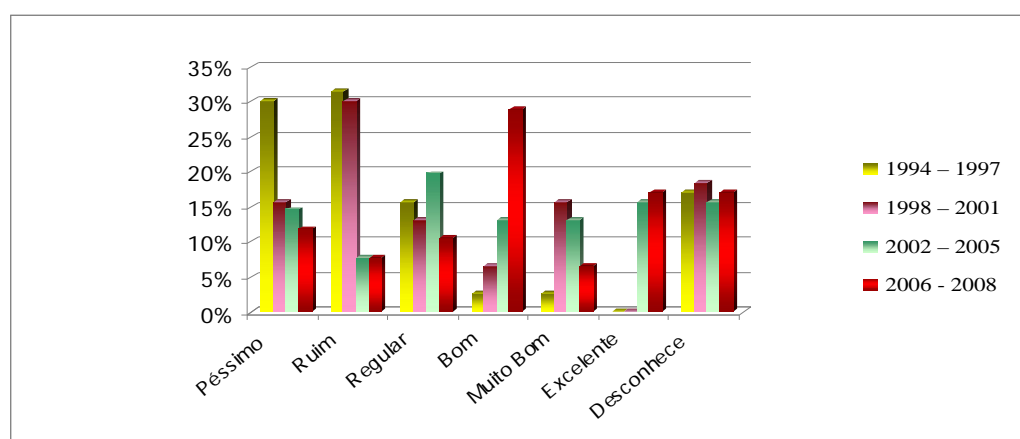


Figura 75 - Grau de envolvimento das lideranças locais nas decisões políticas do município  
Elaboração: SANTOS, Mary N. L., pesquisa de campo, 2005-2008.

Em função dessa análise, os dados demonstram que a região do Polo no período de 1994-1997, auge dos investimentos, não galgou avanços na criação de uma rede de cooperação e de conhecimento entre o Estado e os agentes sociais. Em função disso, não se

refletem no desenvolvimento local, apesar do impacto causado em melhoria na infraestrutura. Todavia, no intervalo de 2002 – 2005, os entrevistados sinalizaram um melhor diálogo, talvez porque nesse *ínterim* tenha se instalado o Conselho do Polo com representações da sociedade sergipana se tenha feito a divulgação do PRODETUR-SE de forma efetiva. A visibilidade é parcial por parte dos agentes e até dos gestores públicos no que foi executado e refletido na comunidade, inclusive muitos desconhecem o que foi feito.

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Costa dos Coqueirais - PDITS, elaborado por uma empresa contratada pelo Estado, teve a colaboração dos Conselheiros do Polo na sua revisão final em 2002/2003 com atualização em 2003/2005. Para deflagrar tais ações, houve a necessidade de tomar decisões técnicas, administrativas e institucionais de governança pelo Estado; para cumprir o que é exigido para o repasse de empréstimos internacionais, criou-se um Conselho representativo da sociedade no âmbito do turismo.

O Conselho Polo Costa dos Coqueirais foi desenhado, pensado com vistas à formação de grupos temáticos representantes dos diversos segmentos da sociedade civil na área do turismo, a fim de contribuir e/ou convalidar uma série de políticas comuns que seriam gerenciadas pelas instituições proponentes, aqui representadas pelo Estado nacional ou subnacional. Essas decisões, a *priori*, foram voltadas para o Planejamento Estratégico do Turismo, em Sergipe; essa ação teve caráter de política pública externa, exigida pelo principal banco financiador, o BID. Ademais, esta organização constitui-se, historicamente, num primeiro passo de escuta e/ou opinativa para as ações que seriam criadas por governos, setor privado e outras organizações da sociedade civil.

A proposta foi abranger todo o litoral sergipano através de treze municípios; no entanto, os recursos utilizados (internacionais e nacionais) foram aplicados a partir da definição de prioridades e “levou em consideração a lógica do planejamento regional”. Centra seus esforços em nove municípios que recebem ou são impactados pelos investimentos do PRODETUR I (PDITS, 2005).

A decisão política do PRODETUR-SE, já discutido, no capítulo 5, teve por finalidade atender à infraestrutura urbana e rural, principalmente em alocar recursos substanciais na capital de Sergipe e no sul do Estado, através de rodovias, aeroportos e saneamento básico – um programa regional, com perspectiva de alcance local. Essa escolha não privilegiou os municípios mais pobres.

Para o ex-coordenador da Unidade Executora do PRODETUR-SE, que participou de sua fase embrionária de implantação àquela época, a concepção espacial do programa abrangia todo o litoral sergipano, Sul-Norte inclusive aquelas comunidades existentes às margens do rio São Francisco. Então, era bastante ampla a concepção, tanto é que dois municípios, Gararu e Neópolis foram contemplados com o projeto de urbanização. No entanto, a inclusão daquilo previsto para o Polo Costa dos Coqueirais só foi ampliada para o PRODETUR II (concluir a infraestrutura e atender às comunidades carentes). O corte dessa extensão aconteceu. Acreditava-se ter que concentrar os investimentos para que os resultados se multiplicassem. Com isso, todos os investimentos quase que maciçamente foram aplicados no litoral centro-sul, apesar da precariedade enfrentada pelo litoral norte. Dessa forma por não se enquadrar nas concepções monetaristas e da política da agência financiadora (BID), que visava maximizar investimentos este último não foi contemplado por essa decisão.

O assessor técnico da Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Turismo, denominação atual, atribui ao PRODETUR ser um marco na política pública de turismo na região Nordeste; tece uma contextualização histórica que data de 1994 e evolui para a instalação do Conselho em 2000 e posteriormente entre 2001 e 2002 quando ocorre o envolvimento dos três setores: o poder público, o setor privado, e o terceiro setor na construção das matrizes de financiamento, na construção das cartas-consulta e dos planos de desenvolvimento que integram o turismo sustentável do chamado PDITS regional.

Nesse campo de análise, o gestor que representa a EMSETUR faz uma colocação acerca do que veio a se denominar de política pública de turismo no cenário sergipano:

“Na minha avaliação é que o governo de uma forma geral, falando do passado e de um pouco do presente também, não entende o turismo como uma atividade integrada. O PRODETUR I foi investimento de infra-estrutura que na falta de uma política de turismo foi entendido como tudo que é turismo. O PRODETUR I e o BID nunca se propuseram a ser um projeto de turismo, era um projeto de desenvolvimento de infra-estrutura de turismo. As questões eram acerca da promoção, a qualificação de destino, e a qualificação de mão-de-obra.”

Apesar dessa visão do citado gestor, de que o Estado estava destituído de uma política pública de turismo, *a priori*, de certa forma é coerente. No entanto, à medida que houve a instalação do Polo Costa dos Coqueirais como centro articulador político com suas representações da sociedade civil, constatou-se que essa política se estabeleceu. Esse fórum de discussão, mesmo que fosse para atender às orientações do BID (diretrizes), propiciou a discussão da problemática do turismo na perspectiva de buscar soluções, pois nesses grupos temáticos se pensavam e se operacionalizavam as determinações do Conselho do Polo, sob a coordenação do Banco do Nordeste e junto a essas representações já citadas.

Integrando o pensamento anterior, o gestor/docente da área de turismo assevera que as políticas públicas ainda são insuficientes, pois carecem de uma melhor discussão e avaliação à luz das necessidades reais das comunidades locais, trazendo essa revisão para um contexto mais contemporâneo. Esta, segundo ele, “requer a co-participação, a co-gestão e o comprometimento das pessoas que acreditam na atividade que dela dependem, seja no setor produtivo, comercial ou social. Creio que as políticas públicas devem sofrer novas intervenções, um novo repensar e trazer para as exigências do mundo moderno”.

A docente da área de turismo<sup>70</sup>, ao avaliar as ações do PRODETUR-SE, se centrou mais no sentido simbólico do que representou esse órgão. Vê o programa como uma luz no fim do túnel que trouxe uma veia de esperança para as comunidades no âmbito do suprimento das suas necessidades. No entanto, o que se observou foi o não estabelecimento de um laço com elas, o que acarretou um entrave ao sucesso do programa, já que surgiu, de acordo com a perspectiva dela: “de uma maneira perfeita para poder direcionar o desenvolvimento turístico do Estado, mas hoje particularmente não tenho nenhum conhecimento de como ele está”.

A partir de então, essa integração se consolidou, restando apenas algo que seria de suma importância: alcançar os agentes sociais que compreendem a microesfera da sociedade, de forma que se apropriassem dos benefícios que pudessem advir dessa rede de integração. Acabou por limitar-se a macroesfera dentro de uma política internacional global.

O Polo, atualmente, na percepção do assessor público já citado, perde sua característica inicial em função da mudança – infraestrutura para agregar outros componentes –, estratégia do produto turístico e apoio à promoção do turismo. O fato é que todas essas mudanças de governança acabam por fazer ruir as estruturas básicas que davam sustentáculo à concepção do polo, provocando sua dissolução não formal. O polo cai como gestão de governança, e as discussões inerentes à promoção do turismo ficam concentradas no Fórum de Turismo. O polo fica aquém desse processo, interrompendo suas atividades como Conselho em 2007, tendo apenas mais uma reunião em 2008; não houve, segundo ele, quem se apropriasse dessa gestão.

Surge uma indagação a partir de sua colocação: os representantes do polo poderiam ter tomado essa responsabilidade e se apropriado dessa coordenação administrativa? Para o referido assessor, essa poderia ter sido assumida por qualquer setor: o privado ou o terceiro setor, já que o governo, representado pelo Banco do Nordeste (coordenador e articulador do repasse financeiro) havia desempenhado o papel que lhe cabia.

---

<sup>70</sup> Professora de ensino superior, L. R. de M. S., entrevista, junho de 2009.

Estranha-se essa afirmação, uma vez que as discussões à época não pairavam sobre a apropriação por parte dos conselheiros, que não o governo, a tomarem as rédeas do polo substituindo o Banco do Nordeste e assumindo para si a responsabilidade da gestão compartilhada que cabia ao Estado. Em havendo um acordo tácito de governança com o BID através de diretrizes, normas, regras do repasse de recursos para o Estado, como outros membros poderiam se apropriar dessa função?

Nesses anos em que se constituiu o Plano de Desenvolvimento do Turismo (1994-2009)<sup>71</sup>, a discussão foi feita em torno das decisões encaminhadas pelo Estado e agências financeiras. Dessa cooperação multilateral, para efeito desses empréstimos, consolida-se mediante participação dos conselheiros, os quais têm o compromisso de colaborar com esse processo e o Polo nessa conjuntura como órgão consultivo.

Em função dessa realidade, constata-se que a dinâmica do controle social e governança para solucionar as ações mitigadoras, no campo da territorialidade turística, está de certa forma comprometida mais com os fatores exógenos (políticas do Estado e mercado global) e se manifesta nos discursos do Estado, como agente Sedutor, do que com os problemas de *fórum* interno das comunidades.

As formas de intervenção dos órgãos de investimentos internacionais mais particularmente do BID, para minimizar a pobreza dos municípios sergipanos, tiveram como aspectos relevantes para efeito de análise: a situação de acesso dos investimentos pelos agentes locais (conhecimentos) e populações tradicionais<sup>72</sup>, as mudanças positivas e/ou negativas acerca desses investimentos e as ações mitigadoras e compensatórias.

O papel das agências multilaterais nesses empréstimos consiste numa metodologia que se baseia no funcionamento (etapas, processos e linhas de crédito), nos resultados previstos/não previstos e nos impactos decorrentes dessa aplicação à localidade ou à região.

Obrigatoriamente, os beneficiados por esses empréstimos têm que seguir todos os passos, sob pena de não receberem as parcelas posteriores ao acordo, apesar de parte desse

---

<sup>71</sup> Faz-se referência ao marco da instituição do PRODETUR I e II, sendo que esse último não logrou êxito, restringindo-se apenas aos trâmites burocráticos e legais exigidos pelo BID. O Polo Costa dos Coqueirais foi instituído formalmente em dois de junho de 2000 às 09h30min com os diversos representantes do *trade* turístico e não se dissolveu formalmente até a presente data.

<sup>72</sup> Para Diegues (2004, p. 61), “na concepção mítica das sociedades primitivas e tradicionais existe uma simbiose entre o homem e a natureza, tanto no campo das atividades do fazer, das técnicas e da produção, quanto no campo simbólico”. A população tradicional é representada pelos indígenas, pelos nativos da região, pelos ribeirinhos e pelos remanescentes quilombolas, entre outros. Além da própria cultura, por exemplo, a pesca, a caça e o plantio que muitas vezes são orientações adquiridas pelos seus ancestrais. O aparecimento de constelações estelares no céu guia os pescadores à pesca e até quando não pode pescar ou outras interdições; o sincretismo religioso, elemento católico tradicional que forma elementos do pensamento simbólico e mítico (*op. cit. com grifos da autora*).



dinheiro pertencer ao país mutuário. Isso não significa que as instâncias de poder, por exemplo, o Polo Costa dos Coqueirais, representadas pelas suas lideranças, não determinem, como devem seguir as estratégias para alcançar os resultados e os impactos necessários para obtenção dos recursos dessas agências, como já descrito em termos das normas de exigências do BID/BIRD.

Vale ressaltar que as populações, principalmente aquelas mais excluídas do processo, não tenham conhecimento dos trâmites intervencionistas e não sintam os reflexos dessa política no seu cotidiano, por meio de ações como: moradias mais dignas, trabalho, saúde e uma educação que capacite melhor os professores e propicie a aquisição de equipamentos para as unidades educacionais. Isso decorre do fato de tais decisões se encontrarem no topo das instituições parceiras (hierarquia).

Observam-se as contradições no âmbito do polo: os conselheiros respondem que a metodologia aplicada pelas agências multilaterais é positiva, pois, segundo eles, as populações locais têm acesso:

Às melhorias de condições de renda e postos de trabalho, infra-estrutura básica e turística, gestão institucional, mitigação de impactos ambientais negativos, capacitação e qualificação da mão-de-obra. Observa-se, porém a necessidade de melhor controle e monitoramento da aplicação dos recursos financeiros considerando o insucesso de alguns investimentos a exemplo da antiga fábrica de São Cristóvão e o atraso no esgotamento sanitário do bairro Atalaia, demandando um eficiente acompanhamento (*Conselho do Polo, 15/12/2008*).

Para o ex-coordenador do PRODETUR-SE, não se pode ignorar que as avaliações internacionais têm grandes produções, no sentido de alcance do mercado e trazem consigo alguns “gargalos”. Pecam ao tentar transpor para o nosso *húmus* social uma realidade que não condiz com a nossa. E, ao desconsiderar essas distinções e peculiaridades, acabam por não privilegiar as comunidades em suas necessidades básicas mais latentes. Há então um choque de concepções: se de um lado acalentávamos a visão de beneficiar as comunidades locais, por outro lado a concepção que vigorava não se engajava e emperrava as obras que fossem de encontro às resoluções da organização financiadora.

O professor e gestor<sup>73</sup>, no entanto, confirma a análise anterior e ao mesmo tempo, traz uma esperança de mudança de paradigma em relação a essas agências. Sabe-se que os mecanismos de intervenção preconizados por essas instituições internacionais, a exemplo do BID, não obedeciam aos critérios de participação social. O discurso que ecoava era o de minimizar a pobreza. No entanto, o que na realidade imperava era a concepção do empréstimo pelo empréstimo com vistas à reprodução do capital. Se, em tese, se preconiza o respeito às

<sup>73</sup> Docente do IFS e Superintendente da SEMARH, L. V. V., entrevista julho de 2009.

potencialidades naturais, na prática se denotou desrespeito total à manutenção e preservação desses recursos. “No entanto, como as críticas foram muito fortes ao sistema do Banco Mundial, e ao modelo adotado para seus investimentos nos países subdesenvolvidos houve um pensar dessa metodologia de intervenção”. Hoje o banco exige a capacitação das comunidades – alvo. As que irão receber os equipamentos para saber o que vai ser instalado e de que forma pretende resolver. Nesse ínterim, a agência financiadora tem exigido, através da política de salvaguarda, um melhor comprometimento na redução da pobreza e na descoberta de novas potencialidades. Um exemplo disso, segundo o mesmo gestor, é que o próprio PRODETUR-SE, na atualidade, já instaurou no cotidiano dessas comunidades aproximadamente quinze oficinas em 2009, para tentar entender de que tipos de equipamentos elas necessitam e se essas expectativas atendem às demandas da atividade turística. Sabe-se que alguns equipamentos como atracadouros, que foram incrementados no PRODETUR I, hoje já não tem mais a sua funcionalidade, já não atendem mais e se tornaram problema. Mas há melhoria no processo de metodologia de intervenção do Banco Mundial nos últimos anos, e do BID, na concepção dele.

Surpreende essa assertiva no que concerne a tais mudanças que ele confere às agências multilaterais. Apesar de reconhecer a tentativa de aplicação de metodologias participativas na gestão atual de governo, os sinais ainda são tímidos que comprovem benefícios à população local, até porque é cedo para se colher os frutos dessa iniciativa. É importante ainda sinalizar que uma mudança de paradigma dessa envergadura, mediante ações das instituições financeiras, também é muito recente. Por isso, é de pouca ou nenhuma visibilidade por parte dos agentes sociais a amostra utilizada nessa pesquisa. O que existe na realidade é um território demarcado pelo capital, com perspectivas de melhorias, sim, mas no âmbito da organização civil e o papel do Estado Sedutor dentro desse processo, ainda emparelhado com o mercado.

A docente da área de turismo nesse foco afirma: “não existe um direcionamento, essa metodologia aplicada não está sendo coerente, porque elas estão excluindo as comunidades”. Ela indica que o conhecimento da cultura local é imprescindível, pois “a gente tem um entendimento de que um projeto que é aplicado na Califórnia, obviamente, não vai funcionar se aplicarmos no semiárido de Sergipe porque a cultura é outra”. E indaga nesse contexto: quais melhorias poderiam advir disso se a estes programas não se atrelam as perspectivas e anseios das comunidades do local? “Como esses financiamentos, essas obras estarão melhorando as comunidades se eles não buscam saber quais são os seus problemas?”

As inquietações da referida professora procedem. O que nos deixa impotente é como romper com tais barreiras. A saída é a organização civil e a partir da colaboração do Estado nesse processo, pois o governo foi democraticamente eleito e precisa estar ao lado das comunidades tão sofridas e cheias de desesperança. Paralelamente a isso, que está em voga nos quatro cantos do país, é a mobilização pela educação, pois sem o conhecimento não há como frear o mercado global-local. As vias de fato seria o poder intermediário que mantivesse esse diálogo entre o nacional e o subnacional.

Mediante as discussões realizadas no Polo, se traduz, a partir de então, o espaço produzido pelo Ser, onde se dá a compreensão do *constructo* social. Isso remete a “desordem” e “ordem” que é relativa ao sistema e a sua dinâmica territorial do espaço. Diante das discussões teóricas, o “pensar complexo” reavalia essa separação e propõe uma *práxis* que une. As dinâmicas que se constroem dentro dessa relação abrem os canais de participação reflexivo/crítica e *oxalá* propiciem arranjos locais voltados para as expectativas comunitárias não determinadas pelo capital que divide.

#### 6.2.2 A lógica das políticas de turismo convencional e o rebatimento das comunidades

A lógica das políticas de turismo norteou-se e privilegiou, por décadas, o turismo voltado para o mercado. A discussão em foco não se preocupa em estudar o turismo pelo turismo, visto que extrapola e transcende as relações que se estabelecem dentro dessa perspectiva. Mas preocupa-se, sim, em traduzir as relações entre o Estado, mercado e sociedade em prol de um possível desenvolvimento local.

Diante desse contexto, cabe às comunidades do polo rebater e reivindicar sua inserção na tomada de decisão dos governos por elas instituídos. O olhar dos munícipes na exposição dos seus problemas retrata as fragilidades das condições de vida, o enfraquecimento das associações, cooperativas e sindicatos no que concerne a uma ordem neoliberal vigente. Não obstante essa compreensão, as comunidades em foco buscam desenvolver uma linguagem própria diante do enfrentamento da pobreza.

O recorte para compor as oficinas foi definido em função das representações que compõem as associações, cooperativas, ONGs, empresários do setor e gestores públicos, no âmbito do executivo (educação, infraestrutura, turismo, meio ambiente, entre outros) e do poder legislativo. O município de Aracaju teve como amostra o bairro Coroa do Meio.

Os quadros desenhados a partir da realidade do local ecoam a fala das comunidades que se manifestam e rebatem as lacunas do discurso (teoria) e das ações promovidas pelas agências financeiras e pelo Estado Sedutor (práticas). Os problemas sinalizados por eles

foram classificados a partir das seguintes dimensões: Educação e Cultura; Saúde e Assistência; Infraestrutura Urbana e Rural; Desenvolvimento Econômico e Turismo; Organização Social e Meio-ambiente.

No âmbito da Educação e Cultura, os principais pontos de convergência entre os municípios estudados apontam para a necessidade de ampliação e qualificação do quadro docente, instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e profissionalizante de melhor qualidade, com oferta de vagas suficiente para atender à demanda, e que primem pela capacitação dos jovens daquelas comunidades. E a partir disso, promovam a erradicação do analfabetismo, especialmente na zona rural. Sinalizaram acerca da carência de políticas públicas que privilegiem o patrimônio histórico, cultural e humano: artesanato, danças folclóricas, literatura de cordel, música, uso e costumes populares, conservação e recuperação dos prédios históricos e também na qualificação dos agentes de turismo.

Contraditoriamente, o discurso dos que residem no bairro Coroa do Meio em Aracaju são as reclamações e indicações no que tange ao número de unidades de ensino médio. O que não procede já que eles estão na capital, onde há escolas da rede pública e particular em número expressivo, inclusive escolas profissionalizantes. No que concerne às escolas técnicas, eles sugerem a inserção do sistema de cotas, visto que consideram o ensino como de baixa qualidade o que dificulta o seu acesso. Estranha-se o pedido quanto ao transporte escolar, eles querem ser assistidos como se estivessem alocados em povoados distantes das escolas. A política nacional/municipal nessa questão prevê uma redução de 50% na tarifa cobrada pelo sistema de transportes urbanos. Mas não garantem a gratuidade do serviço para as comunidades de baixa renda que residem na capital.

Outro aspecto a ser ressaltado é a falta de preparo administrativo, político, financeiro e legal por parte das associações que falham em não captar recursos para solucionar os problemas mais latentes como capacitação, sensibilização no trato com o meio ambiente e que deflagre na promoção e organização social de seus agentes, em parceria com órgãos governamentais, ONGs e empresariais.

Chama atenção o depoimento dos *indiarobenses* no que diz respeito ao fato de alunos estarem a cerca de um ano e seis meses sem aulas de computação no povoado Pontal. A utilização dos computadores ficou restrita aos funcionários da rede municipal. O que contradiz a fala do ex-prefeito e atual Secretário Geral do Município no que pese a demanda para inclusão digital.

Os quadros 7 e 8 retratam o que as lideranças pensam sobre essa temática.

Quadro 7 – *Constructos Sociais* do Litoral Centro e Sul, Educação e Cultura

			PAINEIS – CONSTRUCTOS SOCIAIS		
OFICINAS DO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS	POLO REGIONAL E LOCAL	ÁREAS	MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS	POSSÍVEIS SOLUÇÕES
		EDUCAÇÃO E CULTURA	Aracaju	<ul style="list-style-type: none"><li>Dificuldade de acesso às instituições de ensino profissionalizantes, em virtude da baixa qualidade do ensino fundamental, como também a falta de escolas de nível médio; e falta de transporte escolar;</li><li>Obras inacabadas: quadra de futebol, Centro e Museu do Mangue; falta de biblioteca;</li><li>Escassez de jovens habilitados na sensibilização e conscientização em relação às problemáticas ambientais (lixo);</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Criação de escolas de nível médio e ampliação do número de vagas existentes e priorizando o município em que esta estabelecida a instituição de ensino;e criação de cursos profissionalizantes de Educação Ambiental;</li><li>Disseminação de escolas técnicas e universidades públicas e particulares;</li><li>Melhoria da qualidade de ensino para os estudantes de baixa renda;</li><li>Divulgação do Centro Cultural (Barracão) e buscar estratégias de apoio para angariar recursos, com também a construção do Museu do Mangue;</li></ul>
			São Cristóvão	<ul style="list-style-type: none"><li>Comprometimento das comunidades para o aumento da produção de artesanato - esteiras e <i>ecobijus</i>;</li><li>Número de vagas ofertadas insuficiente para a população que procura as escolas profissionais, a exemplo da EAFSC – IFS <i>campus</i> São Cristóvão;</li><li>Educação pública de má qualidade: só existe ensino fundamental e as escolas apresentam apenas seis salas e até a 4ª série (amostra desses povoados).</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Construção e ampliação de escolas de ensino médio e qualificado dos professores;</li><li>Criação de uma horta comunitária, capacitando e treinando os moradores dessas localidades, onde as escolas façam um trabalho voltado para o artesanato como fonte;</li></ul>
			Estância	<ul style="list-style-type: none"><li>Políticas patrimoniais tendo-se em vista que a maioria dos Prédios Históricos são bens privados e não foram tombados e colocados à disposição da coletividade;</li><li>Falta de políticas públicas culturais que promovam a valorização dos dons da comunidade, por exemplo, literatura de cordel, dança, música, artes plásticas. E fomento para a atividade artesanal (política de vendas, divulgação do produto e qualidade na embalagem do produto).</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Implementação de estratégias de promoção, marketing, qualificação e venda dos produtos artesanais vendidos, como por exemplo, a produção de licor.</li><li>Valorização das profissões, principalmente professores, como também realização de concursos públicos e política de bons salários;</li><li>Incentivo e valorização da produção cultural do município, por exemplo: literatura de cordel, grupos folclóricos, guerra de busca-pé, barco de fogo, batucadas, escolas de samba e pisa pólvora.</li></ul>
			Indiaroba	<ul style="list-style-type: none"><li>Cultura Folclórica - samba de coco, entre outros movimentos têm dificuldades no apoio para se conseguir indumentária, pois não há investimento e, conseqüentemente, prejudica as apresentações.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Recursos para investimentos culturais;</li><li>Carteiras de investimento pessoal para estudantes;</li><li>Educação de qualidade (reformas e ampliações de pontal, terra caída e sagüi- Indiaroba;</li><li>Laboratório de informática;</li><li>Trazer instituição de nível superior;</li><li>Transporte para acesso dos estudantes a escola (Povoado-Sede-Indiaroba-Estância);</li><li>Criação de um anexo de segundo grau colônia Sergipe;</li><li>Ativar a Escola de classes multi-seriadas (1ª, 4ª-5ª);</li><li>Necessita de quite completo escolar, na sede, povoados Cajueirinho, Sagüi, Alto Alegre.</li></ul>

Organização de dados e *layout* gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2008.

Quadro 8 – Constructos Sociais do Litoral Norte, Educação e Cultura

		PAINEIS – CONSTRUCTOS SOCIAIS			
OFICINAS DO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS	POLO REGIONAL E LOCAL	ÁREAS	MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS	POSSÍVEIS SOLUÇÕES
		EDUCAÇÃO E CULTURA	Brejo Grande	<ul style="list-style-type: none"><li>Faltam programas de capacitação e qualificação dos agentes de turismo</li><li>Falta de cursos técnicos profissionalizantes voltados para o setor de turismo e áreas afins.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Qualificar a prestação dos serviços turísticos, através de cursos profissionalizantes, cursos de empreendedorismo;</li><li>Qualificação e capacitação com a comunidade para trabalhar na industrialização e comercialização dos subprodutos do coco, produção orgânica de alimentos. Com vias a fomentar projetos de linhas de investimento e diversificação da produção;</li><li>Contemplar as necessidades básicas do ensino fundamental, especialmente nas áreas tecnológicas e em nível superior;</li><li>Inserir o Programa de Qualificação Docente – PQD/UFS;</li><li>Proporcionar investimentos nas áreas educacionais e tecnológicas para atender as necessidades da vocação do município: AGROPECUÁRIA e TURISMO.</li><li>Inserir a Educação Ambiental nas Escolas.</li></ul>
			Pacatuba	<ul style="list-style-type: none"><li>Necessidade de programas e projetos que suscitem a valoração das manifestações folclóricas, bem como dos costumes populares das comunidades tradicionais;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Valorização da cultura local;</li><li>Valorização dos produtos artesanais confeccionados pela população;</li></ul>
			Pirambu	<ul style="list-style-type: none"><li>Faltam de políticos públicos e incentivos à cultura;</li><li>O pagamento não é cumprido de acordo com o cronograma e os valores acordados nem sempre são cumpridos;</li><li>Há escassez de professores nos povoados para atender a demanda do município como também na reciclagem destes.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Desenvolver propostas de intervenção continuem sendo colocadas em prática para melhoria das condições de vida da população para que as cooperativas tenham uma posição representativa no que diz respeito a trazer benefícios junto aos seus cooperados;</li><li>Ampliar a rede de ensino e contratar mais professores através de concurso público.</li></ul>
			Barra dos Coqueiros	<ul style="list-style-type: none"><li>Analfabetismo ainda com percentual expressivo;</li><li>Falta de qualificação profissional</li><li>Não há programa profissionalizante estruturante</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Cooperativa de frutas tropicais – manga, mangaba, caju e coco</li><li>Programa de jovens adultos</li><li>Programa comida na mesa;</li><li>Centro de formação na área de <i>internet</i>, visto que há instalação de equipamentos sem fio (<i>wireless</i>) no município;</li><li>Cadeia produtiva – adotar um menor aprendiz com incentivos e redução de INSS;</li><li>Inter-relação estudo/trabalho - mercado, conforme acontecia na preparação das escolas de artífice.</li></ul>

Organização de dados e layout gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2008.

Na esfera da Saúde e Assistência traz à tona a falta de saneamento básico que é um problema crucial para o desenvolvimento local e regional. Os dejetos, na maioria dos municípios, principalmente nos povoados são vistos a céu aberto, fossas e sumidouro parcial. A disposição e tratamento que é dado ao lixo acabam por acarretar problemas não só de ordem sanitária como de saúde pública. As doenças infectocontagiosas que ao atingir grande parcela da população expõem as fragilidades do sistema de saúde, quais sejam: falta de médicos e dentistas, hospitais ou unidades de saúde devidamente aparelhados, falta de ambulância e transporte para exames e tratamento, carência de equipes de saúde para atender as demandas dessas populações.

Vale destacar ainda o problema gerado pelos empreendimentos industriais que se instalaram em alguns municípios, a exemplo de Barra dos Coqueiros, Aracaju, Pacatuba, Estância, que não tratam adequadamente os seus resíduos e contribuem para o surgimento de doenças de cunho respiratório, dermatológicos e oftalmológico. Observa-se ainda nesta faixa territorial (Barra dos Coqueiros) um confronto entre as atividades econômicas e a utilização racional dos recursos naturais, indústrias de exploração e processamento do petróleo e de cimento, pressão imobiliária e contaminação das águas materializada pelo uso de substâncias como coque<sup>74</sup> e outras. Dados mais específicos se encontram nos quadros 9 e 10.

---

<sup>74</sup> Coque Calcinado de Petróleo é basicamente matéria-prima para a indústria de alumínio. É obtido pela calcinação em altas temperaturas de coque verde de petróleo. Esse último é utilizado como matéria-prima para a produção de coque calcinado, que vem a ser um sub-produto gerado no craqueamento térmico retardado do resíduo de vácuo proveniente da destilação do petróleo. Disponível em: [www.petroquisa.com.br](http://www.petroquisa.com.br). Acesso em: 08/09/2009.

**Quadro 9 – Constructos Sociais do Litoral Centro e Sul, Saúde e Assistência**

			PAINEIS – CONSTRUCTOS SOCIAIS		
OFICINAS DO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS	POLO REGIONAL E LOCAL	ÁREAS	MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS	POSSÍVEIS SOLUÇÕES
		SAÚDE E ASSISTÊNCIA (Promover a Saúde e Ampliar a Assistência)	Aracaju	<ul style="list-style-type: none"><li>Falta de saneamento básico;</li><li>Aumento do foco da dengue.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Resolver os problemas de saneamento básico – lixo, esgotamento sanitário;</li><li>Agente de saúde qualificado (doenças infectocontagiosas).</li></ul>
			São Cristóvão	<ul style="list-style-type: none"><li>Atendimento médico de mês em mês e em local inadequado</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Construção de postos de saúde com equipamentos adequados, ambulatório e médicos especializados.</li></ul>
			Estância	<ul style="list-style-type: none"><li>Alta natalidade;</li><li>Poucos agentes para atender às famílias.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>É preciso o controle de natalidade. A bolsa família ajuda, mas se um dia esse programa acabar?</li><li>É preciso um programa de acompanhamento, o agente de saúde seria um elo.</li></ul>
			Indiaroba	<ul style="list-style-type: none"><li>Em fase instalação e recuperação.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Aquisição de veículos para a saúde;</li><li>Ampliação e Construção de Consultórios Odontológicos;</li><li>Curso de Capacitação a Funcionários da Saúde - Parceria Com O SEBRAE;</li><li>Construção de Hospital 24h;</li><li>Construção de Posto De Saúde;</li><li>Postos de Saúde (Povoado Botequim, Terra Caída, Hospital Na Sede, Atendimento 24h SAMU);</li><li>Transporte Para Capital (Exames e Tratamento);</li><li>Equipe de Saúde da Família.</li></ul>

Organização de dados e layout gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2008.



Quadro 10 – *Constructos Sociais do Litoral Norte, Saúde e Assistência*

			PAINEIS – CONSTRUCTOS SOCIAIS		
OFICINAS DO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS	POLO REGIONAL E LOCAL	ÁREAS	MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS	POSSÍVEIS SOLUÇÕES
		SAÚDE E ASSISTÊNCIA (Promover a Saúde e Ampliar a Assistência)	Brejo Grande	<ul style="list-style-type: none"><li>• Carência de atendimento odontológico;</li><li>• Equipe da saúde insuficiente para atender prontamente a população;</li><li>• Falta ambulância para urgências;</li><li>• Melhor atendimento no Hospital regional.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Construir postos de Saúde com gabinetes odontológicos nos povoados Terra Vermelha e Carapitanga;</li><li>• Ampliar o programa saúde da família com a contratação de equipes de saúde;</li><li>• Aquisição de ambulância para os postos de saúde nos povoados Brejão e Terra Vermelha;</li><li>• Efetivar projeto para concretizar o atendimento ofertado pelo Hospital Regional de Neópolis ao município de Brejo Grande.</li></ul>
			Pacatuba	<ul style="list-style-type: none"><li>• Escassez de postos de saúde;</li><li>• Solucionar os problemas ocasionados com a fábrica de cimento, em virtude de problemas</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Implementação das políticas públicas de saúde e rever a responsabilidade do hospital regional (Neópolis)</li></ul>
			Pirambu	<ul style="list-style-type: none"><li>• Falta de postos de saúde nos povoados;</li><li>• Atendimento médico precário na Sede do município;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Percebe-se que a solução apontada se repete nos municípios Brejo Grande, Pacatuba e Ilha das Flores, que dependem do Hospital Regional de Neópolis em casos mais graves;</li><li>• Política de saúde que vem sendo implementada pelo Governo Estadual, não se sabe a negociação disso perante o município.</li><li>•</li></ul>
			Barra dos Coqueiros	<ul style="list-style-type: none"><li>• Diversos problemas no atendimento à Saúde</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Construir postos de Saúde com gabinetes odontológicos nos povoados Terra Vermelha e Carapitanga;</li><li>▪ Ampliar o programa saúde da família com a contratação de equipes de saúde;</li><li>▪ Aquisição de ambulância para os postos de saúde nos povoados Brejão e Terra Vermelha;</li><li>• Efetivar projeto para efetivar o atendimento ofertado pelo Hospital Regional de Neópolis ao município de Brejo Grande. Ampliação e descentralização do Programa Saúde e Família-PSF</li></ul>

Organização de dados e *layout* gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2008.

No âmbito da infraestrutura os municípios observam ainda problemas de ordem sanitária - os esgotos são drenados *in natura* para rios, canais e manguezais da região, inclusive em bairros da capital de Aracaju, como: Coroa do Meio, São Conrado, Morro do Urubu, Porto Dantas e Lamarão. A segurança pública, a comunicação, as estradas (vias de acesso), as obras inacabadas e com erros de engenharia, sinalização, depredação do meio ambiente e a especulação imobiliária comprometem a qualidade de vida de seus moradores e desfavorece a imagem do lugar.

Distingue-se nessa análise povoados com potencialidades turísticas, mas o acesso é precário para os turistas, pois suas estradas são esburacadas e de piçarra e a comodidade do viajante fica comprometida junto aos demais setores internos do turismo (transporte, gastronomia, pousadas, bares e restaurantes, lazer e entretenimento). Além disso, impactos ambientais decorrentes do avanço do mar, com perdas das segundas residências e de estruturas físicas como as construções de orlas que foram destruídas.

Nesse contexto, escancaradamente destacam-se os povoados que estão nessa linha de enfrentamento: Cabeço-Saramém-Carapitanga/Brejo Grande; Ponta dos Mangues-Tigre/Pacatuba; Lagoa Redonda/Pirambu; Jatobá-sede e adjacências da Barra dos Coqueiros; Cardoso-Quissamã-Cajueiro/São Cristóvão; Bairro Porto D'Areia, Forródro, Orlas do Saco e Abaís/Estância; Preguiça/Indiaroba.

Brejo Grande, Pacatuba, Pirambu e Barra dos Coqueiros (litoral Norte), não foram beneficiadas com ações mitigadoras do PRODETUR-SE, o município de Pirambu teve recursos para construção de estradas que ligam a rodovia SE-100 e SE 226, mas foram feitas com recursos da Petrobrás, em virtude da exploração do petróleo. Havia, no entanto, uma proposta do Estado para ser feita uma estrada a partir de Pirambu e chegar a Brejo Grande (litoral Norte), o que era a concepção da Estrada *Park* – uma via com característica turística, com pontos de observação, com pequenos *quiosques* para venda de souvenir.

A cidade de Barra dos Coqueiros foi beneficiada através de Plano Diretor, Estudos e Relatórios EIA-RIMA para a construção da Ponte denominada de “Construtor João Alves” (2004-2006) e Estradas SE-100 e BR-235, que fazem divisa com o município Nossa Senhora do Socorro, mas pelo levantamento não com recursos do PRODETUR I. Entretanto, foi ampliando o Sistema de Abastecimento de Água no bairro Atalaia Nova com investimentos desse programa. Desde a concepção da ponte, o município, não foi preparado em relação à infraestrutura local (saneamento ambiental), além do abandono dos serviços e de equipamentos do sistema portuário que havia recentemente para fazer o traslado, Aracaju-

Litoral e vice-versa. Além disso, não houve uma preocupação com o aproveitamento/reparos de barcos dos nativos da região para gerar renda aos barqueiros na localidade (condução de turistas por via marítima) e outras providências que surgiram em decorrência dos impactos negativos desta construção e revertê-las para o benefício da população. Paradoxalmente, não se pode negar, a ponte proporcionou e facilitou um aumento do fluxo interno e externo (turistas) para os demais municípios que ficam nessa região.

Dentre as questões suscitadas por eles destaca-se o bairro Coroa do Meio em Aracaju, área ocupada pioneiramente por pescadores advindos da região do Baixo São Francisco, eles se utilizavam do ecossistema local como uma forma de complementar sua renda familiar. O assentamento inicial foi feito em palafitas ao longo de toda a extensão da Maré do *Apicum*, denominadas habitações subnormais. Com o passar do tempo o bairro começa a ganhar outro contorno urbanístico, que se estende, atualmente, até o bairro de Atalaia este destinado a moradores com renda média e alta.

Diante dessa contradição de desigualdade social chama atenção para o que se denuncia nessa oficina. Apesar de o governo municipal contemplá-los com obras de pavimentação, construção de uma nova avenida no local, implantação do Centro de Referência da Assistência Social, creche, escola municipal, unidade da Fundação Municipal do Trabalho e a doação de unidades residenciais, cerca de 650 casas; constata-se que algumas residências estão sendo comercializadas ilegalmente. Outra inconsistência apontada por eles é que as obras de drenagem não foram executadas a contento e no período chuvoso as casas enchem de água.

Somando-se ao que foi citado há o incentivo à especulação imobiliária pelo poder público e por grupos econômicos que empreendem a formação de regiões metropolitanas com profunda segregação e desigualdades sociais. Daí surge às zonas privilegiadas e valorizadas, ocasionando o descaso e muitas vezes o êxodo rural por parte da classe menos favorecida.

A contradição impera dentro desse contexto, no que concerne ao município de Indiaroba, no povoado Terra Caída que está na rota turística. Mesmo com os investimentos do PRODETUR nesse local constata-se que estes acontecem numa ordem inversa se pavimenta sem fazer obras básicas de saneamento (drenagens pluviais, esgotamento sanitário) que compromete o bem estar da comunidade. Assiste-se assim a um ciclo vicioso dentro do binômio chuva-imundação das casas.

Apesar dessa realidade, observa-se mudanças no período de 1994-2008 no que tange a revitalização das escolas, construção de prédios e melhorias nas estradas que beneficiou o

escoamento de produtos agrícolas como o coco, laranja, jaca e banana. No entanto, a maioria dos povoados está com problemas com as estradas, exceto Terra Caída e Convento.

Nesse sentido, quando há condições adequadas possibilitam ao turista um tempo maior no lugar e isso implica em consumo desses serviços e, conseqüentemente, os micros e pequenos empreendedores adquirem recursos para sobrevivência de sua família e aquece o comércio local. O território passa a ser um ambiente não propício para atrair uma demanda turística, pois sem as condições básicas locais de provisão não existe perspectiva e expectativa de desenvolvimento.

Quadro 11 – *Constructos Sociais do Litoral Centro e Sul, Infraestrutura Urbana e Rural*

				PAINEIS – CONSTRUCTOS SOCIAIS	
OFICINAS DO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS	POLO REGIONAL E LOCAL	ÁREAS	MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS	POSSÍVEIS SOLUÇÕES
		INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL	Aracaju	<ul style="list-style-type: none"><li>Melhoria da infraestrutura, saneamento básico (em especial em bairros periféricos e áreas encravadas na Zona Sul e Norte - Coroa do Meio, São Conrado, Morro do Urubu, Porto Dantas e Lamarão- que drenam esgotos <i>in natura</i> para rios, canais e manguezais da região; e segurança pública (falta de postos policiais – desarticulação da Guarda Municipal).</li><li>Especulação imobiliária</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Desenvolvimento político-territorial e programas de cotas que incluam pessoas de baixa renda, escolas de ensino médio e fundamental, escolas técnicas, universidades e instituições em programas de saúde (saneamento ambiental e mais especificamente tratamento e disposição de lixo), de habitação (moradias, a exemplo do que foi feito pela Prefeitura na Coroa do Meio, mantendo as pessoas em seu habitat natural) e de educação ambiental (<i>grifos da autora</i>).</li></ul>
			São Cristóvão	<ul style="list-style-type: none"><li>Deficiência no saneamento básico, iluminação pública e vias de acesso (estrada de piçarra e cheias de buracos, ocasionando muitos acidentes, principalmente na BR101 que corta o município); falta de postos e ou telefones públicos; ausência de integração entre EAFSC e as comunidades adjacentes; improbidade administrativa em relação à construção das barragens; obstáculos de comunicação entre comunidades e ação de poder público e dificuldade com posse de terras e melhoria das condições de moradia (casas de taipa);</li><li>Dificuldade com transporte coletivo á noite e em horários de pique</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Políticas de melhoria da moradia da população (casas de taipas), evitando-se doenças como é o caso da doença de chagas;</li><li>Melhoria da infraestrutura de acesso, como a pavimentação das ruas, passarelas, sinalização e redutores de velocidade em vias públicas, construção de estradas e ampliação da rede de transportes públicos.</li></ul>
			Estância	<ul style="list-style-type: none"><li>Faltam investimentos na infra-estrutura, onde sinaliza-se: conclusão da ponte no Porto do Cavalos; construção da Orla da Praia do Abais (construída sem respeito ao meio ambiente); melhoria nas imediações dos atrativos - a orla do Abais, o Forródrômo, Bairro Porto D' Areia;</li><li>Faltam praças, parques (áreas de lazer);</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Projetos de revitalização nos prédios históricos particulares e que estes sejam tombados como patrimônio público, além da conclusão das obras que estão sendo executadas;</li><li>Melhoria da infraestrutura e valorizar os pontos turísticos, a exemplo de Bairro Porto D'Areia, Orla do Abais e Forródrômo;</li><li>Revitalização do Porto d' Areia;</li><li>Fomento da atividade industrial agrícola.</li></ul>
			Indiaroba	<ul style="list-style-type: none"><li>A infra-estrutura básica está comprometida no que tange as estradas, rede de esgoto, abastecimento de água, coleta de lixo, segurança.</li><li>Por erro de engenharia, segundo depoimentos dos agentes locais, a construção da estrada de Terra Caída apresenta desníveis motivando inundações provenientes das chuvas nas casas dos moradores e também por</li><li>Falta de esgotamento sanitário, abastecimento de água e estrada de piçarra no povoado preguiça.</li><li>Falta ponte para facilitar o acesso ao povoado Preguiça</li><li>Depois das construções das pontes em Terra Caída houve surgimento de lama onde era areia na maré. Se colocar o encaixe da ponte o povoado fica isolado - Terra Caída.</li><li>Falta habitação</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Infra-Estrutura do PRONAF (BNB) – Pesca, Agricultura e pequenos investimentos rurais.</li><li>Melhoramento nos Povoados (ruas e calçadas)</li><li>Quadra de Esportes</li><li>Construção do Forródrômo/ Emprego e Renda</li><li>Conjunto Habitacional – com três quartos.</li><li>Reforma do Mercado</li></ul>

Organização de dados e *layout* gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2008.

Quadro 12 – *Constructos Sociais do Litoral Norte, Infraestrutura Urbana e Rural*

		PAINEIS – CONSTRUCTOS SOCIAIS			
OFICINAS DO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS	POLO REGIONAL E LOCAL	ÁREAS	MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS	POSSÍVEIS SOLUÇÕES
		INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL	Brejo Grande	<ul style="list-style-type: none"><li>Faltam ancoradouros para os catamarãs, canoas e barcos;</li><li>Estradas de acesso ainda em piçarra, dificultando o deslocamento da própria população;</li><li>Sistema de esgoto precário;</li><li>Faltam redes abastecimento de água na zona rural, as comunidades possuem apenas poços artesanais.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Melhorar da infra-estrutura básica e de acesso: construção de atracadouros e ancoradouros; criação de novas vias de acesso e sinalização pública; criação de lavanderias,</li><li>Melhoria, ampliação e instalação de sistema de esgotamento sanitário (saneamento) e da rede de abastecimento de água nos povoados.</li></ul>
			Pacatuba	<ul style="list-style-type: none"><li>Falta infra-estrutura básica;</li><li>A acessibilidade precária tanto para a sede municipal quanto para os povoados.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Melhoria das vias de acesso ao município e aos povoados vizinhos;</li></ul>
			Pirambu	<ul style="list-style-type: none"><li>Falta de pavimentação em Lagoa Redonda (estrada esburacada);</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Há um projeto do Governo Estadual de abrir a estrada que vai desde o município de Brejo Grande, passando por Lagoa Redonda (Pirambu) – na ocasião da pesquisa a notícia é que estava em fase de licitação. Esses recursos advêm também do Ministério do Turismo.</li></ul>
			Barra dos Coqueiros	<ul style="list-style-type: none"><li>Não existe tratamento de esgoto – saneamento 0%</li><li>Fossa e sumidouro parcial</li><li>Drenagem pluvial parcial em todo município</li><li>Ausência de coleta seletiva</li><li>Falta de espaço para o lazer e o entretenimento da comunidade</li><li>1000 submoradias – favelas</li><li>Especulação imobiliária</li><li>Precário sistema viário – ausência de sinalização</li><li>As medidas mitigadoras após a construção da ponte não foram aplicadas.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Criar sistema de tratamento de esgoto;</li><li>Prevenção para as doenças</li><li>Existe verba de 0,5 % para revitalização e despoluição das bacias estaduais</li><li>Projeto de revitalização do Rio Sergipe em processo</li><li>Cooperativa de reciclagem;</li><li>Educação ambiental</li><li>Construção de quadras esportivas</li><li>Reordenamento das construções civis</li><li>Intervenção através de denúncias</li><li>Foi movida uma ação contra o governo do estado pelo poder público municipal</li><li>(20 medidas mitigadoras)</li></ul>

Organização de dados e layout gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2008.

O desenvolvimento econômico dos municípios estudados tem em suas bases a produção agrícola (vocação) e o turismo surge, nesse contexto, como alternativa para o desenvolvimento. Os agentes apontaram para fatores como **falta de oportunidades e empregos**, o que pressupõe renda comprometida, condições precárias de moradia; a qualidade do ensino e os níveis de desenvolvimento humano que acabam por emperrar sua absorção no mercado de trabalho apesar dos investimentos ali postos; da exclusão social, no que concerne ao apoio dos artesãos, dos empresários do setor turístico e de políticas que incentivem a abertura de linhas de créditos a esses que sobrevivem do ramo.

Segundo eles, quando não se aplica os recursos de forma séria na infraestrutura inibe-se a construção e/ou reformas mais adequadas em pousadas, mercearias, farmácias, restaurantes, enfim nos equipamentos de que necessitam para alavancar o desenvolvimento local.

Ficou patente nesse diálogo que os moradores, alunos e professores do ensino fundamental principalmente de Pacatuba e Pirambu não reconhecem as potencialidades de seus municípios. Com base neste fato, convalida a necessidade de parcerias com o governo municipal nessa integração para o conhecimento do lugar, associado ao lazer e entretenimento. Isso proporciona uma responsabilidade por parte desses agentes (controle social) que beneficie o seu lugar. Não se luta pelo que não se conhece.

É ponto comum também entre eles a necessidade de uma estratégia de *marketing* e promoção no que concerne a postos de venda, comercialização e divulgação das mercadorias produzidas, principalmente o trabalho dos artesãos e dos feirantes. Além disso, a instalação de rede bancária é primordial nos municípios, pois quando não tem prejudica os trâmites financeiros e, conseqüentemente, dificulta a permanência do turista no lugar. Para complementar essas reivindicações eles propõem a criação de cooperativas pesqueiras para uma comercialização mais equitativa do pescado e que chegue à mesa do turista com preço mais justo. Os atravessadores ganham em proporções superiores as de mercado e repassam o custo para o cliente.

Enfim, para gerar um desenvolvimento local requer um controle/governança que estabeleça o orçamento participativo a partir de suas prioridades e que envolva todas as lideranças e atores nesse processo.

O quadro a seguir visualiza, em síntese, essas indicações.

Quadro 13 – *Constructos Sociais do Litoral Centro e Sul, Desenvolvimento Econômico e Turismo*

		PAINEIS – CONSTRUCTOS SOCIAIS			
OFICINAS DO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS	POLO REGIONAL E LOCAL	ÁREAS	MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS	POSSÍVEIS SOLUÇÕES
		DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	Aracaju	<ul style="list-style-type: none"><li>Falta de emprego;</li><li>Ausência de lazer para os jovens e também de atividades para os idosos;</li><li>Exclusão social por parte do poder público;</li><li>Falta de recurso das instituições públicas a essa associações</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Divulgação do comércio existente (a cada 100m existe um ponto comercial)</li><li>Cooperativa de pescadores;</li><li>Fomentar a produção do artesanato (utilização das escamas do pescado aproveitamento de resíduos sólido, criação de instrumentos musicais);</li><li>Formar cooperativa de beneficiamento da casca de coco para elaboração de produtos de limpeza, de beleza e artesanato. E que nessas suscitem a formulação de projetos que favoreçam a aproximação da comunidade às associações, fomentando a geração de renda (qualificação profissional) com vistas à instalação de um polo turístico;</li></ul>
			São Cristóvão	<ul style="list-style-type: none"><li>Dificuldade de acesso;</li><li>Falta de apoio aos artesãos;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Melhoramento nas estradas de acesso, construção de ponte que liga o Pov. Bitá, Lavafeira e Cardoso. Somando-se ao aumento das linhas de transportes terrestres;</li><li>Criação de alternativas de trabalho através da criação da Fábrica de reciclagem e divulgação do artesanato produzido no local;</li><li>Mobilização da comunidade através de programas e oficinas de participação comunitária.</li></ul>
			Estância	<ul style="list-style-type: none"><li>Falta de oportunidades e de empregos;</li><li>Falta de valorização dos atrativos naturais do município, como por exemplo, a revitalização do Porto da Areia (construção de um mirante) por falta de projeto o recurso voltou (R\$ 100.000,00), através do DLIS;</li><li>Aplicação dos recursos em diversas áreas e não somente para o hospital como aconteceu (500.000 mil);</li><li>Políticas de incentivo e financiamento a autônomos, pequenos e médios empresários; e facilitações para a ocorrência dessas negociações.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Valorização das profissões e seleção de bons profissionais;</li><li>Orçamento participativo e projetos de capacitação, como nas áreas de turismo, mecânica, carpintaria. Somando-se ao fomento dos cursos de graduação (UFS,UNIT,cursos de pós-graduação Pio –décimo);</li><li>Valorização dos atrativos: Bairro Bonfim, Porto d’ Areia, resgate dos coretos onde antigamente eram realizados comícios, o XPTO;</li><li>O município apresenta vínculos com o Ministério do Turismo, Petrobras, BANESE, EMSETUR, existe divulgação do São João no Pré-caju.</li></ul>
			Indiaroba	<ul style="list-style-type: none"><li>Falta de investimento: comerciantes, pescadores e agricultores – política demagoga porque nem todos podem ser professores, médicos, advogados – a maioria são pescadores e agricultores;</li><li>Falta visão política do gestor, comunidade e empresários.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Envolver os povoados potenciais (produção de alimentos) em rede para atender os polos turísticos ;</li><li>Os recursos do governo municipal precisam ser priorizados e o povoado Pontal deve estar nessa decisão;</li><li>Investimentos no setor turístico para geração de emprego e renda;</li><li>Desenvolver ações que despertem talentos – artesãos, músicos, pintores, artistas folclóricos – para geração de renda.</li><li>Rede bancária para atender o turista;</li><li></li></ul>

<sup>(1)</sup> A partir de 2006 a prefeitura municipal em parceria com a UFS providencia o espaço público para instalar o Curso Superior no município. Organização de dados e *layout* gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2008.



Quadro 14 – *Constructos Sociais do Litoral Norte, Desenvolvimento Econômico e Turismo*

			PAINEIS – CONSTRUCTOS SOCIAIS		
OFICINAS DO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS	POLO REGIONAL E LOCAL	ÁREAS	MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS	POSSÍVEIS SOLUÇÕES
		DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	Brejo Grande	<ul style="list-style-type: none"><li>• Não há hotelaria com padrões diferenciados, mas existe construção de uma pousada.</li><li>• Ausência de Centro de Informações Turísticas.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Fomentar o turismo local, através da captação de recursos e linhas de créditos, eu viabilize a ampliação dos meios de hospedagem e alimento e bebidas;</li><li>• Elaborar projetos para estabelecer convênios e parcerias entre o município, o IFS, a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, CODESVASF e HIDAGRO, para criação do Curso Técnico Agrícola, e a elaborar projetos que vise à concessão de espaço para funcionamento de cursos técnicos .</li><li>• Articular as entidades, o Fórum DLIS, a comunidade e instituições públicas e privadas a fim de alcançar o desenvolvimento do turismo local.</li></ul>
			Pacatuba	<ul style="list-style-type: none"><li>• A praia de Ponta dos Mangues um dos atrativos turísticos, mas que não apresenta uma infra-estrutura turística adequada ao atendimento do turista, bem como dos equipamentos de apoio necessários para o desenvolvimento da atividade;</li><li>• A falta de reconhecimento e investimentos em áreas como a pesca e artesanato;</li><li>• Desconhecimento dos pontos turísticos pela comunidade.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Investimento em equipamentos turísticos como pousadas, hotéis, atracadouros, restaurantes, locais de banho;</li><li>• Criação de uma rede de cooperativas, principalmente na atividade pesqueira;</li><li>• Incentivo ao reconhecimento do local pelos munícipes, como forma de lazer.</li></ul>
			Pirambu	<ul style="list-style-type: none"><li>• Os moradores criticam a dificuldade de financiamento em relação a criação de pequenos empreendimentos;</li><li>• Existem mais de 50 guias no município capacitados pelo SENAC, mas não atuam;</li><li>• Apesar dos atrativos o município ainda é pouco visitado, exceto no período do carnaval.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Promover parcerias entre município – a partir da prefeitura, e empresas financiadoras, ou interessadas nesse financiamento;</li><li>• A intensificação das parcerias com escolas e outras instituições de ensino vislumbrando-se conhecer e divulgar as riquezas que o município oferece.</li><li>• Haver parcerias com os municípios circunvizinhos com o propósito de divulgar o turismo na região, especificamente o município de Pirambu;</li></ul>
			Barra dos Coqueiros	<ul style="list-style-type: none"><li>• Trafego ilimitado da ponte, por um lado melhorou o acesso, por outro, dificultou o transporte que se fazia por barcos. Isso acarretou falta de trabalho e renda;</li><li>• Segurança (violência urbana);</li><li>• Instalação do Resort Santa Luzia (promessas de emprego).</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Atrair maiores investimentos para a geração de emprego e renda, principalmente no âmbito de transporte hidroviário para passeios dos turistas.</li><li>• Fiscalização entre o Estado e as empresas internacionais (rede hoteleira) para manter o compromisso social.</li></ul>

<sup>(1)</sup> A partir de 2006 a prefeitura municipal em parceria com a UFS providencia o espaço público para instalar o Curso Superior no município.  
Organização de dados e *layout* gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2008.

As questões relacionadas, que seguem, de certa forma estão imbricadas no campo da organização social por eles construídas e, o meio ambiente, passa e perpassa transversalmente por todas essas dimensões estudadas e discutidas.

Apesar de perceber a articulação e organização civil de grande parte das associações e cooperativas, existe parte delas subscritas, mas sem atuar efetivamente, visto que sua estrutura administrativa é frágil no que diz respeito às decisões não coletivas, fiscalização precária, comunicação e parcerias entre governos e entidades, que comprometem a viabilização das reivindicações. Na tentativa de se articularem entre si foi recomendado por um líder a transformação das associações em OSIPS, Lei 9.790/99, cujo Decreto 3.100 regulamenta as parcerias com o setor público, além dos benefícios das isenções fiscais (Lei 9.249).

Há então certo enfraquecimento dessas organizações civis e isso se estende até seus sindicatos. Os líderes dessas entidades devem buscar dentro de uma nova linguagem a capacitação acerca de como se manifestar e enfrentar o Estado Sedutor. Nesse ir e vir de seduzir e ser seduzido extrai-se essencialmente o que de fato requer as comunidades – mobilizar-se em relação às reais necessidades locais.

Ademais é tênue a relação entre o Estado, a comunidade por meio de suas lideranças e o mercado nas decisões políticas. Isso decorre de uma cultura tradicional, em que a comunidade não sabe e/ou não pode sinalizar com veemência esse elo por se tratar de um questionamento muitas das vezes debatido apenas nas instâncias de lideranças empresariais e executivas do município. Em outros termos, aqueles que detêm o capital e poder possuem assentos e os pobres que não têm recursos dependem do Estado para sobreviver – essa é a prática.

Quadro 15 – *Constructos Sociais do Litoral Centro e Sul, Organização Social*

		PAINEIS – CONSTRUCTOS SOCIAIS			
OFICINAS DO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS	POLO REGIONAL E LOCAL	ÁREAS	MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS	POSSÍVEIS SOLUÇÕES
		ORGANIZAÇÃO SOCIAL	Aracaju (Bairro Coroa do Meio)	<ul style="list-style-type: none"><li>Há 72 associações apenas 18 estão em atividade, sendo que a maioria delas não é legalizada e sua estrutura administrativa é frágil decorrente de decisões não coletivas;</li><li>Venda de casas a preços módicos, sem legalidade na transação, uma vez que o Estado optou em colocar essas casas em nome das mulheres para não serem vendidas, no entanto continua acontecendo.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Criar parcerias entre a Comunidade e Governo, onde exista a comunicação no que se refere à cobrança dos direitos públicos;</li><li>Transformar as associações em OSIP's<sup>(1)</sup>, como também criar cooperativas para as mulheres, e que visem por exemplo, a reciclagem para materiais orgânicos e inorgânicos; salientando também a unificação, fiscalização e cadastro das associações e cooperativas existentes.</li><li>Criação de Centro Comunitário e que este seja sinalizador para a promoção da união entre a comunidade e os grupos de jovens;</li><li>Reestruturação das cooperativas a fim de proporcionar qualificação profissional;</li><li>Divulgação dos projetos, como é o caso dos Projetos para as Mães;</li><li>Ativar o módulo da polícia e formar um conselho de segurança na comunidade.</li></ul>
			São Cristóvão	<ul style="list-style-type: none"><li>Descaso dos gestores públicos;</li><li>Desarticulação da comunidade.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Comunicação, Interação e compromisso entre a Comunidade, os Gestores e as Instituições.</li></ul>
			Estância	<ul style="list-style-type: none"><li>Falta de interesse e mobilização da sociedade civil (comodismo).</li><li>Estância sempre teve participação ativa em reuniões do Governo do Estado, mas o problema foi o repasse de recursos.</li><li>Participação pouco efetiva dos empresários locais.</li><li>Falta de associativismo, cooperativismo, e as existentes não funcionam.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Incentivo, mobilização e boa vontade da comunidade para a criação de Associações e Cooperativas;</li><li>Estímulo à participação e ao associativismo;</li><li>Mobilização social quanto ao Estudo de Impactos Ambientais nas construções efetuadas pelo município.</li></ul>
			Indiaroba	<ul style="list-style-type: none"><li>Faltam união e força de vontade da comunidade para conseguir recursos;</li><li>Não há estímulo para a abertura de cooperativas e associações;</li><li>Comunidade em geral não consegue ver as ações dos bancos como agentes de desenvolvimento municipal ou local, apenas entende que recebeu empréstimos pessoais;</li><li>Apenas os representantes percebem;</li><li>Comunidade não participa das decisões políticas</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Alcançar essas comunidades para atender os povoados que tem potencialidade como Terra Caída, Pontal, Indiaroba.</li></ul>

<sup>(1)</sup> (Lei 9.790/99. O Decreto 3.100 regulamenta as parcerias com o poder público. A lei 9.249 regulamenta as isenções fiscais) para gerar renda; Organização de dados e *layout* gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2008.

**Quadro 16 – Constructos Sociais do Litoral Norte, Organização Social**

			<b>PAINEIS – CONSTRUCTOS SOCIAIS</b>	
<b>OFICINAS DO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS</b>	<b>POLO REGIONAL E LOCAL</b>	<b>ÁREAS</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	
		<b>ORGANIZAÇÃO SOCIAL</b>		
			<b>PRINCIPAIS PROBLEMAS</b>	<b>POSSÍVEIS SOLUÇÕES</b>
			<b>Brejo Grande</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As organizações civis existem, mas ainda a mobilização social é precária em relação às necessidades municipais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articular as entidade e associações;</li> <li>• Elaborar projetos para aquisição de terras através de financiamentos junto ao Banco da Terra e/ou doações pelo município;</li> <li>• Elaborar projetos para articulação de uma rede de instituições que vise o apoio à comunidade na aquisição das terras;</li> <li>• Elaborar projetos de identificação de áreas de terras pretendidas e propriedades privadas e públicas;</li> <li>• Elaborar cadastro das famílias que pretendem adquirir os lotes de terra;</li> <li>• Elaborar projetos de plantio nas áreas adquiridas.</li> </ul>
			<b>Pacatuba</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de organização das associações existentes, quando participação dos seus membros para reivindicar e prover melhorias;</li> <li>• Falta de uma rede de cooperativa principalmente na atividade pesqueira já que o município possui potencial fluvial e marítimo;</li> <li>• Necessidade de programas e projetos que objetivem a valoração das manifestações folclóricas, bem como dos costumes populares das comunidades tradicionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de uma rede de cooperativas</li> </ul>
			<b>Pirambu</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não há associações comunitárias na sede de Pirambu. Estas estão localizadas nos povoados e até têm iniciativa política, mas não possuem apoio nem legalização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar uma readequação das associações e procurar inseri-las no processo legal do município.</li> </ul>
			<b>Barra dos Coqueiros</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não existe uma organização civil no âmbito comercial (comerciantes do setor)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação de grupo comercial</li> </ul>

<sup>(1)</sup> (Lei 9.790/99. O Decreto 3.100 regulamenta as parcerias com o poder público. A lei 9.249 regulamenta as isenções fiscais), para gerar renda. Organização de dados e *layout* gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2008.

Os aspectos e os condicionantes da ocupação territorial na zona costeira sergipana visam compreender os pontos divergentes – o uso exacerbado dos recursos naturais em favor do crescimento econômico. Convergentes no que diz respeito às iniciativas, definições de políticas públicas e ordenamento do território no âmbito do Estado e mercado.

A ocupação trouxe para o Estado uma perda significativa de seu patrimônio natural, coadunando com o setor econômico preocupação menos incisiva ou mesmo ausente frente às questões ambientais daquela época. Em virtude dessa realidade, o Sistema de Unidades de Conservação (SNUC) foi criado, pela Lei 9.985/2000, visando o enfrentamento desse conflito.

A questão ambiental à luz das comunidades representa os impactos que afetam principalmente a população de baixa renda, no que concerne aos desmatamentos, aterramentos, poluição de manguezais, canais de águas pluviais, rios e praias e esgotamento sanitário industrial não tratado. Além disso, um problema crucial é apontado: a especulação imobiliária principalmente quando se refere à cidade de Aracaju, pois é a mais comprometida nessa questão; as áreas litorâneas, rios lagoas, dunas e restingas degradam e expulsam as comunidades das zonas praianas e ribeirinhas. A falta de sensibilização e comprometimento das comunidades envolvidas fica patente, como também a ausência do apoio da mídia para divulgar e denunciar essa problemática. Os recursos advindos do PRODETUR-SE prevêm essa recuperação, no entanto não se tem comprovação que houve essa demanda por parte dos governos.

Resgatando a crítica da Tragédia dos Comuns que reside no fato do desequilíbrio entre o uso do espaço exacerbado em detrimento do ambiente. Essa contribuição teórico/empírica requer uma releitura no que se refere a um compartilhar dos recursos naturais que são comuns a todos. O uso privado do ambiente leva à crença errônea de que é lícito apropriar-se ilimitadamente do espaço, e tirar proveito particular. Para que se atinja um equilíbrio na mudança efetiva de paradigma a organização civil se coloca, em tese, como pilar do desenvolvimento.

Quadro 17 – *Constructos Sociais do Litoral Centro e Sul, Meio Ambiente*

				PAINEIS – CONSTRUCTOS SOCIAIS	
OFICINAS DO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS	POLO REGIONAL E LOCAL	ÁREAS	MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS	POSSÍVEIS SOLUÇÕES
		MEIO AMBIENTE	Aracaju	<ul style="list-style-type: none"><li>Os impactos sob o meio ambiente afetam acima de tudo a população de baixa renda: desmatamentos, aterramentos, poluição de manguezais, canais de águas pluviais, rios e praias pelo esgotamento sanitário industrial não tratado;</li><li>Especulação imobiliária, através das Zonas de Expansão de Aracaju, comprometendo as áreas litorâneas, rios, lagoas, dunas manguezais e restingas, degradando os ecossistemas e expulsando as comunidades locais – litorâneas e ribeirinhas.</li><li>Falta de controle dos organismos oficiais quanto a essa problemática.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Contratação de Agentes ambientais;</li><li>Criação de um programa amplo com projetos e subprojetos que envolvam gestores públicos, empresários e o uso da metodologia da Educação Ambiental para frear a expansão sob áreas frágeis como os manguezais e as dunas.</li></ul>
			São Cristóvão	<ul style="list-style-type: none"><li>Lixo a céu aberto;</li><li>Falta de infra-estrutura básica.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Implantação de aterro sanitário;</li><li>Saneamento ambiental</li></ul>
			Estância	<ul style="list-style-type: none"><li>Aterramento dos manguezais para construção de casas (Praia do Saco);</li><li>Falta de preocupação com o Meio Ambiente, entretanto existem ainda ações pontuais como: a limpeza dos rios Piauí e Piauitinga e o trabalho de educação nas escolas;</li><li>Falta de sensibilização e comprometimento da comunidade, como também, apoio da mídia para mobilizar a comunidade quanto a essa problemática;</li><li>Poluição dos rios.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Melhorar infra-estrutura sem prejudicar o meio ambiente;</li><li>Existe um projeto de lixo integrado e sustentado em Estância, falta colocá-lo em prática;</li><li>É preciso coleta seletiva;</li><li>Revitalização dos rios;</li><li>Projetos de sensibilização;</li><li>Orçamento participativo.</li></ul>
			Indiaroba	<ul style="list-style-type: none"><li>A comunidade esta utilizando os bueiros para sua rede particular.</li><li>Não há uma política de sensibilização sobre a conservação e preservação do meio ambiente por parte dos governantes para a população que não frequenta a escola</li><li>Falta de lixeiros nas comunidades</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Fazer parte do currículo sobre a educação ambiental; desenvolver trabalho educativo com a população geral através de vídeos, cartilhas, folhetos e documentários acerca do meio ambiente</li></ul>

Organização de dados e *layout* gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2008.

**Quadro 18 – Constructos Sociais do Litoral Norte, Meio Ambiente**

				PAINEIS – CONSTRUCTOS SOCIAIS	
OFICINAS DO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS	POLO REGIONAL E LOCAL	ÁREAS	MUNICÍPIO	PRINCIPAIS PROBLEMAS	POSSÍVEIS SOLUÇÕES
		MEIO AMBIENTE	Brejo Grande	<ul style="list-style-type: none"><li>Assoreamento do rio São Francisco;</li><li>Pesca predatória, ocasionando a escassez das espécies típicas;</li><li>Captura predatória dos caranguejos com o uso de redinhas;</li><li>Uso inadequado do rio para a lavagem de roupas, cavalos, pratos, contribuindo para a degradação do rio São Francisco.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Fiscalização e controle efetivo da pesca e captura dos peixes e caranguejos na região;</li><li>Controle da pesca predatória;</li><li>Programa de Educação Ambiental a ser realizado com as famílias das lavadeiras e população ribeirinha.</li></ul>
			Pacatuba	<ul style="list-style-type: none"><li>Descaso da comunidade e dos visitantes em relação à preservação do patrimônio natural</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Valorização do ambiente natural que o município apresenta;</li></ul>
			Pirambu	<ul style="list-style-type: none"><li>Requer capacitação para sensibilizar as pessoas no que tange a preservação do meio ambiente;</li><li>Houve descaso por parte dos gestores públicos no que se refere a problemática ambiental e as pessoas até a intervenção tinham e tem (alguns ainda tem medo de perder o emprego e de se manifestar contrários a política) receio de protestar em prol da sustentabilidade ambiental - O mar está sendo prejudicado pela ação do homem, a cidade está jogando sua riqueza fora.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Sensibilização da comunidade a respeito da problemática ambiental e seus reflexos na economia e qualidade de vida</li><li>A criação de cooperativas em bases sustentáveis sócio ambiental;</li></ul>
			Barra dos Coqueiros	<ul style="list-style-type: none"><li>Escassez de recursos naturais de subsistência como o pescado e o caranguejo</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Revitalização dos berçários naturais – manguezais, degradados pelo processo</li></ul>

Organização de dados e *layout* gráfico por SANTOS, Mary N. L., 2008.

### 6.3.3 A pobreza, a governança e o poder organizativo dos agentes sociais

Dados técnicos e científicos somados a percepção dos agentes sociais discutidos nas oficinas co-participativas, indicam fatores de ordem quali-quantitativos e relevantes no processo de desenvolvimento local.

Um território de uso eminentemente agrícola e tem como perspectiva e expectativa o turismo como alternativa de desenvolvimento. Requer, para isso, efetivamente de diálogo entre a comunidade e seus governantes para se chegar ao equilíbrio no que concerne ao uso desse território. Fica patente que a participação deles no processo decisório dos governantes é incipiente e que os investimentos advindos do PRODETUR I são de pouco conhecimento em virtude da ausência de uma política de sensibilização e envolvimento de toda comunidade para esclarecer e estabelecer uma relação de cumplicidade. Apenas aqueles diretamente beneficiados conhecem as origens da verba.

Constata-se que apesar dos investimentos aí postos, as comunidades são contempladas como agente externo que recebe esses efeitos e não como ente ativo do processo. Nesse contexto, são inegáveis as dificuldades enfrentadas por esses agentes no que tange as fragilidades no campo da qualificação, das condições de pobreza que estão estreitamente vinculadas à capacidade de luta e de conquista, diante do poder governamental e do mercado. Isso, no entanto, não descaracteriza o conhecimento deles em relação a sua realidade local e a consciência que desabrocha e defende o seu território, apesar das dificuldades mencionadas.

Em função dessa realidade, constata-se que a dinâmica do controle social e governança para solucionar as ações mitigadoras, no campo da territorialidade turística, estão, de certa forma, comprometidas mais com os fatores exógenos (políticas do Estado e mercado global) e, que se manifesta nos discursos do Estado, como agente sedutor, do que com os problemas de *fórum* interno das comunidades.

No âmbito desse estudo, os resultados confirmam que as políticas não trouxeram consigo mudanças expressivas no desenvolvimento humano das comunidades tradicionais e receptoras do turismo. Falta vontade política de ambos os lados que permita a funcionalidade das associações e cooperativas para juntos desenvolver a região e, por sua vez, o local.

Marca a contradição entre o espaço público e o privado que se reflete na relação do Ser-natureza na conjuntura atual que desapropria/dualiza e não integra. Atender à cartilha do uso de capital estrangeiro, sem passar por uma clivagem de prioridades, atualmente, vai de encontro à permanência da vida em todos os sentidos, quer seja econômica, política e ambiental especialmente. Reformular a política territorial a partir de um modelo que mantenha a



soberania do Estado, sem, contudo, deixar de estar inserido num processo de desenvolvimento global e não tão desigual.

Para mudar o cenário aí posto, o Estado e a capacidade organizativa dos agentes sociais precisam estabelecer um diálogo em amplas bases representativas que vise interesses comuns, visto que, aquilo que se tem assistido ao longo dos anos é a uma degradação descontrolada dos recursos que vem se perpetuando e conduzindo a um caminho sem perspectiva.

Segundo Keyser (2002) relevantes aspectos podem ser considerados do ponto de vista da antropologia cultural para superar as dificuldades anteriormente apontadas:

- ✓ Tecnologia – a forma pela qual as pessoas usam ferramentas, artefatos e técnicas para modificar as condições e os recursos no seu meio ambiente para sobreviver;
- ✓ A organização econômica – como as pessoas se organizam para produzir e alocar os produtos e serviços necessários em uma sociedade;
- ✓ A organização política – os mecanismos para alocar poder, controlar conflitos, e regular as relações com outras comunidades;
- ✓ A ideologia – conjunto de crenças explicando a natureza do mundo e da relação das pessoas com ele e o cosmos, sempre acompanhada por ações ritualísticas, sacrifícios, rezas, entre outros;
- ✓ As artes – o sistema de técnicas para exaltação da experiência através da manipulação dos sentidos;
- ✓ A língua.

Discute-se, nesse sentido, levantar os problemas a partir das experiências dos agentes sociais estratégias e práticas para os envolvidos no planejamento e gestão do turismo bem como capacitar as comunidades anfitriãs a fim de gerenciar os **efeitos do turismo**.

Ademais, que o local prescinde do regional e, por sua vez, do nacional e, juntos, pensar num projeto nacional em longo prazo e que independa de quem esteja no poder. Essa análise mostra, assim, em meio às contradições oriundas de uma governabilidade parcial que a apatia das comunidades acaba por contribuir com o quadro aí posto. Todavia, há uma esperança do ponto de vista do bem-estar social que pode ser deflagrada pelo Estado (governança) e pelo social (agentes, atores, líderes) e que converge para a dinâmica das localidades.

Esse capítulo teve assim a pretensão de cumprir os caminhos estruturantes definidos na metodologia para realização das oficinas. Não obstante essa preocupação, o uso do método e técnicas também anunciados validaram-se nas contribuições dos municípios. E os resultados que compõem a análise qualitativa trouxe, por um lado, idéias, leituras de realidade que subsidiam

aos governantes e empresários, como atuar, mitigar e compensar com recursos e estratégias políticas que atraiam trabalho e renda (pequenos empreendimentos), para os municípios. Essa é a perspectiva dos agentes sociais e deste estudo.

A seguir, capítulo sete, serão trazidas as conclusões e proposições desta pesquisa.

## 7. CONCLUSÕES E PROPOSIÇÕES

Defende-se em tese, nessas conclusões, de um lado, a subtração da ilusão que é criada, montada e remontada pelo mercado e Estado no que diz respeito à superação da pobreza mediante investimentos nacionais e supranacionais para o turismo (discurso). Do outro as fragilidades desse discurso em relação à participação dos agentes sociais no processo de desenvolvimento local. O controle cidadão como elo central nesse processo de desenvolvimento regional e local é determinante na eficácia das políticas públicas de turismo.

Dessa compreensão resulta um Estado a serviço do capital transnacionalizado no contexto da revolução tecnológica do século XX e marcadamente pela crise financeira do século XXI e este, por sua vez, determinando a condução política do Estado. Em outros termos, os efeitos do recuo do Estado-Nação implicam em decisões tomadas por agentes financeiros não definidos por seu caráter nacional.

O poder territorial do turismo coaduna-se com esse processo e frequentemente associa-se à esfera da economia, com escassez de trabalho e inserção de um turismo-comunitário, principalmente para o Estado de Sergipe. A atividade turística, por si só, é encarada como vocação econômica de certas regiões, como é o caso do Nordeste brasileiro; as repercussões sociais nesse campo, acompanhadas dos financiamentos e apoio a projetos turísticos nacionais, estaduais e municipais não vêm imbuídas de funcionalidade, fiscalização, normalização e controle em sua dimensão econômica, ambiental ou sociocultural.

O turismo historicamente foi idealizado dentro de uma sociedade com princípios basilares na economia e, atualmente, requer uma reflexão mais ampla sobre o seu próprio objeto de estudo, todavia, não lhe tira o mérito que lhe é inerente, o da interdisciplinaridade. Nesse sentido, a limitação da pesquisa está associada às questões de caráter científico e do uso epistemológico de outras ciências para delinear e explicar o seu conhecimento, processo que exige constantes avanços.

Tais premissas progrediram à luz de teorias de cunho filosófico e geográfico sem desmerecer outros campos do conhecimento científico. A motivação pessoal e o diálogo social entre os sujeitos são objeto de atenção e ação da presente tese, indicando os principais resultados e abordando algumas questões.

Cabe destacar, inicialmente, como se configuram as relações de poder no cenário social e como este se manifesta dentro da dinâmica socioeconômica e organizativa dos agentes sociais. Salienta-se, ainda, a questão de como a teoria dos polos de desenvolvimento, em voga desde meados da década de cinquenta, é implantada nos países subdesenvolvidos e resulta em

interpretações de toda sorte “não intencionalmente ou deliberadamente errôneas” como afirma Milton Santos. A ideia em si não perdeu o seu prestígio já que permeia as decisões e os esforços dos governantes. Sua aplicação foi além daquilo que pensara Perroux (1955;1984). Aqueles que se utilizaram das suas formulações originais, Boudeville (1958), seguido de Rodwin (1961) e Friedman (1969), já sinalizavam que o conceito de polos de crescimento tinha uma base geográfica.

Dentro da concepção de polo, os esforços sempre estiveram voltados para um planejamento que privilegia eminentemente o espaço econômico de “alguns poucos e não com o espaço de todos”. Esse modelo foi forjado para os países subdesenvolvidos, especialmente para as regiões brasileiras com potencialidades industriais, e depois é transposto para o setor de serviços sem, contudo, avaliar as limitações dessa metodologia para o espaço territorial do turismo. O discurso em voga idealizava melhoria de vida para a população local, e no entanto o que se assiste é a uma ocupação indiscriminada e discriminatória na qual a população quase não é levada em conta.

Toma-se como valia o pensamento de Milton Santos para se delinear o que acontece na região do Polo Costa dos Coqueirais dentro de uma política embasada na teoria de crescimento econômico. Quando se usa o espaço geográfico para instalar polos de crescimento, não se leva em conta o espaço “concreto”. Prioritariamente, o espaço da produção tem supremacia em relação aos diversos prismas de análise deste espaço.

O que se constata a partir de então é algo singular: o polo em questão nas condições supra não tem como proporcionar ou melhorar as condições de vida da população. A metodologia aplicada pelos governos revela a fragilidade dessa política de aplicação dos recursos, que se instituiu historicamente de forma inadequada e se perpetua em um modelo de planejamento autocrático, que permeia as ações e formas de utilização desse espaço, consolidando-se com a convivência do Estado Sedutor.

Os investimentos aplicados pelas agências multilaterais estão assentados nessa mesma política e limitações metodológicas, as quais passam para essa proposta de polos, com o discurso de atender e reduzir a pobreza. Um dos pontos conclusivos em tese confere que a metodologia, no espaço concreto, deve ser concebida no âmbito sistêmico – aquele que une e integra – no conjunto das decisões políticas institucionais e comunais desenvolvidas de baixo para cima. Ademais, é indispensável que se pensem e executem ações e que se apliquem instrumentos de avaliação ambiental, socioeconômica e organizativa da região, através dos quais seja possível exercer o controle das formas de uso e ocupação do território pelo turismo.

Diante disso, o segundo destaque reforça o pensamento de que há um confronto entre o espaço geográfico e o econômico, em se tratando da teoria de polos. O poder territorial se manifesta dentro dessa dinâmica estabelecida pelo Estado, palco onde se dá a contradição, perante uma sociedade parcialmente alheia ao desenvolvimento dos seus limites espaciais e do seu próprio destino.

Estudos comprovam que o Estado-Nação, tal como foi gestado, desenvolvido e amadurecido é considerado, pelos que ditam as regras do capital, um obstáculo para o progresso da mundialização. No entanto, não se pode deixar de registrar historicamente a sua presença nos ordenamentos políticos e econômicos nos três últimos séculos. No âmbito político territorial tal configuração é estabelecida sob o domínio das elites regionais e, por que não dizer, nacionais, diante de um Estado forte, ora como mediador dos conflitos, ora como instrumento político para atender ao capital, denominado na concepção deste estudo de **Estado Sedutor**.

São vários os obstáculos para o enfrentamento dessas questões principalmente no campo do controle social e de governança. De um lado, averiguar a capacidade organizativa dos agentes sociais em conquistar os seus direitos. Do outro, o Estado na tentativa de exercer efetivamente o seu papel em atender a população a partir de suas reais necessidades.

Essa indicação tem implicações no âmbito das políticas públicas de turismo implementadas no país. A partir da década de setenta, o governo brasileiro seguiu uma política internacional junto às agências multilaterais para financiamento de obras estruturais e institucionais. A criação de decretos e leis também convalidou uma representação política do turismo no país, através dos órgãos, secretarias e ministérios.

Outro ponto merecedor de destaque dentro dessa política são os investimentos do BID e outros órgãos de fomento, no que concerne à alocação de recursos para o desenvolvimento do turismo do Estado de Sergipe, prioritariamente escolhido o Polo Costa dos Coqueirais, situado na faixa litorânea. Destaca-se que este programa estendia-se aos estados nordestinos com o objetivo de melhorar a infraestrutura dos principais centros turísticos. No caso de Sergipe, privilegiou mais proficuamente Aracaju, sua capital.

No campo das ações locais, no que concerne à infraestrutura, o programa cumpre o seu propósito para o litoral Centro-Sul do Estado e de forma pontual para o município Barra dos Coqueiros (Litoral Norte) e São Cristóvão. No entanto, os investimentos advindos do BID e do Estado para a finalidade posta não trouxeram consigo mudanças expressivas para as comunidades contempladas pelo programa. Há um descompasso entre o discurso das agências multilaterais de minimizar a pobreza e a expectativa da sociedade em ver isso se refletir na

melhoria das condições de vida da população afetada por essas ações. Isto se deve, talvez, à não existência de uma política de turismo que vislumbre um modelo de desenvolvimento pautado nas necessidades das comunidades e no desenvolvimento do local, independente dos ditames do mercado.

Dessa forma, a melhoria promovida se processa de forma diferenciada entre as regiões do litoral ficando patente que se privilegiou o Centro-Sul em detrimento das outras localidades com índices de pobreza elevados. Conclui-se então que inicialmente o PRODETUR, não se enquadra como política de turismo. No entanto, ao instituir-se o Conselho do Polo surge o ambiente propício para que se discutam as ações desses programas de maneira mais consolidada.

No âmago das análises empreendidas e defendidas no bojo da tese aqui apresentadas, constata-se a vulnerabilidade dessas políticas para as comunidades carentes e aqui se registram as expectativas de mudanças advindas dos recursos do PRODETUR I. Esperava-se que o seu prosseguimento, PRODETUR II, suprisse as lacunas deixadas anteriormente, o que não aconteceu. Além dessa expectativa, havia promessas de outros investimentos *pari-passu* como moradia, saúde, educação, e com essas obras haveria mais trabalho e renda para o município. O que se percebe, no entanto, são iniciativas fragmentadas das comunidades para instalar pequenos negócios.

Diante disso, constata-se que a base comunitária dos agentes nesse processo se encontra frágil tanto no que diz respeito à luta, à participação e às reivindicações junto ao governo, quanto às conquistas sociais e econômicas. Há uma apatia geral, um descrédito para com o governo, pois os agentes não se sentem atendidos e incluídos nas tomadas de decisão.

Em função da realidade vivenciada, salienta-se a necessidade de controle social mais efetivo e governança para solucionar as ações mitigadoras, quer no campo da territorialidade turística, estão de certa forma comprometidas mais com os fatores exógenos (políticas do Estado e mercado global) e que se manifesta nos discursos do Estado, como agente sedutor, do que com os problemas de *fórum* interno das comunidades. O que contribui para a perpetuação da pobreza.

Outro foco conclusivo são os dados sinalizados pelos agentes, no período em tese, acerca de sua inclusão no processo de desenvolvimento do turismo. Esses mostram que não havia uma preocupação por parte dos governantes com essa questão e tampouco políticas públicas que priorizassem as particularidades locais. Fato que só começou a ser mais bem demarcado nos períodos compreendidos entre 2002-2005, não pela população envolvida (líderes locais) e, sim, pelo diálogo construído entre os membros representativos da sociedade

civil no Conselho do Polo Costa dos Coqueirais, e que através do governo atual (2006-2008), traz incentivos dessa natureza que convergem para os anseios da coletividade.

Os indicadores sociais e econômicos sinalizam essa realidade e prioriza-se trazer nessa conclusão, os dados recentemente divulgados sobre essa questão em meio à crise internacional, que, de certa forma, se reflete na política interna do país: o *Institute for Policy Studies de Washington* divulgou que, para atender aos bancos e seguradoras na crise atual, foram destinados mais de US\$ 4 trilhões pelos governantes. Isso significa que esse valor gasto é 40 vezes superior aos recursos destinados à pobreza e às mudanças climáticas no mundo. Os 20% mais ricos no globo se apropriam de 82,7% da renda, enquanto os dois terços mais pobres ficam com apenas 6%.

Nesse contexto, os indicadores sociais apontados, no período de 1990-2000, indicam e reforçam a tese de que pouco se fez em relação às privações no campo da renda, do saneamento ambiental (água, saneamento e lixo) e da educação. A análise evidencia que o investimento público é planejado para reforçar as necessidades de acumulação do capital privado e que este, por sua vez, procura economias de escala e economias de aglomeração, o que concentra o desenvolvimento em poucas frações do espaço geográfico. Então, o mapeamento dos investimentos públicos na Região Metropolitana de Aracaju e na faixa litorânea transforma em falácia o discurso da desconcentração geográfica das atividades econômicas e da infraestrutura social.

Os dados traduzem, assim, para os governantes de diferentes níveis, excitação quando há bons resultados nos indicadores de longevidade, renda e educação. E isso decorre, por exemplo, do último item apontado de “massificação do número de matrículas” e/ou incremento de “programas de alfabetização de adultos” que são políticas financiadas diretamente com recursos do Orçamento Federal, não precisando de muito esforço dos governantes locais. No entanto, a quantidade de matrículas sem a qualidade de ensino, sem condições adequadas de trabalho e sem uma remuneração justa dos profissionais da educação, submete a sociedade a padrões de qualidade questionáveis. Em termos de renda, Lemos sentencia: enquanto a pobreza não for tratada como sinônimo de exclusão social e for aferida por indicadores que não sejam apenas a renda *per capita*, será mais bem definida. Ou seja, será possível visualizar com maior clareza que esses termos são intercambiáveis: pobres/exclusão social.

Quanto aos indicadores sintéticos mais atualizados, há que se destacar FIRJAN (2000-2005) e IDF (2007), respectivamente. Esses revelam que os municípios pesquisados apesar

dessas inversões, continuam com resultados medianos, sem se aproximar de (1,0); isso significaria um nível maior de desenvolvimento das localidades. Aracaju é uma exceção nessa análise, pois possui indicador favorável ao desenvolvimento (0,7988%) no *ranking* de 229º lugar do país (FIRJAN, 2005), embora também tenha resultados não tão animadores no cômputo do IDF (2007) de 0,58%. Porquanto, no âmbito do estudo, é possível afirmar que as políticas tenham trazido consigo mudanças no desenvolvimento humano, mas não tão expressivas, pois apesar dos investimentos em turismo, o padrão é inaceitável para o desenvolvimento das comunidades.

Nesse ponto, chama-se atenção para o papel do Estado e das lideranças locais na mudança do cenário – precisam estabelecer um diálogo com amplas bases representativas que visem a interesses comuns e levem a um modelo de desenvolvimento com equilíbrio entre as partes envolvidas e o meio ambiente. O que se tem assistido ao longo dos anos é a uma degradação descontrolada dos recursos que vem se perpetuando e conduzindo a um caminho sem perspectiva. Especialmente no espaço litorâneo do polo, com as instalações das segundas residências, construções de alvenaria para atender aos equipamentos e serviços turísticos sem obedecer às margens dos rios e praias, orlas (des)construídas que impactam tanto o visual, quanto o ordenamento do setor.

Fica patente na presente discussão e que contribui para indicar ferramentas de uma matriz foi a contribuição de McCay & Acheson e outros que afirmam ser o capitalismo e a industrialização os que não só possibilitaram, mas criaram as condições do uso exacerbado do ambiente. Marca a contradição entre o espaço público e o privado, que se reflete na relação do Ser-natureza e na conjuntura atual que desapropria/dualiza e não integra.

A relação entre o Estado, os agentes de financiamento e as comunidades – como seres organizados – sustenta-se nas teorias de desenvolvimento includente. O discurso atual do desenvolvimento favoreceu apenas o crescimento econômico, principalmente do ponto de vista emblemático, quando se fixa o olhar nas comunidades pobres do polo. Esse modelo tem alimentado o sistema capitalista ao longo do tempo e tem sido assimilado pelos povos subdesenvolvidos e aqueles em desenvolvimento, mesmo não compartilhando do mesmo hùmus social e histórico. Essa apropriação incompatível das culturas ditas desenvolvidas ocasiona o próprio atraso, acabando por gerar uma crença distorcida de uma homogeneidade ilusória que ignora completamente as diversidades singulares de cada lugar.

As inovações tecnológicas nos processos locais de aprendizagem produtiva – arranjos ou aglomerações locais, distritos industriais, *clusters* e polos (indústria) – estabelecem o aprendizado coletivo numa dimensão, a *posteriori*, como sistema interativo. Dentre esses



modelos, destacam-se o conceito de polo, já discutido inicialmente, que foi transposta e aplicada ao setor turístico, e serviu para definir os espaços (municípios contíguos e não contíguos) que representassem os atrativos turísticos e os roteiros. Essa estratégia política possibilitou os investimentos no Nordeste do Brasil. O que, na experiência do PRODETUR-SE, tem caráter parcial, uma vez que priorizou o mercado. Considerar o território a partir dessa concepção gera atrasos e pobreza e não contempla o espaço concreto. Falta aperfeiçoar o que de positivo há em cada um desses modelos e o inverso se faz necessário: considerar o conhecimento comunitário na perspectiva de suas necessidades humanas.

Apresentam-se, a partir dessas conclusões, as perspectivas de mudanças: o território compartilhado do turismo e as ferramentas matriciais que se coadunam com a proposta socioeconômica organizativa dos agentes sociais e de governança, que se visualiza na figura 75, a seguir.

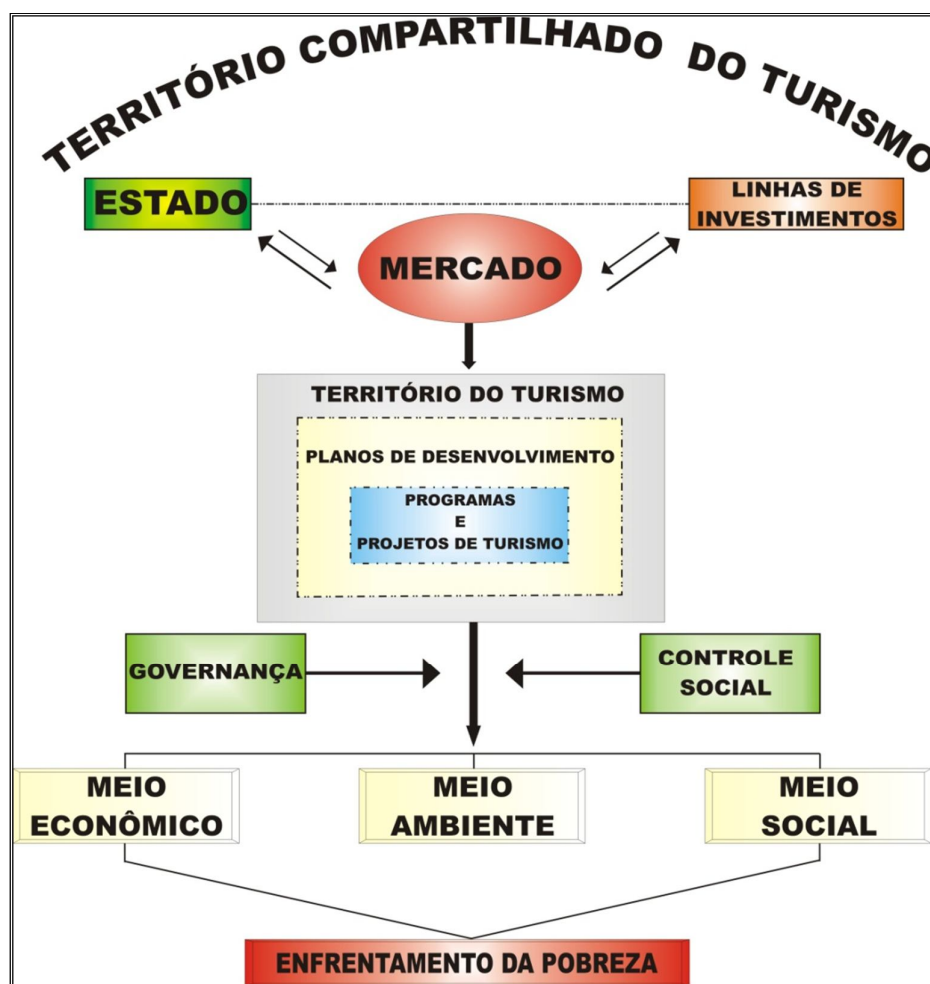


Fig. 75 – Território Compartilhado do Turismo.  
Criação/Arte: SANTOS, Mary N. L., 2009.

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido nas oficinas trouxe consigo possibilidades de (des) construir com os agentes e sujeitos para se fazer perceber. Através da força interior que há nessa dinâmica dos contrários e do compartilhamento do território (conhecimento do ser-fazer), que independe de partidarismo, soma-se por um objetivo comum. Em outros termos, alia-se nas contingências, na história e no que possa vir a ser.

Atender à cartilha do uso de capital estrangeiro, sem passar por uma clivagem de prioridades, atualmente, vai de encontro à permanência da vida em todos os sentidos, quer seja nas esferas econômica, política, quer na ambiental especialmente. Deve-se, sim, reformular a política territorial a partir de um modelo que mantenha a soberania do Estado, sem, contudo, deixar de estar inserido num processo de desenvolvimento global/local e não tão desigual.

O caminho assim, para mudança nessa relação de seduzir e ser seduzido num espaço concreto perpassa pela forma como se estabelece essa dinâmica entre o Estado, o mercado e os agentes sociais. Têm-se indicativos apresentados na figura 75, mas, apesar dessa configuração, não se tem uma resposta definitiva para tal questão; há, sim, aspirações e vontade de delinear um caminho de sanidade política, utópica, talvez, através de ideias novas e que concretamente venham possibilitar o desenvolvimento das localidades pesquisadas em bases mais justas e cujo sistema de planejamento seja gerido de forma integrada, descentralizada e participativa.

Diante disso, a comprovação da *tese* está alicerçada nas seguintes confirmações:

1. As ações dos organismos internacionais, em especial do BID, não vêm contribuindo para gerar novos empreendimentos que visem à melhoria nos indicadores de renda da população afetada. Isso corrobora os argumentos de que o envolvimento mínimo do Estado com o bem-estar social e a falta efetiva da sociedade na condução das políticas territoriais do turismo acaba por ampliar os efeitos contraditórios dos investimentos turísticos em Sergipe, capitaneados pelos grandes investidores;
2. As bases de apoio e de negociação dos que representam a sociedade civil do polo aparecem contraditoriamente, na medida em que influenciam as políticas de turismo, mas não se apropriam como gestores de governança que deviam exercer para com o desenvolvimento do turismo;
3. Os investimentos no setor de turismo têm impactado de forma diferenciada as diferentes comunidades que compõem o Pólo Costa dos Coqueirais, o que decorre de uma forma de intervenção territorial desigual à realidade da região.

Nesse encaminhamento, surgem algumas indicações de ferramentas matriciais de turismo, cunhadas por esse estudo de *ecocomum*, que na sua essência pertence à comunidade, mas que não é reconhecida nem pelo mercado, nem pelo Estado e muito menos pelo próprio indivíduo em termos de dimensão coletiva → morada do Ser → apropriação → integração.

A composição proposta revela os anseios da comunidade e fortalece o que já existe. Essa idealização tem como centro o município de Brejo Grande considerado neste estudo como célula mãe, na perspectiva de expandir-se num modelo de uso territorial em nível regional e local.

### ***Desenho da matriz***

O modelo matricial *a priori* levanta questão acerca de sua operacionalidade e experiências, bem como o uso e procedimentos acerca da captação e/ou criação de redes de investimentos (*software*). Na sequência, a organização das oficinas e fóruns de discussão em redes compartilhadas do município em foco, com seus agentes e sujeitos do processo sobre a proposta de ferramentas da matriz territorial comunitária. A pesquisa-ação e participante se constituem, assim, como marco organizacional.

Para definir essa proposta utilizou-se das seguintes estratégias: onde? quem? como? por quê? quando?

Diante das colocações dos comunas, sugerem-se ferramentas para uma matriz que possa viabilizar/oportunizar melhoria nas condições de vida da comunidade e que alavanque o desenvolvimento do local e promova um uso mais consciente do espaço coletivo.

### ***Definindo a matriz***

Ferramentas matriciais foram pensadas e idealizadas a partir do conceito de redes e diagramas de sistemas já discutidos no aporte teórico desta pesquisa; assim como o significado do território compartilhado, esses termos utilizados na concepção de entendimento da comunidade e naquilo que é possível e impossível fazer – organizar-se civilmente em benefício de ações comuns – com o apoio institucional das organizações públicas e privadas, pois se faz necessário.

Entre os municípios estudados, Brejo Grande é escolhido para aplicação dessas ferramentas. Ressalta-se que essa construção é desenvolvida não só pelas lideranças locais, mas por seus moradores antigos e aqueles que lutam por reconhecimento (comunidade tradicional). Esses compõem o território. A finalidade disso é autoconhecer-se autocapacitar-se e se organizar coletivamente na expectativa de atrair trabalho e renda, e como estratégia

para alcançar tal intento o uso de canais de participação, que já foi conferido a eles quando da participação nas oficinas – copartícipe do aprendizado.

Nesse sentido, há três perspectivas na fase preliminar de composição da matriz:

1. Rede, através da disseminação da estrutura matricial, troca de informações e comercialização da produção e serviços;
2. Território compartilhado, mediante o entendimento e que se respeitem as particularidades individuais do Eu, Você e o Nós (Ecocomum)<sup>75</sup>, que significa morada comum, casa ecológica.
3. Matriz com significados e simbologias que representam os meios social, econômico e ambiental, principalmente, o político nas negociações (Rede Coletiva). Acompanham ainda, nesse conjunto, uma análise quali-quantitativa, na perspectiva de compor um quadro favorável à captação de recursos e desenvolver a capacitação dos comunas, de forma a gerar emprego e renda.

Assim, configura-se o modelo matricial piloto, cujo propósito, se for apoiado, servirá de multiplicação do modelo para os municípios sergipanos ou *quicá* para a região Nordeste.

Diante de um plano geral, outras ações estão imbricadas para desenvolver tal proposta:

- (i) Sensibilizar a participação das comunidades autóctones na dialética do planejamento comunitário e turístico.
- (ii) Elaborar oficinas didáticas participativas, que oportunizem o poder de voz das comunidades envolvidas no processo de desenvolvimento;
- (iii) Fortalecer, através das oficinas, o conhecimento sobre educação ambiental, economia coletiva<sup>76</sup> e políticas sociais definidas pelos comunas, com o apoio dos governos nacional e subnacional, através de uma metodologia participativa (Capacitação);
- (iv) Inovar junto às lideranças (capacitadores) os recursos didáticos e audiovisuais referentes aos **riscos e oportunidades** do desenvolvimento do turismo na vida econômica, social e cultural através de oficinas, produção de *folders*, cartilhas informativas do tipo: Turismo comunitário: veja o que você ganha com isso;
- (v) Desenvolver um sistema de educação voltado para a realidade local na perspectiva da economia do lugar através de fomento do comércio local, venda de iguarias típicas, o

---

<sup>75</sup> Ecocomum denominação cunhada pela autora desta tese.

<sup>76</sup> É o nome que se dá para gerar renda e trabalho para os munícipes e em bases dialógicas, que tradicionalmente eles já nascem com essa construção (comunidades antigas). Dentre tantas teorias e alternativas de desenvolvimento local, essa denominação, na visão da autora, se aplica mais coerentemente.

pescado, o artesanato, a hospedagem, reutilização e reciclagem dos compostos inorgânicos.

- (vi) Criar junto à comunidade uma rede de desenvolvimento em Sergipe de forma a subsidiar um modelo participativo local que possa minimizar a pobreza.

Vincular essa proposta, quadro 19, às atividades humanas e ao território, segundo Orea (1994) é fundamental e deve-se fazê-lo através de um plano conceitual que envolva as disposições legais do uso e destino do solo, da proteção dos recursos naturais e que haja conexão com as decisões econômicas locais. Assim, o quadro apresenta as possibilidades de operacionalidade da matriz em interface com a figura 76 adaptando-se ao território do turismo, com suas dimensões/variáveis dispostas no tripé: econômico, ambiental e social (Rede Coletiva).

Quadro 19 - Matriz Territorial de Turismo Comunitário

MATRIZ TERRITORIAL DE TURISMO COMUNITÁRIO	
TERRITÓRIO COMPARTILHADO	
Rede Coletiva (Serviços Turísticos)	Meio Econômico
	Setor Primário
	Setor Secundário
	Setor Terciário
	Estrutura Produtiva (Ativa e Inativa)
	Nível de Renda
	Deslocamento
	Meio Ambiente
	Solo
	Água
	Ar
	Clima
	Flora
	Fauna
	Meio Social
	Riscos Ambientais
	Características Demográficas
	Densidade
	Desenvolvimento Urbano e rural
	Infraestrutura
	Uso do Solo
	Indicadores Sociais
	Estrutura Propriedade (terras)
	Modos de Vida
	Recursos Culturais
	Nível de Org. Social
	Patrimônio Hist. Cultural
	Valores Históricos e Memória Social
	Valores Estéticos
	Saúde e Seguridade

Organização de dados e *layout* gráfico: SANTOS, Mary N. L., 2009  
 Fonte: Proposta adaptada de BUENDÍA (2002, p.139).

A figura 76 visualiza essa perspectiva de construção.

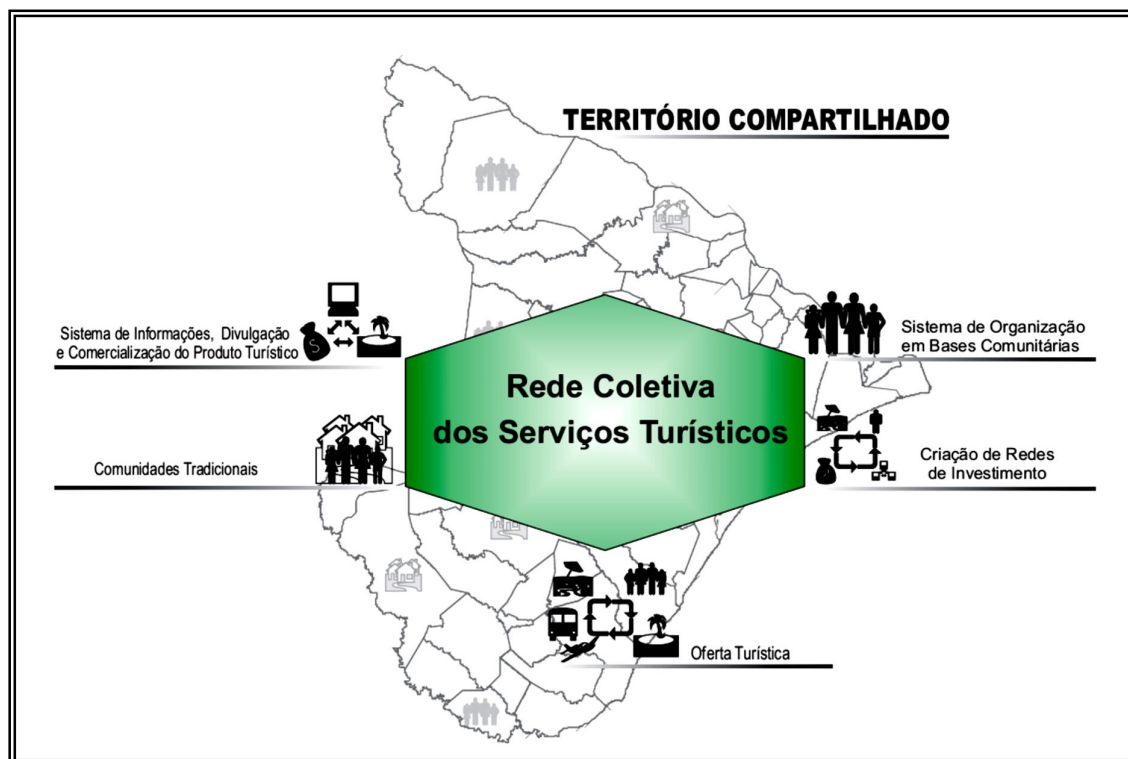


Fig. 76 – Modelo de Rede Coletiva dos Serviços Turísticos.

Criação/Arte: SANTOS, Mary N. L., 2009. Arte: BOMFIM. Fagner; CRUZ, Josielma, 2009.

Essa matriz é uma conquista da pesquisa co-participante autora e co-autores – agentes sociais, os excluídos – que buscam uma revolução do saber, pois sem conhecimento não se sabe como fazer, tampouco transpor o que está incrustado ao longo do tempo e do espaço. Este chega fatiado à sociedade do ilusionismo, o turismo.

Apesar de Marx já ter previsto, em sua crítica, que a sociedade civil não está pronta para dividir o poder constituído do Estado, tem-se a perspectiva e expectativa do engajamento/inclusão da comunidade na construção do que já se conhece do seu território, bem como das contribuições advindas das discussões propiciadas pelas oficinas de trabalho aliadas a essa proposta matricial.

Nesse sentido, espera-se, através dessa configuração de um turismo compartilhado entre seus agentes e de instituições de fomento, o desenvolvimento do local – baseado no esforço coletivo voltado para pequenos empreendimentos que driblem a lógica de mercado e que se restabeleçam os princípios do bem estar social e não do discurso da sustentabilidade.

Ademais, deflagrar ações organizativas em base comunitária à luz de uma releitura dessa história excludente é condição primeira. Promova-se a utilização do espaço comum para fins coletivos e que essa organização seja instrumento de melhoria das condições de vida das comunidades superando, portanto, a pobreza (equidade social).

Por fim, defende-se a necessidade de mais e mais estudos acadêmicos que se desenvolvam no campo do turismo, incorporando a geopolítica aos domínios ambientais, preocupando-se em estabelecer inter-relações, embasados em teorias amplas ou singulares, modelos gerais ou específicos, emaranhados ou livres da Geografia, mas, sobretudo, direcionados para as comunidades que vivem e vivenciam a base. E, ainda, que não se esgotem análises sobre o Polo Costa dos Coqueirais, em Sergipe.



## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Revisão e Tradução Ivone Castilho Benedetti. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ABENSOUR, Miguel. A utopia do estado racional. In: \_\_\_\_\_. *A democracia contra o Estado: Marx e o momento maquiaveliano*. Tradução de Cleonice P. B. Mourão; Consuelo F. Santiago; Eunice D. Galéry. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- ACERENZA, Miguel A. *Administración del turismo: planificación y dirección*. 2ª ed. México: Trillas, v. 2., 1992.
- AGRA FILHO, Severino S.; VIEGAS, Osvaldo. *Planos de gestão e programas de monitoramento costeiro: diretrizes de elaboração*. Brasília: Programa Nacional de Meio Ambiente-PNMA, 1995.
- AGUADO, Alberto B. *El proceso de privatizaciones com eje central de La estrategia de desarrollo y la reestructuración del Estado en el Brasil de los noventa*. Huelva (ES): Universidad Internacional de Andalucía-UNIA, 1996.
- ALBAVARA, Fernando S. El desarrollo productivo baseado em la explotación de los recursos naturales. In: *Recursos naturales e infraestructura*. Santiago, Chile: Naciones Unidas, 2004. (CEPAL – SÉRIE, 86).
- AMARAL FILHO, J. do. Desenvolvimento regional endógeno: (re)construção de um conceito, reformulação das estratégias. In: \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista*. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 26, n. 3, p. 325-346, jul./set. 1995.
- \_\_\_\_\_. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. In: *Planejamento e Políticas Públicas*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, nº 23, jun., 2001. 261-286p.
- \_\_\_\_\_. Planejamento e políticas públicas. In: \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista*. Revista Planejamento e Políticas Públicas-PPP-IPEA, PPP-IPEA, Brasil, Fortaleza, n. 14, dez. 1996.
- ANDERSON, R. Public and Private access Management in Newfoundland Fishing. In: MCCAY, B.; ACHESON, J. (eds). *The question of the Commons: the culture and ecology of communal resources*. Arizona, U.S.A.: The University of Arizona Press, 1987.
- ANDRADE, Ilza A. L. de. Poder municipal e governabilidade. In: *Globalização e desigualdade*. VALENÇA, M. M.; GOMES, R. de C. da C. (orgs.). Natal: A. S. Editores, 2002.
- ARAUJO, Tânia B. Território, desenvolvimento rural e regional. In: Território, desenvolvimento rural e democracia. **Anais...** I Fórum Internacional. Fortaleza – Ceará – Brasil. 16 a 19 de nov., 2003.

BAGNASCO, Arnaldo. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia mista. In: COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO Alexander P. (orgs.). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos*. Tradução Frédéric Monié; Eliana Aguiar; Sieni Maria Campos. 2 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

BAKKER, R. *De geschiedenis van het fenomenologisch denken*, Utrecht: Het Spectrum, 1964.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Pólos de desenvolvimento integrado: balanço social 1998-2003*. Fortaleza, Ceará, 2004.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. *Política do meio ambiente e observância de salvaguardas*. 12 de nov. 2004. Disponível em: [WWW.iadb.org/sds/env-policy-portuguese-p.pdf](http://WWW.iadb.org/sds/env-policy-portuguese-p.pdf). Acesso em: 20 de maio 2009.

\_\_\_\_\_. Relatório anual 2005. Washington: EUA, 2006. Disponível em: [www.iadb.org](http://www.iadb.org). Acesso em: 24 de jul. 2007.

\_\_\_\_\_. *Faces do desenvolvimento*. Brasília-DF - Brasil, 2006.

BARQUERO, Antonio V. *Desenvolvimento endógeno em tempo de globalização*. Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. *Índice de desenvolvimento da família* (IDF). Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, 2003. Texto para discussão nº 986.

BAVA, Silvio C. *Pensar um mundo novo*. In: Le Monde Diplomatique Brasil. São Paulo: Instituto Pólis, ano 2, n. 17, 3p., dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Sinais de instabilidade política. In: Le Monde Diplomatique Brasil. São Paulo: Instituto Pólis, ano 2, n. 22, 3p., maio, 2009.

BEAUJEU-GARNIER, J. *Trois milliards d'hommes*. Paris: Hachette, 1965.

BECCATINI, Giacomo. Os distritos industriais na Itália. In: COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO Alexander P. (orgs.). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos*. Tradução Frédéric Monié; Eliana Aguiar; Sieni Maria Campos. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BECKER, Bertha H. *Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira*. In: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Secretaria de Coordenação dos Assuntos do Meio Ambiente. Brasília: Ministério do Meio Ambiente-MMA, 1997.

BENI, Mário. *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006 (Série Turismo).

BERGEN, Karel F. V. D. Fenomenologia. In: *Introdução ao pensamento filosófico*. SPOSITO, Eliseu; SPOSITO, Maria E. B. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1990.

BEZZI, Meri Lourdes. *Região: uma (re)visão historiográfica da gênese aos novos paradigmas*. Santa Maria: UFSM, 2004.

BENKO, Georges. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L. (orgs.) *Território, globalização e fragmentação*. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

\_\_\_\_\_. *Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI*. Tradução Antônio de Pádua Denesi. São Paulo: HUCITEC, 1996.

BITTENCOURT, Louis M.; DOMINGUEZ, José M. L.; FERREIRA, YEDA de A. Paleogeográfica Quaternária da Costa do Estado de Sergipe e da Costa Sul do Estado de Alagoas. *Revista Brasileira de Geociências*. São Paulo, ano 2, nº 13, 93-97p., jun., 1983.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. *Teoria geral da política: a filosofia política e a lição dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

\_\_\_\_\_. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. São Paulo: Paz e terra, 1999.

BOCHENSKI, I. M. *A Filosofia Contemporânea Ocidental*. Herder, 1962.

BOUDEVILLE, J. R. *L'économie régionale, espace opérationnel*. Cahiers économies régionales, n. 3. Paris, 1958.

BOULLÓN, Roberto C. *Los municipios turísticos*. México: trilhas, 1995.

\_\_\_\_\_. *Planejamento do espaço turístico*. Tradução Josely Vianna Batista. Bauru, SP: EDUSP, 2002.

BRANDÃO, Carlos A. *A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais*. 209 fls. Tese de Livre-Docência em Economia. Campinas: Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas/SP, 2003.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Programa Nacional do Meio Ambiente*. Banco Interamericano de Desenvolvimento/Programa das Nações Unidas. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente-MMA, 1997.

\_\_\_\_\_. *Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro*: PRODETUR/NE: ajuda memória: missão de identificação do Banco Interamericano de Desenvolvimento. [s.l.], 2001.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. *Relatório de avaliação de programa: Programa Desenvolvimento do Turismo no Nordeste*. In: Ministro-Relator Benjamin Zymler. Brasília: Tribunal de Contas da União-TCU, 2004.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. *Relatório do primeiro monitoramento do Programa Desenvolvimento do Turismo no Nordeste-PRODETUR*. Brasília: Tribunal de Contas da União-TCU. SEPROG/SECEX, jun., 2005. Disponível em:

<[http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas\\_governo/areas\\_atuacao/ind\\_com\\_serv/PRODETUR\\_MONITORAMENTO\\_1.PDF](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/areas_atuacao/ind_com_serv/PRODETUR_MONITORAMENTO_1.PDF)>

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. *Relatório de monitoramento ACÓRDÃO Nº 1176/2006*. In: Ministro-Relator Benjamin Zymler. Brasília: Tribunal de Contas da União-TCU, jul., 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. *Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Baixo São Francisco*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente-MMA, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão*. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. *Estudos de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional-Relatório Brasil*. 2ª ed. Revisada. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. *Manual do pesquisador-Inventário da Oferta Turística: instrumento de pesquisa*. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

\_\_\_\_\_. Dados gerais de Sergipe. Confederação Nacional dos Municípios/IBGE/IDH/PNUD, 2005. Disponível em <http://www.cnm.org.br>. Acesso em: 9 de jun. 2009.

\_\_\_\_\_. *Legislação da Comunidade Solidária e da Comunidade Ativa*. Brasília: Secretaria-Executiva do Programa Comunidade Solidária, 2001.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílio: síntese de indicadores 2006*. Brasília: IBGE, 2006.

\_\_\_\_\_. *Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais*. Brasília: IBGE, 2008. Disponível em: <http://ibge.org>. Acesso em: 27 de jul. 2009.

\_\_\_\_\_. *Estimativas da população*. IBGE, 2008. Disponível em: <http://ibge.org>. Acesso em: 27 de jul. 2009.

\_\_\_\_\_. *Contagem da população*. IBGE, 2007. Aracaju: SEPLANTEC, 2007.

\_\_\_\_\_. *Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil*. Atlas do Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas (PNUD), 2000.

\_\_\_\_\_. *Produto Interno Bruto dos Municípios 2002-2005*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2005. Disponível em: <http://ibge.org>. Acesso em: 27 de jul. 2009

BUENDÍA, Mercedes. P. *La evaluación del impacto ambiental y social para el siglo XXI: teorías, procesos, metodología*. España: Fundamentos, 2002. (Colección Ciencia).

CALDERÓN, Nicolás F.; PIAZZE, Ada I. (Eds.). *Diálogo Social en América Latina: un camino hacia la democracia ciudadana*. Washington, D. C. (EUA): Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, 2005.

CAPITÁN, Antonio L. H. *El Pensamiento Económico sobre Desarrollo de los Mercantilista al (ao) PNUD*. Huelva: Universidad de Huelba, 1998.

CAMARGO, Luíz H. R. de. *A ruptura do meio ambiente: conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: a Geografia da Complexidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

CARVALHO, Eveline e CIRCE, Monteiro. *Adaptando espaços: análise das transformações em habitações populares*. **Anais ... VIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**. Recife, 2000.

CARVALHO, Vilson S. de. *Educação ambiental e desenvolvimento comunitário*. Rio de Janeiro: WAK, 2002.

CASS, R. C.; EDNEY, J.J. The commons Dilemma: a Simulation Testing the effects of resource visibility and territorial division. In: MCCAY, B.; ACHESON, J. (eds). *The question of the Commons: the culture and ecology of communal resources*. Arizona, U.S.A.: The University of Arizona Press, 1987.

CASTRO, Inã E. de. *Geografia e política: territorial, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

CINFORM. História dos municípios: um jeito fascinante de conhecer Sergipe. Aracaju: Globo Cochrane Gráfica e Editores, jun. 2002.

CHAGAS, Rodolfo P. *Políticas territoriais no Estado do Tocantis: Um estudo de caso sobre o Jalapão*. 132 fls. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2007.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHAGAS, Rodolfo P. das. *Políticas territoriais no Estado do Tocantins: um estudo de caso sobre o Jalapão*. 132 fls. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2007.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 8ª ed. São Paulo; Cortez, 2006.

COCCO, Giuseppe *et al.* Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira. In: COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO Alexander P. (orgs.). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos*. Tradução Frédéric Monié; Eliana Aguiar; Sieni Maria Campos. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COSTA, Maria A. N. *Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a Favela da Mangueira no Rio de Janeiro*. In: Revista Sociológica e Política. Curitiba, 21, p 147-163, nov. 2003.

CORIOLOANO, Luiza N. M. T. (org.). *O turismo de inclusão e o desenvolvimento local*. Fortaleza: FUNECE, 2003.

CORIOLOANO, Luzia N. M. T.; ARAÚJO, Ana M. M. de.; VASCONCELOS, Fábio P. *Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança*. Fortaleza: EdUECE, 2009.

CROZET, Matthieu. *Do migrants follow market potentials? An estimation of a new economic geography model*. Journal of Geography 4. vol. 4, nº 4, August, 2004, p. 439-458.

CRUZ, Rita de C. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. *Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado*. In: GEOSUL: Revista do Departamento de Geociências. Florianópolis: UFSC, v. 20, n. 40, jul./dez., 2005, p. 27-43.

DALL'ACQUA, Clarisse T. B. *Competitividade e participação: cadeias produtivas e a definição dos espaços geoeconômicos, global e local*. São Paulo: Annablume, 2003.

DEPARTMENT OF ECONOMIC AFFAIRS, AGRICULTURE AND TOURISM. *Impact of Tourism on South African Economy 1994-2000*. Pretoria: Department of Economic Affairs and Tourism-DEAT, 2001.

DEPARTMENT OF ECONOMIC AFFAIRS AND TOURISM. *White paper on the development and promotion of tourism on South African*. Pretoria: Department of Economic Affairs and Tourism-DEAT, 1996.

DERRIDA, Jacques. *Pensar a desconstrução*. Tradução Evando Nascimento *et al* (org.). São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

DEMSETZ, H. Toward a Theory of Property Rights. In: MCCAY, B.; ACHESON, J. (eds). *The question of the Commons: the culture and ecology of communal resources*. Arizona, U.S.A.: The University of Arizona Press, 1987.

DIEGUES, Antônio C. *O mito moderno da natureza intocada*. 5 ed. São Paulo: HUCITEC-NUPAUB/USP, 2004.

DOWBOR, Ladislau. *Desenvolvimento local*. In: Le Monde Diplomatique Brasil. São Paulo: Instituto Pólis, ano 1, n. 9, 30p., abr., 2008.

DUPAS, Gilberto. *Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação*. São Paulo: Universidade do Estado de São Paulo-UNESP, 2005.

DURRENBERGER, E. P.; G. Palssón. Peasants, entrepreneurs, and companies: the evolution of icelandic fishing. In: MCCAY, B.; ACHESON, J. (eds). *The question of the Commons: the culture and ecology of communal resources*. Arizona, U.S.A.: The University of Arizona Press, 1987.

ENGELS, F. *Origin of family, private property and the state*, New York, 1940.

FERRAZ, Joandre. *Regime jurídico do turismo*. Campinas-SP: Papyrus, 1992 (Coleção Turismo).

FIGHERA, Delfina T. Estado e território: suas relações e a globalização. In: SANTOS, Milton; Souza, Maria A. A. *Território: globalização e fragmentação*. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

FONDO DE LAS AMERICAS; FONDO DE SOLIDARIEDAD E INVERSIÓN SOCIAL. *Participación, superación de la pobreza y desarrollo sostenible: aprendizajes de los fondos sociales y ambientales de America Latina y el Caribe*. Santiago: Rayen Quiroga Martinez, marzo, 2000.

- FONSECA, Vânia; VILAR, José W. C.; SANTOS, Max A. N. *Reestruturação territorial do litoral de Sergipe, Brasil*. Disponível em: [http://egal2009.easyplanners.info/area01/1161\\_Vania\\_FONSECA.pdf](http://egal2009.easyplanners.info/area01/1161_Vania_FONSECA.pdf). Acesso em: 28 de jul., 2009.
- FRANÇA, Vera L. A.; CRUZ, Maria T. S. *et. al* (orgs.). *Atlas escolar Sergipe: espaço geo-histórico e cultural*. João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2007.
- FRANÇA, Vera L. A.; GRAÇA, Rogério F. *Vamos conhecer Estância*. Estância (SE): Prefeitura Municipal, 2000.
- FRANÇA, V. L. A.; FALCON, M. L. O. (Orgs.) *Aracaju: 150 anos de vida urbana*. Aracaju: Prefeitura Municipal, 2005.
- FRANCELIN, Marivalde M. *A epistemologia da complexidade e a ciência da informação*. Ci. Inf., Brasília, v. 32, n. 2, p. 64-68, maio/ago. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n2/17034.pdf>. Acesso em: 25 de out., 2008.
- FRIEDMANN, John. La estrategia de los polos de crecimiento como instrumento de la política de desarrollo. In: *Los polos de desarrollo y la planificación nacional, urbana y regional*. Malaga: Ediciones Nueva Visión, 1969.
- FUROBOTN, E.H.; PEJOVICH, S. Property Rights and Economic Theory: A Survey of Recent Literature. In: MCCAY, B.; ACHESON, J. (eds). *The question of the Commons: the culture and ecology of communal resources*. Arizona, U.S.A.: The University of Arizona Press, 1987.
- GADAMER, Hans-Georg. *Hermeneútica de la modernidad*. Conversaciones con Silvio Vietta. Madrid: Editorial Trotta, S.A., 2004.
- GAMBOA, S. A. S. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, I. (org.) *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1989. 69-90p.
- GANGER, Giles G. *A ciência e as ciências*. São Paulo: UNESP, 1994.
- GARRIDO, Inês M. D. A. *Modelos multiorganizacionais no turismo*. 124 fls. Dissertação de Mestrado em Administração. Pós-Graduação de Administração. Salvador-Ba: UFBA, 2001.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução Galeano de Freitas. 46ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- GARRISON, John W. *Do confronto à colaboração: relações entre a sociedade civil, o governo e o Banco Mundial no Brasil*. Brasília, DF, 2000. Disponível: <http://www.bancomundial.org.br>.
- GERTLER, Meric S. Between the global and the local: the spatial limits to productive capital. In: *Spaces of globalisation: reasserting the power of the local*. New York: Kevin R Cox, 1997.
- GIL, Antonio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOODLAND, R. The environmental implications of major projects in the third world development. In: CLESTER, P. *Major projects and the environment*. Oxford: United Nations, 1989, p. 9-34.

GRAMSCI, A. *Passato e Presente. I cattolici e lo Stato*, in *Quaderni del cárcere*. Einaud, Turim, 1975, p. 662-63.

GUERRA, A. T; GUERRA, J. T. *Novo dicionário geológico-geomorfológico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HAESBAERT, R. *Concepções de território para entender a territorialização*. In: Território Territórios. Niterói: PPGeo-UFF/AGB, 2002. 27-38 p. (Programa de Pós-Graduação – PPGeo-UFF/AGB).

\_\_\_\_\_. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C. *Geografia: Conceitos e Temas*. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HAMES, Raymond. Game conservation or efficient Hunting. In: MCCAY, B.; ACHESON, J. (eds). *The question of the commons: the cultural and ecology of communal resources*. Tucson: University of Arizona Press, 1979.

HARDIN, G. *The tragedy of the commons*. Science, 1968.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume Editora, 2005.

HEGEL, G. W. F. Sociedade civil-burguesa. In: *Linhas fundamentais da filosofia do Direito ou Direito Natural e ciência do estado contemporâneo*. Tradução Marcos Lutz Muller. Campinas-SP, 1996. (Textos Didáticos).

\_\_\_\_\_. *Estética: a ideia e o ideal*. Tradução Orlando Vitorino. São Paulo: Nova Cultura Ltda., 2005. (Coleção os Pensadores).

HETTNE, B. *Development theory and the three worlds*. Londres: Logman, 1990.

HERNÁNDEZ, José G. V. La Gobernabilidad del Estado el Mercado y la Sociedad. In: *Estado, violencia y sociedad*. Distrito Federal, México. Revista El Cotidiano, mayo-junio, año/vol. 21, n. 137, 2006, 82-91p. Disponible: <<http://www.americaeconomia.com>>; <<http://elcotidianoenlinea.com.mx/temas.asp>>. Acesso em nov. 2006.

HIRSCHMAN, A. R. The Strategy of Economic Development. (1958). In: CROZET, Matthieu. *Do migrants follow market potentials? An estimation of a new economic geography model*. Journal of Geography 4. vol. 4, nº 4, August, 2004, p. 439-458.

HUMBOLDT, A. V. Examen critique de l'histoire de la géographie du Nouveau Continent. In: MENDONÇA, Francisco de A. *Geografia e meio ambiente*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1998 (Caminhos da Geografia).

ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – IFDM 2005. Rio de Janeiro: Sistema Firjan/Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, ano 1, jul., 2008. Disponível em: <http://ifdm.firjan.org.br/IFDMEstados.html>. Acesso em: 27 de agosto de 2009.



INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA/PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS DE 2003 a 2007 - IPEA/PNADS. *Pobreza e mudança social*. Vol. 1, nº 9, 22 de set., 2008. (Comunicado da Presidência da República).

IVO, Anete B. L. Crise de racionalidade. In: \_\_\_\_\_. *Metamorfoses da questão democrática* (Governabilidade e Pobreza). Buenos Aires: Clacso, 2001. p. 29-60.

JORGE, Wilson E. *Política e planejamento territorial*. In: PHILLIP, JR., Arlindo.; ROMERO, Marcelo de A.; BRUNA, Gilda C. (orgs.). *Curso de Gestão Ambiental*. São Paulo: Manole, 2004. 737-758 p. (Coleção Ambiental).

KEYSER, Heidi. *Tourism development*. New York: University Oxford, 2002.

KRUGMAN, P. R. Increasing returns and economic geography. (1991) In: CROZET, Matthieu. *Do migrants follow market potentials? An estimation of a new economic geography model*. Journal of Geography 4. vol. 4, nº 4, August, 2004, p. 439-458.

LAMBERT, D. *L'urbanisation accélérée de l'Amérique Latine et la formation d'un secteur tertiaire refuge*. Civilisations, 15. 1965.

LEACOCK, E. The Montagnais "Hunting Territory" and the Fur Trade. In: MCCAY, B.; ACHESON, J. (eds). *The question of the Commons: the culture and ecology of communal resources*. Arizona, U.S.A.: The University of Arizona Press, 1987.

LEFÈBVRE, Jean-Pierre; MACHEREY, Pierre. *Hegel e a sociedade*. Tradução de Thereza Christina Ferreira Stummer e Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Discurso Editorial, 1999. (Clássicos e Comentadores).

LEFÈBVRE, H. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEMONS, José de J. S. *Mapa da exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre*. Fortaleza: BNB, 2005.

LLOYD, W.F. Lectures on population, value, poor-laws, and rent. In: MCCAY, B.; ACHESON, J. (eds). *The question of the Commons: the culture and ecology of communal resources*. Arizona, U.S.A.: The University of Arizona Press, 1987.

LLORENS, Francisco A. *Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova Agenda Política*. Tradução Antônio Rubens Pompeu Braga. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

LOIOLA, Elizabeth. *Turismo e Desenvolvimento*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2001. p. 24.

LUCHIARI, Maria T. D. P. *O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba-SP*. 218 fls. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-IFCH. Campinas (SP): UNICAMP, 1999.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução Maria Lúcia Cumo. 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004a.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe: escritos políticos*. São Paulo: Nova Cultural, 2004b (Coleção os Pensadores).

MACHADO, Mônica S. *Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade*. Revista do Departamento de Geografia. n. 1, p. 17-32, jan. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

MAYNARD Pascal d' Ávila; ARAÚJO, Walter. Dados históricos do município de Brejo Grande. Brejo Grande: Prefeitura Municipal, 195[?].

MARETTI, Cláudio C. Comunidade, natureza e espaço: gestão territorial comunitária? Arquipélago dos Bijagós, Africa Ocidental. 558 fls. Tese de Doutorado em Geografia Humana. Programa de Pós Graduação em Geografia Humana. São Paulo: USP, 2001.

MARSAL, Juan F. Por que Weber? In: WEBER Max. *Ciência e política: duas vocações*. Tradução Jean Melville. São Paulo: Editora Afiliada, 2003.

MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política do Capital: o rendimento e suas fontes*. Tradução Edgard Malagodi. São Paulo: Nova Cultura Ltda., 2005. (Coleção os Pensadores).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Clássicos).

MCCAY, Bonnie J.; ACHESON, James M. Human ecology of the commons. In: MCCAY, B.; ACHESON, J. (eds). *The question of the Commons: the culture and ecology of communal resources*. Arizona, U.S.A.: The University of Arizona Press, 1987.

MENDONÇA, Francisco de A. *Geografia e meio ambiente*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1998 (Caminhos da Geografia).

MENDES Candido (org.); LARRETA, Enrique (ed.). *Representação e Complexidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MORAES, Antonio C. R. *Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999.

\_\_\_\_\_. Formação territorial e políticas ambientais no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002. 175-189 p.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. Da necessidade de um pensamento complexo. Tradução de Juremir Machado da Silva. In: MENDES Candido; LARRETA, Enrique (eds.). *Representação e Complexidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

\_\_\_\_\_. Da necessidade de um pensamento complexo. In: Francisco Menezes Martins e Juremir Machado da Silva (orgs), *Para navegar no século XXI*. Porto Alegre:

Sulina/Edipucrs, 2000: 2007. 1-27p. Disponível em: [http://www.ouviroevento.pro.br/leituras sugeridas/EM\\_Da\\_necessidade.htm](http://www.ouviroevento.pro.br/leituras sugeridas/EM_Da_necessidade.htm).

NASCIMENTO, Edna M. do; SANTOS, Waldefrankly R. de A. *Aracaju urbana e humana: aspectos de uma leitura da cidade*. In: Revista de Aracaju. Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju, FUNCAJU, ano LX, n. 10, 2003. 225-237p.

NUNES, C. A. *Aprendendo filosofia*. Campinas, SP: Papirus, 1989.

OREA, Domingo G. *Ordenación Del territorio: una aproximación desde el medio físico*. Madrid: Instituto Tecnológico Geominero de España; Editorial agrícola Española, 1994. (Ingeniería Geoambiental)

PEINADO, Javier M. *El capitalismo global: límites al desarrollo y a la cooperación*. Barcelona, España: Icaria Antrazyt, 1999.

PETROCCHI, M. *Gestão de pólos de turísticos*. 2 ed. São Paulo: Futura, 2002.

PERROUX, François. *Massa e classe*. Tradução de Luís Salgado de Matos. Lisboa: Livros Horizonte, 1972 (Coleção Horizonte, nº 24).

\_\_\_\_\_. Note sur la notion de pôle de croissance. In: *Los polos de desarrollo y la planificación nacional, urbana y regional*. Malaga: Ediciones Nueva Visión, 1955.

\_\_\_\_\_. *El desarrollo y la nueva concepción de la dinámica económica*. Introducción por M. A. Sinaceur. Barcelona: Serbal/UNESCO, 1984.

PERICO, Rafael E. Democracia econômica e democracia política: uma perspectiva territorial. In: *Território, desenvolvimento rural e democracia*. **Anais...** do I Fórum Internacional. Fortaleza, Ceará, Brasil, 2003.

PIAZZE, Ada; Flaño (Editores). *Diálogo social en América Latina: um caminho hacia La democracia ciudadana*. Washington, USA: Mayo Ediciones S. A., Bogotá. Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2005.

PINTO, Josefa E. S. *Os reflexos da seca no Estado de Sergipe*. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 1999.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO DE SERGIPE-PDITS. Polo Costa dos Coqueirais. Aracaju: SEPLANTEC, 2001. Versão 2002.

\_\_\_\_\_. Polo Costa dos Coqueirais. Aracaju: SEPLANTEC, 2005. Versão 2005.

PORTER, Michael. *Competição: estratégias competitivas essenciais (On competition)*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PORTO, Fernando de Figueiredo. *Alguns nomes antigos do Aracaju*. Aracaju: J. Andrade, 2003.

\_\_\_\_\_. *A cidade de Aracaju 1855-1865: ensaio de evolução urbana*. 2ª Ed. Aracaju: Governo do Estado/FUNDESC, 1991.

- PORTO-GONÇALVES, Carlos W. O desafio ambiental. In: *Os porquês da desordem mundial*. Emir Sader (org.). Rio de Janeiro: Record, 2004.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Traduzido por Rita Lima. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS-PNUD; ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. Metodologia de análise de Índice de Desenvolvimento Humano. Brasil: PNUD/Atlas de Desenvolvimento, 2003. Disponível em <http://www.pnud.org.br>. Acesso em: 25 de jul., 2009.
- PUJADAS, R.; FONTE, J. *Ordenación y Planificación territorial*. Madrid: Síntesis, 1998.
- PYKE, F.; BECATTINI, G.; SENGENDERGER, W. *Industrial districts and interfirm co-operation in Italy*. Geneva: International Institute for Labour Studies, 1990.
- QUINJANO, A. “Pôle marginal de l’économie et main-d’œuvre marginalisée”. In: ABDEL-MALEK, Anouar (ed.). *Sociologie de L’imperialisme*. Paris: Anthropos, 1971. 301-336p.
- RAFFESTIN Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMONET, Ignacio. *Globalización, desigualdades y resistências*. Madri: Ediciones Hoac, 2004.
- RATZEL, F. Antropogeografia. In: MORAES, Antonio C. R. *Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999.
- RATZEL, F. Antropogeografia. In: MORAES, Antonio C. R. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.
- REDE BRASIL. Carteiros de projetos do Banco Interamericano de Desenvolvimento: BID. In: FURTADO, F. (Org.). *Banco Interamericano de Desenvolvimento*. Tradução de Fabrina Furtado e Shadia Favar, 01/03 a 20/3/2006. Disponível em: <[www.iadb.org](http://www.iadb.org)>. Acesso em: 7 mar. 2007.
- REED, D; SHENG, F. Macroeconomic policies: poverty and environment. Washington/D.C. World Found of Nature, 1996.
- RIBEIRO, Renato J. *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- RIBEIRO, Simone Cardoso. *et. al.* Características socioambientais no Município de Barra dos Coqueiros/Se -2005. I Simpósio de Geografia Física do Nordeste, 28 de abril a 01 de maio, 2007. **Caderno de Cultura e Ciências**. Suplemento Especial. URCA. Crato, mai/2007. 4-9p.
- RICHARDSON Roberto, J. *et al.* *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- RITTER, K. Europa ein geographisch-historisch-statistisches Gemaelde (1804-1807. In: MENDONÇA, Francisco de A. *Geografia e meio ambiente*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1998 (Caminhos da Geografia).

- ROCHA, Luiz E. de V.; MOREIRA, Roni B.; SANTOS, Gilnei C. Índice de Desenvolvimento da Família (IDF): uma análise para as microrregiões e grupos demográficos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Edital Universal, 2006.
- RODWIN, L. Metropolitan Policy for developing áreas. In: ISARD, W.; CUMBERLAND, J. H. *Regional Economic Planning*. Paris: OEEC, 1961
- ROLIM, Cássio; ANDRADE, José de L.; SANTANA, José R. de; MELO, Ricardo O. L. de. *Construção de indicadores de pobreza: aplicação do índice de pobreza humana municipal no Estado de Sergipe*. In: Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, v. 37, nº 4, out-dez., 2006. 512-529p.
- ROSSEAU, Jean J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos de desigualdade entre os homens*. Tradução de Lourdes Santos Machado; introdução e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção os Pensadores).
- ROSSETTI, José P. Introdução à Economia. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SADER, Emir *et al* (coord.). *Repensar a teoria do desenvolvimento: declaração do Rio de Janeiro*. Cadernos da América Latina (encarte Clacso). In: Le Monde Diplomatique Brasil. São Paulo: Instituto Pólis. Ano 1, n. 8, [s.p], mar., 2008.
- SADEK, Tereza M. *Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual sem virtù*. In: WEFFORT, Francisco C. (org.). *Os clássicos da política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, "o Federalista"*. [s.l.]: Ática, [s.d.].
- SAID, Magnólia A. *As Instituições Financeiras Multilaterais: a ilegitimidade da dívida externa - Quem deve a quem?* Disponível em: rbrasil.org.br. Fortaleza, 06 de abril de 2006.
- SAHLINS, M. Notes on the Original Affluent Society. In: MCCAY, B.; ACHESON, J. (eds). *The question of the Commons: the culture and ecology of communal resources*. Arizona, U.S.A.: The University of Arizona Press, 1987.
- SANTOS, Fabiana; CROCCO, Marco; LEMOS, Mauro B. *Arranjos produtivos locais em espaços industriais periféricos: estudo comparativo de dois casos brasileiros*. Revista Econômica Contemporânea. Rio de Janeiro, Ano 6, nº2, jul./dez. 2002, 147-180p.
- SANTOS, Lenalda A.; OLIVA, Terezinha Alves de. *Para conhecer a história de Sergipe*. Aracaju: Opção, 1998.
- SANTOS, Mary N. L. *Análise do potencial turístico da região de Xingo*. 238 fl. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. (Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe-UFS. 1999.
- SANTOS, Mary N. L.; PINTO, Josefa E. de S. Teorias de desenvolvimento regional do espaço turístico: o local e o social nos Pólos de Sergipe. In: *Espacialidades contemporâneas: o Brasil, a América Latina e o mundo*. Encontro Nacional da ANPEGE, VII. ANAIS ...Niterói, RJ, 27 de set., 2007. CD-ROM. ISBN 978-85-228-0450-4.

SANTOS, Mary N. L.; BOMFIM, Fagner dos S.; CRUZ, Josielma S. da. *(Eco) turismo e territorialidade e suas relações de pobreza na gestão de pólos no Litoral Norte de Sergipe*, Brasil. Fortaleza: II CONNEPI, 2007. (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, CEFET-SE).

SANTOS, Mary N. L.; BARBOSA, Jenny D. *Percepção do turismo no cotidiano dos dirigentes: caso Xingo*. São Paulo: ECA/USP. V.12, n.1, maio de 2001.

\_\_\_\_\_. Singularidades dos atrativos da região de Xingo: uma proposta metodológica. In: GASTAL, Susana; CASTROGIOVANNI Antônio C. (orgs.). *Turismo na Pós-modernidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

SANTOS, Mary N. L.; BARBOSA, Jenny D. Turismo e meio ambiente de Xingó: um caminho para a cidadania. In: MELO E SOUZA, R.; SOARES, Maria J. N. (orgs.). *Sustentabilidade, cidadania e estratégias ambientais: experiência sergipana*. São Cristóvão (SE): UFS, 2008.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço, técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

\_\_\_\_\_. O espaço dividido. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2004a.

\_\_\_\_\_. Pensando o espaço do homem. São Paulo: EDUSP, 2004b.

SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. Tradução Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2003 (Coleção Milton Santos, 3).

SANTOS SILVA, J. A. *Turismo, crescimento e desenvolvimento: Uma análise urbano-regional baseada em cluster*. 480 fls. São Paulo: USP, 2004. Tese de Doutorado.

SERGIPE. *Revisão do plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável – PDTIS*. Aracaju: Ministério do Turismo; Banco do Nordeste; Governo de Sergipe, 2005. CD-ROOM.

\_\_\_\_\_. *Plano estratégico do Turismo em Sergipe*. Aracaju: Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe-SEPLANTEC, 2003.

\_\_\_\_\_. Planejamento Participativo de Sergipe. Aracaju (SE): Governo de Sergipe, out., 2007.

\_\_\_\_\_. Dados gerais de Brejo Grande. Confederação Nacional dos Municípios/IBGE/IDH/PNUD. Disponível em <http://www.cnm.org.br/>. Acesso em: 9 de jun., 2009a.

\_\_\_\_\_. Unidades de conservação. Aracaju (SE): IBAMA. Disponível em <http://www.semarrh.se.gov.br>. Acesso em: 9 de jun., 2009b.

\_\_\_\_\_. Plano de trabalho 2009: município de Indiaroba. Aracaju: ASPLAN/EMDAGRO, 2009c.

SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E. *Hermenêutica: arte e técnica da interpretação*. 4ª Ed. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003

- SCHMITZ, H. *Collective efficiency and increasing returns*. UK: Institute of Development Studies, Working Paper n.50, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Flexible specialisation: a new paradigm of small-scale industrialisation?*, Sussex: IDS, 1988.
- SILVA, Sylvio B. de M e; SILVA, Barbara-Christiane N. *Estudos sobre globalização, território e Bahia*. Salvador: UFBa, 2003.
- SILVEIRA, Maria L. Por um conteúdo da reflexão epistemológica em geografia. In: SOUZA, ÁLVARO J. de. (org.). *Paisagem território região: em busca da identidade*. Cascavel: Edunioeste, 2000. 21-29 p.
- SILVEIRA, Marcos A. T. da. *Turismo, políticas de ordenamento territorial e desenvolvimento. Um foco no Estado do Paraná no contexto regional*. 277fls. Tese de Doutorado em Geografia Humana (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas). São Paulo: USP, 2002.
- SIMONETTI, Eduardo F.; NIÑO, María F. *Introducción al análisis cuantitativo en las ciencias sociales*. Maestría en Investigación en Ciencias Sociales. Posgrado en Desarrollo Económico para América Latina. Huelva, España: Universidade Internacional de Andalucía-UNIA, 2006.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1988.
- SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- SOJO, Carlos. Qué es dialogo social? In: CALDERÓN, Nicolás F.; PIAZZE, Ada I. (Eds.). *Diálogo Social en América Latina: un camino hacia la democracia ciudadana*. Washington, D. C. (EUA): BID, 2005.
- SOUZA, Bruno; LANDIM, Myrna F. Unidades de conservação no Estado de Sergipe: análise do quadro atual. Anais... VIII Congresso de Ecologia do Brasil, 23 a 28 de set., 2007. Caxambu-MG.
- SOUZA, Otávio J. de. *O rural e o urbano: uma análise espacial do município de São Cristóvão*. Aracaju: UFS. 172 fl., 2005. Dissertação de Mestrado. (Núcleo de Pós-Graduação em Geografia).
- SOUZA, Marluce R. M. de. *As transformações do espaço e os impactos decorrentes das atividades de carcinocultura no complexo estuarino-lagunar do rio São Francisco em Sergipe, Brasil*. 420 fls. Tese de Doutorado em Geografia. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2007.
- SOUZA, Nara V. de. Turismo e desenvolvimento sustentável na comunidade da Atalaia Nova no município de Barra dos Coqueiros/SE. São Cristóvão: UFS. 100 fls., 2007a. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. (Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente).
- SPOSITO, Eliseu S. Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Universidade do Estado de São Paulo-UNESP, 2004.

- STEPHANOU, Michelle C. *Análise comparativa das metodologias de avaliação das agências de fomento internacionais BID e BIRD em financiamentos de projetos sociais no Brasil*. Porto Alegre/RS. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 5, n.1, jan.-jun, 2005. 127-160 p.
- STORPER, Michael. *The Regional World*. New York: The Guilford Press, 1997.
- TEIXEIRA, Elenaldo. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. 3 ed. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2002.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- TINBERGEN, Jan. Enlace de la planificación nacional con la planificación urbana y regional. In: *Los polos de desarrollo y la planificación nacional, urbana y regional*. Málaga: Ediciones Nueva Visión, 1969.
- TODESCO, Carolina. *Estado e terceiro setor na organização do espaço para o turismo no vale da Ribeira*. 200 fls. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo: USP, 2007.
- URANI, André. El laberinto de lo social: el gobierno de Lula en el contexto de la evolución política y económica de Brasil en los últimos anos. IN: MONTES, Emilio F.; CUEVAS, Joaquín G. *Brasil y la economía social de mercado*. Cáceres (España): Universidad de Extremadura, 2005.
- VACHON, Bernard. *El desarrollo local: teoría e practica*. Traducción Lourdes Pérez. Gijón (Asturias), España: Ediciones Trea, S. L., 2001.
- VIEIRA, Lício L.; NASCIMENTO, Rosivaldo A. do. Turismo Sustentável no Litoral Sul de Sergipe: a percepção das comunidades e dos visitantes. In: CORIOLANO, Luzia N. M. T.; LIMA, Luiz C. (orgs.) *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza (CE): EDUECE, 2003.
- VINCENT, Andrew. *Ideologias políticas modernas*. Tradução Ana Luíza Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- WEFFORT, Francisco C. (org.). *Os clássicos da política*: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “o Federalista”. [s.l.]: Ática, [s.d.].
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília-DF: UNB, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Ciência e política: duas vocações*. Tradução Jean Melville. São Paulo: Editora Afiliada, 2003.
- YÁZIGI, Eduardo. *Turismo: uma esperança condicional*. São Paulo: Global, 1999.



## **APÊNDICES: CADERNO DE CAMPO**

**APÊNDICE 1 – ROTEIRO DOS QUESTIONAMENTOS PARA O DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO LOCAL. PÓLO COSTA DOS COQUEIRAIS, SERGIPE, NORDESTE DO BRASIL 1994-2008**

---

1. De que forma as políticas públicas em escala regional e local (Aracaju) vem contribuindo para o desenvolvimento sócio-produtivo e comercial de Pólos de Turismo no Estado de Sergipe?
2. Como o Sr (a) avalia a metodologia de intervenção dos órgãos de investimentos internacionais, mais particularmente o BID, para minimizar a pobreza dos países subdesenvolvidos – Brasil, Sergipe na região do Nordeste?
3. Qual o papel do PRODETUR/NE em suas ações locais, no período de 1994-2008?
4. De que forma as autoridades locais buscam minimizar a falta de emprego e diminuição da pobreza através dos investimentos externos e internos voltados para o Pólo Costa dos Coqueirais no Estado de Sergipe?
5. De que maneira os organismos oficiais veem atuando para incentivar/administrar a criação de uma rede de desenvolvimento e de cooperação comunitária do Pólo de Costa dos Coqueirais? Requer avaliar o grau de compromisso e de envolvimento dos gestores públicos e privados na disputa pelo espaço e de cooperação entre os agentes locais.
6. Qual a relação entre o Estado, o mercado e a sociedade civil nas decisões políticas dos recursos advindos de programas e investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Mundial - BIRD e que se configuram num espaço de apropriação e de transformação em pólos turísticos de Sergipe?
7. Quais as potencialidades paisagísticas do pólo na perspectiva do mundo natural, do espaço público e comunitário destas comunidades?

## APÊNDICE 2: QUESTIONÁRIO

### 1. PERFIL DO ENTREVISTADO

#### 1.1. Município estudado:

- |  |                                    |   |
|--|------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Aracaju             | <input type="checkbox"/> Estância  | <input type="checkbox"/> Pirambu          |
| <input type="checkbox"/> Barra dos Coqueiros | <input type="checkbox"/> Indiaroba | <input type="checkbox"/> A região do Polo |
| <input type="checkbox"/> Brejo Grande        | <input type="checkbox"/> Pacatuba  |   |

#### 1.2. Sexo

- ☐ Masculino                      ☐ Feminino

#### 1.3 Grupo de Interesse

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Comunidade local  | <input type="checkbox"/> Gestores públicos              |
| <input type="checkbox"/> lideranças locais | <input type="checkbox"/> Empresários do setor turístico |

#### 1.4 Faixa Etária

- |   |                                       |                                      |
|---|---------------------------------------|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> até os 18 anos | <input type="checkbox"/> 30 a 39 anos | <input type="checkbox"/> 50 ou mais. |
| <input type="checkbox"/> 18 a 29 anos   | <input type="checkbox"/> 40 a 49 anos |                                      |

#### 1.5 Grau de Escolaridade

- |   |   |  |
|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> 1º Grau incompleto | <input type="checkbox"/> 2º grau incompleto | <input type="checkbox"/> Superior incompleto |
| <input type="checkbox"/> 1º grau completo   | <input type="checkbox"/> 2º grau completo   | <input type="checkbox"/> Superior completo   |

#### 1.6 Ocupação Atual: \_\_\_\_\_

#### 1.7 Nível de Renda

- |  |   |   |
|--|---|---|
| <input type="checkbox"/> Menor que 1 salário | <input type="checkbox"/> 2 a 3 salários | <input type="checkbox"/> mais de 6 salários |
| <input type="checkbox"/> 1 salário           | <input type="checkbox"/> 4 a 6 salários | <input type="checkbox"/> outros             |

#### 1.8. Medir Grau de Entendimento das Lideranças. (classifique numa escala de 0 a 5, conforme quadro abaixo:

(0) Nenhum	(1) Pouco	(2) Razoável	(3) Bom	(4) Muito Bom	(5) Excelente
------------	-----------	--------------	---------	---------------	---------------

A atuação dos gestores públicos no período de 1994-2008, no que se refere a:

#### Incentivos e criação de rede de desenvolvimento e cooperação comunitária, principalmente em relação ao turismo.

- |                                      |                                      |
|--------------------------------------|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> (1994-1997) | <input type="checkbox"/> (2002-2005) |
| <input type="checkbox"/> (1998-2001) | <input type="checkbox"/> (2006-2008) |

#### Grau de envolvimento dos gestores públicos para o desenvolvimento do município.

- |                                      |                                      |
|--------------------------------------|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> (1994-1997) | <input type="checkbox"/> (2002-2005) |
| <input type="checkbox"/> (1998-2001) | <input type="checkbox"/> (2006-2008) |

#### Grau de envolvimento das lideranças locais nas decisões políticas do município.

- ☐ (1994-1997)  
☐ (1998-2001)  
☐ (2002-2005)  
☐ (2006-2008)

## 2. BLOCO DE QUESTÕES

Geral: De que forma as políticas públicas em escala regional e local (Aracaju) contribuem para o desenvolvimento sócio-produtivo e comercial na experiência de Pólos de Turismo no Estado de Sergipe, Nordeste do Brasil?

Específicas

2.1 Relacione a partir do seu conhecimento, sobre as ações do PRODETUR/SE na região do Pólo e, se possível, comente.

2.2 Qual a sua percepção sobre a intervenção do Estado nas políticas de turismo?

2.3 Quais as ações dos governantes e empresários para melhoria do emprego e da pobreza na região, mediante os recursos financeiros do BNDES, BID, BIRD?

2.4 Quais as atividades produtivas e comerciais que geram fonte de renda para a região e/ou município de Aracaju?

2.5 Quais as potencialidades paisagísticas da região do pólo que o caracteriza como potencial de destino turístico?<sup>77</sup>

2.6 Avalie as ações das políticas públicas no município de Aracaju (saúde, habitação, educação, saneamento, turismo - infra-estrutura), na perspectiva da região?

2.7 Observar e avaliar o conhecimento e o envolvimento da População Local (organização civil) acerca dos investimentos na região e/ou no município de Aracaju:

- O Sr (a) integra de alguma forma Associações/cooperativas/ Sindicatos? Se sim, relacione. De que forma atua?

- Como Sr. (a) vê o seu envolvimento acerca dos investimentos para melhoria das condições de vida.

- Como o Sr (a) avalia a participação da comunidade nas decisões e projetos que contribuem para o desenvolvimento regional? ( ) Sim – De que forma? ( ) Não – Por quê?

- Na sua percepção as representações locais têm conhecimento dos investimentos do PRODETUR/SE - Bancos BID, BNDS, Banco do Nordeste para o desenvolvimento da região e do município de Aracaju? Se a resposta for SIM, relacione identificando-os. Se a resposta for NÃO, aponte o que precisa para divulgação e conhecimento.

2.8 Quais os principais problemas enfrentados pela região e/ou município de Aracaju no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo?

2.9 Em sua opinião de que forma o turismo pode contribuir para a melhoria das condições socioeconômicas da população do município?

---

<sup>77</sup> Foi utilizada como parâmetros de análise a infra-estrutura, atrativos naturais, o ambiente e atrativos artificiais (Patrimônio histórico e cultural):

**APÊNDICE 3: REGISTRO DAS OFICINAS****LITORAL NORTE**

Fig.78 – 1ª Oficina realizada no município de Brejo Grande/SE, ago., 2006.  
Fonte: Autora



Fig.79 – 2ª Oficina realizada no município de Brejo Grande/SE, out./nov./dez., 2007.



Fonte: Autora



Fig. 80 – Oficina realizada no município de Pacatuba/SE, ago., 2007.

Fonte: Autora



Fig. 81– Oficina realizada na Pirambu/SE, ago., 2007.

Fonte: Autora



Fig. 82 – Oficina realizada na Barra dos Coqueiros/SE, ago., 2008; jun., 2009.  
Fonte: Autora

### LITORAL CENTRO-SUL



Fig.83 – Oficina realizada no município de Aracaju,/SE Bairro Coroa do Meio, dez., 2008  
Fonte: Autora





Fig. 84 – Reunião do Polo Costa dos Coqueirais; Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) para Tese, Aracaju/SE. dez., 2008.

Fonte: Autora



Fig. 85 – Reunião do Polo Costa dos Coqueirais; Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) para Tese, Aracaju/SE. dez., 2008.

Fonte: Autora





Fig. 86 – Oficina realizada no município de São Cristóvão/SE. jun., 2008

Fonte: Autora

## LITORAL SUL



Fig. 87. – 1ª Oficina realizada em Estância/SE. out., 2008

Fonte: Autora



Fig.88 – 2ª Oficina realizada em Estância/SE, nov. 2008

Fonte: Autora



Fig. 89 – Oficina realizada em Indiaroba/SE. nov. 2008

Fonte: Autora